

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL
Capistrano de Abreu



O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Capistrano de Abreu

Prefácio: Daniel Mesquita Pereira





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

Correios



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.



Apresentação	xī
Prefácio – Daniel Mesquita Pereira	xiii
DESCOBRIMENTO DO BRASIL – SEU DESENVOLVIMENTO	
NO SÉCULO XVI	2
I Pretensões francesas	3
II Pretensões espanholas	17
III Pretensões portuguesas	32
IV Conclusão	44
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL NO SÉCULO XVI	
I O litoral	49
II O sertão	70
III Povoamento e população	85
IV A evolução	93
Conclusão	97
Proposições	98
O DESCOBRIMENTO DO BRASIL PELOS PORTUGUESES	100
I A viagem	101
II Questões conexas	114
III Duas correntes históricas	126

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL	
POVOAMENTO DO SOLO – EVOLUÇÃO SOCIAL	138
VAZ DE CAMINHA E SUA CARTA	212
HISTÓRIA PÁTRIA	230
I	231
II	241

A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

Paulo de F. Ribeiro
Presidente
Fundação Darcy Ribeiro

PREFÁCIO — DANIEL MESQUITA PEREIRA

João Capistrano de Abreu era funcionário da Biblioteca Nacional quando surgiu um concurso para a área de História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II. Foi para esta ocasião que redigiu este *O descobrimento do Brasil*, em 1883. Completava então 30 anos e começava uma trajetória de historiador e professor que iria até 1899 quando deixou o cargo no Pedro II após uma reforma que anexou a cadeira de História do Brasil à de História Universal.

Não será exagero afirmar que com *O descobrimento do Brasil*, era o próprio autor que se revelava como historiador na Corte do Império. Os relatos da cerimônia de defesa da sua tese, como o de Carl von Koseritz em seu livro *Imagens do Brasil*— com a presença do próprio Imperador D. Pedro II — destacam o conhecimento das fontes da história do Brasil pelo cearense, a erudição até maior que a dos examinadores Matoso Maia e Moreira de Azevedo. Silvio Romero também fez parte da comissão julgadora. Neste ritual de passagem era portanto *descoberto* o historiador Capistrano de Abreu.

Já notaram seus intérpretes como uma das características distintas do livro, sobretudo em sua parte inicial, quando discute um enigma de crítica histórica sobre quem descobriu o Brasil, será a precisão com que o autor constrói de maneira rigorosa uma argumentação que se aproxima muito de uma peça judiciária. A construção elaborada por Capistrano coloca claramente para o leitor aspectos de um novo método investigativo que propunha separar o fato da fantasia e, confrontando testemunhos, busca estabelecer critérios confiáveis para o acesso à uma verdade factual. Na mesma medida em que montava a peça argumentativa,

sinalizava para os contemporâneos o proceder de um novo tipo de intelectual: o historiador moderno. E revelava uma das etapas de seu trabalho, a crítica documental. É talvez a obra de Capistrano em que essa etapa do ateliê historiográfico aparece com mais força, embora num pequeno texto de 1880 sobre a Armada de D. Nuno já transparecesse a mesma metodologia.

Após discutir do ponto de vista do método histórico as pretensões francesas, espanholas e portuguesas acerca do descobrimento do Brasil, Capistrano chega à conclusão, descartando as pretensões francesas, de que os espanhóis poderiam até ter chegado antes dos portugueses. Entretanto, a solução “cronológica” não satisfaz o autor, que conclui a favor de uma solução sociológica para a questão. E aí o descobrimento cabe aos portugueses: “neles se inicia a nossa história”, conclui o historiador cearense, fixando um marco inaugural da construção de uma nova nação nos trópicos.

Assim definindo a questão do descobrimento, Capistrano passa a considerar em outras três partes do livro três outras questões: como se explorou o litoral, como se devassou o sertão e que rumo tomou o povoamento. São preocupações que se relacionam com a consolidação de um verdadeiro programa de pesquisas que se ia construindo à medida que o historiador escrevia este *O descobrimento do Brasil*. Desde o início da década de 1880, impressionado com a leitura da *Antropogeografia* de Friedrich Ratzel, o historiador cearense inclinara-se cada vez mais para o campo da geografia, chegando a considerar que “a luta territorial é a grande, a importante, a fundamental questão”.¹ A consideração desse “eixo espacial” da história do Brasil e a da documentação parecem indissociáveis e ajudam a perceber as questões fundamentais para o

¹ Capistrano de Abreu: “Gravetos de história pátria” (09/12/1881), in *Ensaios e estudos*, 4ª série.

historiador no momento da redação do texto e que têm repercussão em suas obras posteriores.

O descobrimento do Brasil, como dizíamos, marca também o início de uma trajetória de pesquisas e questionamentos sobre a história do Brasil que o autor, de alguma forma, seguirá por muito tempo. Como não perceber, por exemplo, pontos de contato entre a preocupação com o mapeamento do território que aparece nas referências às viagens de exploração – tanto do litoral como do sertão – nesta obra e a identificação de antigas estradas ou roteiros espaciais que marcaram os pontos de contiguidade do interior do país, mostrando as conexões entre povoamento e território, delineados em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, de 1899.

A razão de serem os portugueses os verdadeiros descobridores, do ponto de vista sociológico, terá relação com a associação entre território e povoamento. Quando se inicia o tempo das donatárias “estava perdida a causa dos franceses”, como escreve o autor. Leitor das *Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil*, do geógrafo e arquivista francês Armand D’Avezac, que escrevera que “a geografia é a companheira inseparável da história”, Capistrano de Abreu fará dos roteiros espaciais da história do Brasil uma de suas grandes questões neste *O descobrimento do Brasil*.

Outras evidências de que este é um momento privilegiado para perceber a construção do diálogo entre a geografia e a história em Capistrano de Abreu são a tradução do livro do geógrafo alemão Johann Eduard Wappaeus, *Geografia física do Brasil*, publicada em 1884 pela Typografia Leuzinger e Filhos, e a correspondência do historiador cearense com o português Lino de Assunção e com o Barão do Rio Branco.

Dialogando com a geografia, Capistrano discute o mapeamento do território, tendo como referência a localização de rios, montanhas, fortes, cabos, vilas entre outros elementos possíveis de serem recuperados através de antigos exploradores que deixaram



relatos ou de antigos mapas. Partindo da documentação, o autor vai contornando os traços da presença portuguesa no Brasil desde os tempos do descobrimento. É que a colonização deixará como herança o território nacional. A história de sua lenta conquista, a relação dos homens com a natureza serão temas compartilhados com outros estudiosos da geografia e dos mapas do Império, como o Senador Cândido Mendes e seu atlas do Império do Brasil, e o diplomata Joaquim Caetano da Silva, sobre quem anotou ser “talvez o primeiro intérprete dos antigos documentos geográficos”.²

A questão do território nacional ganhava contornos de atualidade num tempo de expansão colonialista, com a incursão dos países europeus na África e Ásia (lembremos que a Conferência de Berlim que decidiu a partilha da África ocorreu em fins de 1884 e início de 1885) e dos Estados Unidos na América Latina. Portanto, com relação à questão territorial – tão importante para Capistrano –, o movimento em direção ao passado histórico e geográfico do país, em direção à elucidação de uma narrativa científica que desse conta da gênese do território nacional e de reconhecimento de uma herança de gerações anteriores que estudaram a questão, encontra-se com seus estudos do “litoral” e do “sertão” deste *O descobrimento do Brasil*.

Nessas duas partes do livro, vemos a todo momento a preocupação com a delimitação precisa do território, com referências a estudiosos que o antecederam, como os citados Cândido Mendes e Joaquim Caetano da Silva, além de Varnhagen, entre outros, e também a mapas, expedições de exploração, cabos, baías, rios, montanhas. Na parte relativa ao “sertão”, a referência à “geografia fantástica” ou à famosa imagem da “ilha-Brasil”, de lagoas no interior do território abundantes em pérolas, de um lago imenso “de que manavam o Amazonas, o São Francisco e o Prata”, anunciava

2 Capistrano de Abreu. *O descobrimento do Brasil*.

um outro tema fundamental: o povoamento do território e as questões correlatas da interação entre os homens e meio ambiente, das bandeiras e da mestiçagem com as tribos indígenas.

Em relação à ocupação do território, dá relevância aos primeiros povoadores – desertores e degredados – pois, ao começarem as tentativas sistemáticas de colonização, eram os que estavam adaptados à terra e serviriam de modelo, “chegando ao ponto que os outros deveriam tender”. Assim, “nestes povoadores acha-se em estado difuso quase toda a sociedade posterior”,³ constituindo uma tipologia de *mestiços morais*, resultado da interação entre portugueses e índios nos primeiros trinta anos de colonização. Os dois primeiros tipos – aquele que tomava todos os hábitos dos índios e aquele que se impunha e dominava não seguiriam adiante, mas sim o terceiro tipo “o homem medíocre” que nem adotava todos os costumes indígenas nem se impunha como régulo, mas “conseguia viver bem com o natural da terra e o europeu”.⁴

Esta discussão sobre a mestiçagem pode ser vista como continuação da recente polêmica que tinha travado com Silvio Romero sobre os elementos formativos da população brasileira em artigos com o título de *História pátria*, publicados na *Gazeta de Notícias* em março de 1880, em que adota a posição de que a diferença entre o brasileiro e o europeu decorreria do contato com o meio e com o indígena.

Uma referência à correspondência de Capistrano com o português Lino de Assunção e com o Barão do Rio Branco ajuda na percepção de que Capistrano de Abreu pesquisava intensamente a história e a geografia do Brasil no momento em que surgiu o concurso do Pedro II. O historiador cearense “incomodava” a ambos com inúmeros pedidos de documentos. A leitura de algumas

3 Ibidem.

4 Ibidem.



dessas cartas é reveladora do tipo de interesse que Capistrano tinha na história do Brasil e da estratégia que usava para buscar conhecê-la. Assim, numa carta a Lino de Assunção, anotou que

um dos problemas capitais da história do Brasil é o estudo dos bandeirantes, no qual quase nada há feito ou antes tudo está por fazer. Desde que me entrego a estudos históricos, é esse o assunto a que me tenho entregado com predileção. Descobri felizmente o meio de atacá-lo que é estudar as estradas antigas...⁵

A dificuldade de encontrar a documentação para escrever a história de um tema pouco tratado até então foi assinalada pelo autor no próprio texto de sua tese:

De todas estas entradas bem poucos são os roteiros que se conservam. Gabriel Soares dá-nos alguns, porém confusamente, Frei Vicente dá outros... porém deficientes até quanto à geografia. Knivet dá-nos alguns... Macgrav... dá um que é o mais completo e mais lúcido que possuímos.⁶

Se abrimos *O descobrimento*, veremos como a narrativa da conquista do sertão se faz através da identificação de caminhos, entradas, bandeiras e estradas. Chega a elaborar mesmo, em função da escassa documentação, um “roteiro teórico” a partir da noção dos marcos referenciais da geografia como as montanhas, “o farol que tiveram à vista aqueles homens empreendedores” e os rios, “caminhos que seguiram de preferência”. Tal a importância dos

⁵ Carta a Lino de Assunção [09/07/1885], in *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 3.

⁶ Capistrano de Abreu. *O descobrimento do Brasil*.

rios que as bandeiras deveriam se classificar não pelo ponto de partida, “mas pelos rios que margearam ou navegaram”,⁷ sendo os principais o Tietê, o Paraíba, o São Francisco e o Amazonas.

Mapeando os caminhos da interiorização do povoamento, Capistrano construía para si mesmo um roteiro espacial da história do Brasil e um programa de pesquisas que perseguiria anos a fio para procurar elucidar a construção de uma nação civilizada nos trópicos. Começava então a esboçar duas questões fundamentais – a do território e a da população – na sua própria viagem de descobrimento do Brasil que então se iniciava.

DANIEL MESQUITA PEREIRA É PROFESSOR DA PUC-RIO – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA PELA MESMA INSTITUIÇÃO.

⁷ Ibidem.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu” in *Estudos Históricos*, I, 1988.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *Capítulos de Capistrano*. Disponível em <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/capistrano/capitulos-capistrano.htm>
- OLIVEIRA, Maria da Glória. “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu” in Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org): *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.
- PEREIRA, Daniel Mesquita: *Descobrimentos de Capistrano. A história do Brasil a grandes traços e largas malhas*. Rio de Janeiro: Apicuri / PUC - Rio, 2010 [2002].
- SANTOS, Pedro Afonso dos. “As notas de rodapé de Capistrano de Abreu: As edições da coleção matérias e achegas para a história e a geografia do Brasil (1886-1887): *Revista de História*, São Paulo, nº 163, jul. / dez. 2010.

O **DESCOBRIMENTO DO BRASIL**
Capistrano de Abreu

DESCOBRIMENTO DO BRASIL SEU DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XVI*

Três nações da Europa disputam a glória
de ter descoberto o Brasil:
a França, a Espanha e Portugal.
Vejam os em que assentam estas pretensões.

* Tese de concurso à cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II (1883).

1 Segundo Desmarquets nas *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe*, mercadores de grosso trato desta cidade fizeram em 1488 uma associação comercial e propuseram a Jean Cousin que por sua conta partisse em viagem de exploração.

Jean Cousin, marinheiro perito, bravo soldado e negociante, primeiro conferenciou com seu mestre o Padre Descaliers, que fundara em Dieppe uma escola onde ensinava a teoria da navegação, e além disso era, segundo Asseline,¹ excelente cartógrafo.

Descaliers deu instruções muito extensas ao seu discípulo, assegura Gaffarel; recommendou-lhe que aproveitasse os ventos do largo e que não beirasse o littoral, para evitar as tempestades sempre frequentes naquellas paragens e não naufragar em algum dos bancos de área e recifes, tão numerosos na costa.

Cousin obedeceu a estes sabios conselhos. Chegando à altura dos Açores foi arrastado para Oeste por uma corrente marítima e aportou a uma terra desconhecida, junto à embocadura de um rio imenso. Tomou posse deste continente; porém, como não tinha nem equipagem bastante

1 Apud GAFFAREL, *Brésil Français*, p. 6. O nome de Descaliers era também escrito de outros modos: Des Cheliers, Des Celiers, Deschaliers ou Descaliers. Ib.

numerosa, nem recursos materiais suficientes para fundar um estabelecimento, tornou a embarcar.

Em lugar de voltar em direitura a Dieppe e dar conta de sua descoberta, elle singrou na direcção de sueste, isto é, da Africa Austral, descobriu o cabo, que depois ficou sendo chamado Cabo das Agulhas, tomou nota dos logares e de sua posição, subiu para o norte perlongando Congo e Guiné, onde permutou suas mercadorias, e voltou a Dieppe em 1489.²

Este país desconhecido achado por Cousin é o Brasil, o rio imenso é o Amazonas, segundo os franceses, que assim, de simples golpe, quase fizeram metade do caminho do Oriente, que mais tarde devia ser percorrido por Vasco da Gama, ao mesmo tempo que precediam Cristóvão Colombo no descobrimento do Novo Mundo.

Mais ainda: o imediato de Cousin era um castelhano de nome Pinzon, que durante a viagem se incompatibilizou com o chefe, foi causa de contínuas divergências, e uma vez, na África, com sua deslealdade para com os indígenas, deu motivo aos europeus serem atacados e quase fez abortar a expedição. Por esta razão, chegando a Dieppe, Cousin conseguiu que ele fosse declarado impróprio para servir na marinha dieppense, e então Pinzon retirou-se para Gênova e depois para Castela.

Ora, diz Gaffarel, tudo leva a crer que este Pinzon é Martim Alonso Pinzon,³ o mesmo a quem Colombo confiou três anos

2 *Revue Politique*, VI, p. 1039. O artigo da *Revue* é um pouco diferente do capítulo correspondente do *Brésil Français*, em que o papel de Descaliers se torna muito menos importante. Foi traduzido quase integralmente por Fernandes Pinheiro na *R. T. do Inst. Hist.* XXXVII, II, p. 71 e segs.

3 *Brésil Français*, p. 13 e segs. Desmarquets diz positivamente que era Vicente Pinzon e não Martim Alonso.

mais tarde o comando de um dos três vasos da esquadilha em que descobriu o Novo Mundo. De sorte que não só foi Cousin quem descobriu o nosso continente, como foi, graças a um seu companheiro, que Colombo usurpou depois a glória de tamanho descobrimento.

2. Exposta assim a pretensão dos franceses, vejamos agora o que ela vale.

Segundo Gaffarel, a viagem é possível geográfica e historicamente.

Historicamente, porque os dieppenses eram navegadores ousados, que tinham se estendido muito pelo oceano e em algumas partes precedido os portugueses e castelhanos.

Geograficamente, porque as tradições dieppenses falam de uma corrente a favor da qual navegara Jean Cousin, e essa, corrente existe: é o *gulf-stream*.⁴

Tudo isto é muito exato, e se possível e real fossem termos coextensos, a discussão ficava encerrada. Infelizmente, as tradições dieppenses foram pela primeira vez divulgadas em 1785, dois séculos quase depois do fato que comemoram. Para saber-se então da existência das correntes oceânicas não era necessário que Cousin tivesse feito a viagem que lhe atribuem. Seria a viagem de Jean Cousin que deu o conhecimento das correntes? Seria o conhecimento das correntes que deu origem à tradição da viagem de Jean Cousin? É impossível responder de modo satisfatório.

A última hipótese afigura-se, porém, a mais provável.

É grande a semelhança entre a viagem de Cousin e a de Cabral, viagem autêntica, conhecida desde o ano em que se realizou. A semelhança é tão grande que esta parece ter sido o molde por que se cortou aquela.⁵

⁴ *Brésil Français*, p. 10 e 11.

⁵ O próprio Gaffarel reconhece a semelhança das duas viagens, *Brésil Français*, p. 9. Nesse livro há um exemplo curioso de uma viagem cortada pelo molde

Uma outra circunstância milita ainda contra a realidade da viagem de Cousin.

Ao mesmo tempo em que descobriu a América, o capitão dieppense percorreu quase inteiro o caminho da Índia. Não está ali visível o orgulho nacional, que ao mesmo tempo quer avocar a glória dos espanhóis e a glória dos portugueses?

3. E Pinzon?, dirá Gaffarel.

O caráter de imediato de Cousin é igual ao do companheiro de Colombo; em ambas as expedições foi idêntico o proceder de ambos; é mais provável que os dois fossem uma só e mesma pessoa, do que ao mesmo tempo, com o mesmo nome, com a mesma profissão, com o mesmo caráter existirem dois homens diferentes⁶.

Esta probabilidade, segundo o mesmo autor, torna-se quase certeza se consultarmos o *Diário* de Colombo e a biografia escrita por D. Fernando. Aí vê-se que muitas vezes Colombo conferenciou com Martim Alonso e que foram suas indicações que muitas vezes o determinaram a seguir esse ou aquele rumo. Dir-se-ia que Colombo se dirigia menos à ciência do que às reminiscências de Pinzon.⁷

Esta argumentação aparenta uma força que não possui realmente. Na verdade, é mais provável que o Pinzon de Cousin e o de Colombo fossem o mesmo homem do que fossem dois homens diferentes. Mas houve Cousin e Pinzon? É isto exatamente que está em questão.

Quanto às relações entre Colombo e Pinzon, concedido que fossem quais as pinta o autor do *Brésil Français* (não foram), elas

de outra. A carta de Nicolas Barré, p. 373-382, é em certas partes reproduzida literalmente em uma narrativa de viagem, que se figura como feita em 1581, p. 493 e segs.

⁶ *Brésil Français*, p. 16.

⁷ *Brésil Français*, p. 14.

vão muito que pensar. Não o dão, porém, menos o interesse e vileza de Colombo, cujo caráter até hoje tem sido acatado, e que até se tem querido canonizar; a generosidade inverossímil, a discrição heroica, a modéstia piramidal de Pinzon, cujo caráter tão pouco se coadunava com estas qualidades,⁸ e, sobretudo, a ingenuidade refratária da companhia, que nunca suspeitou ou surpreendeu coisa alguma, ou, se a suspeitou ou surpreendeu, nunca a articulou de modo a cair no domínio público.

A pecha que resultaria deste conjunto de circunstâncias para o caráter de Colombo, e a ingenuidade boçal da companhia, Gaffarel não julgou necessário explicar. O mesmo, porém, não fez quanto ao desinteresse de Pinzon.

“Talvez se objecte”, diz elle,

que, si realmente Pinzon tivesse descoberto a América antes de Colombo, elle teria reivindicado para si esta honra por ocasião do processo que instaurou quando morreu o Almirante. Mas Pinzon fôra despedido ignominiosamente de Dieppe, não queria sem duvida avivar um negocio de que se sahira mal e expôr-se à affronta de ser publicamente desmentido pelos Dieppenses, reclamasse para si a gloria de ter primeiro avistado a terra nova.⁹

Estes reparos teriam força incontestável, se o próprio autor não se desse ao trabalho de refutá-los.

“Existiam então”, diz elle,

8 Gaffarel descreve do seguinte modo o caráter de Pinzon: *haute, emportement, duplicité, mais aussi fermeté et persévérance*, p. 16. Cf. Ramiz Galvão na *Revista Brasileira* I, 66.

9 *Brésil Français*, p. 16-17.

relações freqüentes entre Castelhanos e Dieppenses... Não havia navio dieppense ou castelhano que, fazendo-se ao mar, não levasse a bordo um interprete ou um piloto castelhano ou dieppense.

Se isso é exato, torna-se evidente que não só o silêncio de Pinzon não era bastante para que não fosse devassado o seu passado, como era inteiramente inútil e ineficaz. De que servia o silêncio se a cada instante chegavam a Castela pilotos e intérpretes de Dieppe; de que servia, se a cada instante iam a Dieppe intérpretes e pilotos de Castela?

Gaffarel compreendeu que este motivo não era suficiente e apresenta outro. Pinzon temia que os dieppenses o desmentissem publicamente, se reclamasse para si a glória de primeiro ter descoberto a terra nova.¹⁰

Dando de barato que tal receio pudesse atuar sobre o homem firme, explosivo e altaneiro que o autor descreve, vejamos se existia tal perigo.

Ainda uma vez é Gaffarel quem responde a Gaffarel.

Desde 1500, Cabral declarou que havia chegado ao Brasil, e o mesmo fizeram Vicente Yañez Pinzon e Diego de Lepe. Por que não protestaram e não os desmentiram publicamente os dieppenses?

“Porque, como os Phenícios na antiguidade”, responde o nosso autor, “guardavam cuidadosamente o segredo de seus descobertos e temiam a concorrência.”

Se assim era, que perigo havia para Pinzon de ser publicamente desmentido? Fariam os dieppenses, por causa dele, uma exceção ao sistema adotado?

¹⁰ *Brésil Français*, p. 16.



4. Ainda outro argumento aduzido por Gaffarel e que se prende a Pinzon.

Em 1499 um Pinzon, Vicente Yañez, saiu a descobrir terra e foi dar exatamente no Amazonas, isto é, no ponto do Brasil visitado por Cousin e seu imediato Pinzon, segundo Desmarquets.

No mesmo ano saiu de Palos, isto é, da cidade dos Pinzon, Diego de Lepe, cuja viagem é quase idêntica à de Vicente Yañez.

Logo, conclui o autor da *Histoire du Brésil Français*, havia em Palos, na família e na roda dos Pinzon, uma tradição, cuja origem ascendia ao imediato de Jean Cousin.¹¹

É bem possível, mas onde está a prova?

O simples fato das duas viagens não a fornece. Desde que em sua terceira expedição Colombo chegou à terra firme, a tendência dos navegantes foi procurarem a América do Sul.

Colombo descobriu de Paria para diante. Hojeda, que se lhe seguiu, descobriu do Oiapoque até Paria. Vicente Yañez descobriu do Cabo de Santo Agostinho para o sul.

Vê-se, portanto, que a simples ambição de encontrar lugares ainda não percorridos basta para explicar a contiguidade e a coincidência dos descobrimentos.

5. Passemos a outros pontos.

Segundo Desmarquets, Jean Cousin, o predecessor de Colombo e precursor de Vasco da Gama, era discípulo do Padre Descaliers, notável cartógrafo, nascido em 1440. Deste Descaliers existem cartas e portulanos datados de 1550 e 1553, isto é, de quando ele já devia ter de 110 a 113 anos.

É plausível que em tal idade um homem possa entregar-se a trabalhos desta ordem?

11 *Brésil Français*, p. 17. Pedro Martir dá uma explicação muito mais simples quando diz dos habitantes de Palos: *sut opidaniõnes, nullo excepto, rebus marinis dediti, cõtinuisque nauigationibus inteti*. De rebus oceanicis, dec. I, lib. IX, p. 95.

Para sair-se da dificuldade, Gaffarel imaginou diversos expedientes.

Primeiro: que havia dois Descaliers – sugestão que Major refutou de modo tão cabal¹² que ele a abandonou.

Segundo: que os portulanos de 1550 e 1553 eram cópias de portulanos mais antigos, sugestão que também abandonou à vista das observações de Malte-Brun.¹³

Terceiro e último: que Descaliers era, não mestre de Jean Cousin, como o afirma Desmarquets, mas simplesmente seu contemporâneo e da mesma idade que ele, como se deduz de Asseline.

Esta última opinião é a que sustenta na *Histoire du Brésil Français*.

Vejamos o seu valor.

Se Descaliers tinha aproximadamente a mesma idade que Cousin, é preciso começar por inquirir qual a idade de Jean Cousin.

A este respeito quanto diz Gaffarel é extremamente vago: Cousin estava na flor dos anos e no ardor das esperanças¹⁴ – eis tudo.

Felizmente, aí mesmo ele afirma que desde sua mocidade o nauta dieppense se entregara à navegação; que ora fora soldado, ora negociante, que se distinguira em um combate contra os ingleses; dera prova de si nas costas da África e em diferentes viagens de longo curso – tudo isto antes de 1488.¹⁵

Para um homem ter feito diferentes viagens de longo curso, ter-se distinguido em um combate como comandante de navio, possuir ao mesmo tempo bastante prestígio para que negociantes de grosso trato lhe confiassem uma empresa tão importante como uma viagem de exploração por mares e terras desconhecidas, trinta anos são antes de menos que de mais.

12 MAJOR, *Vida do Infante D. Henrique*, p. 465.

13 *Brésil Français*, p. 8.

14 *Brésil Français*, p. 2.

15 *Brésil Français*, p. 2.

Suponhamos, porém, que Cousin tivesse nascido em 1460 e contasse então só vinte e oito anos. Se o Padre Descaliers era aproximadamente da mesma idade que ele, deveria ter nascido neste ano, pouco mais ou menos.

Sendo assim, o Padre Descaliers teria desenhado os portulanos de 1550 e 1553 com perto de cem anos – noventa em um caso, noventa e três em outro, o que diminui, mas não faz desaparecer a dificuldade apontada por Major.

6. Resta examinar o último argumento de Gaffarel.

É certo, reconhece ele, que nem um documento coevo atesta a viagem de Cousin; que Desmarquets não é digno de grande confiança; mas Desmarquets escreveu à vista de documentos oficiais, roteiros, etc. Se tais documentos não existem, é porque em 1694, quando Dieppe foi bombardeada pelos ingleses, queimaram-se com todos os outros que estavam no arquivo do almirantado.¹⁶

Abstraindo do juízo sobre Desmarquets, ora pelo autor considerado uma autoridade de peso, que pecantes pelos pormenores que pelo fundo,¹⁷ ora como escritor que mistura a verdade com a mentira, confunde as épocas e os homens,¹⁸ é impossível não reparar na esquisitice de documentos consumidos em 1694 serem consultados por um homem que escrevia em 1785. É um caso de longevidade quase tão notável como o Descaliers, na hipótese de os documentos serem os mesmos.

Se, porém, não foram os mesmos, ainda é mais digno de reparo que, havendo entre a expedição de Cousin (1488) e o incêndio dos arquivos de Dieppe (1696) mais de dois séculos de permissão, ninguém se lembrasse de consultá-los. Ou a tradição já existia e,

¹⁶ *Brésil Français*, p. 4.

¹⁷ *Brésil Français*, p. 4.

¹⁸ *Brésil Français*, p. 8.

se ninguém consultou os documentos, é porque ela não inspirava confiança nem merecia crédito; ou não existia, e dá-se aqui o mesmo que já se sugeriu a respeito das correntes oceânicas: foi depois do incêndio, que impossibilitava refutação e demonstração; foi por causa do incêndio que a tradição apareceu, se é que Desmarquets não a inventou inteiriça.

7. Dois anos depois do livro de Gaffarel, apareceu em Rouen um opúsculo de Gabriel Gravier defendendo ideias semelhantes.¹⁹

Gravier não pugna por essa ou por aquela expedição. Embora a viagem de Cousin afigure-se-lhe possível, ele não se alista entre os campeões. Suas proposições são genéricas e podem reduzir-se a esta: antes de os portugueses e espanhóis terem vindo ao Brasil já este país fora visitado pelos franceses.

Os argumentos que apresenta são dois: um trecho da *Copia der Newen Zeytung auss Presillig Landt* e um trecho de Gonneville, francês que em 1504 esteve em diferentes lugares do nosso território.

O trecho da *Zeytung* diz pouco mais ou menos que os naturais do Brasil disseram a navegantes portugueses que de tempos em tempos iam àquelas paragens em navios homens brancos, vestidos, de barba geralmente ruiva, que os portugueses julgavam franceses.²⁰

O valor desta informação não é grande, mas Gravier procura e, até certo ponto, consegue dar-lhe força. Eis como:

A Zeytung não traz data.

¹⁹ *Les Normands sur la route des Indes*.

²⁰ Eis o trecho como o traduz Humboldt: “Les habitants de cette côte ont raconté que de temps en temps ils y voient arriver d’autres vaisseaux dont l’équipage porte des habits semblants aux nôtres et qui ont presque tous la barbe rouge (blonde). Les Portugais croient d’après ces signes que ce sont des Français.” *Examen critique de l’histoire de la géographie du nouveau continent*, Paris, V. p. 244. Cf. *Les Normands sur la route des Indes*, p. 49.

Humboldt, que primeiro a conheceu, graças a Falkenstein, fixou a viagem nela descrita entre 1521 e 1540,²¹ reconhecendo porém que a solução que apresentava oferecia graves dificuldades. Varnhagen fixou-a primeiro em 1508 (viagem de Solis e Pinzon), depois, talvez por sugestões de Joaquim Caetano da Silva, em 1506 (narrativa da viagem de Gonçalo Coelho).

Gravier é de opinião que a viagem nele referida é a de 1501, em que veio Vespúcio como piloto, e serviu de chefe D. Nuno Manuel, segundo Varnhagen, ou André Gonçalves, segundo Cândido Mendes.

Para prová-lo, Gravier procura estabelecer um paralelo entre a expedição tal qual a narram as cartas de Vespúcio e a expedição narrada pelo *Zeytung*.²²

Esta comparação é feita com muito cuidado, e, diz o autor, mereceu a aprovação de autoridade tão eminente como D’Avezac.²³

Todavia não convence, pois, apesar de serem muitos e grandes os pontos de contato entre as duas viagens, as divergências ainda são maiores. Basta que nos lembremos:

- 1º) que os navegantes da *Zeytung*, depois de terem chegado aos quarenta graus sul, tornaram outra vez para o Brasil²⁴, ao passo que Vespúcio seguiu diretamente para a Europa;

21 *Examen critique*, V, p. 249. Se houvesse necessidade de novos argumentos para provar que Humboldt não tinha razão, bastaria citar a edição descrita por HARRISSE, sob o nº 100 da *Bibliotheca Americana Vetustissima*, edição que, como ali se demonstra, não pode ser posterior a 1516, ano em que deixou de imprimir o editor Oeglin. Cf. Varnhagen, *Examen de quelques points de l’histoire géographique du Brésil*, p. 51.

22 *Les Normands sur la route des Indes*, p. 45-48.

23 *Les Normands sur la route des Indes*, p. 49.

24 TERNAUX COMPANS, *Archives des voyages*, Paris s. d. 2 vol. 8º, III p. 306-309. Cf. *Brésil Français*, p. 25-26.

- 2º) que na *Zeytung* se afirma que já estavam conhecidas 600 a 700 léguas de terra, ao passo que Vespúcio veio na primeira expedição exploradora, quando o território era de todo desconhecido;
- 3º) que na *Zeytung* se fala em naturais que vestiam peles, circunstância que com certeza não teria escapado a Vespúcio, se dela tivesse tido conhecimento;
- 4º) que, enfim, da *Zeytung* se deduz que o fim principal da expedição era a viagem para a Malaca²⁵, ao passo que das cartas de Vespúcio este objeto não transparece na primeira viagem.

Parece, portanto, que não podem identificar-se as duas viagens, e portanto o testemunho dos indígenas só pode referir-se a uma época posterior a 1501.

Suponhamos um instante que Gravier tenha razão, que a *Zeytung* seja efetivamente a narrativa da expedição de 1501. O que se pode daí concluir é unicamente que os portugueses suspeitavam que os franceses tinham chegado ao sul do Brasil. Uma suspeita não é prova.

O trecho de Gonneville não parece mais concludente.

De alguns anos a esta parte, diz ele, os franceses têm ido ao Brasil.²⁶ Estes alguns anos de quando se deve contar? De 1503, em

25 A carta de Vespúcio, contemporânea da primeira viagem, em que se fala da passagem para Malaca, é apócrifa, no entender de Varnhagen. Entretanto, mesmo admitindo sua autenticidade, a melhor prova de que na primeira expedição não se tratou da passagem para Malaca é que a segunda expedição veio exclusivamente tratar deste objeto.

26 Eis textualmente o que diz Gonneville: “empuis aucunes années em cá les Dieppois et les Malouinois et autres Normands et Bretons vont quérir du bois à teindre em rouge, cotons, guenons et perroquets, et autres denrées”. D'AVEZAC, *Voyage de Gonneville*, p. 104.

que a 24 de junho partiram de Honfleur? De 19 de junho de 1505, em que Gonneville fez esta declaração?

Na última hipótese, incontestavelmente a mais provável, é preciso estar muito prevenido para enxergar nas palavras do marinheiro de Honfleur a afirmação do descobrimento do Brasil pelos franceses.

Na segunda, a que Gravier²⁷ admite, há mais verossimilhança incontestavelmente; mas que valor tem esta afirmação vaga, em que não se declinam nomes, em que não se especificam fatos, em que se não determinam lugares?

8. Em resumo:

A viagem de Jean Cousin é possível geográfica e historicamente; mas, à luz dos documentos conhecidos e dos argumentos dos que a defendem, não está provada.

A intervenção de Descaliers é dificuldade insolúvel; porque, ou fosse mais velho que Cousin ou da mesma idade que ele, não podia normalmente traçar cartas geográficas em 1553 e entretanto ele traçou-as e tais cartas existem.

A intervenção de Pinzon dá lugar à dupla dificuldade: ou se tem de admitir dois homens com o mesmo nome, com o mesmo caráter, com a mesma profissão, no mesmo tempo; ou se tem de admitir um só a representar papel que destoa de todos os seus precedentes, dos precedentes de Colombo, de todas as regras de verossimilhança.

A identidade entre parte da viagem de Cabral e parte da de Cousin; a quase identidade entre parte da viagem deste e parte da viagem de Vasco da Gama são novas dificuldades; patenteiam o orgulho nacional a esforçar-se por encobrir ao mesmo tempo a glória de duas nações rivais.

27 *Les Normands sur la route des Indes*, p. 41. Cf. D'AVEZAC, *Voyage de Gonneville*, p. 6.

A falta de documentos coevos, as contradições dos que defendem a tradição dieppense, que para admitir a viagem têm que socorrer-se a Desmarquets, único que a atesta, e para defendê-la têm que o atacar e modificar suas afirmações, são novas dificuldades.

E ainda há outras e outras.

Portanto, por ora, é impossível reconhecer que o descobrimento do Brasil é devido a franceses.

Fontes

DESMARQUETS, *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe et de la navigation française*, Paris – Dieppe, 1875, 2 vols. 12º, transcritas textualmente por Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, Paris, 1861, 2 vols. 8º (número 10557 do Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil), na parte que interessa ao Brasil.

Auxiliares

GAFFAREL, *Jean Cousin ou la découverte de l'Amérique avant Christophe Colomb*, apud *Revue Politique et littéraire*, vol. VI (2ª Série) p. 1038 e seguintes.

Idem, *Histoire du Brésil Français au seizième Siècle*, Paris 1878, 8º (nº 5721 do Cat. da Exp. de Hist. e Geog. do Brasil).

RAMIZ GALVÃO. *O novo livro do Sr. Paulo Gaffarel*, na Revista Brasileira, I, p. 56-69.

GABRIL GRAVIER. *Examen critique de l'Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, Paris, 1878, 8º (nº 2722 do Cat. da Exp. de Hist. e Geog. do Brasil).

Idem. *Les Normands sur la route des Indes*, Rouen, 1880, 8º.

9. Aqui pisa-se terreno mais sólido e passa-se do domínio de tradições vagas, incoerentes, quiçá inventadas, para fatos precisos e textos autênticos.

Desde o século XVI os espanhóis reclamaram como seu o descobrimento do Brasil, e ninguém ainda lho contestou com vantagem. Dúvidas e pontos obscuros existem – não há como negá-lo –, mas versam antes sobre minúcias do que sobre o fato fundamental.

Entretanto, é preciso desde o princípio fazer uma distinção. Há pretensões espanholas de duas ordens: umas que foram manifestadas desde o século XVI e têm sido defendidas sem solução de continuidade; outras que apareceram pela primeira vez em nosso tempo, há menos de trinta anos. As primeiras grupam-se à roda de Vicente Yañez Pinzon e Diego de Lepe; as segundas grupam-se à roda de Alonso de Hojeda e de Américo Vespúcio. Estas não têm a mesma origem, a mesma antiguidade que aquelas, nem o mesmo valor.

Vejamos.

10. Vicente Yañez Pinzon, segundo Pedro Martir, partiu de Palos com quatro caravelas nos princípios de dezembro de 1499²⁸

28 *Circiter calendas Decembris*, diz Pedro Martir p. 95; *a Palos oppido soluunt XVIII Novembris*, diz Grinoeus, *Novus orbis*, p. 119.

e pelas Canárias foi ao Cabo Verde, à Ilha de Santiago. Daí seguiu a 13 de janeiro²⁹ com vento de sudoeste pela proa e, navegadas trezentas léguas, passou a linha. Com o mesmo rumo seguiu mais duzentas e quarenta léguas, e por fim, depois de 14 dias de viagem desde Santiago,³⁰ no dia 26 de janeiro chegou a um cabo, a que deu o nome de *Santa Maria de La Consolacion*. Daqui foram beirando a costa e, depois de diversos incidentes, chegaram ao Haiti.

A viagem de Pinzon é de autenticidade inconcussa; em 1500, Juan de la Cosa e o governo espanhol; em 1501, Pedro Martir; em 1504, Angelo Trevisano, e desde então muitos outros, todos os historiadores, têm dado testemunho dela.

As dúvidas versam apenas sobre três incidentes: o ponto de partida entre Palos e Santa Maria de la Consolacion; o ponto de chegada; e o ponto até onde beirou o litoral americano.

11. Sobre o primeiro incidente calou-se Pinzon no depoimento que fez a 21 de março de 1513, e discordam dois de seus companheiros. Um, Pedro Ramirez, diz que o ponto de partida foi das ilhas de Anton, que Navarrete conjectura serem umas situadas quarenta léguas ao norte do Cabo Verde; outro, Diego Hernandez Colmenero, diz que foi da Ilha do Fogo.

Qual dos dois tem razão? D’Avezac pensa que Colmenero, porque o seu testemunho é apenas explicitamente contestado por Pedro Ramirez, ao passo que o deste, explicitamente condenado por Diego Hernandez Colmenero, é condenado implicitamente por Antonio Hernandez Colmenero e Manuel de Valdovinos, que dão acordes como ponto de partida as ilhas de Cabo Verde.

Não parece entretanto que qualquer das duas opiniões possa prevalecer; primeiro, porque a discordância que patenteiam

29 *Ibidus Januarii*, Pedro Martir, *De rebus oceanis*, p. 95.

30 NAVARRETE, *Viajes III*, p. 550. *Septimoe calendas Februarii*, diz Pedro Martir, p. 96.

enfraquece a ambas; segundo, porque foram exprimidas de 1513 a 1515, muitos anos depois do acontecimento a que se referem, quando já não devia estar fresca a lembrança que dele guardavam.

A opinião que parece mais provável é de Pedro Martir, que dá como ponto de partida a Ilha de Santiago.³¹ É certo que Pedro Martir não fez parte da viagem, mas, além de ter interrogado os marinheiros³² e o próprio Pinzon, a parte de suas “Décadas” que trata do assunto foi escrita em 1501, e por conseguinte oferece maiores garantias.

12. Qual o primeiro ponto do Brasil a que chegou Vicente Yañez Pinzon?

Interrogado a este respeito, declarou ele em Sevilha que fora o Cabo de Santo Agostinho, e o mesmo atestaram Garcia Hernandez (de Huelva) e Manuel de Valdovinos. Entretanto, Varnhagen é de opinião que foi o porto do Mucuripe.³³

Eis as razões que apresenta:

- 1º) Saindo das ilhas do Cabo Verde em rumo de su-sudoeste, não se pode chegar a Cabo de Santo Agostinho; entretanto, infere-se do depoimento dos companheiros de Pinzon que foi este o rumo seguido;
- 2º) A costa um pouco ao norte do Cabo de Santo Agostinho pende para leste; entretanto, a costa que Pinzon diz ter beirado corria a loeste quarta a noroeste;
- 3º) A distância do litoral descoberto por Pinzon foi oficialmente computada em seiscentas léguas; entretanto, a distância computada da costa de Santo Agostinho não confere.

31 *De rebus Oceanicis*, p. 95.

32 *Interrogati a me nautae*, diz a outro propósito, p. 96. Cf. J. Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazonie*, § 2546.

33 *História geral*, p. 78 e 79.

Estas objeções podem ser respondidas em poucas palavras.

1) Admitido que partido de Cabo Verde, em rumo de S. S. O., Pinzon não chegaria a Santo Agostinho, podem tirar-se daí duas conclusões:

Ou que Pinzon chegou realmente ao Cabo de Santo Agostinho;
Ou que não seguiu o rumo de S. S. O.

Varnhagen aceita a primeira, mas a segunda é a mais provável (admitido que no rumo de S. S. O. não se possa vir de Santiago a Santo Agostinho).³⁴

Em primeiro lugar Pinzon e seus companheiros declaram explicitamente que Santa Maria de la Consolacion é o mesmo Cabo a que os portugueses deram o nome de Santo Agostinho.

Em segundo lugar, há desacordo sobre o rumo: Pinzon e seus companheiros João de Umbria ou Ungria e Diego Hernandez de Colmenero não declaram rumo; Antonio Hernandez Colmenero diz sudoeste entre meias do sul; Pedro Ramirez e Manuel de Valdovinos dizem S.S.O., tudo de 1513 a 1515; Pedro Martir diz S.O. pela proa³⁵ em 1501; Trevisano diz que navegaram com ventos de leste, em 1504.³⁶ Quem pode decidir no meio de tantas afirmações contraditórias?

34 Um ilustrado oficial de marinha a quem consultei sobre o assunto escreveu-me o seguinte:

“Partindo de Santiago em rumo de S. S. O.,” verdadeiro (22°30’) passa-se umas trinta léguas ao mar do Cabo de Santo Agostinho.

Para chegar a Santo Agostinho, precisa-se de fazer o rumo de 25° a 26° S. O. verdadeiro.

Para chegar ao Mucuripe, é preciso fazer o rumo de 40° S. O. Veja-se sobre o assunto D’AVEZAC, *Americ Vespuce*, p. 112-113.

35 *De rebus Oceanicis*: Africum, quem suduestum appellant, qui medius inter Austrum est ac Zephyrum, capiunt in proram, p. 95. Veja-se a p. seguinte.

36 Quo vento (Apeliote) navigarunt. Apud Grinoeus, *Novus orbis*, p. 119.

Acresce que Pinzon em 1509 esteve outra vez no Cabo de Santo Agostinho³⁷ e que por conseguinte refrescou suas reminiscências; que a primeira viagem que fizera, realizando-se com mau tempo, a agulha não lhe podia dar indicações muito precisas; que as correntes não eram então conhecidas, etc.

2) Quanto à direção da costa, não parece que o argumento seja mais forte. Se a costa corre de um modo e Pinzon diz que ela corre de outro, por que dizer que Pinzon não correu esta costa, antes que dizer que ele não soube descrever a costa que correu?

Entretanto, esta é a opinião mais provável: porque, ao passo que não há desacordo quanto à sinonímia entre Consolacion e Santo Agostinho, há desacordo entre os companheiros de Pinzon quanto à arrumação do litoral. Pinzon dá *oeste quarta a noroeste*; de seus companheiros, Juan de Umbria dá *noroeste-sueste*; Antonio Hernandez de Colmenero, *nordeste*; o físico Garcia Hernandez, *no-roeste*. Prova de quanto uma viagem cursiva, narrada tantos anos depois de feita, é insuficiente para dela tirarem-se conclusões rigorosas.

3) E o cômputo *official* das léguas?

Este cômputo, felizmente publicado por Navarrete,³⁸ pode ser examinado; mas quem quer que se dê a este trabalho pode reconhecer tudo nele, menos caráter oficial.

Na provisão real aduzida por Varnhagen, trata-se simplesmente de um requerimento de Arias Perez e Diego Ferrandez, que na parte que tem importância para este ponto diz o seguinte:

Sepades que Arias Perez, é Diego Ferrandez, sobrinos de Vicente Yañez Pinzon, por ellos, e em nombre del dicho su tio nos

37 NAVARRETE, *Viajes y descubrimientos*, III, p. 47. Aí é citado Herrera. Decada I, liv. VIII, caps I e IX. Varnhagen contesta esta viagem, geralmente admitida, nas *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin*, p. 16 e 52.

38 *Viajes y descubrimientos*, III, 82.

ficieran relacion por su peticion, diciendo: que el dicho su tio é elles, com nuestra licencia, puede Haber um año poço mas o menos, que armaron cuarto carabelas para descobrir em lãs partes de las Indias, com las cuales siguieran su viaje em nuestro serviço, em que deshoriron seiscentas leguas de terra firme em ultra mar.

Isto é cômputo oficial? É cômputo simplesmente de Arias Perez e Diego Ferrandez; como tal tem tanto valor quanto o de Juan de Umbria, cujo cálculo é de 800 léguas; e o do físico Garcia Hernandez, que calculava em 750 léguas percorridas até Paria.

Suponhamos, porém, que fosse oficial; em que assentava? houvera nova expedição que verificasse a distância? que garantia nos oferece?

Varnhagen apresenta ainda outros argumentos a favor do Mucuripe como primeiro porto a que chegou Vicente Yañez Pizon.³⁹

Juan de la Cosa em 1500 situa o cabo descoberto por Pinzon muito a *loeste* da terra descoberta por portugueses; entretanto, o Cabo Santo Agostinho fica bastante a *leste* desta terra.

Diego Ribero em 1529 indicou o descobrimento de Pinzon para *leste* do Cabo de São Roque e não para o *sul*.

É exato.

Deve-se, porém, notar que o mapa de Juan de la Cosa foi desenhado em outubro de 1500,⁴⁰ antes de haver sido explorado o sul do Brasil, e portanto não pode neste ponto ter a importância e o peso que lhe são reconhecidos para a costa do norte.

Quanto ao mapa de Diego Ribeiro, este prova simplesmente uma coisa: que em 1529 ele cometeu um erro que muitos anos

39 *História geral*, p. 79.

40 *L'Oyapoc et l'Amazon*, II, § 2564.



antes fora evitado. Com efeito, na *Charta marina Portugalensium*, desenhada, segundo a opinião de Peschel,⁴¹ entre 1501 e 1504, ao sul do Cabo de São Roque está situado o Cabo de Santa Cruz. Ora, que Cabo de Santa Cruz e Cabo de Santo Agostinho são um e o mesmo lugar depuseram Garcia Hernandez o físico, Garcia Hernandez (de Huelva) e Manuel de Valdovinos.

Atinente ao primeiro ponto do Brasil a que aportou Pinzon, temos ainda uma questão a estudar.

Santa Maria de la Consolacion e Rostro Hermoso são um e o mesmo lugar? Afirmam-no Garcia Hernandez, o físico, Pedro Ramirez, Diego Hernandez Colmenero e Manuel de Valdovinos.

Humboldt implicitamente é desta opinião, e Peschel diz muito claramente: o primeiro ponto da costa que chamaram Rostro Hermoso ou Cabo de la Consolacion recebeu mais tarde dos portugueses o nome de Cabo de Santa Cruz ou de Santo Agostinho.⁴²

Apesar de comprovada por tantos testemunhos contemporâneos, reforçados por autoridades como Humboldt e Peschel, esta opinião não é verdadeira.

Prova-o a capitulação que os reis de Espanha assentaram em Granada com Vicente Yañez, a 5 de setembro de 1501.

Aí se lê:

*Tenemos que en quanto nuestra merced e voluntad fuere... vos el dicho Vicente Yañez... “seades” nuestro Capitan e Gobernador de las dichas tierras de suso nombradas desde la dicha punta de Santa Maria de la Consolation siguiendo la costa hasta Rostro Hermoso, é de alli toda la costa que se corre al Norueste hasta el dicho Rio que vos posites nombre Santa Maria de la Mar-dulce.*⁴³

41 *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, p. 255, nota 7.

42 *Gestichte des Zeitalters der Entdeckungen*, p. 255.

43 *Revista do Instituto*, XXII, p. 446. Cf. VARNHAGEN, *Examen de quelques points*, § 42.

Esse documento serve também para provar que é de Rostro Hermoso e não de Santa Maria de la Consolacion que a costa corre para noroeste, e que por conseguinte os argumentos tirados por Varnhagen, da arrumação da costa, não têm o valor que ele lhes atribuiu.

13. Qual o termo dos descobrimentos de Pinzon na viagem de 1499-1500?

As opiniões variam; mas, depois que Joaquim Caetano da Silva examinou tão magistralmente o assunto, não pode haver mais dúvida: foi o Cabo de Orange, primitivamente conhecido pelo nome de Cabo de São Vicente, e o Rio de Oiapoque, há tanto tempo conhecido pelo nome de Rio de Vicente Pinzon.

Para prová-lo, o ilustre brasileiro acumulou tantos documentos e tão ligados que se torna difícil expô-los. Basta dizer que Pinzon deu como último descobrimento seu a província de Paricura, nome tirado de índios que habitavam o Cabo de Orange e suas imediações; que os nomes antigos daquelas terras (terra de Santo Ambrósio e Cabo de São Vicente) estão de acordo com o nome dos santos comemorados pela igreja no tempo em que deve ter sido a viagem: que o nome de Vicente Pinzon, dado ao Oiapoque desde tempos imemoriais, é uma tradição viva de sua passagem por lá.

14. Passemos agora a Diego de Lepe.

Deste sabe-se apenas que, partindo de Cadiz ou Palos⁴⁴ pouco depois de Pinzon, encaminhou-se à Ilha do Fogo, no Cabo Verde. Daí seguiu em rumo aproximadamente de sudoeste, chegou ao Cabo de Santo Agostinho, que dobrou até certa distância. D'Avezac

⁴⁴ Cf. D'AVEZAC, *Americ Vespuce*, p. 107. VARNHAGEN, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, § 51.



é de opinião que ele chegou até o Rio de Contas,⁴⁵ mas, em falta de documentos, tal opinião não pode ser sustentada nem combatida.

Do ponto extremo a que chegou ao sul de Santo Agostinho – *Baía de Santa Julia*, segundo seu companheiro Alonso Rodriguez de la Calva, *Rio de S. Julian* segundo Christobal Garcia –, voltou para o norte, e, depois de incidentes sabidos, encaminhou-se para as colônias espanholas.

15. Menos conhecida ainda que a viagem de Diego de Lepe é a de Velez de Mendonza, cuja licença para descobrir terras é de 18 de agosto de 1500.

Segundo uns, foi apenas um dos companheiros de Diego de Lepe.

Segundo outros, ele fez efetivamente a viagem e dobrou o Cabo de Santo Agostinho para o sul.

Atualmente é impossível ter opinião fundada sobre o assunto.⁴⁶

16. Passemos agora às pretensões espanholas, quais as manifestou o nosso eminente compatriota Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, na primeira edição de sua *História geral* em 1854.⁴⁷

Diz ele que dez meses antes de Cabral, em junho de 1499, Alonso Hojeda, navegando em companhia de Juan de la Cosa e Américo Vespúcio, aportou ao delta do Açu, no Rio Grande do Norte.

Expor os seus argumentos e tomá-los na consideração que merecem é trabalho que exigiria largos desenvolvimentos. O

45 *Considérations géographiques*, p. 77.

46 Sobre a viagem de Velez de Mendonza, v. NAVARRETE: *Viajes y descubrimientos*, III, p. 555 e 594; D'AVEZAC, *Considérations géographiques*, nota Y, p. 227-229; PESCHEL, *Geschichte der Entdeckungen*, p. 258-259.

47 *História geral* I, p. 24-25. Estas ideias foram depois sustentadas pelo mesmo autor em quase todos os trabalhos que desde então deu à luz.

próprio Varnhagen empregou neste afã muitos anos de sua vida, argumentando, desenvolvendo, retificando. Entretanto, algumas considerações bastarão para mostrar que não se pode incluir Vespúcio Hojeda entre os descobridores do Brasil.

Se Vespúcio afirma que chegou aos 5 graus de latitude sul, Hojeda afirma que chegou apenas a 200 léguas de Paria, isto é, aos 4 1/2 graus de latitude norte, segundo o cálculo de Joaquim Caetano da Silva.⁴⁸ Os dois testemunhos contradizem-se, anulam-se por conseguinte, e nem se pode combater o de Hojeda em nome de Vespúcio, nem o de Vespúcio em nome de Hojeda. O que se deve fazer é procurar testemunhos complementares, que façam inclinar a balança a favor de um ou de outro.

Felizmente abundam.

Na mesma viagem em que foram Hojeda e Vespúcio ia Juan de la Cosa, cujo testemunho é portanto igual ao deles em valor.

Vejamos, pois, o que diz a este respeito Juan de la Cosa.

“Em sua carta”, diz Silva,

200 leguas de littoral, contadas da em cujo limite occidental está escripto motes, isto é, mōtes, e cujo limite oriental é formado por uma longa ponta, situada na latitude septentrional de quatro grãos e meio e tendo ao sul o nome de tierra de s. ambrosio.

Esta bahia é a do Oyapok.

A latitude de sua ponta oriental prova-o claramente – quatro grãos e meio.

E esta indicação é confirmada pela de mōtes ao outro lado da baía, isto é, por essas montanhas características do Oyapok, que deviam na viagem que fizeram do sul para o norte, necessariamente ter chamado a atenção de Vicente

⁴⁸ *L'Oyapoc et l'Amazon*, II, § 2569.



Pinzon e Lepe, pelos quaes regulou-se Juan de la Cosa quanto à parte meridional de sua charta.⁴⁹

Por conseguinte, Juan de la Cosa está de acordo com Hojeda: isto é, como este diz que não navegaram até a linha e que nem chegaram aos limites setentrionais do Brasil, quanto mais aos cinco graus de latitude sul.

Passemos agora de Hojeda e seus companheiros Juan de la Cosa e Américo Vespúcio aos companheiros de Pinzon.

Vejamos se estes dizem alguma coisa a tal respeito.

Dizem:

Juan de Umbria declara que “*nunca antes que esta tierra descubriesen no habia ido por alli el dicho Almirante (Colombo) ni otra persona de estos reinos*”; Garcia Hernandez, físico, que ia na viagem por escrivão d’El-Rei, declara que “*antes nunca habia sido descubierta aquela tierra ni hombre la habia descubierta*”; Diego Hernandez Colmenero declara que “*la dicha tierra no estava descubierta antes*”; Garcia Hernandez (de Huelva) declara que “*aquella costa nunca la descubrió otra persona ninguna salvo el dicho Vicente aões*”. Os outros companheiros não se explicam a tal respeito; porém, usando da palavra *descubrir*, implicitamente estão de acordo.

Quanto a Pinzon, este também não diverge.

“Vicente Pinzon”, diz Silva,⁵⁰

qualifica de descoberto seu reconhecimento do Cabo de Consolacion – DESCUBRIÓ; emprega a mesma expressão para a costa compreendida entre este cabo e o Amazonas – DESCUBRIÓ a mesma expressão para o Amazonas, DESCUBRIÓ; a mesma expressão para a provincias dos Paricuras

49 *L'Oyapoc et l'Amazon*, II, §§ 2568 e 2569.

50 *L'Oyapoc et l'Amazon*, II, § 2558.

– DESCUBRIÓ. Mas quanto à costa compreendida entre a provincia dos Paricuras e a boca septentrional do golfão de Paria, elle limita-se a dizer que a perlongou – CORRIÓ DE LUENGO.

Por que esta differença?

É que nestas ultimas paragens, Vicente Pinzon fôra precedido por Christovam Colombo em 1498 e por Alonso de Hojeda em 1499.

Assim, temos de um lado o testemunho isolado de Vespúcio, dizendo que veio ao Brasil em 1499 com Hojeda e Juan de la Cosa, segundo Varnhagen; temos de outro lado o testemunho destes, dizendo que não passaram de duzentas léguas ao sul de Paria, aos 4 1/2 de latitude norte; temos o testemunho de Juan de Umbria, de Garcia Hernandez, o físico, de Diego Hernandez Colmenero, de Garcia Hernandez (de Huelva), de Pinzon, que todos afirmam a prioridade do descobrimento de Pinzon.

Se passarmos dos contemporâneos imediatos de Vespúcio e Hojeda, a concordância é a mesma: Las Casas⁵¹ não diz que Vespúcio e Hojeda tivessem passado a linha, Herrera⁵² diz positivamente que Pinzon foi o primeiro espanhol que a passou.

17. Diante de tantos testemunhos, não é permitido hesitar.

Por que, entretanto, Varnhagen não só hesitou como declarou única verdadeira a narrativa de Vespúcio?

É difícil dizê-lo em poucas palavras. Basta, porém, saber-se que Vespúcio assegura ter feito duas viagens por conta do governo espanhol antes do ano 1501, em que passou ao serviço de Portugal.

51 *Historia de las Indias*, cap. 145, vol. II, p. 397.

52 *...i habiendo navegado setecientas Leguas, perdió el Norte i paso la linea equinocial, siendo el primer súbdito de la Corona de Castilla, i de Leon que la atraveso*, Decada I, liv. IV, cap. VI.

Desde que Humboldt na sua obra monumental sobre a Geografia do Novo Mundo estudou a questão intrincadíssima do navegador florentino, ficou geralmente admitido que a primeira viagem teve lugar em 1499, sob as ordens de Hojeda.

Quanto à segunda, as opiniões não estão ainda acordes: Humboldt, depois de hesitar entre a viagem de Pinzon e a de Lepe, decidiu-se pela primeira;⁵³ D’Avezac opta pela segunda;⁵⁴ Peschel parece de opinião que Vespúcio não fez tal viagem.

Foi por esse tempo que apareceu o livro do Visconde de Porto Seguro, em que este procurou provar que a primeira viagem de Vespúcio não tivera lugar em 1499, mas em 1497; não na América meridional, mas na América do Norte, pelas costas de Iucatan, Flórida e oriente dos Estados Unidos, até além do Rio São Lourenço.

Fazendo isto, é bem claro que na segunda viagem, quer ela tivesse lugar com Hojeda, como sustenta Varnhagen, quer fosse com Pinzon, como propõe Humboldt; quer com Diego de Lepe, como opina D’Avezac; é bem claro que Vespúcio esteve no Brasil.

Isto, porém, não é uma novidade, e Humboldt já tinha chegado a esta conclusão em 1836.

O que, porém, daí não pode deixar de concluir-se é:

- 1º) quão pouca confiança merecem, isolados, os escritos de Vespúcio, pois nas mãos de Humboldt dão-nos uma viagem à América do Sul; nas mãos de Varnhagen dão-nos uma viagem à América do Norte;
- 2º) que sendo a primeira viagem de Vespúcio em companhia de Hojeda e Juan de la Cosa, como o demonstrou

53 *Examen critique*, IV, p. 200-213, 230-301.

54 *Americ Vespuce*, p. 106-110.

Humboldt e Varnhagen não o destruiu; o melhor argumento de que Hojeda não veio ao Brasil é tê-la Varnhagen empurrado tanto para o norte que quase roçou pelas terras polares.

18. Em resumo:

Está provado que, saindo de Palos a 18 de novembro de 1499 com quatro caravelas, Vicente Yañez Pinzon foi pelas Canárias ao arquipélago de Cabo Verde;

- que de uma das ilhas deste arquipélago – a de Santiago –, partindo ao rumo de SSO, depois de 540 léguas, ele chegou a uma terra ao sul do equador, a 26 de janeiro de 1500;
- que esta terra é o Brasil e que o cabo a que ele deu o nome de *Santa Maria de la Consolacion* é o de Santo Agostinho;
- que daí seguiu para o norte beirando a costa e descobriu o rio mais tarde chamado das Amazonas, a que deu o nome de *Mar-dulce*;
- que daí perlongando a costa chegou até o Cabo de Orange, a que deu o nome de São Vicente, e ao Rio Oiapoque, que se ficou chamando Vicente Pinzon;
- que este ponto foi o último do Brasil em que tocou.

Quanto a Diego de Lepe, está provado que, saindo de Palos ou Cadiz em dezembro de 1499, foi ter à Ilha do Fogo, no Cabo Verde;

- que partindo daí, em rumo que deve ser aproximadamente o mesmo que o de Pinzon, chegou ao Cabo de Santo Agostinho;
- que o dobrou e seguiu para o sul durante algum tempo;

- que depois tornou para o norte e seguiu o mesmo rumo de Pinzon e quase na sua esteira.

Fontes

Probanzas hechas por el fiscal Del Rey em lo pleito que siguió contra el Almirante de Indias D. Diego Colon, preguntas 5ª, 7ª e 8ª ap. Navarrete, Coléción de los viajes e descubrimientos que hicieram por mar los Españoles desde fines del siglo XV, Madrid, 1825-1837, 5 vol. 4^{to}.

JUAN DE LA COSA, *Mappa Mundi*, ap. Jomard, *Les monuments de la géographie*, Paris, s. d., fol.

Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum. Basilese, 1532, fol. (nº 798 do Cat. da Exp.).

P. MARTYR DE ANGLERA, *De rebus oceanicis et novo orbe decades tres*, Coloniae, 1574, in-8º.

AMERICO VESPUCIO... *Ses écrits...* par F. A. de Varnhagen. Lima, 1865, folio (nº 836 do C. da Exp.)

Auxiliares

HUMBOLDT, *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique au quinzième et seizième siècle*, Paris, 1836-1839, 5 vols. in-8º.

VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, 1ª edição. Madrid, 1854-1857, 2 vols., in-8º, e 2ª, Vienna, 1874 (nºs 5396 e 5399 do Cat. da Exp.).

Idem, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, Paris, 1858, in-8º. (nº 5398 do Cat. da Exp.).

D'AVEZAC, *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil*, Paris 1857, in-8º (nº 5397 do Cat.).

Idem. *Les Voyages d'Améric Vespuce au compte de l'Espagne*, Paris, 1858, in-8º (nº 835 do Cat.).

SILVA, *L'Oyapoc et l'Amazone*, Paris, 1862, 2 vols. in-8º.

PESCHEL, *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*², Stuttgart, 1877, in-8º.

19. Também nestas é indispensável fazer uma distinção. Há pretensões portuguesas manifestadas desde o século XVI; há pretensões portuguesas só apresentadas ulteriormente. As primeiras associam-se ao nome de Pedr'Álvares Cabral e seus companheiros; as segundas estão vinculadas a João Ramalho.

Em um escrito datado de 3 de julho de 1784, afirmou o seguinte Frei Gaspar da Madre de Deus:

Eu tenho uma cópia do testamento original de João Ramalho, escripto nas notas da villa de São Paulo pelo tabellião Lourenço Vaz, aos 3 de Maio de 1580.

Á factura do dito testamento, além do referido Tabellião, assistirão o juiz ordinário Pedro Dias e quatro testemunhas, os quaes todos ouvirão as disposições do testador. Elle duas vezes repetio que tinha alguns noventa annos de assistên-
cia nesta terra, sem que alguns dos circumstantes lhe advertisse que se enganava, o que certamente farião si o velho por caduco errasse a conta...

Si pois na era de 1580 contava João Ramalho alguns 90 annos de residencia no Brazil, segue-se que aqui entrou em 1490, pouco mais ou menos; e como a America pela parte do

Norte foi descoberta em 1492, resulta que no Brazil assistirão Portuguezes 8 annos (sic) pouco mais ou menos, antes de se saber na Europa que existia um mundo novo.⁵⁵

Mutatis mutandis, o intuito de Frei Gaspar da Madre de Deus é idêntico ao de Desmarquets. Há apenas uma ligeira diferença. Não houve um Estacelin ou um Gaffarel que elaborasse as afirmações broncas do escritor paulistano, e lhes desse consistência e aparência de força. Pelo contrário, Cândido Mendes dissecou-as, e de tal modo mostrou a niilidade delas que nada mais deixou a fazer-se.

20. Vejamos com um pouco de cuidado o que valem as palavras de Frei Gaspar, e admitamos que o testamento seja autêntico.

A falta de protesto das testemunhas nada prova. Elas vieram para atestar que João Ramalho fizera tais e tais declarações, não que tais e tais declarações feitas por ele eram verdadeiras.

De mais, como poderiam saber se o eram? Só vindo com ele, só tendo por conseguinte uns 110 anos pelo menos. Esta reunião de centenários não é circunstância tão comum que sirva para provar um fato duvidoso.

Se, porém, não tinham vindo com ele, as testemunhas nada sabiam com certeza, e a sua adesão, ou antes o seu silêncio, nada significa.

Mas que diz em suma o testamento? Que João Ramalho tinha uns noventa anos de assistência no Brasil. Ora, *alguns noventa anos* quer dizer menos de noventa – portanto este cômputo não comprova, *prima facie*, a asserção de Frei Gaspar.

Nem o comprova igualmente a seguinte afirmação de Taques Paes Leme, escritor mais antigo, mais crítico e mais consciencioso:

55 *Revista do Inst. Hist.*, II, p. 426-427.



“Antonio Rodrigues, genro de Pequiroy, veio com Ramalho a São Paulo 30 annos quasi antes de chegar em 1531 Martim Affonso de Souza a São Vicente.”⁵⁶

Trinta anos antes, ao mesmo tempo que nos leva a 1502, data que Cândido Mendes já demonstrou ser a verdadeira,⁵⁷ mostra que *alguns noventa anos* eram simples aproximação, e que nem chegavam a oitenta.

Argumentamos na suposição do testamento, aduzido por Frei Gaspar, ser verdadeiro: sê-lo-á, porém, realmente?

Todas as probabilidades são que não o é.

Em primeiro lugar, é quase certo que João Ramalho morreu nas proximidades de 1558.⁵⁸

56 *Nobliarchia Paulistana* na *Revista do Instituto Histórico*, vol. XXXIV parte I, p. 8.

57 *Revista do Instituto*, vol. XL parte II, p. 163-247.

58 *Revista do Instituto Histórico*, XL, parte II, p. 356. AZEVEDO MARQUES nos *Apontamentos históricos da província de São Paulo*, Rio, 1879, 2 vols. 4., s. v. *João Ramalho* apresenta documentos que mostram o pouco valor da afirmação de Frei Gaspar, mas ao mesmo tempo mostram que João Ramalho só morreu depois de 1562. Varnhagen cita na *História geral* 2, p. 605, outro documento em que João Ramalho ainda é dado como vivo a 22 de abril de 1568.

A questão de João Ramalho é uma das mais embaraçadas da história primitiva do Brasil.

Ainda ninguém tornou bem claro que nos primeiros tempos de São Paulo houve pelo menos dois João Ramalho. Um é o bacharel da Cananeia, deixado em 1502 pela primeira expedição exploradora, pai dos mamalucos, inimigo dos jesuítas. Outro, sogro de Jorge Ferreira é um cavaleiro português, que veio para o Brasil muito mais tarde, com Martim Afonso ou logo depois.

Taques Paes Leme, que no trecho acima citado dá notícia do primeiro e torna assim bem clara a distinção, em outros lugares perde-a de vista.

Cândido Mendes, o homem que melhor estudou o assunto, também não faz a distinção, e por isso é um pouco injusto com Taques.

Além desses dois, cuja existência não pode ser posta em dúvida, julgo que ainda há terceiro, provavelmente filho do primeiro. É este que suponho ter sido eleito a 24 de maio de 1562 para capitão de guerra contra os índios do Paraíba (Azevedo Marques, II, 215). O primeiro, que a 15 de fevereiro de 1564 alegava a sua idade para não aceitar o cargo de vereador (Azevedo Marques, II, 27), não parece o mais próprio para o comando da expedição guerreira.

Em todo caso, isto não passa de simples suposição, a que o tempo se encarregará de dar o devido valor.



Em segundo lugar, a assistência de testemunhas prova demais. Em terceiro lugar, nem Frei Gaspar viu o original do testamento, nem o publica, nem diz como houve a cópia de que se serviu.

Em quarto lugar, nem Pedro Taques, um dos mais profundos investigadores da história pátria que tem havido, nem qualquer outro cronista, dão notícia de documento de tal importância.

Por estes motivos pode-se concluir:

Ou o testamento não é autêntico, e não pode, portanto, servir de base a qualquer afirmação;

Ou é autêntico e estudado conscienciosamente não contém implícita ou explicitamente a afirmação da chegada de João Ramalho ao Brasil, antes de Pinzon e Lepe, e muito menos antes de ter a América sido descoberta por Cristóvão Colombo.⁵⁹

21. A viagem de Cabral é muito conhecida.

Saindo do Tejo, segunda-feira 9 de março de 1500, com treze navios, a 14 passou entre as Canárias e houve a 22 vista da Ilha de São Nicolau, uma das do Cabo Verde. Aí desgarrou-se a nau de Vasco de Ataíde, que, apesar das diligências que empregou o capitão-mor, não se pôde encontrar mais.

Do Cabo Verde, fazendo rumo aproximadamente de sudoeste, a 21 de abril a armada descobriu sinais de terra em uma grande quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam *bote-lho* e *ra-bo-de-asno*.

No dia seguinte, quarta-feira 22 de abril, pela manhã, acharam aves chamadas *fura-buchos*, e à tarde, um grande monte redondo e muito alto, com outras serras mais ao sul, e terra coberta de grande arvoredo. O capitão-mor deu ao monte o nome de Monte Pascoal e à terra o de Vera Cruz.

⁵⁹ Varnhagen, que debalde procurou o original do testamento em São Paulo, sugere que o testamento deve ter sido feito a 3 de maio de 1570 e não de 1580, e que nos anos de assistência se escreveu ou se leu noventa em vez de sessenta. *História geral*2, p. 605.



Nesta noite ancoraram obra de seis léguas de terra.

Ao outro dia aproximaram-se até a distância de meia légua, lançando âncora em direitura à boca de um rio.⁶⁰ Foi a examiná-lo Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama na viagem à Índia, e o primeiro português conhecido que pisou em território brasileiro.

À noite ventou tão rijo de sueste que fez garrar as naus, pelo que sexta-feira, às 8 horas da manhã, a armada fez-se de vela ao longo da costa, à procura de um surgidouro, que foi encontrado daí a dez léguas.

Sábado, 25 de abril, a armada, que na véspera surgira cerca de uma légua do recife que protegia o ancoradouro, entrou no porto, que por sua excelência foi chamado Porto Seguro.

Domingo, 26 de abril, armou-se uma esparavel num ilhéu da baía, e nele cantou-se missa e houve sermão. No mesmo dia foi decidido em conselho mandar-se a El-Rei notícia da descoberta pelo navio de mantimentos.

Segunda-feira, 27 de abril, foram à terra Mestre Joanes Emenelaus, o piloto do capitão-mor e o de Sancho de Toar, e, tomando a altura do sol ao meio-dia, acharam a latitude meridional de dezessete graus.

Terça-feira os carpinteiros começaram a fazer uma grande cruz, padrão que devia atestar aos que viessem posteriormente que a terra já fora descoberta por El-Rei de Portugal.

No dia 1º de maio desembarcou a gente da armada, a procurar o melhor lugar para ser plantada a cruz. Escolhido o local, enquanto uns preparavam a cova, foram outros, à maneira de procissão, buscar a cruz, que plantaram, depois de pregadas as armas e divisas reais.

60 Este rio, segundo o Sr. General Beaurepaire Rohan, é o Cahy. *O primitivo e actual Porto Seguro*, p. 15-16.



No dia 2 saiu para a Índia Pedr'Álvares Cabral e para o reino, o emissário que devia levar a notícia.

Na terra ficaram dois degredados, dos vinte que iam na armada, além de dois grumetes que fugiram, segundo nos diz Caminha.

Tal é, nos traços gerais, a navegação de Álvares Cabral. De seu roteiro e da correspondência com a corte não há memória; mas da estadia no Brasil e dos incidentes que aqui se deram, temos uma crônica minuciosa e encantadora de Pero Vaz Caminha, em alguns pontos completada pela carta do Mestre Joanes Emenelaus e pela história da navegação, feita por um piloto da expedição.

Seria fácil com estes documentos multiplicar pormenores; é porém preferível discutir os pontos controversos.

22. O primeiro a estudar é se o Brasil foi ou não descoberto por acaso.

Em uma memória que tem sido merecidamente elogiada, o Sr. Joaquim Norberto é de parecer que o descobrimento não foi casual.

O principal fundamento de sua opinião é um trecho da carta escrita de Porto Seguro a D. Manuel por Mestre Joanes Emenelaus. Diz o mestre que em um antigo mapa-múndi, pertencente a Pero Vaz Bisagudo, poderá El-Rei ver o sítio da terra. O mapa-múndi, que também representa a Mina, não certifica se a terra é habitada ou não.

Esse trecho, que abaixo vai fielmente transcrito,⁶¹ é de uma obscuridade desesperadora. Se já houvesse suspeita de que a descoberta do Brasil não fora casual, poder-se-ia até certo ponto

⁶¹ *Quanto senor al sitio desta terra mande vosa alteza traer um mapamundy que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podra ver vosa alteza el sytyo desta terra en pero a qual mapamundy non certyfica esta terra ser habytada e no es mapamundy antiguo e ally halla vosa alteza escrita tambyen la mna.* VARNHAGEN, *Historia geral*, I, 423.



considerá-lo como um indício favorável; mas Gonçalves Dias já demonstrou que, pelo contrário, todos os testemunhos, a começar pelo de D. Manuel, são acordes em declarar o descobrimento como inopinado e fortuito.

E não é só isto: Joanes Emenelaus assegura ter visto o mapa-múndi; mas El-Rei tanto não o vira que o mestre lhe diz: "*mande vosa alteza traer*". E quem nos assegura que o tivessem visto Pedr'Álvares Cabral e seus companheiros? Entretanto, esta circunstância é indispensável para a proposição do Sr. Norberto ser admitida.

O descobrimento do Brasil explica-se muito mais facilmente pela viagem de Vasco da Gama, pelas instruções que redigiu e pelo meio social.

Como observa Peschel,⁶² Vasco da Gama, em sua primeira viagem para a Índia, passara por algum tempo ao longo das costas do Brasil, sem as reconhecer, pois, saindo do Cabo Verde a 3 de agosto de 1497, no dia 22 achava-se a 800 léguas da costa africana, isto é, a 45° ao ocidente do sul da África.

Se então não descobriu o Brasil, deve-se talvez a circunstâncias insignificantes, a menos que não o seja à resolução firme em que estava o grande nauta de não se divertir em outras empresas antes de dar conta da missão de que fora incumbido.⁶³

No trecho do *Roteiro* de Vasco da Gama está notada uma circunstância cujo alcance escapou a Peschel, mas que é preciso

62 *Geschichte des Zeitalters der Entdeckungen*, p. 263.

63 Eis o trecho do *Roteiro* de Vasco da Gama:

E huuma quynnta feira que eram tres dias d'agosto partimos em leste (de Santiago), e hindo huum dia com sull quebrou a verga ao Capitam moor, e foy em XVIII dias d'agosto, e seria isto CC legoas da Ilha de Santiagono, e pairamos com o traquete e o papafigo dous dias e huuma noute, e em XXII do dito mês hindo na volta do mar ao sull e a quarta do sudueste, achamos muitas aves feitas como garçoens, e quando veo a noute tiravam contra o susoeste muito rrigas como aves que hiam pera terra, e neste mesmo dia vimos huuma baléa, e isto bem oytocentas legoas em mar. Roteiro de Viagem de Vasco da Gama, Lisboa, 1861,8°, p. 3.



pôr em evidência: as aves que à noite tiravam contra sudoeste, tão rijas como aves que iam para terra. Os portugueses, diz-nos o filho de Cristóvão Colombo,⁶⁴ fizeram a maior parte de suas descobertas regulando-se pelo voo das aves; o descobridor da América muitas vezes regulou por elas o seu rumo. É, pois, fora de dúvida que Vasco da Gama teve não suspeita, como nos assegura Camões, mas certeza de uma terra ainda não conhecida.

Nas longas entrevistas que teve com Pedr'Álvares é natural que o ousado marinheiro mais de uma vez lhe falasse no problema que presentira, sem conseguir dar-lhe solução. Talvez este intuito até certo ponto haja influído sobre as instruções que formulou.

“Estas instruções”, interpreta D’Avezac,

si attendermos á direcção conhecida dos ventos aliseos do hemispherio austral, equivalem a uma recommendação expressa de tomar a partir do encontro delles, a bordada de sudoeste para correr com amuras a bombordo, emquanto o vento escasseasse, fazendo bom caminho para ganhar a região ulterior, em que o vento permitisse governar direito a léste para dobrar o Cabo.⁶⁵

Nestas instruções já está implícito o descobrimento do Brasil, e a melhor prova é a frequência com que aqui vieram ter os que as seguiram, a começar de Cabral em 1500 e de João da Nova em 1501.

64 Eis o trecho no que interessa à questão: “*diciendo (Cristóvão Colombo) qui si mudaba camino lo hacia porque no era mui distante dei suio principal, i seguir la raçon, i experiencia de los Portuguezes que havian descubierto la maior parte de sus islas por el juicio, i buelo de semejantes Jajaros.*” *La Historia de O. Fernando Colon*, cap. XX, apud BARCIA, *Historiadores primitivos de las Indias Occidentales*, Madrid, 1749, 3 vols, fol. I, p. 19. Vejam-se também os capítulos XVIII e XIX.

65 *Considerations géographiques*, nota D. p. 159. Cf. GASPAR CORREA, *Lendas da Índia*, I, p. 149. VARNHAGEN, *História Geral* 1, I, p. 13, 422; e D’AVEZAC, *Relation authentique du voyage du Capitaine de Gonneville*, p. 65.



Além dos sinais de terra entrevistos por Vasco da Gama em sua primeira viagem, e das instruções que formulou, concorreu eficazmente para o descobrimento do Brasil o estado então vigente dos espíritos: “a intensa curiosidade movida pelos recentes descobrimentos no Novo Mundo e a nobre emulação que tais descobrimentos, feitos em serviços de uma nação competidora, haviam de excitar no ânimo de homens que, seguindo outro rumo, tantos louros tinham ganhado na carreira das empresas marítimas.”⁶⁶

Pensando estes fatos, diz Major que podemos facilmente duvidar se este rumo para sudoeste não foi empreendido por Cabral na esperança de ir dar a alguma terra do novo mundo ocidental.

23. Outro ponto controvertido é o motivo por que Cabral deu à terra que descobriu o nome de Vera Cruz.

Segundo Castanheda,⁶⁷ foi por causa da Cruz que ali mandou plantar a 1 de maio.

Gaspar Correa⁶⁸ diz que porque a ela chegaram a 3 de maio.

Ambas estas afirmações não têm, porém, consistência, porque Cabral pôs o nome à terra, segundo se deduz de Vaz de Caminha, no mesmo dia em que pôs o nome de Monte Pascoal – isto é, a 22 de abril.

Caminha nos dá o verdadeiro motivo do nome:

... pregou (Frei Henrique) uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho e em fim dele tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, *conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos.*

66 *Vida do Infante D. Henrique de Portugal*, p. 467. Varnhagen tinha antes expressido ideias semelhantes.

67 *Descobrimento e conquista da Índia*, livro I, cap. 31.

68 *Lendas da Índia*, I, p. 152.



O nome de Vera Cruz imposto por Cabral, como é sabido, durou muito pouco tempo. Em 1501, nas instruções a João da Nova, é transformado no de Ilha da Cruz; na carta escrita por D. Manuel⁶⁹ aos reis católicos a 29 de julho do mesmo ano, tem o nome de Santa Cruz; no roteiro de Gonville (1503-1505) já tem o nome de Brasil,⁷⁰ que naturalmente lhe foi comunicado por Diogo do Couto e Bastião de Moura, portugueses da equipagem; em 1511 aparece já esse nome em documento oficial.⁷¹

24. Outro ponto controvertido é se o atual Porto Seguro é o Porto Seguro de Cabral. Varnhagen diz sim,⁷² e Beaurepaire Rohan diz não.⁷³

Esta última opinião é a verdadeira: o lugar que Cabral chamou Porto Seguro em pouco tempo começou a chamar-se Santa Cruz, por causa da que ali foi deixada a 1 de maio de 1500.

Os argumentos de que Varnhagen lança mão quebram-se todos diante destes dois fatos: o primeiro é a tradição atestada por Gandavo, Gabriel Soares, Anchieta, Cardim e tantos outros; o segundo é que o Porto Seguro atual não corresponde à descrição de Caminha, por mais que se queira fazer de um recife um ilhéu.

25. Resta ainda um ponto a examinar: quem levou a El-Rei de Portugal a nova do descobrimento do Brasil.

Os historiadores Castanheda, Barros e Damião de Goes dizem contestes que foi Gaspar de Lemos. Gaspar Correa diz que foi

69 Apud NAVARRETE, *Viajes*, 111, p. 95.

70 Este nome já figura em Empoli (1503).

71 *Roteiro da náó Bretoa*.

72 *Nota acerca de como não foi na Corôa Vermelha na enseada de Santa Cruz que Cabral primeiro desembarcou e em que fez dizer a primeira missa. R. do Inst. Hist. XL, p. II, p. 5-12.*

73 *O primitivo e o actual Porto Seguro*.

André Gonçalves, antigo mestre do navio em que fora Vasco da Gama para a Índia. A primeira opinião é clássica, e anda em todos os livros. A segunda só há muito poucos anos foi apresentada e defendida por Cândido Mendes.

Prima facie, o acordo de Castanheda, João de Barros e Damião de Goes, comparado com o isolamento de Gaspar Correa, é forte presunção contra este. Mas é só presunção; basta ler com cuidado os três historiadores concordes para ver-se que têm uma fonte comum, e assim os três reduzem-se a um.

Comparando-se esta fonte comum com a fonte a que se socorreu Gaspar Correa, a última leva grande vantagem. Gaspar Correa tem incontestavelmente erros cronológicos e alguns bem graves, sobre a partida da frota do Tejo e a chegada ao Brasil: porém, quanto ao mais é verídico; é mais minucioso que os outros, está de acordo com Vaz de Caminha e serve até para explicar certos pontos sobre que o nosso primeiro cronista não se estendeu.

Demais, Gaspar Correa está de acordo com Caminha e o piloto anônimo que escreveu a navegação de Cabral, pois ambos dizem que foi mandado ao reino o navio dos mantimentos e o comandante deste navio era, segundo o autor das *Lendas da Índia*, André Gonçalves.

Enfim, ao passo que se sabe pela carta de D. Manuel aos reis católicos, escrita aos 29 de julho de 1501, que eram treze os navios; pela conta de Castanheda, Barros e Goes apenas temos doze comandantes, pois Pedr'Álvares Cabral não comandava um navio determinado, porém toda a armada. Falta-nos, pois, um comandante, e a afirmação de Gaspar Correa de que este era André Gonçalves acha-se confirmada por um manuscrito antigo, em que vem a lista das expedições e armadas mandadas por Portugal.

Com o livro de Gaspar Correa se conseguiu, felizmente, solver um outro problema da história do Brasil, que resistira a todos os esforços da crítica: o conhecer-se quem fora o comandante da primeira

armada exploradora de nossas costas. Foi André Gonçalves, o mesmo que levara à Europa a notícia do descobrimento.

Fontes

- VAZ DE CAMINHA, *Carta a D. Manuel, na Revista Trimensal do Instituto Histórico*, tomo XI, p. II, p. 5 (nº 5626 do Cat. da Exp.).
- JOHANES EMENLAUS, carta a D. Manuel, em Varnhagen, *História geral*, I, p. 423 (nº 5628 do Cat.).
- D. MANUEL, *Carta a los reys sobre el viaje de Pedro Alvares*, Ramusio, I, f. 121 (nº 5627 do Cat. da Exp.).

Auxiliares

- FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Notícia dos annos em que se descobrio o Brazil e das entradas das religiões e suas fundações, na Revista do Instituto*, II, p. 452 e seg. (nº 9136 do Cat. da Exp.).
- J. NORBERTO, *O descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indícios para isto?* Na *Revista do Instituto*, XV, p. 125. Idem. *Refutações às Reflexões... do Dr. Gonçalves Dias, apud Revista do Instituto*, XVIII, p. 289 (nº 5631 do Cat.).
- BEAUREPAIRE ROHAN, *Breve discussão chronologica acerca da descoberta do Brazil, na Revista do Instituto*, XXXII, p. II, p. 231 (nº 5634 do Cat.). Idem. *O primitivo e o actual Porto Seguro*, Rio de Janeiro, 1881 (nº 5636 do Cat.).
- C. MENDES DE ALMEIDA, *Quem levou a notícia da descoberta do Brazil?* na *Revista do Instituto Histórico* XXXIX, parte II, p. 5 (nº 5650 do Cat. da Exp.).
- PORTO SEGURO, *Nota acerca de como não foi na Corôa Vermelha, na enseada de Santa Cruz, que Cabral primeiro desembarcou e fez dizer a primeira missa, na Revista do Instituto*, XI, p. II, p. 5 (nº 5635 do Cat.).

26. Todos os esforços até hoje feitos para recuar o descobrimento do Brasil para antes de 1500 não têm resistido à crítica.

A tradição francesa da viagem de Cousin, que fixa o descobrimento do Brasil no ano de 1488, não está comprovada e tropeça em dificuldades insuperáveis.

A viagem de João Ramalho em 1490 ou é uma invenção de Frei Gaspar da Madre de Deus ou não passa de uma mistificação em que ele caiu.

A interpretação da viagem de Hojeda em 1499, que Varnhagen dá baseando-se nas cartas de Vespúcio, tem contra si o testemunho de Hojeda, de Juan de la Cosa, dos companheiros de Pinzon, do próprio Pinzon, e todos os resultados apurados no estudo dos textos e na crítica dos fatos.

É, portanto, com os documentos de que dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500.

E foram os espanhóis que o descobriram, porque Cabral viu terra de mais de meado abril; Pinzon viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o Cabo de Santo Agostinho para o sul e tornava para o norte.

Esta é a solução cronológica.

A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses.

Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.

Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadas.

DESENVOLVIMENTO DO BRASIL
NO SÉCULO XVI

Se, por um caso de longevidade extraordinária, fosse dado a Pedr'Álvares Cabral percorrer detidamente em 1600 o país de que apenas avistara as costas no último ano do século anterior, ele teria diante dos olhos um espetáculo novo e interessante.

Veria, a começar do norte, a fortaleza dos Três Reis Magos, última vedeta da civilização, impondo respeito aos potiguares. Em Natal aglomerava-se aos poucos a população, que em breve devia estender-se ao Ceará e daí por diante até o Amazonas.

Veria a Paraíba com o seu forte do Cabedelo, com as casas que já se alongavam pelo morro pitoresco, com os engenhos que irradiavam pelas várzeas ubertosas.

Veria Itamaracá, a ilha encantadora, coberta de plantações.

Veria Igarapu, a antiga; Olinda, a orgulhosa; Recife, simples morada de pescadores, que não tardaria a eclipsar a todas.

Veria Porto Calvo, tão célebre depois nas lutas holandesas; São Cristóvão acalentado pelos murmurejos do Cotinguiba; a cidade do Salvador com o seu recôncavo, em que prosperavam numerosos engenhos e vicejavam por léguas e léguas os canaviais verdejantes; com os seus campos, em que o gado pascia às manadas, aos milheiros.

Veria Ilhéus, Santa Cruz, a primeira terra selada com o cunho português; Porto Seguro, seminário de ousadas bandeiras; Espírito Santo, a penetrar até as esmeraldas encantadas, verdes como os sonhos que sorriam aos seus habitantes.

Veria o Rio de Janeiro, assentado no meio de um anfiteatro imenso, de que se debruçam as gerações idas, à espera de feitos dignos do cenário; com as suas ilhas feiticeiras; com a sua baía sem par, onde vagam as sombras de Américo Vespúcio, que legou o nome a um continente que não descobriu; de Gonçalo Coelho, o navegante pertinaz; de Magalhães, o primeiro que circunavegou o globo; de Nóbrega, de Anchieta, de Mem de Sá, de Villegaignon, o cavaleiro romanesco e batalhador.

Veria São Vicente, a obra de Martim Afonso; Santos, obra de Brás Cubas; Itanhaém, mais tarde efêmera cabeça da capitania; Cananeia, semente de João Ramalho, porta franca para os campos de Curitiba, do Viamão e da Vacaria.

A dez léguas do oceano, veria a Vila de São Paulo, obra dos jesuítas. Debalde estes a haviam assentado na aba da montanha, como que para conservá-la agrilhoadada ao cepo: a população estuava, transbordava, investia e começava a inundar toda a América.

E nestes povoados dispersos veria mais o descobridor do Brasil indústrias desconhecidas, raças novas, instituições que se decompunham e instituições que germinavam; riquezas que projetavam seu brilho aos olhos dos habitantes; escolas, mosteiros, confrarias, ódios, afinidades, inteligências que se abriam à luz; terras que não resistiam aos esforços dos habitantes para arrancar-lhes o segredo; em suma, num vaso colossal uma elaboração imensa.

Tudo isto era a obra de um século.

Vejamo-la por menor.



Portugal tomou desde logo conta da terra descoberta por Cabral. Menos de dez anos lhe bastaram para contornar a vasta extensão das costas do país.

A começar do norte, encontramos em primeiro lugar a expedição exploradora de João Coelho, infelizmente quase desconhecida.

A data em que se realizou ainda está por determinar. Fróes em 1514 dava-lhe vinte anos de antecedência, exageração evidente, que todavia serve para nos mostrar quanto foi antiga.

Talvez não se arrede muito da verdade quem supuser que João Coelho foi ao norte ao mesmo tempo que André Gonçalves ia ao sul. E esta suposição assume visos de provável se refletirmos que João Coelho é nome desconhecido; que talvez seja engano, em vez de Gonçalo Coelho; que este em 1503 já estava em Portugal. Ao mesmo tempo, temos assim explicação do motivo por que nesse ano foi ele escolhido para comandar a segunda armada portuguesa que veio ao Brasil.

Em todo caso, mesmo que fosse João Coelho e não Gonçalo, há razão para crer que não veio muito posteriormente a 1502.

Neste ano foi reconhecida a posição das terras ao norte do Cabo de Santo Agostinho. Por que seria o sul exclusivamente explorado, quando esta parte do norte estava dentro da demarcação de Tordesilhas?

Pouco mais ou menos por esse tempo, temos notícia de outra viagem ao norte de Santo Agostinho: a de Fernando de Noronha,

que descobriu a ilha de seu nome provavelmente a 24 de junho de 1503.

Há ainda tradição de uma viagem exploradora ao norte empreendida com licença régia por Afonso Ribeiro, a quem os naturais da terra mataram. Fróes, que dela nos dá notícia e que se lhe incorporou, nada adianta sobre os descobrimentos que fez. Se é a mesma de que fala Herrera, saiu do Cabo de Santo Agostinho, contornou a terra firme até Darien e foi dar à Ilha de São João, isto entre 1512 e 1513.

A partir do Cabo de Santo Agostinho para o sul as explorações estão mais bem conhecidas.

Logo, em 1500 houve, a partir de Porto Seguro para o norte até provavelmente o cabo descoberto por Pinzon, a exploração de André Gonçalves atestada por Gaspar Correa. Deve ter sido muito cursoria, porque André Gonçalves partindo a 1 de maio de Santa Cruz já estava na Europa antes de outubro. A prova é que no mapa de Juan de la Cosa, feito nesse mês, já figura a terra descoberta pelos portugueses, de que ele não podia ter conhecimento, senão por André Gonçalves ou seus companheiros.

Foi em 1501 que veio a primeira expedição verdadeiramente exploradora ao sul. Comandava-a o mesmo André Gonçalves e vinha nela por piloto ou cosmógrafo o célebre florentino Vespúcio.

É opinião geral que surgiu no Cabo de São Roque. Cândido Mendes afirma, porém, que foi nos Marcos, a norte da Baía da Traição:

- 1º) porque o nome de Marcos comemora os padrões que Vespúcio diz terem sido assentados;
- 2º) porque, se fora o Cabo de São Roque, é certo que se perderiam nos baixos que correm dele para o norte;
- 3º) porque Vespúcio se refere a uma terra e não a um cabo, como declara quando trata do de Santo Agostinho.⁷⁴

74 *Revista do Inst. Hist.*, XL, parte II, p. 198.

Estas razões, por mais fortes que sejam, não parece que destruam a opinião geral.

Basta lembrar que os marcos plantados entre a Baía Formosa e a da Traição eram, não padrões do descobrimento e posse da terra, mas simples divisas entre a capitania de Pero Lopes e a de João de Barros para que perca todo o valor o primeiro argumento.

Levado pelos outros dois, algum tempo julguei que fosse não os Marcos, porém a Baía da Traição, o primeiro ponto avistado por André Gonçalves, pois, além de estar de acordo com as duas condições deduzidas por Cândido Mendes das cartas de Vespúcio, o nome da Baía de Traição é muito antigo e comemora fatos semelhantes aos que se deram entre os naturais e os portugueses no primeiro desembarque destes.

Entretanto, nem esta nem a opinião de Cândido Mendes resistem ao seguinte fato: que desde 1503 o Cabo de São Roque está figurado nas cartas como o ponto inicial de uma exploração que terminou em Cananeia.

Do ponto a que primeiro chegou, a armada foi seguindo para o sul, beirando a costa, plantando padrões, fazendo sondagens, traçando cartas e roteiros, batizando os lugares encontrados, em geral com os nomes de santos, o que se explica pelo costume da época e pela presença de padres a bordo.

Até que ponto da costa brasileira chegaram os exploradores é questão ainda hoje controversa. Segundo Varnhagen, chegaram ao Rio da Prata,⁷⁵ segundo Cândido Mendes não passaram de Cananeia.⁷⁶

E esta última opinião parece mais certa:

1º) porque a descrição dada por Vespúcio se aplica mal às costas áridas do sul;

⁷⁵ *História Geral*, p. 83.

⁷⁶ *Revist. do Inst. Hist.* XI, p. II, p. 195 e segs.

- 2º) porque até 1513, pelo menos, as cartas geográficas conhecidas só figuram o Brasil de São Roque até Cananeia ou Cananor, como está escrito este nome em algumas;
- 3º) porque Gonnevillle, que em 1504 esteve entre os Carijós, fronteiros de Cananeia, não encontrou lá vestígios de europeus, ao passo que os encontrou e indicou ao norte, entre os Tupinambás;
- 4º) porque Vespúcio pinta invariavelmente os naturais da terra como nus, ao passo que desde São Francisco do Sul eles já começam a vestir-se, como se vê em Gonnevillle e na *Zeytung*;
- 5º) porque o Rio da Prata é muito notável para que chegando até lá Vespúcio não o tivesse visto, e tendo-o visto não é provável que o não mencionasse.⁷⁷

A impressão geral que da terra levaram André Gonçalves e seus companheiros só muito confusamente se pode deduzir das cartas de Vespúcio. Este em alguns lugares abunda em elogios, em outros diz que nada mais há de valor além do pau-brasil, da canafístula e da árvore da mirra.

Estas contradições explicam-se talvez pelo duplo sentimento que o dominava: de um lado a sua impressão real e a de seus companheiros; de outro o desejo de exaltar a terra em cujo descobrimento se atribuía tão grande papel. O certo é que os primeiros nomes dados à terra – Terra dos Papagaios, Terra do Brasil – mostram bem o pouco apreço em que a tinham e a pouca utilidade que lhe reconheciam. Ainda em 1503, Empoli dizia: desta terra se

77 Na viagem de Vespúcio, há um lado astronômico que, a pedido meu, o Sr. Dr. M. Pereira Reis teve a bondade de estudar. Eis a opinião do eminente astrônomo: “A descrição do céu dada por Vespucci nada adianta em relação a maior latitude em que elle se achou.



tira grande quantidade de canafístula e de pau-brasil e não achamos mais coisa de valor.⁷⁸

Este valor veio-lhe, de logo, por circunstâncias extrínsecas e fortuitas: a chegada de João da Nova com as notícias das riquezas de Malaca; o desejo de procurar pelo sul do Brasil uma passagem para lugar de tantas riquezas.

Com este fim, foi mandada ao Brasil uma nova armada em 1503. Era mais poderosa que a primeira, pois esta constava de três navios e aquela constava de seis. Não se destinava mais à exploração da terra avistada por Pedr'Álvares. Tinha por capitão-mor Gonçalo Coelho, e comandava um dos navios Américo Vespúcio.

Desde o princípio da viagem, houve conflitos entre Gonçalo Coelho e Vespúcio, que foram mais e mais se azedando. Nas proximidades da Ilha de Fernando de Noronha naufragou a capitânea, e o capitão-mor mandou o navegante florentino explorar um porto em que pudessem abrigar-se. Américo foi, mas tanto demorou que Gonçalo Coelho seguiu pelo mar fora.

Voltando no fim de oito dias, por ver uma das naus em distância, Vespúcio com ela de conserva seguiu para a Baía de Todos os Santos, que fora marcada para ponto de reunião no regimento dado à armada. Aí se demorou mais de dois meses, e encaminhando-se depois para o sul fundou uma feitoria, a primeira

Na carta a Medici (Revist. do Inst., XLI, parte I, 27) quando elle diz que 'entre as estrellas que giram a redor do polo antartico em breves orbitas, tres têm a figura de triangulo rectangulo' si se refere ao Triângulo Austral como quer o Visconde de Porto Seguro, por esta circumstância apenas pode asseverar-se que elle se achava ao sul de 21 grãos mais ou menos.

Na carta a Soderini (ibid. p. 11), onde se diz que tinham perdido de todo a Ursa menor e a maior estava tão baixa que apenas apparecia no fim do horizonte, si se refere a toda a constellação, pode-se affirmar que estava bastante ao norte de trinta e oito grãos e dez minutos.

É provavel que elle se referia a toda a constellação e não a algumas estrellas da Ursa maior, aliás seriam outras as suas expressões. Donde se vê que não devia ter ido muito além de São Vicente ou Cananea.”

78 Apud RAMUSIO, *Navigazioni et Viaggi*, I, fol. 145.

que houve no Brasil. Cândido Mendes pensa que o lugar desta feitoria é Caravelas, opinião já apresentada com certas reservas por Navarreté;⁷⁹ mas um documento encontrado por Varnhagen⁸⁰ evidencia que foi o Cabo Frio. Daí depois de feitos a que teremos de nos referir depois, seguiu Américo para Portugal, chegando a Lisboa em 18 de junho de 1504.

Gonçalo Coelho seguira igualmente para o sul. As cartas antigas traziam na posição aproximadamente do Rio de Janeiro uma legenda indecifrável, que, com aquela perspicácia assombrosa e aquele tino admirável que o constituem talvez o primeiro intérprete dos antigos documentos geográficos em nosso século, Joaquim Caetano da Silva mostrou significar *G.º Coelho detentio*, o lugar em que se deteve Gonçalo Coelho.⁸¹

Foi aqui que, quem sabe quanto tempo?, ele esperou pelo companheiro desleal, e viu-se por fim constrangido a abrir mão de uma empresa que alguns anos mais tarde deveria cobrir de glórias o grande Magalhães.

Depois da viagem de Coelho, considerações desenvolvidas em um trabalho, já publicado, levam a admitir a armada que, em falta de melhor nome, pode chamar-se de D. Nuno Manuel.⁸²

Segundo a relação confusa e obscura que dela nos resta, combinada com as conjecturas luminosas de Varnhagen, os navegantes passaram das seiscentas e setecentas léguas já conhecidas e foram ter à Baía de São Matias. Daí o mau tempo obrigou-os a retroceder. Vieram descobrindo rios, entre os quais o da Prata, onde tiveram as primeiras notícias das riquezas e da civilização do Peru, presa

79 *Revista do Inst.*, XL. p. II, p. 215-216.

80 *Nouvelles recherches*, p. 10.

81 PORTO SEGURO, *Nouvelles recherches*, p. 11.

82 D. Nuno Manuel em 1504 estava em Portugal, onde era capitão das guardas de El-Rei. GASPAR CORREA, *Lendas da índia*, I, p. 338.



que em breve deveria cair nas mãos ávidas dos espanhóis. Há motivos para crer que nessa viagem tomaram parte João de Lisboa e Vasco Gallego, de quem um manuscrito de Alexandre de Gusmão noticia uma viagem ao Rio da Prata em 1506.⁸³

Parece que esta armada não tinha por fim uma exploração da terra, mas simplesmente a procura da passagem do sul, que Gonçalo Coelho não pudera achar, para Malaca. Entretanto, não podendo realizar o seu intento, ela fez explorações de São Matias para o norte. Ligadas assim as observações realizadas por André Gonçalves e talvez por Gonçalo Coelho, resultou uma noção bastante completa do contorno oriental do sul da nossa pátria desde 8° até 40°, em menos de dez anos depois do seu descobrimento.

Para o norte este resultado já fora obtido antes, pois mesmo deixando de parte a exploração de Coelho, sobre a qual tanto se ignora, temos as explorações de Vicente Yañez Pinzon e a de Diego de Lepe logo no primeiro ano do século, que vão de 8° sul a 5° norte, aproximadamente.

Ao mesmo tempo das primeiras expedições e logo em seguida, começaram a ser frequentadas as costas do Brasil. Vinham aqui ter as naus da carreira da Índia, umas simplesmente trazidas pelo roteiro de Gama, outras pela necessidade de fazer aguada e lenha.

Contam-se entre estes navegantes João da Nova e Vasco da Gama, na segunda expedição, segundo Gaspar Correa;⁸⁴ Afonso de Albuquerque, segundo Empoli,⁸⁵ que o acompanhou; Tristão da Cunha, D. Francisco de Almeida, etc.

Pouco a pouco foram, porém, se desviando as naus da Índia, por um motivo que Gaspar Correa declara: a modificação nos

83 VARNHAGEN, *Examen de quelques points*, § 91. Cf. *Diario de Pero Lopes*, p. 87.

84 *Lendas da Índia*, I, p. 235, 271.

85 RAMUSO, *Viaggi*, I, foI. 155.

roteiros introduzida pelo judeu Zacuto,⁸⁶ mudança de que infelizmente apenas possuímos a menção.

Outro motivo que também concorreu para desviar do Brasil as mesmas armadas foi a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, conquista que tornou dispensáveis a procura e o empenho pela passagem ao sul.

Poderosas como eram as armadas da Índia, alterosas como eram as naus de que constavam, deixaram menor sulco na história da nossa pátria do que as humildes caravelas e insignificantes flotilhas que desde logo começaram a vir ao Brasil, umas clandestinamente, outras mandadas pelos contratadores da preciosa madeira.

Foi por elas que as comunicações se tornaram frequentes e as relações quase regulares com a Europa; que se desenvolveu desde o princípio um comércio relativamente importante; que nunca foi de todo descurada a terra achada por Cabral.

Não possuímos muitos documentos para determinar a importância do nosso primitivo comércio e descrever-lhe o desenvolvimento. Parece, porém, que aqui se confirma ainda uma vez a lei da evolução do simples para o complexo. Para reconhecê-lo, basta examinar o que poderemos chamar manifestos de dois navios – um de 1511, outro de 1532, na primeira data a nau *Bretoa*, na segunda *La Pélérine*.

A nau *Bretoa* levou do Cabo Frio, em 1511, cinco mil e nove tocos de pau-brasil trinta e seis escravos, vinte e três tocos, dezesseis gatos, dezesseis saguis, quinze papagaios e três macacos.

O carregamento da *Pélérine* era de cinco mil quintais de pau-brasil; trezentos quintais de algodão; trinta quintais de pimenta; seiscentos papagaios que já falavam francês; três mil peles de leopardos e outros animais, trezentos macacos, óleos medicinais etc.

⁸⁶ *Lendas da Índia*, I, p. 375.

O arrazoado relativo a *La Pélérine*, publicado como o *Diario da náó* Bretoa por Varnhagen, que os descobriu, dá-nos informações curiosas quanto ao preço por que eram então vendidos na França os gêneros importados do Brasil. O pau-brasil valia oito ducados o quintal; o algodão, dez ducados o quintal; a pimenta, três ducados o quintal; os papagaios, seis ducados cada um; as peles, três ducados cada uma; os macacos, seis ducados cada um. Segundo o Barão de Saint-Blancard, a carga de *La Pélérine* ascendia a sessenta e dois mil e trezentos ducados.

Sobre o comércio de escravos não temos informações muito minuciosas. Herrera fala de uma caravela aprisionada em Cadiz com 20 índios, em 1514.⁸⁷ Em 1526, o bacharel de Cananeia contratou com Diogo Garcia a condução e a venda de 800 escravos. Eis tudo quanto se sabe.

O governo, por sua parte, favoreceu bastante este comércio infame, isentando de impostos os escravos introduzidos até certo número.

No comércio dos escravos, sabemos que tiveram grande parte os portugueses e espanhóis: os franceses parece que não, pelo menos não se pode prová-lo com os documentos atualmente conhecidos.

Em troca dos objetos que obtinham dos naturais, os que então com eles comerciavam ofereciam-lhes carapuças, avelórios, espelhos, machados e coisas de pouco valor.

Provavelmente os que primeiro mais lucros auferiram foram os degredados, que ficavam longo tempo na terra, aprendiam a língua, podiam fazer os negócios mais pausadamente e descobriam novas mercadorias, cujo valor sabiam mais prezado pelos seus compatriotas.

87 *Decada* I, Liv. X, Cap. XVI.

Seria isto o que determinou muitos dos tripulantes que vieram nos primeiros navios a desertarem e fixarem aqui residência? É bem possível. O que, porém, é certo é que essas deserções, que começaram com a armada de Cabral, foram cada dia se acentuando e aumentaram tanto que o Regimento da nau *Bretoa* tem um artigo especial para o caso.

Estes primeiros habitantes – desertores e degredados – têm uma importância especial na história de nossa pátria que ainda não foi bem apontada. Para compreendê-la basta lembrar que, quando começaram as tentativas seguidas de colonização, estes homens já se tinham adaptado à terra; que eram por conseguinte um modelo; que este modelo foi imitado, nem podia deixar de sê-lo, pois eles já tinham chegado ao ponto a que os outros deviam tender.

Como no comércio de 1501 a 1532 está quase todo o comércio brasileiro do século XVI, assim nestes povoadores acha-se em estado difuso quase toda a sociedade posterior.

Tomemos um desses homens, Fróes, por exemplo, que, pelas explicações embaraçadas e lamurientas de sua carta a D. Manuel, parece ter sido nada mais nada menos que um vulgar desertor.

No meio dos brasis, ele não podia deixar de alimentar-se como eles, pois nem encontrava trigo que lhe desse pão, nem encontrava uva que lhe desse vinho, nem encontrava nenhuma das comodidades a que se acostumara na velha Europa.

E não só tinha de adaptar-se à alimentação dos brasis, como tinha de se adaptar aos processos empregados para obtê-la; tinha de empregar os mesmos processos de caça, tinha de adotar os mesmos processos de pesca, tinha de recorrer aos mesmos processos de agricultura, apenas facilitados pelo conhecimento e uso dos metais.

Além disto, ele tinha de se adaptar mais ou menos à mentalidade e à moralidade ambientes: as lendas que lhe contavam os

naturais, as visões que os alucinavam, as abusões ou, antes, as fórmulas propiciatórias, que tinham em tão grande número, tudo isto devia pouco a pouco ir-lhe minando o cérebro e produzindo revoluções mais ou menos profundas.

Também por seu lado, ele devia influir sobre os brasis, e ensinar-lhes muitas coisas que antes não sabiam.

Se refletirmos, porém, que a sociedade oferece uma força de resistência maior que o indivíduo, impõe-se a conclusão de que Fróes, ou outro qualquer, foi mais influenciado pelos brasis do que estes o foram por ele.

Para resumir tudo em uma palavra: dentro de poucos anos um homem nestas condições ficava moralmente um mestiço. É claro que nesta mestiçagem moral devia haver diferentes gradações.

Havia primeiro o homem que não reagia absolutamente, que tomava todos os hábitos dos brasis: exemplo o castelhano de que nos fala Gabriel Soares, encontrado por Diogo Paes, de Pernambuco, com os beijos furados como os Potiguares entre os quais andava havia muito tempo,⁸⁸ ou os intérpretes normandos que, segundo Lery, cometiam todas as abominações e desciam até a antropofagia.⁸⁹

Havia o homem voluntarioso e indomável, que se impunha, dominava, tomava-se verdadeiro régulo, como aquele bacharel de Cananeia que uma vez vendeu oitocentos escravos a Diogo Garcia.⁹⁰

Havia, enfim, o homem medíocre, que nem descia ao batoque nem se alçava no poderio, natureza indolente, desanuviada de preocupações, que conseguia viver bem com o natural da terra e com o europeu; que influía pouco, que sofria por seu lado pouca

88 *Roteiro do Brasil*, p. 26.

89 Apud GAFFAREL, *Brésil Français*, p. 73.

90 *Revista do Instituto*, XV, p. 9.

influência: exemplo Diogo Álvares, tão célebre com o nome de Caramuru.⁹¹

Nos primeiros tempos, os três tipos coexistiram, mas quem quer que conheça as leis naturais prevê desde logo que o primeiro, uma anormalidade, um verdadeiro monstro, não poderia continuar.

O segundo, tipo de transição, deveria durar mais tempo, generalizar-se mais. Não podia, entretanto, ir muito adiante, nem foi, apesar dos esforços que neste sentido empregaram os jesuítas.

Era ao terceiro que cabia a sobrevivência, desde que os portugueses, considerando sua a terra descoberta, declaravam intrusos os seus povoadores.

Houve uma circunstância toda extrínseca, que depressa deu vigor ao tipo representado pelo bacharel de Cananeia e concorreu para que desde logo ele predominasse: a presença dos franceses.

Já vimos que estes pretendem ter descoberto o Brasil e que as suas pretensões, à luz dos documentos que possuímos, não resistem à crítica. É, porém, certo que a presença deles data dos primeiros tempos do descobrimento.

Pode-se até dizer que um dos maiores progressos que tem feito o estudo de nossa história no século dezesseis consistiu em recuar a época de sua chegada. Com efeito, os primeiros historiadores só davam notícia dela em 1555 com a expedição de Villegaignon. O *Roteiro* de Pero Lopes reportou-a a 1531. Os documentos relativos reportaram-na a Cristóvão Jaques, isto é, antes de 1526. Outros documentos publicados posteriormente denunciavam-na em 1504.

Existe, publicada pelo eminente geógrafo D'Avezac, a relação de uma viagem feita ao Brasil por esse tempo. Executou-a P. de Gonneville, que saindo de Honfleur foi pelo Cabo Verde à altura

91 A distinção entre João Ramalho e Caramuru foi feita de modo admirável por Cândido Mendes, *Revista do Instituto*, XL, parte II, p. 240 e segs.



das ilhas mais tarde chamadas de Tristão da Cunha, e enfim veio ao Brasil, onde esteve em São Francisco do Sul, e ao norte do Cabo Frio, segundo Varnhagen; entre os Tupinambás da Bahia, segundo D’Avezac.

No mesmo ano, é tradição que veio Denis de Honfleur, e depois vieram muitos outros, de que a história apenas menciona o nome, e às vezes nem isto.

Os franceses souberam portar-se para com os naturais de modo a captar-lhes a amizade e a firmar uma aliança que atravessou mais de um século, sem intermitência.

Ser francês era como um salvo-conduto entre certas tribos. O alemão Hans Staden mais de uma vez escapou à antropofagia, porque os que o detinham duvidavam que ele fosse português. No fim do mesmo século, em brenhas desconhecidas de Minas Gerais, por onde se internara o inglês Knivet declarando-se francês, não só foi poupado como se tornou uma espécie de chefe, a quem obedecia uma horda numerosa, que ele guiou em suas migrações.

Os dois nomes que os brasis davam aos franceses são ambos característicos da impressão que estes lhe causaram. Um foi o de *Mair*, isto é, criador, transformador, segundo Thevet, pelos objetos que traziam, pelos instrumentos que permutavam, pelos ofícios e artes que iam ensinando. O outro foi *Ayurujuaba*, papagaio amarelo, pela efusão, pela congenialidade, e aquele *babil* que são tão característicos dos filhos da Gália.

Para mostrar a diferença que existe entre o proceder de franceses e portugueses, basta comparar dois fatos. Gonneville, não podendo mandar à sua terra o índio Essomeriq, que daqui levava, casou-o com uma parenta e deu-lhe seu nome. Jerônimo de Albuquerque, salvo da morte por uma mulher que por sua causa tudo abandonara, depois de ter tido diferentes filhos dela, deixou-a para casar com uma europeia.

Apesar de acomodarem-se tão bem com os brasis, talvez mesmo que por este motivo os franceses não puderam conservar paz com os portugueses.

A diferença de nacionalidades cavou entre as duas nações um abismo; a identidade de intuito e a contiguidade do campo de exploração aprofundaram-no. Houve lutas e ódios terríveis; quebra de juramentos feitos sobre a hóstia consagrada; prisioneiros entregues aos canibais para que estes os devorassem; homens enterados até o pescoço para servirem de alvo aos atiradores: horrores, crueldades e crimes, sobre que a história misericordiosa estendeu a anistia de sua penumbra.

Este estado de coisas por sua natureza não podia durar: o vário sucesso dos encontros, a derrota de hoje seguida pela vitória de amanhã, eram um paliamento, não eram a solução. Entretanto, esta solução urgia: o aniquilamento ou o triunfo definitivo não podia mais ser adiado.

Foram os portugueses que venceram, e assim organizaram o povo a que pertencemos.

Os meios a que se socorreram podem resumir-se a três.

Foi o primeiro as armadas de guarda-costa, que perseguiram os franceses e fizeram-lhe um mal extraordinário. Se estes fossem mandados pelo governo, teriam provavelmente resistido ao embate; mas representavam armadores particulares, que tinham dinheiro empregado na especulação, que precisavam de lucros rápidos e diretos. Não podiam resistir.

Dentre os chefes das armadas de guarda-costa conhecemos o nome e os feitos de alguns: Cristóvão Jaques, que mais de uma vez foi do Cabo de Santo Agostinho ao Rio da Prata, e fez uma guerra de extermínio aos franceses; Antônio Ribeiro, seu sucessor, de quem muito pouco se sabe; Martim Afonso de Sousa, o futuro vice-rei, que prosseguiu na senda de Cristóvão Jaques e teve de mais a glória de fundar São Vicente e Piratininga.



As armadas de guarda-costa, é bem fácil de compreender que, além de dispendiosas, eram até certo ponto improfícuas. Como se poderia guardar uma costa tão extensa e conservá-la bloqueada, de modo a não deixar que entrassem entrelopos? O mais que se poderia obter é que mudassem de lugar.

Foi então imaginado o segundo meio: as negociações diplomáticas.

Pois que o povo francês, por sua multiplicidade e pela rapidez com que substituíam empresas novas a novas empresas, não podia ser subjugado, era preciso assegurar-se o governo francês.

Para este fim, mandou D. João III diferentes pessoas que pouco conseguiram, e por fim o Conde de Castanheira. Estão hoje impressas, graças ao Sr. Fernando Palha, as instruções que levou o conde, instruções entortilhadas, bizantinas, manhosas, em que tudo está previsto, em que o procedimento do embaixador está prescrito de antemão, em que o imprevisto quase que está anulado.

Com estas instruções; com o dinheiro dado a funcionários importantes, porém pouco escrupulosos; com a intervenção provável de D. Leonor que, primeiramente noiva de D. João III infante ainda, teve de casar com D. Manuel, porque este a desejou, e, viúva, convolou a novas núpcias com Francisco T, porque assim o quis Carlos V; com o concurso de outros fatores, que talvez ainda venhamos a conhecer, o Conde de Castanheira obteve quanto quis.

Porém isto era muito menos do que se supunha. Depois de o rei ter impellido as navegações para o Brasil, que segurança havia de que tal determinação não seria revogada por ele mesmo? que segurança de que o seu sucessor não a revogaria? e como numa grande extensão da costa, como é a França, banhada a um lado pelo Atlântico e ao outro pelo Mediterrâneo, conseguir que de todos os portos não saísse nau para o Brasil?

Era preciso descobrir novo meio, que foi o terceiro.



Não era necessário grande perspicácia para atinar com ele. Empiricamente até já existia em embrião: era o povoamento.

Américo Vespúcio, como vimos, fundou uma feitoria no Cabo Frio. Parece que Gonçalo Coelho fundou outra no Rio de Janeiro. Em Pernambuco antes de 1526 existia outra. Segundo todas as probabilidades Cristóvão Jaques fundou ainda uma em Itamaracá.

Toda a questão se reduzia a fazer conscientemente o que até então se fizera inconscientemente.

Foi Gouvea quem chegou a esta ideia por uma série de raciocínios cerrados, que ainda hoje conservam o seu valor.

Qual a causa por que os franceses vão ao Brasil?, inquiriu ele.

A causa é o Brasil, o algodão e as mercadorias que eles vão buscar.

Ora, se fizermos desaparecer esta causa – isto é, se impossibilitarmos este comércio –, desaparecerá o efeito, a presença dos franceses naquela terra.

O meio é simples. Fundem-se dez ou doze feitorias. Estas não deixarão que os intrusos comuniquem com os naturais. Assim não terão eles mercadorias a transportar. Não as tendo, deixarão de ir lá, porque não hão de querer voltar com os navios descarregados.

Estas ponderações calaram no espírito de D. João III, que aliás já as entrevira vagamente quando mandou Martim Afonso ao Brasil.

Foi então que lhe veio a ideia das donatarias, que, começando em 1534, abrem um novo período em nossa história.

Desde esta época, estava perdida a causa dos franceses.

Expulsos do Rio de Janeiro, abrigaram-se em Sergipe; expulsos de Sergipe, abrigaram-se na Paraíba; expulsos da Paraíba, abrigaram-se no Rio Grande do Norte; expulsos do Rio Grande do Norte, abrigaram-se no Ceará e Maranhão; expulsos do Maranhão e Ceará, abrigaram-se na Guiana. Se daí não foram expulsos, como planejou Filipe III quando concedeu a Capitania do Cabo

do Norte a Bento Maciel, deve-se à independência de Portugal, à guerra holandesa e a fatos supervenientes.

...

Publico o seguinte documento, em primeiro lugar porque ainda está inédito, em segundo porque encerra curiosas notícias das primeiras explorações ao norte.

Varnhagen, *Historia*, p. 99, afirma, com muita razão, que a viagem narrada aqui é a que fizeram certos portugueses, que partindo do Brasil foram por Darien à Ilha de S. João, onde os prenderam e mandaram para São Domingos. (Cf. Herreira, dec. I, liv. X, cap. XVI, e dec. II, liv. I, cap. XII).

São estes provavelmente os onze portugueses depois trocados por sete castelhanos aprisionados na Baía dos Inocentes, e não os que os companheiros de Solis aprisionaram no Cabo de S. Agostinho, pois não consta que eles fizessem tal proeza. (Cf. Herreira, dec. II, liv. I, cap. VII e liv. II, cap. VIII.)

Na publicação foi escrupulosamente seguida a ortografia do original, de que o Instituto Histórico possui uma cópia autêntica.

Senhor – eu esprevi a vosa alteza destas ymdias omde
estou preso como vosa alteza sabe / e assy senhor tyvi qua
maneyra que fyz treladar ho proceso que contra nos feze-
ram e ho mandey a vosa alteza pera que fase emformado do
que se dysya contra nos / e depois dela senhor ser ho pro-
ceso ho que se mays ao dyamte fez nelle / Asy he que sayo
ho alquayde mayor marcos dagylar com huum desembargo
que amte de todas as cousas mandava que mice francisco
Corso e pera Corso / ho que qua avya estado fosem metydos
a tormemto nam predyucamdo ao provado comtra nos per
ho prometer da justyça / do qual mandado e desembargo

nos apelamos per a relaçam de sua alteza os quaes senhor comfyrmaram a sentença do alquayde mayor / ho quall os meteo a tormemto dagua e cordes e lhe perguntavam no dito tormemto se vinhamos de purtugall com emtemçam de emtrarmos em terras de elrey de Castela / os quaes sempre dyxeram que nam e que vynham a descobrir teras novas de vosa alteza / como ho tynham dyto em seus dytos e mays nam dyxeram e sobretudo ysto senhor nos nam querem despachar / nem nos quiseram receber a prova do que alegavamos como vosa alteza pusuhya estas teras a vimte anos e mays e que ja joam Coelho ho da porta da cruz visynho da cydade de lyxboa viera ter por omde nós outros vynhamos a descobryr e que vosa alteza estava em pose destas terras por muitos tempos e que ho que se usava e praticava amtre os lymytes asy hera que da lynha canumcyall pera o sull hera de vosa alteza e que da mesma lynha pera o norte hera delrey padre de vosa alteza e que nos que nam pasaramos a lynha canumcyall nem chegamos a ella com cemto e cymcoenta legoas e quamto mays que os testygos que contra nós heram dados nos heram todos sospeytos e a quausa da sospeicam / asy hera que que todos heram castelhanos e que segumdo a regra e ley de direito asy hera que sobre / caso de propriydade damtre hum Reyno a outro nam se aviam de receber dos autores testygos / dos naturaes do Reyno / quamto mays senhor que todos testes testygos que contra nos deram heram todos os que nos predujavam dos naturaes de palos de moger que heram homes que nos queryam mal / por quausa de hum dyogo de lepe que vasa alteza mandou emforçar por que foy tomado nas partes de gyné com certos negros que levava furtados / aos quaes testygos amdavam dyzendo por toda esta cydade que nos emforcasem a todos sobre suas almas que nam lhe faltava

nada de os apropriar aos judeus quando dysyam ho seu sange venha sobre nos e sobre nossos filhos e et cetra. / dysto senhor e doutras cousas mays por ymteyro fizemos artygos / sem a nenhum nos quererem receber a prova. Agora nam sey senhor ho que quereram fazer / ho feyto esta concruzo sobre ho tormemto nam sey ho que sera nós senhor nam temos quem por nos faça senam ho bacharell pero moreno / ho quall temos por noso leterado e alem de avogar por nos nos ajuda em todas las outras necycydades por sermos naturaes do reyno de vosa alteza / e nos dyz que por sermos naturaes do reyno de vosa alteza / e nos dyz que por sermos vasalos de vosa alteza fara todo ho que nelle for como de yeto senhor ho faz / sopryco a vosa alteza que nam nos desempare e que nos proveja de maneyra que nam perecamos como cullpados poys que o nam somos / e que em quaso que nos fossemos cullpados em fycar omde fycamos se he tera delrey de castela / nos nam fycamos na dyta tera como em tera delrey de castela / senam como em tera de vosa alteza / e por que nella nos quyseram matar os ymdyos e hum pero galego como vosa alteza sabe nos acolhemos a estas partes por nam termos outra mays perto omde nosa caravela podese traser / por que estava todo comesta do busano / e brama e fasya muyta agua e mays trazyamos ho leme comesto e quebrado e etcetera. Como vosa alteza mays largamente sabe e volo eu senhor tenho espyro / portamto senho soprycamos a vosa alteza que nos lyvre deste catyveyro em que estamos / e nam comsymta vosa alteza que pois dyogo de lepe pagou como cullpado / que nos pagemos / a justyça que se nelle fez semdo ymno-cemtes do pecado que nos poem / por que asaz abasta ter nos vay em hum anno presos como nos tem / sem quausa e tomada toda nosa fasemda / so por nos vyrmos acolher em

sua tera poer nos ho que nos nam fazemos nem pemsamos /
que he bem craro senhor que a hobra que elles recebem nas
ylhas dos acores de vosa alteza / nam he esta com que nos
elles receberam que quntos navyos de qua vam todos vam
toquar em quada huuma destas ylhas omde os vasalos de
vosa alteza lhe fazem muyta omrra / e nam nos premdem
nem atormemtam como eles nos fizeram / nam me culpe
vosa alteza de ho eu asy dyzer e esprever / porque senhor si-
for em cullpa ou sospeyta ouvira em mym do que nos poem
eu senhor sofrera tudo com muyta pacyemcya / porem
senhor esta Reyxa que elles senhor tem comnosco nam he
nova senam muyto velha que lhe ficou dos nosos anteceso-
res dalferrobeyra / e com ella am dyr a cova / soprico a vosa
alteza que me queyra remedyar com justyça espvendo
a elrey voso padre senhor que oulhe nosa ymnocemcya e
quanta ymjustiça nos fazem em nos terem presos vay em
huum anno sem causa / em no que alem de vosa alteza
amynstrar justyça nos fara muyta merce / e Rogamos a
Deus por voso Reall estado com acrecemtamento de muyta
vyda / e posto que vosa alteza me nam conhece como a cr-
yado / eu senhor na vomtade e de coraçam ho sam de vosa
alteza por que senhor se ficara no Ryo omde fiquey nam foy
com emtencam senam de saber ho que avya na tera pera de
tudo dar comta a vosa alteza / como espero em Deus de dar /
segundo achey em huum alvará que vosa alteza tinha dado
a dyogo Rybeyro arauto de vosa alteza em que vosa alteza
lhe emcaregava que oulhase bem pelas cousas da tera / ho
quall carego eu senhor tomey polo elle matarem os ymdyos
como vosa alteza sabe // byjo as mãos de vosa alteza / desta
cydade de Samto domyngo aos XXX dias do mes de Julho de
quynhentos e quatorze anos / das ymdyas delrey de Castella
= do cryado / e servydor de vosa alteza = estevam froez.”



Fontes

- VESPUCCI, *Cartas*, edição Varnhagen (nº 835 do Cat. da Exp.)
- GONNEVILLE, *Relation authentique du voyage aux nouvelles terres des Indes*, edição D'Avezac (nº 843 do Cat. da Exp.)
- Nouvelles du pays du Brésil*, ap. Ternaux-Compans, *Archives de voyages*, Paris, s. d., 2 vol. 8º. (nº 844 do Cat. da Exp.)
- Llyuro da naoo bertoa que vae para a tera do brazyll*, apud. Varnhagen, *História*¹ (nº 845 do Cat. da Exp.).
- Discorso d'un gran capitano di mare Francese*, ap. Ramugio, *Viaggi* (nº 850 do Cat.)
- PERO LOPES DE SOUSA, *Diário*⁴, ed. Varnhagen (nº 855 do Cat.).

Auxiliares

- VARNHAGEN, *As primeiras negociações diplomaticas relativas ao Brasil*, ap. *Memoria do Instituto Historico*, Rio, 1839, 4º.
- CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, *Quem era o bacharel de Cananea?* Ap. *Rev. do Inst. Hist.* XL, p. II (nº 5650 do Cat.)
- Idem. *Por que razão os indígenas do nosso litoral chamavam aos Francezes Mairs e aos Portuguezes Pero*, ap. *Rev. do Inst. Hist.* XII, p. 11 (nº 5652 do Cat.)
- GAFFAREL, *Histoire du Brésil Français*.
- RAMIZ GALVÃO, *O novo livro do Sr. Paulo Calfarel* (2º artigo), na *Revista Brasileira*, I.
- FERNANDO PALHA, *A carta de marca de João Anjo*, Lisboa, 1882, 4º.

II

O SERTÃO

Logo que os europeus chegaram ao Brasil colheram de volta com muitas informações verdadeiras os lineamentos de uma geografia fantástica.

Falavam-lhes em montanhas tão altas que as aves não podiam transpô-las; em rios que, de chofre, desapareciam para surgir muitas léguas além; em lagoas abundantes em pérolas; em um lago imenso de que manavam o Amazonas, o São Francisco e o Prata.

O efeito destas informações não se fez esperar: as interações começaram desde logo, ao mesmo tempo quase que as explorações costeiras, e medraram e desenvolveram-se tanto que, antes de transcorrido o século, tínhamos o fenômeno considerável dos bandeirantes.

A primeira entrada de que há notícia deu-se em 1504, ano em que Vespúcio, acompanhado de uns trinta homens, penetrou umas quarenta léguas pelo sertão de Cabo Frio, provavelmente para os lados do Rio São João ou de qualquer dos seus afluentes.

Gonçalo Coelho é bem possível que no tempo que demorou no Rio de Janeiro houvesse tentado empresa semelhante; não está, porém, isto provado.

Da pequena colônia que se grupou à roda de João Ramalho na capitania de São Vicente, corre como certo que partiu uma expedição para o interior; é até citado Aleixo Garcia como tendo ido ao Paraguai e ao Peru. Todavia nada se sabe quanto ao rumo seguido,



nem quanto ao ano em que se deu o fato, que em todo caso deve ter sido anterior a 1530, quiçá anterior a 1526.

Em 1531, Martim Afonso de Sousa mandou do Rio de Janeiro quatro homens pela terra dentro, que tornaram passados dois meses, tendo caminhado cento e quinze léguas, das quais sessenta e cinco por grandes montanhas e cinquenta por um vasto campo. Estas montanhas são as serras dos Órgãos, e provavelmente os campos a que chegaram foram os dos Goitacases.

A 1 de setembro de 1531, de Cananeia mandou o mesmo Martim Afonso uma tropa de quarenta besteiros e quarenta espingardeiros, de Pero Lobo, a descobrir pela terra dentro. Levou-o a dar este passo Francisco de Chaves, companheiro de João Ramalho, que se obrigou a tornar dentro de dez meses com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro. Tudo quanto se sabe do destino ulterior desta bandeira é que foi completamente destroçada pelos Carijós.⁹²

Em 1552 aproximadamente, o capitão de Porto Seguro mandou ao sertão doze cristãos, acompanhados de índios, aos quais se incorporou o Padre João de Aspilcueta. Da narração confusa que este nos deixou apenas se colhe que chegaram às serranias donde manam os afluentes do lado direito do São Francisco. Provavelmente é esta uma das entradas de Sebastião Fernandes Tourinho, de que dá relação Gabriel Soares.⁹³

Sebastião Tourinho, partindo de Porto Seguro, meteu-se tanto pela terra dentro que se achou em direito do Rio de Janeiro. Daí retrocedeu e veio ter ao Jequitinhonha, que desceu em canoas, chegando ao mar depois de vinte e quatro dias de navegação.

Sebastião Tourinho fez outra entrada pelo Rio Doce, que subiu até grande distância, descobrindo então as esmeraldas.⁹⁴

92 PERO LOPES, *Diário da Navegação*, p. 32, 36. cf. FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias da Capitania de São Vicente*, p. 85, 93.

93 VARNHAGEN, *História Geral*, p. 460-462.

94 *Roteiro*, p. 60-61, 69-70.



Esta viagem foi anterior ao governo de Luís de Brito e Almeida. Luís de Brito e Almeida, à vista das informações de Tourinho, mandou às esmeraldas uma bandeira comandada por Antônio Dias Adorno, que subiu pelo Rio das Caravelas e chegou provavelmente às proximidades do Rio Doce. Daí dividiu-se a tropa, descendo uns pelo Jequitinhonha, outros vindo por terra ao Jequiriçá.⁹⁵

Gabriel Soares dá ainda notícia de duas entradas feitas proximamente no mesmo tempo: uma de Bastião Álvares, de Porto Seguro, que a mandado de Luís de Brito e Almeida foi explorar o São Francisco, e trabalhou por descobrir quanto pôde no que gastou quatro anos e um grande pedaço da fazenda de El-Rei; outra de João Coelho de Sousa, que subiu mais de cem léguas além de um sumidouro, que provavelmente é a cachoeira de Paulo Afonso.⁹⁶

Das palavras do cronista, parece deduzir-se que, ao contrário de Bastião Álvares que subiu contra a corrente, João Coelho de Sousa desceu a favor dela, provavelmente por ter chegado ao Rio São Francisco pelo Paraguaçu ou Gussiape.

Gabriel Soares, que, segundo parece, era irmão de João Coelho,⁹⁷ também passa como um dos grandes bandeirantes do século.

Em uma das cópias manuscritas do seu *Roteiro*, ele diz que passou muitos dos dezessete anos que residiu no Brasil a percorrer o interior. Na obra de Simão Estação da Silveira,⁹⁸ publicada em

95 *Roteiro*, p. 60, 67, 71. Frei Vicente do Salvador conta a história de modo diferente (*História do Brasil* III, X, fol. 96-97).

96 *Roteiro*, p. 42. Cf. sobre Bastião Álvares, Frei Vicente do Salvador, III, Cap. IX, f. 97.

97 É o que se deduz do seguinte trecho de Frei Vicente do Salvador: *este teve um irmão que andou pelo sertão da Bahia tres annos, donde trouxe algumas amostras de ouro, prata, e pedras preciosas, com que não chegou por morrer á tornada cem leguas, desta Bahia. Rev. do Inst. XXII, p. 466. Cf. Varnhagen, ib. 457.*

98 *Relação summaria das cousas do Maranhão*, em Cândido Mendes, *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão*, II, p. 5.



1624, diz-se que ele foi ao descobrimento do Maranhão por terra, chegando às cabeceiras do São Francisco e a Serra Verde, perto da governação espanhola de Charcas. Pelo livro de Frei Vicente do Salvador, sabemos que em 1591 ou 1592 ele chegou até as cabeceiras do Paraguaçu, onde infelizmente morreu.⁹⁹

A obra de Frei Vicente do Salvador nos dá relação de uma entrada feita pouco mais ou menos neste tempo por Luís Álvares d'Espinha que, partindo dos Ilhéus a pretexto de vingar-se de umas aldeias que mataram uns cristãos, e que distavam trinta léguas, aprisionou-as, e passou adiante cativando muita gente.

De Pernambuco, o mesmo autor faz menção de muitas entradas.

A primeira teve lugar no governo de Duarte de Albuquerque Coelho (1560-1572) contra os índios do Cabo de Santo Agostinho. Segundo as palavras do cronista que parecem exageradas, iam

99 *Revista do Inst.*, XXII, p. 466. Rocha Pita (II, § 90) fala-nos em um Robério Dias, de quem nem um escritor se encontra antes menção. É possível que haja nisto simples imaginação de historiador pouco consciencioso, prurido pelo desejo de dar à Bahia a honra do descobrimento das minas. Parece-me, porém, não menos provável que o Robério Dias, de Rocha Pita, é nada mais nada menos que Gabriel Soares da história. Ambos fizeram a viagem à Europa; ambos reclamaram muitas honras que, por serem consideradas excessivas, não foram outorgadas; ambos fizeram a entrada em tempo de D. Francisco de Sousa; ambos morreram antes de ver coroados os seus esforços.

Mas na criação de Robério Dias não há só transmutação, há também amálgama. Houve na Bahia, em tempo que ainda não está bem determinado, mas que Accioli, *Memórias*, V, p. 18, 66, 68, 140, julga ser nos fins do século XVII, um Belchior Dias Moribeca, sertanista destemido, cujos roteiros, hoje desconhecidos, gozaram de grande nomeada. Foi, portanto, com o nome de Dias Moribeca e com as ações de Gabriel Soares que se formou o tipo de Robério.

Taques, na sua *Nobliarchia Paulistana*, exprime uma opinião pouco diferente da que aí fica externada. Ele também identifica a bandeira de Gabriel Soares com a de Robério Dias, mas não nega a existência deste: considera-o apenas como guia da exploração. (*Nobliarchia Paulistana* na *Revista do Inst.* XXXIV p. II, p. 151-152).

Esta opinião, que é até certo ponto aceitável, tem, entretanto, contra si duas objeções: a primeira é que Frei Vicente do Salvador dá como guia o índio Guaraci; a segunda é que ele não faz menção de nem um Robério Dias.

além de vinte mil índios, sete companhias, em que entraram a gente de Igarauçu comandada por Fernão Lourenço; a de Parati¹⁰⁰ por Gonçalo Mendes Leitão, irmão do Bispo D. Pedro Leitão; a da várzea do Capibaribe pelo fidalgo alemão Cristóvão Lins; a de Olinda comandada por diferentes chefes, segundo a sua procedência, sendo os vianenses por João Paes; os portugueses por Bento Dias de Santiago; os lisboetas por Gonçalo Mendes d'Elvas; a de Itamaracá por Pero Lobo, que desistiu da honra e preferiu ser simples soldado no batalhão dos aventureiros. O sucesso foi completo, ficando desde então o Cabo de Santo Agostinho em poder dos portugueses.

A segunda bandeira foi contra os naturais do Serinhaém, sendo os que iam por terra comandados por Jerônimo de Albuquerque e os de mar por Felipe Cavalcanti. Também o sucesso desta não foi menos feliz.¹⁰¹

A terceira que saiu em 1578 era comandada por Francisco Barbosa da Silva com destino ao São Francisco, indo por terra um troço de setenta homens, ao mando de Diogo Castro, língua que já tomara parte nas entradas anteriormente mandadas da Bahia. Esta bandeira internou-se pelo lado direito do São Francisco, indo chegar destroçada ao Cotinguiba.

A quarta logo depois desta dirigiu-se ao São Francisco, e era mandada por Francisco Caldas e Gaspar de Ataíde, auxiliado por Braços de Peixe, um dos chefes tabajaras. Pela deslealdade de que usaram com este, foi inteiro o malogro.¹⁰²

Depois da conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros foram ao sertão duas tropas comandadas por Cristóvão da Rocha e Rodrigo Martins, que não tiveram melhor sucesso.¹⁰³

100 *História do Brasil*, liv. III cap. XV, p. 83, 84.

101 FREI VICENTE DO SALV., liv. III cap. XV, p. 84.

102 FREI VICENTE DO SALV., liv. III, cap. XX, p. 93, 94.

103 FREI VICENTE DO SALV., liv. IV, cap. XXI, p. 142, 143, 144.



Do Espírito Santo há certeza de que Domingos Martins Cão¹⁰⁴ fez uma entrada à procura das esmeraldas por ordem de D. Francisco de Sousa, quando este ainda estava na Bahia, isto é, antes de 1598.

Há ainda notícia de uma entrada feita no mesmo ou no seguinte ano por ordem de D. Francisco de Sousa.¹⁰⁵

Provavelmente é esta a de Azevedo Coutinho, que, como se sabe, é posterior à de Domingos Martins Cão.

Do Rio de Janeiro temos notícias preciosas transmitidas por Knivet de entradas feitas às cabeceiras do Paraíba e aos sertões de Minas Gerais, entre 1592 e 1600.

De São Paulo, as bandeiras são numerosas.

Diz o epitáfio¹⁰⁶ de Brás Cubas que este descobriu ouro no ano de 1560.

Em 1562 sabemos que João Ramalho foi por capitão das guerras contra os índios do Paraíba.¹⁰⁷

Afonso Sardinha é sabido que na última década do século descobriu as minas de Sorocaba.¹⁰⁸

Jorge Correa em 1594 foi para o sul fazer guerra aos Carijós.¹⁰⁹

Para resumir, os nomes de sertanistas e bandeirantes paulistas de que há memória são em número extraordinário. Só o Padre Simão de Vasconcelos, que apenas trata do assunto incidentalmente, nomeia João de Sousa Pereira, Francisco Correa, Domingos Luís Grou, Manuel Veloso de Espinha, José Adorno, Ascenso Ribeiro, João Gago, Jerônimo da Veiga, etc.¹¹⁰

104 FREI VICENTE DO SALV., liv. IV, cap. XXXVI, p. 162, 163.

105 Idem.

106 VARNHAGEN, *História*, I, 353. Cf. Cal. da Exp. nº 882.

107 AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos*, s. v.

108 TAQUES, *Nobliarchia*, *Revista do Inst.*, XXXIII, parte I, p. 93; *Informação das minas*, p. 4.

109 TAQUES, *Nobliarchia Paulistana*, na *Rev. do Inst.* XXXIII, p. II, p. 82.

110 *Vida de Anchieta*, p. 129, 150, 152, 154, 166, 191, 196, 197, 198 e 207.

Com o livro de Taques e o de Azevedo Marques poder-se-ia elevar este número ao décuplo.

De todas estas entradas bem poucos são os roteiros que se conservam. Gabriel Soares dá-nos alguns, porém confusamente. Frei Vicente do Salvador dá outros, mais circunstanciados quanto à parte anedótica, porém inteiramente deficientes até quanto à geografia. Knivet dá-nos alguns, porém muito deficientes também quanto às indicações. Marcgrav só dá um que é o mais completo e o mais lúcido que possuímos, tanto que por ele se pode facilmente reconhecer o caminho procurado.

Felizmente, comparando-se os roteiros que ainda nos restam daquele tempo com os que há de tempos posteriores, pode-se fazer um roteiro teórico, que servirá para encadear e sistematizar os descobrimentos e os rumos dos bandeirantes.

Para traçar este roteiro teórico, é preciso atender ao seguinte:

As montanhas foram sempre a baliza, o farol que tiveram à vista aqueles homens empreendedores.

Os rios foram os caminhos que seguiram de preferência.

Não é preciso explicar o motivo por que as montanhas figuraram de modo tão importante nas primitivas explorações do interior: a sua fixidez invariável, a sua visibilidade a grande distância são fatos patentes. Além disso, uma montanha domina grande parte do país, e dela pode fazer-se um reconhecimento prévio do espaço a percorrer, uma recapitulação rápida do espaço percorrido.

Quanto aos rios, as vantagens são talvez maiores.

Margeando um rio não há meio de uma pessoa se perder. O rio garante a água, condição indispensável de vida, facilita a alimentação, diretamente pelo peixe que contém, indiretamente pela caça que vem beber no seu leito. Em país habitado por inimigos, é um fosso, que de um lado dificulta muito os ataques. Enfim, se subir contra a corrente não é fácil e exige grande esforço muscular,



é certo que na direção da corrente a viagem é fácil e quase dispensa esforço.

Na realidade tal é a importância dos rios nesta parte da nossa história que as bandeiras devem classificar-se não pelo ponto donde partiram, mas pelos rios que margearam ou navegaram.

Todos os rios do Brasil representaram papel mais ou menos considerável no devassamento do interior; há, porém, alguns que excedem a todos: o Tietê, o Paraíba, o São Francisco e o Amazonas. Como este só começa a aparecer no século seguinte, deixá-los de parte.

A preponderância do Tietê é tamanha que geralmente são considerados sinônimos paulista e bandeirante. Isso é, porém, uma injustiça. Ser característico de tais expedições é a insígnia sob que marchavam, então os paulistas são provavelmente os únicos bandeirantes, pois não consta que alhures usassem de bandeira. Se o que há de fundamental é o fim e o resultado – o fim, isto é, a captura de índios e a procura de objetos de valor; o resultado, isto é, a exploração inconsciente do território, então quase todas as províncias têm bandeirantes. Basta lembrar os nomes de Pedro Teixeira, Costa Favela, Palheta, Dias d'Ávila, Domingos Afonso Certão, Tourinho, etc.

Todavia, mesmo estendendo o nome de bandeiras às expedições de outras províncias, o Tietê ainda fica em posição excepcional que apenas lhe pode disputar com alguma vantagem o São Francisco. Se o Tietê foi o caminho de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Goiás e Mato Grosso, o São Francisco foi o caminho para parte de Goiás, do Piauí, do Ceará, de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O Tietê possuía condições naturais que o destinavam a este papel. Uma era a sua proximidade do mar, que foi motivo para os portugueses virem logo estabelecer-se em suas margens, e tomá-lo por ponto de partida. Outra era a direção de sua corrente, pois

os colonizadores não tinham de subi-lo, mas de descê-lo, o que era muito mais fácil. Outra era o sistema de suas vertentes, que o punha em contato com o Paraíba, o Mogi-guaçu, o Paranapanema e depois de confluir com o Paraná punha-o ainda em contato com os afluentes do Paraguai.

Os paulistas começaram a descer o Tietê desde os primeiros tempos, provavelmente antes do meado do século XVI. Uns foram subindo pelos seus afluentes, Juquiri, Jundiaí, Piracicaba, Sorocaba. Outros foram até o Paraná.

Aqui encontraram circunstâncias, à primeira vista insignificantes, que exerceram grande influência sobre a direção das bandeiras e sobre a formação territorial do Brasil. Acima da confluência do Tietê, o Paraná tem um salto que é impossível transpor: o de Urubupungá; abaixo ele tem o das Sete Quedas, ainda mais difícil de ser passado. A consequência foi que as bandeiras tinham, ou de tornar, ato de que não eram capazes aqueles homens destemidos, ou de internar-se pelos afluentes do lado direito e do lado esquerdo do Paraná.

Foi o que fizeram.

Parece que os afluentes do lado direito do Paraná foram explorados antes dos afluentes do lado esquerdo, pois sabemos que em 1531 já houvera viagens ao Peru, e só por este modo é que se podem explicar. Sabe-se pelos mapas antigos que dois destes rios foram logo praticados: em primeiro lugar o Ivinheima com o Mbotetehu que com ele contraverte; em segundo lugar o Pardo com o Camapuã, Coxim e Taquari que lhe correspondem.

Os afluentes do lado esquerdo do Paraná foram explorados, a partir da foz, mais tarde, nos começos do século XVII. Foi então que se deram as lutas terríveis com os jesuítas nas margens do Paranapanema.

As bandeiras que preferiram subir pelos afluentes do Tietê seguiram rumos diferentes. Uns foram dar ao Mogi-guaçu e Pardo,



e pelo Paranaíba foram a Goiás, exemplo Sebastião Marinho, que é tradição, descobriu primeiro aquelas minas em 1592; outros subiram para Minas Gerais; outros passaram ao trecho médio do Paranapanema; outros pelo Sorocaba foram dar ao Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Paraíba foi atacado sucessivamente por três pontos diversos.

Primeiro pelos seus afluentes próximos do Tietê, como se vê no roteiro de Glimmer. Este caminho durou pouco tempo e desapareceu logo que foram fundados Taubaté, Pindamonhangaba e outros povoados.

Quase ao mesmo tempo, sabe-se pela viagem de Knivet, foi atacado pela Serra do Mar, nas proximidades de Parati, por onde foi quase dois séculos o caminho por terra entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Mais tarde foi também pela Serra dos Órgãos, seguindo o Iguaçu e o Inhomirim.

Um dos seus afluentes mais insignificantes, o Embaú, foi o ponto de ligação com Minas Gerais e com o trecho superior do Paraná e, indiretamente, com o São Francisco.

O São Francisco não estava em condições tão favoráveis como o Tietê, pois era preciso subi-lo contra a corrente e logo a pequena distância do mar encontrava-se a cachoeira, ou sumidouro, como então chamavam, de Paulo Afonso.

Mas estas desvantagens eram mais que amplamente compensadas pela posição da sua bacia, a oeste ligada pelo Paracatu, Preto, Ururuia, Carinhanha, Corrente, Rio Grande e Sapão à bacia do Paraíba e Tocantins; ao norte ligada ao Itapicuru, Parnaíba e outros rios menos importantes; a leste ligado ao Real, Itapicuru, Paraguaçu, Contas e outros menos importantes historicamente.

O São Francisco ainda teve uma circunstância muito favorável: a vegetação de seu sertão, em geral de carrasco, caatinga e mato ralo, que não opunha às internações os mesmos embaraços que a mata virgem.



Os pontos de ataque do São Francisco podem reduzir-se a três. O primeiro foi pela foz; embora estorvadas, logo no princípio pelo imenso sumidouro que tanto preocupou os primeiros bandeirantes, as entradas cometidas nesta direção tiveram grande importância, pois pelo Moxotó, Pajeú, Terra Nova, riacho da Brígida, levaram ao Jaguaribe, ao Cariri, e posteriormente ao Piauí e ao Maranhão; pelo Porto de Folhas, Propriá, Betume, levavam ao centro de Sergipe e da Bahia.

O segundo foi pelo Itapicuru, Paraguaçu e seus afluentes, pelo trecho médio do Rio de Contas; de importância ainda maior para a colonização e exploração da Bahia, de Minas Gerais, de Goiás, de Piauí, pela contiguidade em que estavam com os rios Salitre, Verde de Baixo, Paramirim, Santo Onofre, Rans, e estes com os afluentes da margem esquerda do São Francisco.

O terceiro foi pelas cabeceiras, principalmente pelo Rio das Velhas, nos sertões de Sabaraboçu. Chegava-se aí das margens do Paraíba, transpondo a Serra da Mantiqueira, e depois a bacia do Rio Grande, ou Paraná.

...

Na obra de Piso e Marcgrav, onde acha perdido, poucas pessoas irão procurar este roteiro. Por isso publico-o. É o primeiro, que me conste, de viagem a Minas Gerais e presta-se a uma comparação muito curiosa com a que um século depois nos dá Antonil na *Cultura e opulência do Brasil*.

Varnhagen conhecia-o e refere-se a ele na *História*, p. 460. Levado, porém, pela identidade do nome de Glimmer, que figura no livro de Marcgrav e figura na carta de Walbeek, ele cometeu um erro inexplicável: identificou as duas viagens.

Entretanto, a diferença entre elas é fundamental.

Uma teve lugar depois que D. Francisco de Sousa saiu da Bahia para São Paulo, isto é, entre 1598 e 1602; outra teve lugar depois da



tomada da Bahia, depois de 1624. Uma partiu de São Paulo, outra partiu da Bahia. Uma foi a Sabará, em Minas Gerais, outra, às minas de Salitre, na Bahia. Numa aparecem Francisco Dias d'Ávila, Calabar e Glimmer; em outra só aparece Glimmer.

Pelo roteiro junto, traça-se facilmente o terreno percorrido: de São Paulo foram ao Paraíba, provavelmente pelo Araraquara ou Jaguari; desceram o Paraíba até imediações do Cruzeiro ou Cachoeira; beirando o Embaú transpuseram a Mantiqueira, descendo pelo Capivari e Rio Verde.

Este caminho até certo ponto corresponde com o traçado da via férrea do Rio Verde.

Operace pretium autem putavi hic inferere itinerarium quod à Wilhelmo Glimmerio nostrate accepi. Is narrat eo tempore quo ipse in Praefectura S. Vincentii degeret, venisse ad illas partes è Praefectura Bahiae Franciscum de Sousa; acceperat enim à quodam Brasiliano metallum quoddam, è montibus Sabaroason, ut ferebat, erutum, coloris cyanei sive caelestis, arenulis quibusdam aurei coloris interstinctum, quod cum à mineraiis effet probatum, in quintali triginta marcas pari argenti continere deprehensum fuit. Hac illecebra provocatus Gubernator montes hosce & metalla diligentius investiganda putans, septuaginta aut octaginta qua Lusitanos, qua Brasilienses, lo mittere in animum induxit. Cum his Glimmerius noster profectus, itineris rationem ita describit.

Ab oppido S. Pauli, in praefectura S. Vincentii, profecti primum ad municipium S. Michaëlis pervenimus, (quod distat à superiori versus ortum quinque aut sex leucas) & ad ripam fluvii Anhembí, atque ibidem commeatus paratos invenimus, quos barbari humeris erant portaturi. Deinde fluvium illud trajecimus, & quatuor aut quinque dierum pedestri itinere per densas Silvas promovimus versus Arctum, ad fluviolum qui oritur è montibus Guarimumis aut Marumiminis, ubi auri sunt metalla. Hic canois

aliquot è corticibus arborum conjunctis, secundo hoc amniculo descendimus quinque aut sex diebus, incidimusque in majorem fluvium ab Occidentali plaga descendentem. Prior ille fluviolus labitur per humiles & irriguos campos & amaeanitate spectabiles. Secundum huc majorem cum biduo discendissemus, incidimus in fluvium adhuc longe majorem, qui è montis Paranapiacabae Arctoo latere oritur (icuti Anhemhi ex Australi ejusdem latere) & primum secundum montium ductum versus occasum dilabens, dei cubito flexus, aliquandiu fertur versus Arctum, & tandem, ut vulgo, creditur, illabitur in Oceanum inter Promontorium Frio & Praefecturam Spiritus Sancti, pscibuns tam majoribus quam minoribus egregie faetus: vocant fluvium de Sorobis. Hunc quoque quindecim aut sedecim diebus descendentes pervenimus at Cataracten, ub fluvis ab editis montibus constrictus, praeceps ruit versus Ortum: quapropter hic canoas nostras depressimus & rursus pedestre iter aggressi, justa & per alium amnem, qui ab occasu advenit & navigiorum non est patiens; quinque aut sex diebus pervenimus ad altissimum montem, quo superato descendimus in patentissimos campos, lucis quoque hac illac opacos, in quibus pulcherrimae pini visuntur, quae fructus ferunt mole capitis humani, cujus nuces medium digitum crassae, cortice teguntur instar castanae, & optimi sunt saporis & nutrimenti: (vix dubito, illum loqui de Zabucaio arbore) ejusmodi arbores per multa miliaria in mediterraneis reperiuntur. Deinceps triduo pervenimus ad fluvium qui ab ortu descenudit, quem transeuntes quatuordecim diebus promovimus versus Corum, per patentes campos & colles arboribus nudos, ad alium fluvium navigiorum patientem, & venientem ad Aquilone; hunc ratibus, quas Iangadas vocant, trajecimus; & quatuor aut quinque leucarum intervallo alium fluvium offendimus, pene ab Areto allabentem & navigiorum patientem. Credo autem tres hosce fluvios tandem in unum alveum confluere & ferri in Paraguayum, eo argumento, quod versus

*Africum aut occasum se proripiant. Porro toto illo itinere quod hactenus descripsimus, nihil culti vidimus, nullos mortales, hic illic tantum ruinas pagorum, nihil victui opportunum praeter gramem & aliquot fructus silvestres; observavimus tamen nonnumquam sumum ascendentem, vagantur enim per has solitudines barbari quidam cum conjugibus & liberis, incertis sedibus, qui obviis utuntur, nulla sementis cura. Ad postremum hunc fluvium demum pagum indigenarum invenimus, & annonae copiam, tempestive admodum, siquidem omnis quam nobiscum tulera-
mus, jam erat consumpta, & jam aliquandiu silvestribus fructibus aut herbis campestribus famem expleveramus.*

Mensem pene integrum hic morati, & annona parata, denuo iter promovimus versus Corum, & mense uno absoluto, nullis fluviis obviis pervenimus ad viam latam & tritam, & duos amnes diversae molis, qui ab Africo allabentes inter montana Sabaroasu eluctantur versus Boream; atque hos esse fontes seu capita fluvii S. Francisci opinor. A pago supradicto ad hos amnes nullos mortales vidimus, sed accepimus ultra montes nationem barbaram admodum populosam agere; qui de Europaeorum horum adventu (nescio quo pacto) curtioris facti, unum suorum dimeserunt, ut nos specularetur. Hic cum in nostros indidisset metu horum barbarorum atque annonae inopia, nondum explorato metallo, cujus causa missi eramus, repedare maturavimus, & pene fame enecti rediimus ad pagum illum barbarorum. Ubi viribus recuperatis & annona parata, eodem itinere quo veneramus, ad fluvium illum ubi canoas depresseramus, sumus reversi; atque his relecti flumini nos commisimus, eoque adverso proreptavimus usque ad illius fontes; atque ita novem mensibus in hanc expeditionem impensis, primo Mogomimin, dein ad oppidum S. Pauli rediimus.”

Fontes

GABRIEL SOARES DE SOUZA, *Roteiro descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro, 1851, 4º. (nº 10 do Cat.)

KNIVET, *The admirable adventure and strange fortun*, ap. *Purchas his pilgrines*, London, 1625-1626, 5 vols. fo1. (nº 894 do Cat.)

FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil...* escrita na Bahia a 20 de dezembro de 1627 (nº 19555 do Cat.)

TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME, *Nobiliarchia paulistana*, ap. *Rev. do Instituto*, XXXIII-XXXV (nº 16623 do Cat.)

Idem. *Informações sobre as minas de São Paulo e dos certões da sua capitania desde o anno de 1587...* (nº 5537 do Cat.)

Auxiliares

AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos historicos, geographicus, topographicos, estatisticos e noticiosos da provincia de São Paulo*, Rio de Janeiro, 1879, 2 vols. 4º (nº 5554 do Cat.)



III

POVOAMENTO E POPULAÇÃO

O povoamento do Brasil começou de modo seguido em 1534, quando o território foi repartido em quinze pedaços e doado a doze donatários.

Tem-se apreciado de modos diversos este plano de D. João III, e alguns têm censurado os poderes quase ilimitados concedidos aos capitães-mores e a grande extensão das capitanias.

Estas censuras não têm grande valor. O poder ilimitado dos donatários era uma necessidade, não tanto para que pudessem dominar os colonos, como porque em sociedades rudimentares como as que então se fundavam a divisão de poderes era impossível. Ora todo o poderio dos donatários consistia em acumular o poder executivo, o poder judiciário e o poder legislativo.

Quanto à grande extensão das capitanias e à conseqüente distância em que ficavam uns dos outros os núcleos civilizados, não é justo colocar-se do ponto de vista hodierno para julgar providências e fatos do século XVI. O que tinha em vista o governo português era assegurar-se a maior extensão possível do litoral e ferir de morte as tentativas invasoras dos franceses. Ambos os resultados foram conseguidos. Se a expulsão dos franceses exigiu quase um século de esforços, imagine-se o que seria se não existissem donatários.

Alguns destes viram desde o princípio burlados os seus tentamens: exemplo João de Barros, Fernando Alvares de Andrade, Aires da Cunha, Antônio Cardoso de Barros. Outros, depois de



uma estreia risonha, deram em completo descalabro, exemplo Pero de Goes e sobretudo Francisco Pereira Coutinho, vítima dos bárbaros Tupinambás. Outros, porém, foram felizes, e lançaram os fundamentos do que se pode chamar a camada secundária de nossa população.

Basta lembrar que dos donatários procedem Itamaracá, Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Santa Cruz, Espírito Santo, São Vicente, Santo André, para reconhecer que a sua influência foi fecunda e que a eles deve muito o povo brasileiro.

Ainda mais e melhor se ficará reconhecendo isto, se repararmos que estes povoados são todos no litoral, onde os donatários não tinham tão grande interesse como no interior. De fato, no sertão era indeterminado o terreno que lhes cabia, ao contrário do litoral, onde a extensão de suas capitanias oscilava entre trinta e cem léguas. Que eles incorreram muito para o devassamento do selião atestam-no diferentes fatos: a proibição de viagens entre as capitanias pelo interior, promulgada desde 1548; a fundação de São Paulo, de Mogi das Cruzes, da Parnaíba, logo no século XVI ou começos do século XVII, o grande número de bandeiras procedentes das capitanias, etc.

Era, porém, necessário cuidar também da costa, ao mesmo tempo estabelecer de donatário a donatário um princípio superior que eles acatassem, um princípio que compusesse as questões e impedisse que conflitos de jurisdição degenerassem em conflitos a mão armada. Foi o que se fez em 1548 com a criação de um governo-geral, de que tomou posse Tomé de Sousa, em março de 1549.

É a esta instituição que se deve grande parte da extensão de nosso país à beira-mar, pode mesmo dizer-se todo o norte a partir de Itamaracá.

Logo no governo de Mem de Sá fundou-se o Rio de Janeiro, em que os franceses, apenas com um intervalo de pouco tempo, haviam conseguido conservar-se durante o espaço de doze anos.

No governo de Luís de Brito e Almeida e Antônio de Salema foram expulsos os franceses e domados os naturais do Rio Real e de Cabo Frio.

No governo de Manuel Teles Barreto foi definitivamente conquistada e começou a ser colonizada a Paraíba.

No governo interino de Cristóvão de Barros dominou-se a parte de Sergipe que ainda resistia e fundou-se São Cristóvão.

No governo de D. Francisco de Sousa conquistou-se e colonizou-se o Rio Grande do Norte.

Menos de vinte anos depois desse fato, o Brasil já atingira ao norte os limites que depois nunca mais ultrapassou por aquele lado.

Em resumo:

A tendência dos donatários deveria ser alongarem-se pelo interior, onde o seu domínio era ilimitado.

A tendência dos governadores régios deveria ser alongarem-se pelo exterior, onde havia maior perigo de estrangeiros e mais instabilidade na posse.

E eles alongaram-se principalmente pelas costas do norte, porque, estando desde 1580 Portugal sob o domínio da Espanha, não havia urgência em colonizar o sul que não era tão procurado pelos estrangeiros, e até certo ponto estava garantido pelos estabelecimentos platinos.

Só depois da separação de Portugal da Espanha é que o problema da colonização do sul devia agitar-se, e, com efeito, só então é que o foi.

Agora que está imperfeitamente traçado o rumo que tomou o povoamento, vejamos como se formou a população.

Logo que os europeus chegaram a estas plagas, encontraram-nas povoadas por diferentes tribos. Um falavam língua que, pela grande extensão em que dominava, mereceu o nome de geral.

Outras falavam línguas geralmente pouco conhecidas e de área circunscrita, línguas que foram chamadas travadas. Os primeiros, segundo Frei Vicente do Salvador, chamavam a si *Apuabetos* (= Apiabeté, segundo Baptista Caetano); aos segundos davam os nomes de *Tapuias*, isto é, de inimigos.

Os modernos estudos craniológicos têm distinguido entre os Tapuias e Apuabetos pelo menos três raças: primeiro a dos Tupis, a mais numerosa, a mais importante, a menos bárbara, geralmente localizada no litoral e nas margens dos rios, e que parece ter vindo do norte, dos Galibis e Caraíbas; segundo a dos Botocudos ou Aimorés, terror das capitânicas que hoje formam a província da Bahia, ainda agora encantonados em Espírito Santo e Minas, raça proveniente do oeste, segundo Batista Caetano, e que mostra vestígios patentes de cruzamento com o homem fóssil da Lagoa Santa, descoberto por Lund; terceiro a dos Bugres, localizados entre o Uruguai e o Paranapanema, continuação evidentemente dos homens dos sambaquis.

A estes elementos primitivos desde logo vieram juntar-se os portugueses, que começando em 1500 pelos dois degredados e dois desertores que ficaram em Porto Seguro; continuando com os que ficaram por sua livre vontade ou vieram degredados desde este ano até 1534; de então por diante vieram em maior número, em mil de uma vez em 1549.

Não tardou muito que destes e dos naturais se originasse uma nova raça, a de mestiços ou mamalucos, que tanto influíram sobre a nossa história, principalmente em São Paulo.

Além destes havia ainda os franceses que na Paraíba e Rio Grande do Norte deixaram larga geração, como afirma Knivet; os espanhóis que em São Paulo se uniram às principais famílias, e ingleses, holandeses e alemães avulsos, que depois causaram muito mal pelas informações que forneceram aos holandeses e outros que por mais de uma vez assaltaram a colônia.



Desde o tempo dos donatários, começou a importação de africanos em pequena escala.¹¹¹ Com a criação do governo-geral, a importação aumentou e foi cada dia se desenvolvendo.

Segundo Domingos de Abreu de Brito, de 1575 a 4 de março de 1591 foram exportados para o Brasil e Índias de Castela 52 053 escravos, que renderam à fazenda real 156:159\$.¹¹² Em 1584, José de Anchieta, em um escrito infelizmente ainda inédito, calcula em dez mil os escravos africanos de Pernambuco, em três mil os da Bahia.¹¹³

Com esta diversidade de raças, deu-se aqui um cruzamento em grau considerável, e estabeleceram-se muitas classes na população: o europeu de sangue puro, o mazombo, filho de pais europeus; o mulato, filho de pai europeu e mãe africana; o crioulo, filho de africanos nascido no Brasil; o curiboca, ou caboclo, filho de índio e africana.¹¹⁴

Numericamente considerados, eram os brasis a mais importante das três raças de que se formou o povo brasileiro. Entretanto, pouco a pouco foram diminuindo: uns começaram novas migrações, de que dão testemunho Knivet no século XVI e Acuña do século seguinte; outros, em número difícil de calcular, sucumbiram a epidemias terríveis que apareciam como que fatalmente sempre que se achavam em contato com os europeus.

Seguiam-se-lhes os africanos, que mais tarde, principalmente com o descobrimento das minas, chegaram a predominar.

Vinham, enfim, os europeus, fração numérica do todo.

111 Há entre os manuscritos do Instituto Histórico uma providência sobre escravos africanos introduzidos no Brasil antes da criação do governo-geral, Cf. *Historia Geral*1, p. 219.

112 *Summario e descripção do reino de Angola*.

113 *Enformacion del Brasil*.

114 MARCGRAV, liv. VIII, cap. IV.



Se calcularmos em sessenta mil a população do Brasil civilizado em 1600, os brasis eram representados por trinta a trinta e cinco mil, os africanos e filhos de africanos por vinte mil, os europeus e os mazombos por menos de dez mil.

Entretanto foram estes que venceram, pelo princípio superior que representavam, pela coesão, pela organização, por muitos outros motivos que fora longo enumerar.

Essa vitória não foi, porém, completa: na família, na indústria, na religião, no governo, na literatura, africanos e brasis exercem uma influência, difícil de perceber hoje, que quase três séculos a atenuaram e disfarçaram, porém muito sensível no século XVI.

Martius indicou esta verdade de modo profundo, quando disse que o estudo das raças do Brasil é um caso de paralelogramo das forças.

...

O estudo atual da antropologia brasileira não nos permite ainda tirar conclusões rigorosas sobre as diferentes raças que aqui viviam antes da chegada dos europeus. Só ultimamente é que esse estudo tem entrado em uma via fecunda de resultados positivos; mesmo assim o material de que dispõem os nossos antropologistas é tão minguido e escasso que eles se têm limitado antes ao ímprobo trabalho de análise do que ao de constituir doutrinas para a filiação e distribuição dos nossos brasis.

O apelo dirigido ultimamente ao país, por ocasião da Exposição Antropológica, fez reunir no Museu Nacional mais alguns crânios e esqueletos, e é sobre esse material ainda insuficiente que os especialistas nesse assunto aventam algumas ideias sintéticas, que vamos expor, sem assumir a responsabilidade delas.

É assim que se acredita na existência de um tipo fóssil, contemporâneo da época da rena, e cujos vestígios foram descobertos pelo sábio Lund, nas cavernas calcárias da Lagoa Santa, na

vizinhança do Rio São Francisco. O seu característico principal é uma extrema dolicocefalia unida a uma não menos notável hips-tenocefalia. Esse tipo, que parece constituir o homem primitivo do Brasil enquanto novas pesquisas paleontológicas não demonstrarem o contrário, atravessando os séculos propagou-se até nós, pois se encontram vestígios dele no atual Botocudo.

Este, porém, já não é um representante puro: apresenta caracteres de diferenciação que se deve antes atribuir ao cruzamento do que considerar como resultado da seleção ou da ação do meio. Assim é que o Botocudo, sendo dolicocefalo e hipstenocéfalo, o é, no entanto, muito menos que o homem da Lagoa Santa, e o diâmetro vertical do crânio tende a abaixar-se e o transversal a ampliar-se.¹¹⁵ Outros caracteres craniométricos ainda existem que acentuam a diferença; são, porém, estes os mais notáveis.

Além disso, afirma o doutor Rodrigues Peixoto que o estudo atento da série de crânios botocudos revela logo ao observador afeito a estas investigações que se trata ali de dois tipos que umas vezes se cruzam, outras vezes se contrapõem e isolam pela lei do atavismo. Ora é o tipo de Lund, mais ou menos dissimulado; ora é um crânio maior, de paredes muito espessas, de aspecto muito mais grosseiro e caracterizado por um prognatismo ainda mais considerável do que o dos negros da África ocidental.¹¹⁶

Este último tipo, que caracteriza o homem pré-colombiano construtor dos *Sambaquis* das nossas províncias meridionais, se destaca de um modo sensível do tipo de Lund e do Botocudo, dos dois grupos precedentes. Ele é subdolicocefalo, com oscilação até a braquicefalia, prova de que já naquele tempo constituía uma raça mestiça. O seu índice nasal, porém, de uma extrema uniformidade, o coloca entre os indivíduos os mais leptorrínios do globo. Assim, pois, a fisionomia especial e frisante deste grupo

115 DR. J. R. PEIXOTO, *Novos estudos craneológicos sobre os Botocudos*.

116 DR. PEIXOTO, *Loca*, cit.

grosseiro e chocante leva-o constituir um tipo à parte. É muito provável que o seu cruzamento com o da Lagoa Santa desse origem ao Botocudo atual.

Finalmente, o último dos tipos craniológicos do Brasil, que abunda no Amazonas e encontra-se ao mesmo tempo aqui e acolá em todo o litoral, e do qual há até vestígios nos *Sambaquis*, o tipo *tupi*, é constituído por um crânio pequeno, curto, baixo, muito menos prognata e eurignata, de contornos mais brandos e linhas mais suaves; mesaticéfalo, com tendência à braquicefália, de órbitas megasemas e nariz platirrino. Este tipo, relativamente moderno, pela grande área que ocupava e ainda ocupa, deveria representar um grande papel na nossa história. Foi o que os europeus encontraram na costa quando acharam o Brasil. Fundido, mesclado, exterminado, reemigrou para o Amazonas, onde parece ter sido o seu ponto de parada antes de se extravasarem para o sul.

Os seus característicos craniológicos, etnográficos e linguísticos os prendem aos Caraíbas das Antilhas, parecendo constituir uma e mesma raça.

Eis, pois, em resumo os quatro tipos que a craniologia brasileira tem conseguido até agora isolar dos diferentes espécimens de crânios que se têm podido examinar. É de esperar que novos estudos feitos sobre novo material deem maior coesão a investigações encetadas sobre uma base verdadeiramente científica. Muito resta ainda a fazer, pois só se conhecem alguns crânios da costa e do Baixo Amazonas. Há ainda todo o sertão interior e o vasto estuário do grande rio, isto é, quase todo o Brasil.

Fontes

ANCHIETA, *Enformação do Brasil e de suas capitánias* (nº 5746 do Cat.)

Idem. *Enformacion de la provincia dei Brasil para nuestro padre.*

Auxiliares

MARTIUS, *Como se deve escrever a historia do Brasil*, ap. *Revista do Inst.* VI, (nº 5380 do Cat.).

VARNHAGEN, *História geral.*

RODRIGUES PEIXOTO, *Novos estudos craneológicos sobre os Botocudos*, Rio de Janeiro, 1882, 4º.

Exposto como o Brasil foi descoberto, como se explorou o litoral, como se devassou o sertão, que rumo tomou o povoamento e como se constituiu a população, resta ver a sociedade qual existia no fim do século XVI.

Pode-se defini-la: a sociedade portuguesa mais o elemento tupi e o elemento africano, mais a ação mesológica.

Qualquer função social comparada com a função que lhe correspondia na sociedade metropolitana apresentava desde logo divergências que saltavam à vista.

1. Começando pela família, é de notar que os homens de origem europeia vieram primeiro e em maior número que as mulheres da mesma origem.

Daí relações irregulares que ainda mais facilitou o costume vigente entre os naturais de oferecerem mulheres aos hóspedes.

Mais tarde, principalmente desde 1550, vieram mulheres europeias, mas não vieram em número suficiente: a prova é que Nóbrega, escrevendo para o Reino, assegurava que mesmo as de vida errada encontrariam com quem casassem.

As relações irregulares são, portanto, o característico da primitiva família brasileira.

E a evolução que se operou nesta função do organismo social consistiu maior número de relações regulares, na paridade

crescente de raças e educação entre os cônjuges, por conseguinte na maior intimidade e unissonidade de sentimentos.

2. Na religião temos primeiro padres desmoralizados que não se preocupavam com a doutrina, que escandalizavam pelo exemplo, que viviam na simonia.

A evolução consistiu na moralização do clero, principalmente devida aos jesuítas, no desenvolvimento do culto externo, na criação de confrarias, na importância que o elemento religioso começou a exercer sobre a vida.

Ao mesmo tempo a religião sofreu um desvio: para que africanos e brasis pudessem compreendê-la e adotá-la, a parte dogmática ficou atrofiada, e festas, novenas, confissões, jejuns, disciplina-mentos e penitências cresceram de modo anormal.

3. Na indústria encontramos primeiro apenas a extração de pau-brasil, de canafístula, a colheita de âmbar etc. Depois aparecem a indústria sacarina e outras congêneres, a criação de gados etc. No primeiro estágio, apenas o fornecimento de matérias-primas; no segundo, o fornecimento de materiais mais ou menos elaborados.

A evolução consistiu na produção de gêneros mais variados à medida que o século se adiantou – foi a evolução qualitativa; na produção dos gêneros em maior soma, à medida que a população cresceu, que a procura das mercadorias se tornou normal, que a sua necessidade se tornou sensível – foi a evolução quantitativa.

A evolução, além disto, consistiu no aperfeiçoamento dos processos empregados. Assim, no tempo de Gabriel Soares, sabe-se que a mandioca era raspada com uma concha, depois feita massa numa pedra ou num ralo, secada em tipiti, convertida em farinha numa panela. Mais tarde aparece a faca para a raspagem, inventam-se a cevadeira, a prensa e o forno.

Fato semelhante se deu no fabrico de açúcar.

4. Primitivamente havia apenas uma profissão – a de brasileiro, negociante de pau-brasil.

Depois apareceram a de pedreiros, carpinteiros, mestre de açúcar.

Depois apareceram outras profissões e outros ofícios.

E muitas profissões eram às vezes exercidas pelo mesmo indivíduo.

A evolução consistiu na variedade crescente das profissões.

A evolução consistiu ainda na especialização das profissões em cada indivíduo.

5. Os gêneros primitivamente eram transportados a ombro; os passageiros, quando não iam a pé, eram também transportados a ombro, em redes.

A evolução consistiu em substituir quadrúpedes aos homens como força locomotora; em desenvolver o fabrico de carros, barcos e outros meios de transporte.

6. As vias de comunicação terrestre eram primeiramente pela beira do mar e pelas margens dos rios.

A evolução consistiu em abrir caminhos; em torná-los mais curtos e mais numerosos.

7. No tempo dos donatários o representante do governo era ao mesmo tempo um industrial. Na organização do governo-geral ainda se vê esta confusão do sistema produtor e regulador, pois vieram como empregados públicos, pedreiros, carpinteiros, marceneiros etc.

A evolução consistiu na especialização progressiva do governo, na perda de funções que não lhe eram próprias. Ao mesmo tempo a sua ação tornou-se mais eficaz, a sua organização complicou-se.

8. Na literatura temos com os jesuítas o auto sacro e a comédia, literatura para quem não sabia ler, literatura, além disso, identificada com a religião.

A evolução consistiu na eliminação do elemento religioso; no aparecimento de uma forma literária para os que sabiam ler.

E como estes eram poucos, e a sociedade não encerrava uma fonte comum de inspiração que os irmanasse, a tendência era para a sutileza, para o conceito, para a imitação. E o epigrama e a rima força e inverossímil e a cópia, às vezes servil, foram a maneira favorita.

Fontes

FERNÃO CARDIM – *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica...* Ed. Varnhagem, Lisboa, 1847, 8º (nº 9152 do Cat. da Exp.)

ABREU DE BRITO, *Summario e descripção do reino de Angola... e da grandeza das capitánias do Brasil... Anno de 1592* (nº 19289 do Cat.)

Auxiliares

SOUTHEY, *Historia do Brasil*, trad. do Dr. Luis de Castro, Rio, 1862, 6 vols. 8º (nº 5356 do Cat.).

ACCIOLI, *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*. Bahia, 1835-1852, 6 vols. 4º (nº 5506 do Cat.)

Frei Vicente do Salvador conta a história de um bispo de Tucuman que esteve algum tempo no Brasil.

Este bispo via que mandando buscar qualquer gênero ao mercado, voltava o criado sem obtê-lo; se, porém, mandava buscá-lo a casas particulares, remetiam-no sem nada cobrar.

Verdadeiramente, disse o bispo, que nesta terra andam as coisas trocadas, porque ela toda não é república, sendo-o cada casa.

Isto, em outros termos, é o que a história tem a dizer sobre o século XVI.

Organismo de pouca massa, de estrutura rudimentar, em que cada órgão representava mais de uma função, em que não havia um órgão especial para cada função: faltava-se o consenso profundo, e interdependência fundamental, a ação incorporada o que a tornara uma república, na frase do bispo, um estado, na frase moderna.

No século XIX, temos uma população mais numerosa, maior divisão de trabalho, melhor exercício dos órgãos, funções mais especializadas, uma ação incorporada, mais forte e mais extensa.

O progresso é incontestável.

Não menos incontestável é que o que há feito não passa de uma parcela do muito que ainda resta fazer.

PROPOSIÇÕES

Antes da ocupação do Rio de Janeiro pelos franceses hou-
vera aqui um estabelecimento português.

Provavelmente foi gente dele que plantou as canas-de-açúcar encontradas por Pigaffeta e Magalhães, em 1519.

Foi no século XVII que as municipalidades exerceram entre nós maior influência.

As primeiras lutas entre brasileiros e portugueses tiveram um caráter municipal pronunciado.

Os holandeses influíram consideravelmente para a exploração dos sertões do Norte.

No espírito de resistência que eles despertaram, está uma das causas das revoluções que houve posteriormente em Pernambuco.

As constituições eclesiásticas formuladas por D. Sebastião Monteiro da Vide foram precedidas por outras no século XVI.

Depois de politicamente independente de Portugal, parte do Brasil continuou ainda algum tempo dependente dele eclesiasticamente.

Uma das causas das lutas com os espanhóis foram os bandeirantes.

Só no século XVIII começou a haver solidariedade entre a política das metrópoles e das suas respectivas colônias.

O Brasil exportou escravos antes de importá-los.
A importação de africanos é posterior à criação das donatarias e anterior à criação do governo-geral.

No século XVIII começou a generalizar-se no povo brasileiro a consciência de sua superioridade ao povo português.

O indianismo é a forma literária desta consciência.

A presença da família real demorou a época da nossa independência política.

A D. João VI deve-se a decomposição quase completa do sistema colonial.

A revolução rio-grandense não teve primitivamente caráter separatista.

Este caráter só lhe apareceu depois do combate de Fanfa.

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL PELOS PORTUGUESES

Reprodução ampliada pelo autor de seu artigo aparecido no *Jornal do Commercio* de 3 de maio de 1900, publicada em opúsculo de 72 páginas e datada de 4 de maio de 1900 (Laemmert & Cia., Rua do Ouvidor, 66, Rio de Janeiro).

Traz a seguinte dedicatória:

A Domicio da Gama, *secretario da Missão Rio-Branco,*
junto ao Governo Suisso

Não lhe soffreu o coração, alma gentil, quedar-se longe da patria,
seguir só de espírito, platonicamente, a commemoração do quarto
centenario do descobrimento do Brasil.

Respondo como posso a esses íntimos sentimentais, enfeixando sob seu
nome, ligeiramente espanadas, estas folhas seccas.

Dispersava-as o Jornal do Commercio hontem,
ás mesmas horas de sua acolheita passageira ao ninho natal.

Ad flumen *Genabara* – 4-V-OO



A 8 de março de 1500 notava-se grande alvoroço no Tejo. Era domingo. Estava a zarpar uma armada, a maior até então saída de portos portugueses, com destino à Índia. El-Rei quisera revestir o ato de toda solenidade, e o povo associava-se unânime ao pensamento do seu soberano.

Oito meses antes chegara Vasco da Gama, dois anos, um mês e um dia depois da partida, trazendo pimenta, canela, gengibre, todas as especiarias do Oriente, tão famosas, tão procuradas, tão raras, recebidas até ali só por meio de navios italianos, que iam buscá-las ao leque do Nilo, aos portos da Síria ou à costa do Mar Negro e as revendiam aos consumidores europeus. Agora se dispensavam venezianos, genoveses e catalães; os grandes povos navegadores do Mediterrâneo; desprezava-se o poderio incontrastável do Soldão do Cairo, senhor do Egito e da Síria; eliminavam-se os enormes trajetos, as múltiplas baldeações através de mares, desertos e serranias asiáticas. Os gêneros embarcados fariam toda a viagem exclusivamente por mar, e levava-os a seu destino a mesma embarcação que os tomara na sua origem: uma era nova de esperança e confiança alvorecia nos espíritos.

A primeira expedição fizera-se em três navios fortes, expressamente construídos para resistir às ondas inclementes do Cabo da Boa Esperança, porém pequenos; fora antes viagem de reconhecimento, tentativa de exploração. Agora ia uma esquadra de doze

navios possantes (afora um de mantimentos), preparados para a paz, levando dinheiro para fazer compras, gêneros diversos para instituir permuta, preparados para a guerra, com mil e duzentos a mil e quinhentos soldados, armamentos aperfeiçoados, artilharia superior a qualquer da época. A armada partia sob o signo da paz, mas levava todos os elementos para não recuar ante a guerra.

Por capitão-mor ia Pedr'Álvares Cabral ou de Gouvea, como aparece nomeado em sua carta de poderes,¹¹⁷ filho de antiga e ilustre família, distinta por serviços prestados em descobrimentos e combates. Entre os capitães de navios estavam Bartolomeu Dias, o domador do Cabo da Boa Esperança, e Nicolau Coelho, o companheiro de D. Vasco na viagem anterior; entre os passageiros: Duarte Pacheco, descobridor de terras africanas e americanas, varão bravo e sábio; oito frades, um deles Frei Henrique,¹¹⁸ depois bispo de Ceuta, inquisidor que queimou em Olivença o primeiro judeu; Vaz de Caminha, simples escrivão de uma feitoria a estabelecer, perdido anonimamente na multidão brilhante, de que depois avultou com destaque sem par. Iam pilotos da Índia, e os melhores então existentes de Portugal, formados na escola de Guiné e do Cabo.

A 8 de março, conclusos todos os aprestos, houve missa de pontifical. Junto ao altar esteve uma bandeira de Ordem de Cristo.

117 A carta de poderes foi passada em Lisboa a 15 de fevereiro. Por ela lhe eram dados todo o inteiro poder e alçada de que poderia usar inteiramente sem dos juízos e mandados haver apelação nem agravo até morte, exceto para os capitães de navios e fidalgos. O documento está publicado em AYRES DE SÁ, *Frei Gonçalo Velho*, p. 283-285, Lisboa, 1899.

118 Frei Henrique largara a toga de desembargador da casa da Suplicação em Lisboa e entrou noviço no convento de Alenquer. Foi confessor de D. Manuel, depois bispo de Ceuta e inquisidor. Seus companheiros foram: Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães, Frei Luis de Salvador, todos quatro pregadores e excelentes letrados, Frei Maffeu, sacerdote e organista, Frei Pedro Neto, corista de ordens sacras, Frei João de Vitória, é pelo menos o que diz Fr. ANTÔNIO DA PIEDADE na *Crônica da Arrabida*.

Depois da missa pregou D. Diogo de Ortiz, bispo de Ceuta, exaltando a empresa que se ia cometer, e os felizes, tão notáveis por feitos anteriores ou pelas excelências de sua prosápia, chamados a realizarem a grande obra.

Durante a missa e sermão, teve El-Rei sempre a seu lado, sob a cortina, a Pedr'Álvares. Consagrada a bandeira, entregou-lha; confiou-lhe um barrete bento pelo Papa, dando-lhe a ilharga acompanhou-o com toda a corte até o ponto de embarque, onde os expedicionários lhe beijaram as mãos e se despediram. Não corria favorável o vento: a partida foi adiada, e a festa popular, passeios pelo rio, toques de instrumentos, prolongaram-se o dia inteiro.

A 9 de março saiu a esquadra do Restelo, já chamado Belém, como ainda hoje; sábado 14, de oito às nove horas, achava-se entre as Canárias, mais perto da Gran-Canária, à vista dela três ou quatro léguas, todo o dia em calma; domingo 22, avistaram São Nicolau, do grupo de Cabo Verde; à noite seguinte para segunda-feira, perde-se da frota a nau de Vasco de Ataíde, “sem hi haver tempo forte nem contrario pera poder ser”.

O rumo fora até aí SSW, SW 1/4 S, S 1/4 SE, aproximadamente como se costumava ao ser escrito o *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco. Do arquipélago para diante mudou.

“D. Vasco da Gama”, escreve Gaspar Correa,

fez conselho com os mestres e pilotos da navegação que fariam pera encurtar o caminho, que era cortar polo mar largo, tomando largos os ventos do mar, que corriam pera terra, com muito resguardar por dobrar o Cabo da Boa Esperança, e de dentro delle fossem haver vista de terra, que bem conheciam os pilotos Mouros de Melinde.¹¹⁹

119 *Lendas da Índia* I, p. 149, Lisboa, 1858.



O capitão-mor diligenciou pela nau esgarrada a umas e outras partes, e não a achando seguiu seu caminho por aquele mar de longo.¹²⁰

A 21 de abril, terça-feira de oitavas de Páscoa, avistaram ervas compridas chamadas botelho e rabo-de-asno pelos mareantes; quarta-feira, aves chamadas fura-buchos ainda mais denunciaram a iminência da terra, que apareceu neste mesmo dia a horas de vésperas: primeiramente um grande monte, muito alto e redondo, depois outras terras mais baixas ao sul dele e terra chã com grandes arvoredos. Chamou-se Pascoal ao monte, em honra das festividades correntes.

120 A navegação de longo, usada desde Cabral, é assim descrita por Duarte Pacheco: *“Todo o navio que estiver no Cabo Verde e houver de ir para a India, si lho vento servir a seu prazer deve fazer o caminho do sul seiscentas leguas, no fim das quaes, si verdadeiramente as tiver andadas, será em dezenove grãos de ladeza do circulo equinocial contra o polo antartico; e haverá de tal nau ao Cabo da Boa Esperança oitocentas e cincoenta leguas. Do qual lugar onde a tal nau estiver deve fazer o caminho de Lessueste por esta via irão fora do dito cabo quarenta leguas em mar delle, em termo das quaes estará em trinta e sete grãos de ladeza da mesma equinocial contra o polo antartico; e então lhe demorará o Cabo da Boa Esperança ao Nordeste a quarta do Norte, pelo qual rumo se deve ir buscar. E o piloto que a tal nau mandar não deve fazer este caminho de Nordeste a quarta de Norte menos de ser nos ditos trinta e sete grãos, como dito é, porque si em menos grãos estiver e fizer o dito caminho tornará atraz pera a costa de Guiné, salvo sendo em trinta e cinco grãos da dita ladeza contra o polo antártico, e tambem lhe demorará o dito Cabo da Boa Esperança em Leste, e será tanto avante como elle. Mas como for no logar acima dito, cumpre que faça o caminho do Nordeste da quarta de Norte e havendo vista do dito cabo correrá a costa de longuo, caminho do Rio do Infante [Great Fish river, 30° 12’ S]... e si quizerem alargar da terra quinze ou vinte leguas em mar bem o podem fazer, mas todo o que dito é se diz com cautela, servindo o vento á prazer dos mareantes, e quando for contrario a razão, o sizo e a pratica lhe ensiggnará o que se deve fazer.*

E na travessa deste golfom de Caboverde por diante se deve ter grande aviso e vigia de dia e de noite, porque nelle ha muito grandes troboadas que trazem consigo maravilhosa força de vento; e compre que na hora em que virem algum relampago ou fuzil ou bulcão negro, amainem suas velas até passar a força do tal vento, porque, si isto non fizerem, cousa é que pode acontecer a nau em que topar se perder como já por mau recado se perderam outros.” Esmeraldo de situ orbis, 102/103, Lisboa, 1892.

As duas frases grifadas não estão assim no original. Encobrem alusões claras à primeira viagem de Vasco da Gama e à de Cabral.

“O monte Paschoal”, escreve Hermenegildo Barbosa de Almeida,

é um dos mais altos morros da provincia da Bahia; com bom tempo se distingue a mais de 60 milhas distante da costa; não era menor de 54 milhas a distância em que me achava delle, demorando por 82 SW, e representava a configuração da Ilha Redonda da barra do Rio de Janeiro, solitaria no horizonte; approximando-se mais 10 milhas descobrem-se uns dos outros.

A sonda acusou fundo de 25 braças. Ao sol posto ancoraram em 19 braças, distância de 6 léguas da costa. No dia seguinte aproximaram-se, indo adiante, sondando, os navios pequenos; lançaram âncora à distância de meia légua, em direito à boca de um rio, hoje chamado do Frade, em lembrança de um que se afogou ao passá-lo, nos primeiros anos da colônia: seriam 10 horas da manhã.¹²¹

Dos navios lançaram os batéis e esquifes fora e vieram todos os comandantes à capitânea. A terra podia ser da Índia, e foi mandado a examiná-la Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama, naturalmente com o judeu Gaspar, que sabia a língua arabiga e alguma da costa de Malabar, donde viera. Saíram-lhe muito rijos ao encontro uns dezoito homens pardos, nus, armados de arco e flechas. A um sinal de Nicolau Coelho, depuseram as armas. Não pôde com eles haver falas nem entendimento, por arrebentar muito o mar.

Coelho deu-lhes um barrete vermelho, uma carapuça de linho, que levava na cabeça, e um sombreiro preto. Em troca, um presenteou-o com um sombreiro de penas compridas de ave, com

121 As opiniões não concordam sobre qual seja este rio. Uns julgam-no o Cali, outros, o Caraíva-Mimumam, outros, o do Frade. Por esta última opinião manifesta-se Vidal de Oliveira Freitas em uma erudita memória publicada recentemente na *Revista Marítima Brasileira*.

uma copesinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio, outro com um ramal de continhas brancas, miúdas, como de aljaveira.

Ventou à noite. Por conselho dos pilotos a armada levantou âncora e fez vela às 8 horas da manhã de sexta, 24. Estavam juntos no rio uns sessenta ou setenta homens da terra: é sabido como entre a gente inculta, onde os gêneros não circulam, as notícias propagam-se com incrível rapidez. Viajou-se para o norte, os navios pequenos mais chegados à terra, os maiores seguindo de longo; tratava-se de achar alguma abrigada e bom pouso, onde pudessem tomar água e lenha. O capitão-mor ordenou aos navios pequenos amainassem em achando pouso seguro. A dez léguas do rio deixado pela manhã encontrou-se um arrecife, com porto dentro muito bom e muito seguro. Entraram por ele os navios pequenos. Amainaram as naus ao sol posto, obra de uma légua do recife.

Afonso Lopes, piloto do capitão-mor, foi em um esquife sondar o porto. Dali levou, já noite, dois mancebos de bons corpos que andavam pescando em canoa. Um trazia arco e seis ou sete flechas. A bordo puderam os navegantes examiná-los de perto: pardos, quase avermelhados, benfeitos, de bons rostos e bons narizes, nus, beiços furados, trazendo inseridos ossos, cabelos corridos, tosqueados mais alto que escovinha, rapados até acima das orelhas. Um deles trazia atrás da fontainha, de fonte a fonte para detrás, uma maneira de cabeleira de penas de ave muito basta e redonda, pegada nos cabelos pena por pena com uma confecção branda como cera, de um côvado de comprimento, que cobria o toutiço e as orelhas.

A impressão causada pelos indígenas foi maior que a por estes recebida. Não fizeram menção de cortesia nem de falar a ninguém; das comidas apresentadas provaram apenas, nem vinho nem água lhes souberam; interessaram-nos objetos de ouro e



prata e contas; reconheceram um papagaio e estranharam uma galinha; deitaram-se de costas em uma alcatifa para dormir, e acomodaram-se bem com os coxins e mantos que lhes puseram por cima.

Sábado 25 pela manhã, demandou-se a entrada muito larga, alta de seis a sete braças de ancoragem grande, formosa e segura, de capacidade para mais de duzentos navios e naus.

Os comandantes dos navios se encaminharam para bordo da capitânia. Com seus arcos e setas, camisas novas, carapuças vermelhas, rosários de contas brancas de osso, cascavéis e campainhas, foram entregues os dois indígenas a Bartolomeu Dias, o conhecedor da costa da África, e Nicolau Coelho, o navegador da Índia, para os levarem à terra. Apenas desembarcaram, os dois indígenas não pararam nem esperaram um pelo outro, cada qual corria mais; atravessaram um rio e foram a algumas moitas de palmas, onde estavam outros; mais tarde voltaram, já nus e sem carapuças.

Com Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho desembarcaram Pero Vaz de Caminha, o perspícuo narrador destes feitos, e um degredado. Receberam a todos obra de duzentos homens armados, que a um sinal depuseram as armas. Começou-se a fazer aguada. Dos indígenas alguns traziam cheias cabaças, outros tomavam barris e os enchiam. Nicolau Coelho distribuiu-lhes cascavéis e manilhas. Permutaram-se arcos e flechas por sombreiros, carapuças de linho e coisas de menor valia. Ali não houve mais fala nem entendimento, por ninguém os entender nem ouvir.

Dos homens que andavam na praia quase todos traziam bicos de ossos nos beiços e alguns três, um no meio, dois nos cantos; outros preferiam espelhos de pau, como de borracha. Estavam nus; estes metade do corpo tinham da própria cor, metade tinto de preto, quase azulado, outros pintavam-se em xadrez; usavam carapuças de penas amarelas ou verdes. Um, já de idade, andava

todo enfeitado e pegado de penas como São Sebastião. Algumas moças no meio da multidão, em cabelo, andavam igualmente nuas.

À tarde saiu o capitão-mor em seu batel; imitaram-no os outros capitães; folgou-se bastante pela baía ao longo da praia, desembarcaram em um ilhéu grande; brincou-se; pescou-se; ninguém foi à terra, onde aliás não se via gente.

Domingo 26, armou-se um esparavel na ilhota, levantou-se altar, cantou missa Frei Henrique: a missa foi de diácono e subdiácono, informa Damião de Góes, oficiada com todos os frades, capelães de naus e sacerdotes que iam na armada e outras pessoas que entendiam de canto. Ali assistiu o capitão-mor com a bandeira com que saiu de Belém, a qual esteve sempre à parte do Evangelho. Terminada a missa, assentou-se a gente pela areia e Frei Henrique pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, “e em fim della tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o signal da Cruz, sob cuja obediência vimos”. Desta pregação deve datar-se se o nome de Vera Cruz, mais tarde Santa Cruz, que o Brasil teve algum tempo nos documentos oficiais.

Depois da missa, passeou-se pela baía, com a bandeira desfraldada, ao longo da terra, por onde estavam seus naturais, antes de tornar para bordo. Mais tarde houve conselho do capitão-mor e outros capitães; acordou-se mandar ao reino com a notícia o navio de mantimentos; provavelmente devia ficar a meio caminho, como antes ficaram o de Duarte Pacheco na viagem de Bartolomeu Dias e o de Bartolomeu Dias na viagem de Vasco da Gama. O piloto de Cabral nem os conta na armada e só se refere a ele quando trata de sua partida para Portugal.¹²²

Depois do conselho foram à praia ver o rio, hoje identificado com o Mutari, ribeirão único a desaguar no mar, desde a ponta de

122 *Raccolta Colombiana*, p. 3^a, I, 83, 85, Roma 1892.

Santo Antônio em Santa Cruz até o Buranhém em Porto Seguro. Acharam-no de muitas águas, debruado de palmeiras produtoras de excelentes palmitos, pouco fundo, facilmente passável por quem não tinha medo de molhar os pés; o capitão-mor fez-se tomar ao colo de dois homens e passou-o. Andavam misturados alienígenas e indígenas, estes sempre esquivos, disparando a cada instante: “homem não lhes ousa de falar rijo por se não esquivarem e todo se passa como elles querem pelos bem amansar”.

Continuou o escambo de contas, arcos e flechas por sombreiros, carapuças, qualquer coisa. Diogo Dias, que os vira folgando e dançando uns diante dos outros sem se tomarem as mãos, buscou um tocador de gaita, ensinou-os a dançarem tomando-se as mãos, deu depois, com grande gáudio de todos, muitas voltas e saltos reais. Um degredado, afastando-se, viu suas casas, choupainhas de ramos verdes e de feto muito grandes, como as de entre Douro e Minho. Caminha notou que não tinham senhor, não entendiam a preeminência do capitão-mor, nem disto tomavam conhecimento.

Este dia passado quase todo no convívio entre as duas raças influiu no inimitável narrador entusiasmado pelo homem da natureza, de que teve aí intuição nítida. Notando sua esquivança, que roçava pela ingratidão (os dois homens tão bem-tratados pelo capitão-mor não lhe apareceram mais), concluiu:

... de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assi esquivos, elles, porém, comtudo andam muito bem curados e muito limpos, e naquillo me parece ainda mais que são como aves ou alimarias montezes que lhes faz o ar melhor penna e melhor cabelo que ás mansas; porque os corpos seus são tão limpos, e tão gordos e tão fremosos que não póde mais ser, e isto me faz presumir que não tem casas nem moradas em que se acolham e o ar a que se criam os faz taes.

Tornaram para as naus a dormir já quase noite, e, parece, Pero Vaz de Caminha começou a escrever a D. Manuel a carta que o imortalizou.

Segunda-feira 27, prosseguiu o escambo, arco, flechas, carapuças, araras vermelhas muito grandes e formosas, papagaios verdes menores, um pano de penas de muitas cores. Viram uns ouriços de urucu semelhante castanhos, cheios de grãos pequenos de que se extraía a tinta vermelha para pintar os corpos, tinta tanto mais vermelha quanto mais se molhava. Diogo Dias e dois degredados foram a uma aldeia distante légua e meia, e examinaram o povoado, composto de nove a dez casas palhaças iguais em tamanho à nau capitânia, falhas de qualquer divisão interna, balizadas de esteios, de esteio a esteio redes altas de dormir, por baixo de cada rede fogo para aquecer. Em cada casa moravam trinta a quarenta pessoas, e tinham duas portas pequenas, uma em cada cabo: os alienígenas comeram das viandas dos naturais da terra: carás, aipim, milho etc. Cortou-se o pau para uma cruz que se pretendia erigir.

Decidido mandar-se um emissário ao reino, desembarcaram Afonso Lopes, piloto do capitão-mor, Pero Escolar, piloto de Sancho de Toar, Mestre Joannes, bacharel, físico e cirurgião de s. a., para tomar a altura: encontraram 17° de latitude sul, o que é aproximadamente exato. Sobre longitude não chegaram a acordo, nem ninguém se entendia então a tal respeito. Referindo-se aos graus de longura, que se contam de oeste para este e não têm ponto fixo e firme como os polos para os graus de ladeza, Duarte Pacheco cinco ou seis anos mais tarde terminava secamente: *“nom curo de nisto mais falar”*.

Terça-feira 28, novo desembarque para fazer lenha e lavar roupa. Carpinteiros começaram a preparar a cruz, e os indígenas tiveram pela primeira vez a visão da idade de ferro, os forasteiros, o da idade de pedra em que aqueles estavam ainda: “cortam sua



madeira e paus, *informa Caminha*, com pedras feitas como cunhas metidas em um páo, entre duas tolas mui bem atadas”.

Quarta-feira, 29, passou-se no despejo do navio de mantimentos e distribuição da carga pelos outros. Foram à terra Sancho de Toar, Diogo Dias, homem gracioso e de prazer, dois degredados. Dois dos naturais da terra dormiram a bordo do navio de Sancho de Toar, que os mandou muito bem pensar e curar; comeram toda vianda que lhes deram, dormiram em camas de lençóis que lhes mandou fazer.

Quinta-feira, último de abril, ao desembarque do capitão-mor estavam na praia quatrocentos a quatrocentos e cinquenta indígenas, naturalmente alguns das aldeias vizinhas, até onde a notícia já alastrara com a rapidez característica dos povos naturais; ajudaram a carregar lenha, bailaram e dançaram ao som dum tamboril, comeram e beberam do que lhes deram; de esquivos tornaram-se metidiços. O capitão-mor e companheiros ajoelhados beijaram a cruz para lhes mostrar o acatamento de que era digna; mandaram-lhes por sinais que fizessem o mesmo, e obedeceram.

Caminha resume em poucas palavras todo o cabedal espiritual e material desta gente, com uma penetração maravilhosa:

... não tem nem entendem em nem uma crença... Elles não lavram, nem criam, nem ha aqui boi, nem vacca nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nem uma alimaria que costumada seja ao viver dos homens; nem comem si não deste inhame que aqui ha muito e desta semente e fructos, que a terra e as arvores de si lançam; e com isto andam taes, e tão rijos e tão nedios que o não somos nós tanto com quanto trigo e legumes comemos.

Sexta-feira, 1º de maio, saiu a gente com a bandeira de Cristo. O capitão-mor indicou o lugar em que o cruzeiro devia ser chantado. Enquanto se aprontava, foram buscar a cruz em baixo do rio

e trouxeram-na à maneira de procissão, com os frades e religiosos adiante cantando: devia ser enorme, pois alguns dos indígenas meteram-se por baixo para ajudar a carregá-la. Pregadas as armas reais, chantou-se em lugar bem visível. Ao lado armou-se altar; Frei Henrique celebrou missa; houve comunhão. Os indígenas imitaram todos os movimentos dos portugueses.

Depois da missa, Frei Henrique pregou. Era dia dos dois apóstolos Santiago e São Felipe, e todo o sermão devia volver sobre o que foram os Apóstolos, a missão a eles confiada: *docete omnes gentes*, o mundo que encontraram adverso e contra eles não prevaleceu, o triunfar do Evangelho. Um anelo ardente de proselitismo exala a carta de Caminha e acalora suas últimas frases.

Segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe fallece outra cousa pera ser toda christã que entenderem-nos, por que assi tomavam aquillo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nem uma idolatria nem adoraçom tem: e bem creio que si vossa alteza aqui mandar quem mais antre elles de vagar ande, que logo serão todos tornados ao desejo de vossa alteza. E para isso se alguém vier, não deixe logo de vir clerigo pera os batisar... A innocencia desta gente é tal que a de Adão não seria mais quanta em vergonha. Ora veja vossa alteza quem em tal innocencia vive ensinando-lhe o que pera sua salvação pertence, si se converterão ou não.

Depois do sermão, Frei Henrique sentou-se ao pé do cruzeiro e começou a distribuir cruzes de estanho, restantes das que Nicolau Coelho levava na primeira viagem à Índia. A cada indígena Frei Henrique lançava a sua, atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha beijar e levantar as mãos. Despedidos do cruzeiro que ali ficava para atestar a passagem dos navegantes e posse da terra tomada em nome de El-Rei de Portugal, tornaram para bordo.

Alta noite, encerrando sua epístola a D. Manuel, exprime-se assim Vaz de Caminha:

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o Sul vimos até outra ponta que contra o Norte vem, de que nos deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nella vinte ou vinte e cinco leguas per costa; traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, dellas vermelhas e dellas brancas, e a terra per cima toda chã e muito cheia de grande arvoredos; de ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito fremosa; pelo sertão nos pareceu do mar muito grande, porque a estender olhos não podíamos ver sinão terras e arvoredos, que nos parecia mui longa terra. Nella até agora não podemos saber que haja ouro nem prata, nem nem-uma cousa de metal, nem de ferro, nem lho vimos; pero a terra em si é de muito bons ares, assi frios e temperados como os de entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora assi os achavamos como os de lá; aguas são muitas, infindas; em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-a nella tudo per bem das aguas que tem; pero o melhor fructo que nella se póde fazer me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ella deve lançar; e que hi não houvesse mais que ter aqui esta pousada pera esta navegação de Calecut abastara; quanto mais disposição para nella cumprir e fazer o que vossa alteza tanto deseja, a saber: accrescentamento da nossa Santa Fé.

A 2 de maio levantaram âncoras, a esquadra para Calicute, o navio de mantimentos para o reino. Desertaram dois grumetes da capitânia, talvez alguns dos outros navios. Foram deixados dois degredados, que ficaram chorando.

II

QUESTÕES CONEXAS

Enquanto Pedr'Álvares prossegue seu caminho de longo, ligeiramente ventilemos algumas questões conexas à história do descobrimento.

Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góes dão comandado por Luís Pires o navio que desgarrou à altura do Cabo Verde; Gaspar Correa chama a Pero de Figueiró o comandante. Nenhuma das duas opiniões serve. Caminha vinha na armada; em Porto Seguro mais de uma vez foram os capitães a bordo da capitânia onde ele ia embarcado; com os capitães se achou entre outras ocasiões na missa a 26 de abril, celebrada na ilhéu da baía; nenhuma opinião pode contrabalançar a sua afirmação; por conseguinte o navio desgarrado foi o de Vasco de Ataíde.

Encaminha-nos isto à lista dos comandantes. Os três primeiros historiadores apresentam nomes que não combinam com os do quarto. O erro inicial comum aos quatro vicia o testemunho de todos. Até que ponto? Impossível decidir com os documentos agora conhecidos. E não se pode considerar tal uma estampa com treze navios reproduzida na bela edição *princeps* do *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, publicada em 1892 pelo erudito Rafael Eduardo de Azevedo Bastos. Aos conhecedores da história da construção naval golpeiam logo os anacronismos do velame e da mastreação; aos conhecedores dos processos da crítica histórica, o nome de Luís Pires em vez de Vasco de Ataíde revela desde logo a contaminação

de Castanheda, Barros e Damião de Góes. E uma nota à p. VIII do prólogo de Rafael Basto confirma a conclusão: a estampa foi tirada de um livro das armadas que alcança até 1566; não tem, pois, nada com Duarte Pacheco, nem com 1500; julgue-mos felizes se for exata na representação das naus de 1560.

Há anos o Instituto Histórico pôs em discussão a tese: se o descobrimento de nossa pátria fora ou não devido a mero acaso. Um sócio concluiu pela negativa, e cobrou foros de extravagante e choeram-lhe em cima as refutações. Hoje a ideia de Joaquim Norberto avassala triunfantemente a maioria.

O ilustre editor do *Esmeraldo* encontra provas da intencionalidade do ato nas seguintes palavras de Caminha escritas a propósito do desaparecimento da nau de Vasco de Ataíde: e assi seguimos nosso caminho por este mar de longo. A estas palavras bem poderíamos opor outras do mesmo Caminha, quando adota a ideia de Fr. Henrique de que o descobrimento foi milagre da bandeira de Belém, isto é: o que se pode imaginar de mais fortuito, por ser obra, não da humana, mas da divina vontade.¹²³ Mas voltando às palavras citadas pelo erudito editor: se Cabral não ficou parado, se não tinha terra à vista, se não era ele só a navegar, de que outro modo podia exprimir-se Caminha senão: e assi seguimos nosso caminho por este mar de longo?

A questão do acaso ou não acaso do descobrimento ficará mais clara formulada nos seguintes termos: se Cabral em vez das condições favoráveis de ventos e correntes, comprovadas pela rapidez da viagem, encontrasse ventos e correntes contrários, insistiria na derrota que o trouxe à vista do monte Pascoal? Vasco da Gama insistiu na primeira viagem à Índia; Cristóvão Colombo insistiu na última à América. Cabral teria insistido?

123 Vejam-se as partes da carta de Caminha relativas a domingo 26 e quinta 30 de abril.

A resposta nem é possível, nem seria interessante; e afinal do descobrimento do Brasil o acaso ou não acaso é apenas um lado de outra questão mais vasta: como entre os portugueses de 1500 se imaginava a distribuição das terras e dos mares? O *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, ilustre companheiro de Pedr'Álvares, apresenta a este respeito indicações preciosas e ideias precisas, que não eram só dele, mas de Toscanelli, de Colombo, de Vespúcio, de todos os sábios, antes de descoberto o oceano Pacífico por Balboa, circunavegado o globo por Magalhães e seus continuadores, e perlongada a costa ocidental da Sul América desde o estreito de Magalhães até Tehuantepec por Santiago de Guevara.

Sobre todos esses espíritos exerceram extraordinária pressão as seguintes palavras de Esdras, livro IV, cap. 6:

“No terceiro dia mandastes as aguas ajuntar na setima parte da terra, verdadeiramente as seis partes seccastes”.

“A augua”, diz Duarte Pacheco,

é posta na setima parte da terra, e as seis partes della som descobertas pera vida da natureza humana e dos outros animaes... O mar oceano non cerca a terra como Homero e outros autores disserom, mas antes a terra deve cercar o mar, pois jaz dentro na sua concavidade e centro, pelo qual concrudo que o mar oceano non é outra cousa sinon uma muito grande alagoa metida dentro da concavidade da terra, e a mesma terra e o mar ambos juntamente fazem uma redondeza de cujo meio sahem muitos braços que entram pelas terras que medios terranos som chamados.

“A terra”, insiste Duarte Pacheco,

tem augua dentro em si, o mar non cerca a terra, como Homero e outros autores disserom, mas antes a terra por

sua grandeza tem cercadas e incultas totalas auguas dentro na sua concavidade e centro. E além do que dito é, a experiencia que é madre das cousas nos desengana e de toda duvida nos tira e, portanto, bem aventurado Principe, (*dirigia-se a D. Manuel*), temos sabido e visto como no terceiro anno do Vosso reinado do anno de N. S. de 1498, donde nos V. A. mandou descobrir a parte occidental, passando além a grandeza do mar ociano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella que se estende a setenta grãos de ladeza da linha equinocial contra o polo artico e posto que seja assas fria é grandemente povorada...”

Esse trecho, do qual aparece que Duarte Pacheco acompanhou talvez os Corte-Reais, é menos importante que o seguinte, relativo ao descobrimento da costa do Brasil, em geral da América do Sul. Faz-se aqui esta observação banal para destacá-lo do precedente como deve ser: unidos, tornam confusas as ideias do sábio.

“E do mesmo circulo equinocial”, prossegue o autor do *Esmeraldo*,

torna outra vez (a terra) e vai além em vinte e oito grãos e meios de ladeza contra o polo antartico e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura que de uma parte nem da outra nem foi visto nem sabido o fim e cabo della, pelo qual, segundo a ordem que leva, é certo que vai em cercoito por toda a redondeza.

Resumindo: no globo terráqueo, o oceano é apenas um sétimo, a terra, a quase totalidade. Cabral, encontrando ventos favoráveis, podia entregar-se a eles sem receio; por toda parte encontraria terra encastoando os mares; por toda parte estaria no caminho da

Índia, por SW como por SE. Nada oferecia de imprevisto o descobrimento que realizou; nada conteria de inexplicável a insistência, se insistência houvesse em procurar regiões aparentemente estranhas às regiões que ia encarregado de buscar. Foi fortuito ou não o descobrimento? Não é questão histórica; deve relegar-se para as minúcias da biografia conjectural.

Resta agora estudar qual o ponto exato, o porto seguro em que pojou a armada de Cabral.

O porto, qualquer que seja, tem de satisfazer às seguintes condições tiradas da carta de Caminha: 1º, recife na entrada; 2º, entrada muito larga, de seis a sete braças de fundo; 3º ancoragem capaz de duzentos navios e naus, de cinco e seis braças; 4º, rio de água doce, passível com água pela braga, corrente ao carão, isto é, fronteiro e paralelo, da praia algum espaço antes de desembocar, mas formando depois uma curva tão pronunciada que, na quinta-feira, 30 de abril, tendo-se metido pelo arvoredo o capitão-mor e companheiros e encontrado um rio, não tiveram certeza se era o mesmo da praia (“foi o capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água, que a nosso parecer era esta mesma que vem ter á praia em que nós tomámos agua”, escreve Caminha); 5º, ilhéu grande, de muita areia e cascalho, que espraia muito a água e de baixa-mar fica muito vazio; 6º, praia apaulada, com uma lagoa de água doce.

Essas condições melhor que alhures se encontram reunidas na Baía Cabrália, no ilhéu da Coroa Vermelha e no riacho Mutari ou Itacumirim.

De estudos modernamente realizados por ordem do governo da Bahia pode apurar-se o seguinte:

Em 16°15's abre-se uma baía, limitada ao norte pela ponta de Santo Antônio, ao sul pela Coroa Vermelha. Tem de comprimento 12 964 metros, de largura 5 556 metros. Fecham-na a este cinco recifes, formando cinco entradas; exceto a mais setentrional, dão

todas passagem a navios das maiores dimensões. Aires do Casal, o primeiro que revelou a carta de Pero de Caminha e pôde cotejá-la com as localidades, chamou-lhe Baía Cabrália, em 1817, denominação que tem sido respeitada, e é a única a lembrar aqui o nome do descobridor: antes chamava-se enseada de Coroa Vermelha.

Em um dos recifes da barra, sobre uma rocha calcária de cento e trinta e cinco metros de comprimento, está a Coroa Vermelha, ilha de 55 x 19 m, formada de areia grossa de cor amarela escura, sempre visível na preamar.

Desde a ponta de Santo Antônio ao norte até o Rio Buranhém ao sul, no atual Porto Seguro, o ribeirão Mutari, chamado também Itacumirim, é o único a desembocar no mar. Tem largura média de cerca de cinco metros, corre em leito alto, no qual a aguada comodamente pode fazer-se, porque a ação da maré cessa a pouca distância da praia. A direção é primeiramente SW, em suas cabeceiras, passa a este, onde fica o oceano, salta depois a sueste e corre 719 metros paralelo ao mar, ao carão da praia. A foz compassa pelo quadrante a inclinação para NE ou SW. A distância que o separa do mar é em média de 25 metros, e a ribeira, constituída de cômoros de areia. O cruzeiro chantado por Cabral deve ficar num pequeno morro, onde o Rio Mutari bruscamente muda de direção.¹²⁴

Não há entretanto lagoa de água doce; há só três lagoas de água salgada às vezes em comunicação com o mar. Isto, porém, não estranhará quem sabe que das formas terrestres são lagos e lagoas as menos permanentes.

Desde que Aires do Casal a publicou em 1817, a carta de Pero Vaz de Caminha tem sido considerada a base de toda a história do descobrimento de Pedr'Álvares. O documento original existe, aos que o viram nem uma suspeita acudiu quanto às circunstâncias

124 SALVADOR PIRES, *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera-Cruz*, Bahia, 1899.

extrínsecas: letra e papel são ambos do tempo. Ultimamente, porém, levantaram-se algumas dúvidas a respeito de sua autenticidade. Dúvidas aéreas.

Se o documento fosse forjado, devia sê-lo antes de 1508, data da publicação de Montabbodo e Madrignano, em que é narrada a viagem de Cabral por um piloto português.

Se fosse forjado depois, o falsário teria para data do descobrimento 24 e não 22 de abril, no intuito de pôr-se de acordo com o piloto; não teria esquecido um peixe de que fala o piloto

do tamanho de um tonel, mas mais comprido e todo redondo, a sua cabeça do feitio da de um porco, os olhos pequenos, sem dentes, com as orelhas compridas, pela parte inferior do corpo tinha varios buracos, e a sua cauda era do tamanho de um braço; não tinha pés, a pelle era da grossura de um dedo, e a sua carne gorda e branca como a de um porco.

O único peixe de que fala Caminha é um modesto tubarão.

A carta devia ser, pois, forjada de 1500 a 1508. Que interesse podia oferecer a falsificação? Por que atribuir a carta a Vaz de Caminha, funcionário de segunda ordem, antes que a um comandante de navio ou ao capitão-mor? Se é por ter Caminha sido morto em Calicute, e assim não poder protestar, com a mesma razão podiam tê-la subscrito com o nome de Bartolomeu Dias ou qualquer dos outros capitães que a 24 de maio foram tragados pelo oceano inclemente.

Um escritor argentino, cujo nome não ocorre agora, duvida da autenticidade da carta à vista dos conhecimentos revelados a respeito dos índios, que não podiam ter sido colhidos em tão poucos dias. Não tem razão.

A 26 de abril resolveu-se em conselho mandar ao reino o navio de mantimentos: só então Caminha podia começar a carta, certo

de ter portador. O que até aí diz dos índios refere-se à nudez, às pinturas, aos beijos perfurados, às armas, aos adereços. Tudo isso exigia apenas algumas horas de atenção.

Segunda-feira ele fala nas casas e nas redes, porque Afonso Ribeiro e Diogo Dias foram bem uma légua e meia a uma povoação de casas, e viram sua forma e as redes e o fogo que as aquecia.

Terça-feira fala nos machados de pedra, por informação dos homens que na véspera foram às casas dos indígenas.

Quarta-feira conclui que não têm animais domésticos, porque lhos não viram; e pelo mesmo motivo conclui ser a terra uma ilha. Atento ao modo por que se portaram, concluiu que não tinham noção de hierarquia, nem deviam ter qualquer culto. Note-se, porém, que os portugueses daquele tempo, familiarizados com as singularidades da costa d'África, já iniciados na observação da costa de Malabar, conhecedores dos índios encontrados por Colombo e Corte-Real, deviam gozar de uma acuidade etnográfica rara, exatamente porque as diferenças golpeavam logo ao primeiro encontro. Admitir a falsificação da carta de Caminha é pressupor um falsário genial, um etnógrafo de primeira força, que descobriu os métodos e teve a intuição profética dos problemas que haviam de ocupar a ciência nos fins do século XIX.

A carta de Caminha será mais bem compreendida se inquirirmos o motivo que a ditou. O missivista evidentemente conhecia El-Rei de Portugal, devia até certo ponto ser admitido entre seus familiares, pois de outro modo não se ocuparia de certas minúcias naturalistas e não as externaria em linguagem nada castigada.

O motivo que o levou a dirigir-se a s. a. salta das últimas linhas. Um genro seu, Jorge de Osório, estava degredado em São Tomé; Caminha escreve para pedir seu perdão, e para dar mais força ao pedido enche a carta de todas as informações que, sabia, agradariam ao espírito real.

E pois que, Senhor, é certo que assi neste cargo que levo, como em outra qualquer cousa que de vosso serviço for, vossa alteza ha de ser de mim muito bem servida, a ella peço que por me fazer singular mercê mande vir da ilha de São Thomé a Jorge de Osorio meu genro, o que della receberei em muita mercê.

Para terminar: como se deve escrever o nome do país descoberto por Cabral?

No século XVI não houve dúvidas a tal respeito: em todos os livros impressos em Portugal, que foi possível examinar, escreveram invariavelmente Brasil. Brasil escrevia-se também nas outras línguas da Europa.

Em nosso século os amantes da cacografia tomaram um rega-bofe escrevendo Brazil.

Alegou-se para isto que o Brasil vinha de *verzino*, nome italiano do pau-brasil – o que é falso, porque *verzino* é que vem de *brasile* ou *bracir*, como poderá facilmente verificar quem se quiser dar a este trabalho. Mesmo se fosse verdade, isto só fecharia a questão para os italianos, e os italianos tão poucos escrupulos têm de escrever Brasile que Brazile é que não escrevem.

Alegou-se que Brasil vem de brasa e brasa, deve escrever-se com z.

Que brasa deve escrever-se com s, demonstrou-o cabalmente o saudoso Alonso Adjuto, lente de grego do Ginásio Nacional;¹²⁵ que *brasa* se escrevia correntemente pode ver quem gosta de ler os livros nas edições originais; que só depois de ser implantada a cacografia se começou a escrever comumente *braza*, é o que dificilmente padecerá dúvida.

125 O consciencioso Manuel Said Ali, professor de alemão no Ginásio Nacional e na Escola Militar, está preparando um dicionário ortográfico de nossa língua. A meu pedido examinou muito detidamente o ponto e resumiu-o: deve escrever-se *brasa, brisa, prosa, blusa*.

Há quem enxerte sua cacografia no grego *brazein*, ferver.¹²⁶

Qual a analogia entre *fevura* e brasa? Bondosamente respon-
de, consultado, um ilustre amigo, emérito professor de física e
química, Álvaro Joaquim de Oliveira:

Fevura é o estado de ebulição de agua, de um liquido
qualquer; isto é, o estado em que se acha um liquido quando
passa tumultuaria-

mente ao estado de vapor, com formação de bolhas gazo-
sas na massado liquido.

É um phenomeno puramente physico, dependente da
temperatura, tendo para a mesma pressão uma temperatu-
ra constante.

Brasa – é o carvão incandescente, isto é, tornado lumi-
noso pelo aquecimento. Significa tambem o proprio esta-
do de incandescencia: é assim que se diz – ferro em brasa,
para exprimir o estado do ferro aquecido até se tornar
incandescente.

O phenomeno, nos casos indicados, é chimico; porque o
carvão e o ferro passam ao estado de oxydos combinando-se
com o oxygenio do ar.

Ora, que têm de commum esses phenomenos – *fevura*
e brasa?

Scientificamente, só isto: Elles são manifestações, physi-
ca ou chimica, da energia calorifica, acompanhados ambos
de elevação de temperatura, incomparaavelmente maior no
segundo do que no primeiro caso.

Não são de maior força os argumentos históricos.

126 Veja BLUTEAU, *Vocabulário*, II, 185/187. Bluteau escreve braza, mas Brasil para o nome de região, de madeira e da cor.

As moedas brasileiras conservaram a grafia histórica e legítima até introduzir-se o níquel. As estampilhas e selos só ficaram grafados *ne varietur* depois de 1878. As cédulas antigas não tinham como hoje cacografia fixa. As leis antigas geralmente escreviam – Brasil – na edição original, ao contrário das reimpressões e das leis modernas; isto a simples arbítrio dos revisores da Imprensa Nacional. Os autógrafos da Constituição de 24 de fevereiro estão imunes, graças a dois constituintes guaianos, Leopoldo de Bulhões e Guimarães Natal, encarregados da revisão tipográfica definitiva, e educados na escola viril de São Tomé.

Nem mais fundada é a alegação de uma Ilha *Brazil*, figurada em mapas medievais.

Konrad Kretschmer encontrou-a sob as seguintes variantes de 1351 a 1508: *Brazi*, *Bracir*, *Brasil*, *Brasill*, *Brazil*, *Brazile*, *Brazille*, *Brazill*, *Bracil*, *Braçil*, *Braçill*, *Bersill*, *Braxil*, *Braxili*, *Braxill*, *Braxyilli*, *Bresilge*.

“Já a diversidade de nomes”, observa,

patentea o vago do conceito da ilha; e ainda mais o confirma o facto de muitas das cartas trazerem não uma só ilha deste nome, mas ás vezes duas e ás mais das vezes tres. Chama tambem reparo não se ter formado um typo particular para esta ilha, como se fez para Antillia e Santanaxio: ao contrario, ora é representada na forma de um circulo perfeitamente regular, o que nas cartas medievaes exprime sempre a aceitação hypothetica de uma ilha; ora em forma de meia lua. Aparece tambem como duas ilhas, separada a ilha circular por um canal no meio e dividida em dois segmentos semi-circulares.

Já na carta de Pizigano (1367) encontramos tres ilhas Bracir, e desde então podemos observar a triplice inserção dellas tambem na maioria das cartas maritimas. A posição

das mesmas é regularmente a seguinte: a mais meridional das ilhas encontramos assinalada no grupo dos Açores, aproximadamente na latitude do Cabo de São Vicente; a segunda demora a N. W. do Cabo de Finisterra, na latitude da Bretanha; a terceira a W e não muito longe da costa da Irlanda.¹²⁷

No belo livro do mesmo autor pode seguir-se a história da ilha, cuja existência foi primeiramente posta em dúvida no Atlas de Jeffery em 1776. Dela restam o nome do Brasil, junto à cidade de Angra, na Ilha Terceira, e Brasil Rock, baixio pelas cartas do almirantado inglês figurado seis graus a W da ponta meridional da Irlanda. Relações entre a ilha, una, dupla ou tríplice e a terra do Brasil é o que não se logrará provar.

Desta longa excursão pode, pois, concluir-se que Brasil é a verdadeira grafia para quem consultar os documentos originais e atender aos fatos históricos e acatar o gênio da língua. Os que nada disto levam à conta continuarão a escrever a seu arbítrio.

É o caso de imitar São Paulo, dizendo:

Oportet et cacographos esse.

127 K. KRETSCHMER, *Die Entdeckung Amerikas in ihrer Bedeutung fuer die Geschichte des Weltbildes*, 214/221. Berlim, 1892.

III

DUAS CORRENTES HISTÓRICAS

A 2 de maio, Pedr'Álvares Cabral levantou âncora e foi beirando a costa, espaço de duas mil milhas,¹²⁸ isto é, quinhentas léguas, além de Porto Seguro, sem chegar a ver-lhe fim “pelo que, *segundo a ordem que a terra leva* – poderia dizer, na frase de Duarte Pacheco –, *é certo que vai em cercoito por toda a redondeza*”. Do ponto extremo alcançado, que não existem meios de determinar, fez rumo de SE, para o Cabo da Boa Esperança. Súbito, iluminou o céu muitas noites um cometa admirável de longa cauda; sucedeu-lhe um bulcão¹²⁹ que tudo enlutou, rebentou uma tempestade que dispersou a frota, subverteu quatro navios (o de Bartolomeu Dias, entre outros), extraviou um, e reduziu a seis a orgulhosa esquadra.

Com eles prosseguiu Cabral no seu caminho por aquele mar de longo. De Moçambique, primeiro ponto da África, em que tocou, foi por Kilwa, Melinde e Anjedivas a Calicute, aonde chegou a 13 de setembro. Recebeu-o bem o Samorim, deu-lhe licença para estabelecer feitoria e carregar as naus. Tudo, porém, não passou de palavras. Os mercadores árabes atravessavam-se a quaisquer transações, no intuito de deter os ocidentais até chegarem as poderosas naus do Mar Vermelho, que esmagariam no nascedouro

128 DOMENICO PISANI, Carta escrita de Lisboa em 27 de julho de 1501, apud *Raccolta Colombiana*, parte 3ª, I, 43/45, Roma, 1892.

129 Vid. p. 142-143, nota à referência de Duarte Pacheco a este bulcão.



estes concorrentes temíveis; ao mesmo tempo espalhavam mil histórias e calúnias, envenenavam o espírito da multidão. Resultado: o saque da feitoria, em 16 de dezembro, com a morte de trinta e ferimento de vinte portugueses. Entre os feridos contava-se Frei Henrique; entre os mortos, certamente Caminha, escrivão da feitoria.

Cabral não obteve nem uma explicação, nem uma satisfação do Samorim. Tomou-as pelas próprias mãos. Dez navios árabes fundeados apreendeu, despojou, queimou; dois dias a fio bombardeou Calicute. Depois em Cochim e Cananor, a convite dos respectivos rajás, abarrotou as naus de carga. A 16 de janeiro de 1501 partiu de Cananor, em viagem de volta. Próximo a Melinde deu nuns baixos a nau de Sancho de Toar e foi incendiada; a artilharia aproveitou um régulo africano, e serviu depois contra seus antigos donos.

Dobrou o Cabo da Boa Esperança em Páscoa Flórida, 19 de abril. Tomou Cabo Verde; em Bezeguiche encontrou uma esquadilha de três navios, mandada a explorar a terra descoberta por ele. Em um dos navios estava Américo Vespúcio, florentino, a princípio mercador, depois, impelido pelo entusiasmo dos descobrimentos, navegador e cosmógrafo.

Nenhum ponto do globo reunia tantos conhecimentos das terras ocidentais como aquele obscuro porto africano neste encontro. Os portugueses, nos dias que as frotas fraternizaram, podiam informar desde 70° da latitude norte sobre as regiões frias, povoadas, inçadas de ilhas, prolongando-se para o Câncer. Os espanhóis, representados em Vespúcio, formado em sua escola, podiam contar desde o Cabo de Santa Maria de la Consolacion em 8° S, passando pelas praias arenosas de NE até um rio sem par, capaz de adoçar as águas oceânicas, segundo a cortar a equinocial por costas alagadas, cobertas de mangues, e defrontando ilhas, ilhas, ilhas sem conta até o fim das terras tropicais. Cuba seria uma ilha?



Colombo fizera jurá-la continente, sob graves castigos, mas quem sabe? Ao norte de Porto Seguro, informaram novamente os portugueses, já instruídos pelo emissário que Pedr'Álvares mandara ao reino com a notícia do descoberto, estendia-se a costa, arenosa aqui, malhada além de barreiras vermelhas, até o Cabo de Santa Maria de la Consolacion. Ao sul de Porto Seguro, rematava Cabral, insurgiam-se costas altas roçagantes de verdura, recortando caprichosas, banhando-se no mar; duas mil milhas não esgotavam a variedade de suas formas e a riqueza de seus perfis.

Que concluir de tantas informações, agora aproximadas pela primeira vez? A contiguidade das terras árticas, das Antilhas espanholas, da Terra dos Papagaios – assim quiseram primeiro chamar a que finalmente se chama Brasil. Esta ideia já era vulgar em Lisboa, por outubro, e Humboldt considera-a uma adivinhação surpreendente.¹³⁰

E para oeste destas regiões que haveria? Terras, sempre terras, o complemento dos seis sétimos de Esdras. De que outro modo poderia explicar-se a formação de rios tão possantes como o que desaguava o mar junto ao equador, como o rio de cujas margens Colombo julgou vizinho o paraíso terreal?

Achavam-se em frente dois homens, um que devia dar o nome a este mesmo continente, de periferia agora gizada pela primeira vez, não descoberto por ele; outro comandante da mais poderosa armada jamais saída de sua pátria, embaixador de um rei, senhor de vida e morte de seus subordinados, descobridor de uma terra que séculos passou esquecida de acatar sua memória. Encarnavam ambos duas correntes históricas diversas, que agora trataremos de circunscrever a breves linhas.

130 PIETRO PASQUALIGO, carta à senhoria de Veneza, descoberta por Leopoldo von Ranke, noticiada por Humboldt, *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent*, IV, 262, só publicada em HARRISSE, *Les Corte-Real*, 209/210, Paris, 1883.

Os portugueses, simples pescadores até o século XIII, começaram a constituir marinha mercante no século XIV, tendo por mestres genoveses, o grande povo navegador do Mar Tirreno. A marinha cresceu sadia e mostrou seu valor brilhantemente em 1415, na tomada de Ceuta, sob o reinado de D. João I. Seu filho, o infante D. Henrique, teve a intuição de que o futuro da pátria estava nos mares, e com o prestígio que lhe dava a hierarquia, com os recursos abundantes da Ordem de Cristo de seu mestrado, para o oceano desconhecido volveu todas as cuidados.

Em 1420 foram descobertas, ou antes redescobertas as ilhas da Madeira e Porto Santo – tão difícil era então um como outro. Em 1422 começou o Infante a preocupar-se com o continente vizinho, onde fora tingir suas esporas de cavaleiro no sangue maldito dos crentes de Islão, os inimigos hereditários da Cristandade. Até onde alastrava a seita malvada de Mafoma? além da testada litorânea haveria povos não contagiados, aliados possíveis contra eles? até onde alcançavam aquelas terras? era habitável a zona tórrida? Os problemas enxameavam: o ano de 1422 marca o princípio da luta contra eles.

Doze anos passaram estéreis; mas em 1434 Gil Eannes dobrou o Cabo Bojador¹³¹ e fuzilou o primeiro clarão sobre os mistérios do

131 “Este Cabo do Bojador é muito perigoso por causa de uma muito grande res-tinga de pedra que delle sae ao mar mais de quatro ou cinco leguas, na qual se já perderom alguns navios por mau aviso, e este cabo é muito baixo e todo coberto de areia e tem o fundo tão apracelado que está homem em dez braças e nom vê a terra pela sua baixaza, e a costa que vem do Cabo de Nam pera o Bojador toda é muito baixa e areia ao longo do mar, e quasi deserta, e o Cabo do Bojador se aparta em ladeza do circulo equinocial contra o polo arctico 27° 10'; e certamente cousa é para reprimir os cavalleiros criados do infante D. Anrique, que elle mandou por capitais de seus navios descobrir este Cabo do Bojador, e assi os mariantes que com elles iam nom ousarem passar além, porque duze annos continuamente foram enviados cada anno pelo infante a este descobrimento e como eram acerca do Bojador e achavam o fundo baixo que em tres braças d'augua estavam uma legua de terra, e espantando-se das grandes correntes nem um ousava de se alargar

Mar Tenebroso. Remancha um crepúsculo de onze anos; rompe a aurora em 1445, com o descobrimento do Cabo Verde, por Diniz Dias e Lançarote de Freitas. Verdura na zona tórrida, vida, gente numerosa, próximo dos Trópicos, exatamente onde os filósofos afirmam ser maior o calor, por menor o prazo entre a passagem do sol do Norte para o hemisfério Sul? Então os antigos podem errar? há coisas a eles ignotas? o ciclo do saber não está fechado a sete selos? Todas estas sensações novas e rejuvenescentes vibram adoravelmente arrogantes nas páginas de Diogo Gomes e Duarte Pacheco.

A experiencia nos faz viver sem engano das abusões e fabulas que alguns dos antigos cosmographos escreveram acerca da descrição da terra e do mar, os quaes disserom que toda a terra que jaz debaixo do circulo da equinocial era inhabitavel pola grande quentura do sol e isto achamos falso e pelo contrario porque adiante do Rio do Guabom... é achado um promontorio baixo e delgado a que em nossa lingua o Cabo de Lopo Gonçalves chamamos... e este Cabo de Lopo Gonçalves pontualmente jaz debaixo do circulo da Equinocial e nesta terra ha muita habitação de gente, os quaes som negros que em nem uma parte do mundo pode mais haver.

... Eu digo que, com quanto elles (escriptores antigos) souberom daquellas partes, que a melhor parte do saber de tantas regiões e provincias ficou pera nós e nós lhe levamos a virgindade; porque em todo o Universal da Ethiopia, de Guiné e India muito particularmente soubemos e sabemos

ao mar e passar além deste prancel, e então se tornavam a costa de Berberia e de Graada, onde andavam d'armada pera tomarem algumas prezas com que forrassem a despeza da armação. "DUARTE PACHECO, *Esmeraldo de situ orbis*, 38/39.

quasi todas as suas cousas... e nestas cousas a nossa nação dos Portuguezes precedeu a todo los antigos e modernos em tanta quantidade que sem represão podemos dizer que elles em nosso respeito nom souberam nada.¹³²

Antes do Cabo Verde, um grande rio, o Senegal, evidentemente um braço do Nilo,¹³³ refina as ideias informes do infante: se pode chegar-se ao Nilo por este braço, pode chegar-se ao Egito pelo Nilo, e pode chegar-se à Índia pelo Egito.

A Índia, desde a vitória do helenismo, expedia seus produtos peregrinos e preciosos aos povos do Mediterrâneo, pelo golfo Árábico e Nilo, pelo golfo Pérsico e Eufrates-Tigre. As chaves deste comércio, o mais importante da época, andaram pelas mãos dos selêucidas e dos lagidas, duas dinastias helênicas do Egito e da Síria, até apossarem-se delas os romanos que tudo absorveram e abarcaram. Com a divisão do império romano, passaram ao império grego: a aparição do Islão desencadeou entre cristãos e sarracenos luta contínua e tremenda, não acirrada menos pelo insaciável da avidez e dos interesses que pelo inconciliável dos dogmas e ritos.

As cruzadas simularam triunfo passageiro da Cristandade, mas o Crescente venceu; o Egito organizou-se pujante, conquistou a Síria; venezianos, genoveses, catalães tinham de curvar-se a todas as suas exigências, e o Egito tornou-se o poder mais terrível do tempo. Chamar a si o comércio da Índia era sangrar de morte o Islão; conduzir esta nova cruzada fundia todas as aspirações cristãs do Infante com seus instintos mercantis.

132 *Esmeraldo de situ orbis*, 77, 78, 82. Cf. 99.

133 Este rio mandou descobrir o virtuoso infante D. Henrique por Diniz Dias, cavalheiro criado d'El-Rei D. João seu padre, e por Lançarote de Freitas, seus cavalheiros e capitães, e quando este Rio de Canaguá foi descoberto e novamente sabido disse o Infante que este era o braço do Nilo que corre pela Etiópia contra Ocidente, e disse verdade. *Esmeraldo*, 45.

Pelo Senegal não se chegou ao Nilo, mas as expedições exploradoras não foram sustadas. Ao morrer, em 1460, D. Henrique deixou revelada a África até a Serra Leoa; no reinado de D. Afonso V cruzou-se o equador para o sul; ao esforço de D. João II foi depois cortado o trópico antártico. Em 1487, Bartolomeu Dias trouxe a notícia de ter alcançado o extremo do continente e ter visto além o lito arrumar-se para norte e nordeste. Um cabo então descoberto, Bartolomeu Dias batizou Tormentoso, D. João II crismou da Boa Esperança.

Nom sem muita razão se poz nome a este promontorio Cabo da Boa Esperança porque Bartholomeu Dias, que o descobriu por mandado de El-Rei D. João... vendo que esta costa e ribeira do mar voltava dali em diante ao Norte e ao Nordeste, cuja rota fazia caminho da Ethiopia sob Egypto e dali pera o sino arabico, onde se mostrava e se esperava haver-se de descobrir a India, por esta causa lhe poz nome Cabo da Boa Esperança.¹³⁴

O descobrimento do caminho marítimo da Índia pediu, porém, mais tempo: só em 1497 foi mandado Vasco da Gama a tentá-lo, e chegara em 1499 desempenhando estrondosamente a comissão. Cabral voltava agora de repeti-la. No meio da viagem, seduzido pelos feitiços do céu e pelos afagos do vento, dera em terras por que não esperava. Até ali deitara a primeira corrente.

A segunda corrente histórica vinha também de longe.

Desde a antiguidade clássica considerava-se um só os mares que rodeavam a terra habitada, a Oikumene; julgava-se pequena a distância marítima entre a Europa ocidental e a Ásia oriental, e este espaço pequeno encurtava-se ainda mais inserindo ilhas

134 DUARTE PACHECO, *Esmeraldo*, 90.



como estações intermediárias; prolongava-se extraordinariamente para este a Ásia, até quase às costas da Califórnia de nossas cartas atuais.

Seres chamavam aos moradores do Extremo Oriente, produtores de um estofo precioso, a seda, por que caminhos desviados chegava às gentes do Mediterrâneo. Este comércio fazia-se irregularmente por intermediários múltiplos, através de montanhas e desertos, no meio de nômades ávidos e insubmissos. Contra os nômades do Norte, os Hiungnu, ergueram os produtores da seda grande muralha, uma das maravilhas do mundo, rematada há mais de dois mil anos; contra os nômades do Poente fizeram guerras que de conquista em conquista os levaram às margens do lago Cáspio. Chegavam ao mesmo tempo as conquistas romanas à Mesopotâmia: um instante entraram em contato os portadores da civilização do Extremo Oriente e do Extremo Ocidente, e o comércio se regularizou. Ptolomeu transmitiu-nos o itinerário de um mercador macedônio que foi à Sera metrópolis.

Os acontecimentos da Europa obrigaram os romanos a retirar-se da Ásia; os seres tiveram de abrigar-se por trás de suas muralhas; conquistaram-nos os Khitai, tribo dos Hiung-nu, e a terra ficou chamando-se Cataio, nome ainda hoje empregado na Rússia para designá-la.

Interrompeu-se o tráfego continental: a seda e congêneres só alcançaram o Ocidente por via marítima, em navios gregos, árabes, chineses. Por via marítima propagou-se também o nome Sina ou Thina, donde procede China. O primeiro a demonstrar a identidade de China e Cataio¹³⁵ foi um jesuíta português, Bento de Góes, em princípio do século XVII.

135 DIOGO DO COUTO, continuador de João de Barros, ainda punha em dúvida a identificação entre Cataio e China. *Decada* XII, livro V, cap. VII. Diogo do Couto morreu em Goa a 10 de dezembro de 1615.

No século XIII os mongóis fundaram um império que conquistou Cataio e pela Europa alastrou até o Vístula. A unidade do domínio em tão vasta extensão facilitou as viagens de um a outro extremo; a política tolerante dos Kaans tártaros favoreceu-as, o interesse comercial, o desejo de ver novas terras amiudaram-nas. Dos viajantes o mais notável, Marco Polo, veneto, ditou um livro narrativo de suas peregrinações, das culturas e opulência daquelas gentes, de Cataio e Cipango, que se espalhou rápido e foi traduzido em todas as línguas da Europa. Pegolotti escreveu um itinerário para quem quisesse ir do Don a Pequim. Este trato cessou bruscamente com a queda da dinastia dos Dgenghis-Kaanidas.

“Desde a antiguidade até a era moderna” – escreve o genial Peschel –,

o commercio asiatico promoveu uma corrente de metaes preciosos do Poente para o Nascente. As terras orientaes offereciam ás do Occidente magnificos productos naturaes; especiarias, incenso, drogas, madeiras de luxo, perolas e pedras preciosas, sem que entre os habitantes dos tropicos se externasse qualquer cobiça mais viva pelos artefatos da Europa. Assim fechado o balanço ficava sempre o Ocidente em débito, obrigado a remessa incessantes de ouro e prata para a Índia, remessa tanto mais pesada quanto os generos orientais graças aos fretes elevados, às vendas e revendas múltiplas, graças, sobretudo, aos direitos elevados pagos no Egipto, encareciam extraordinariamente: em Alexandria as especiarias da Índia pagavam-se o triplo de Calecut, o incenso quintuplo do preço corrente em Mekka. Estes percalços comerciais eram hem conhecidos no Ocidente, e tão pouco faltava a compreensão de que em trato imediato as boas coisas do Oriente por pouco se grangeariam.

A somma consideravel que nestas condições passava annualmente da Europa á Alexandria, só em parte muito

pequena podia ser reparada pela mineração indigena dos seculos XIV e XV, e assim, anno por anno em nosso continente o stock monetario ia baixando além do nivel dos seculos anteriores. O sugamento de metaes preciosos na Europa annuncia-se no seculo XV pela rapida desvalorização de todos os generos indigenas levados ás feiras ou expostos no mercado, de modo que a necessidade de ligações directas com o Oriente foi avultando cada anno, e a invenção de novos caminhos para ali tornou-se problema mercantil, cuja solução não admitia mais delongas.¹³⁶

A primeira tentativa de achar novos caminhos para o Oriente aparece em Gênova com Tedisio d'Oria, Guido e Hugulino de Vivaldi, em 1291. Passam-se tempos sem notícia de outras, até os portugueses entrarem em campo, a partir de 1420.

No reinado de D. Afonso V debateu-se se, muito mais conveniente que andar tateando pela costa africana, acaso não seria cortar de longo pelo golfão a Catai. Duarte Pacheco explica-nos o motivo de não ser preferido este plano, de cujos fundamentos e eficácia aliás ninguém duvidava.

Ouçamos ainda mais uma vez o autor de *Esmeraldo*:

... muitas opiniões houve nestes Reinos de Portugal nos tempos passados antre alguns letrados acerca do descobrimento das Ethiopias, de Guiné e das Indias, porque uns dizem que nom curassem de descobrir ao longo da costa do mar, e que melhor seria irem pelo pego, atravessando o golfão até topar em alguma terra da India ou vizinha della e por esta via se encurtaria o caminho; outros disserom que melhor seria descobrir ao longo da terra, sabendo pouco e pouco o que nella ia, e assi suas rotas e conhecenças, e cada

136 PESCHEL, *Geschichte des Zeitalter der Entdeckungen*, 21/23.

provincia de que gente era pera verdadeiramente saberem o lugar em que estavam, por onde podiam ser certos da terra que iam buscar, porque de outra guisa nom podiam saber a região em que estavam.

Assim entre a procura da Índia *ao longo* da costa e a procura pelo golfão *de longo*, decidiram considerações de conveniência, e, acrescentemos, principalmente a imperfeição no método de determinar longitudes ou longuras. A ciência do tempo era antes a favor da navegação *do longo*, e desde a antiguidade se reputava empresa fácil esta, por um mesmo mar julgar-se o que banha a Europa e a África a oeste e a Ásia a este. Ao contrário no caminho escolhido *ao longo* da costa, os portugueses tropeçavam na ideia de Ptolomeu que estendia a África até o polo antártico para aferrolhar bem o Mar das Índias, tropeçavam na doutrina das zonas, venerando legado da ciência antiga, que proclamava inabitável a zona tórrida.

O genovês Cristóvão Colombo, convencido das vantagens da travessia direta e desenganado de encontrar apoio em Portugal, passou à Espanha e soube ganhar à sua causa protetores poderosos. Em 1492 conseguiu uma armada de três navios e fazendo rumo de oeste chegou a ilhas – terras de Catai, ilhas de Cipango –, acreditou até morrer. Em 1493, fez nova viagem, mais ao sul que a primeira, outra em 1498 ainda mais ao sul que a segunda, e descobriu o continente e o Orenoco, e o paraíso terrestre, e o ponto mais elevado da Terra, não esfera, como até ali se reputara, mas uma pera.

Depois da terceira viagem de Colombo a Coroa espanhola deu licença a particulares para descobrir terras, e, caso notável, Niño, Bastidas, Hojeda, Pinzon, Diego de Lepe, procuraram todos o sul: o Cabo de Santo Agostinho marcava o ponto de parada dos descobrimentos meridionais dos espanhóis no ano de 1501.



Nas práticas de Cabral e Vespúcio ocorria naturalmente a interrogação: onde termina o continente ao sul e a oeste? Chegar às terras do sul procuravam os portugueses por meio daquela mesma armada de três navios que estava pojada em Bezeguiche. No ano de 1505 já sabiam que o *finis terrae* demorava além do 28°12'. Em 1513/1514 uma armada de D. Nuno Manuel, que descobriu o Rio da Prata, julgou encontrá-lo nas terras das peles aos 40°. Em 1520 encontrou-o efetivamente Magalhães além dos 50°, no estreito que leva seu nome. Ainda vivia Cabral, já não se contava entre os vivos Américo Vespúcio.

Do véu que encobria o continente a oeste levantou a ponta Vasco Nunes de Balboa, quando em 1513 descobriu o Mar do Sul, o oceano Pacífico. Em 1526 Santiago de Guevara, companheiro de Frei Garcia de Loaisa, atravessou o estreito de Magalhães, e desde a boca ocidental foi de longo a Tehuantepec: verificou-se então que o continente não se estendia para o ocidente tanto quanto se esperava.

Continente que não era nem Europa, nem Ásia, nem África devia também ter nome diferente. Obscuro geógrafo alemão, estabelecido em recanto escondido do Wasgau, propôs denominarem-no América ou Amerige, porque Américo Vespúcio o descobrira, o que é falso, e porque este nome seria feminino, como os da Europa, Ásia, o que é galante.¹³⁷

Falsidade e galanteria pavoneou a imprensa, e propagou-as e perpetuou-as. Por força delas, temos o nome de americanos.

137 Talvez a interpretação dada acima não seja de todo exata. Talvez o pensamento melhor ficasse declarado dizendo: Europa, Ásia e África, três partes do mundo, têm nome de mulheres; vamos dar agora à quarta o nome de um homem.

Na dúvida aqui vai o trecho extraído do exemplar da Biblioteca Nacional: *Nunc vero et hec partes sunt latius lustratae & alia quarta pars per Americum Vesputium (ut in sequentibus audietur) inuenta est quã non video cur quis iure vetet ab Americo inuentore sagacis ingenil viro Amerigen quasi Americi terrã siue Americam dicendã: cum & Europa & Asia a mulieribus sua sortita sint nomina.*

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL
POVOAMENTO DO SOLO
EVOLUÇÃO SOCIAL¹³⁸

138 Memória inserta no *Livro do Centenário* (1500-1900), publicado pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil (Volume I – Rio de Janeiro – Imprensa Nacional – 1900).

1 A Índia e os descobrimentos dos portugueses: Dom Henrique e Bartolomeu Dias.

Seu nome deve a nossa pátria a um pau, matéria-prima de certa substância vermelha, empregada nas tinturarias medievais e modernas, hoje substituída pelos derivados da anilina e produzida artificialmente nos laboratórios. Dava no Oriente do velho mundo; com o sândalo, o ébano e outras madeiras, perfumes e especiarias, marfim e pedras preciosas, entrava no trato que, desde eras apartadas, mais ou menos ligava ao europeu o extremo continente asiático.

Dentre os países fornecedores destes gêneros sobressaía a Índia. Já os livros mosaicos falam de Chavilah, terra do algodão, do lápis-lazúli e do ouro; as frotas de Salomão traziam de Ofir macacos e pavões; uma rainha de Babilônia estendeu até o Indo suas excursões guerreiras; algumas daquelas regiões incorporou a seus domínios Dario, rei da Pérsia; vencedor da monarquia persa, o grande Alexandre guerreou em Pendjab e conquistando desceu o Indo até a foz. Por sua ordem, Nearchos entre o delta do Indo e o Eufrates navegou e explorou a costa.

Antes de Alexandre, algum comércio era feito em navio dos hindus, cuja remota assistência em Socotorá e no Iêmen está demonstrada; a quase totalidade dos gêneros transitava, porém, por via terrestre, passando de mão, consumindo às vezes no percurso

meses e anos. A expedição vitoriosa de Alexandre deu vida às empresas mercantis, e abriu-lhes duas portas: a do golfo Pérsico, Eufrates e Síria, nos territórios em que Seleuco posteriormente fundou seu império; a do golfo Arábico, Nilo e Egito, quota de Ptolomeu na partilha do mundo.

O reino de Seleuco, primitivamente o maior, pouco tempo conservou-se unido; agitado por guerras nas fronteiras, talado ou invadido por vizinhos mais ou menos bárbaros, minado internamente por forças centrífugas incoercíveis, não pôde colher todos os proveitos de sua situação geográfica. Couberam estes ao reino dos Lagidas, cuja política previdente os inspirou na execução de um canal entre o Nilo e o Mar Vermelho, na fundação de cidades em sua margem ocidental, ligadas por estradas cômodas ao trecho navegável daquele.

O comércio com o Oriente orçava por centenas de milhares de sestércios nas primeiras décadas do império romano, quando Hippalo, piloto helênico do Egito, descobriu as monções, e, compassando a saída e a chegada dos navios pelos movimentos atmosféricos, tornou mais breves e, portanto, mais frequentes as viagens, até então desesperadamente longas. Desde logo os navegantes passaram além da costa de Malabar, de Ceilão, ao golfo de Bengala, à Indonésia. Gregos foram por mar até a China, denominação trazida do Oriente por via marítima, como a de Catai, ainda hoje vigente na Rússia, veio por via terrestre.

As irrupções dos bárbaros na Europa ocidental e o grande retrocesso econômico decorrente delas agiram violentamente sobre esta situação; as drogas da Índia continuaram apreciadas e consumidas no império romano do Oriente, livre das misérias e flagelos companheiros das invasões; nos destroços do império romano ocidental desapareceram de circulação. O aparecimento do Islão, sua propaganda vitoriosa pelas armas, suas conquistas realizadas de chofre em Ásia, África e Europa, ao princípio agiram

de maneira igualmente fatal sobre o império bizantino. Enquanto grassou intensa e contínua a guerra entre cristãos e sarracenos, os poucos gêneros orientais levados ao Mediterrâneo transportavam-se em caravanas que iam do Indo ao Oxo e ao Cáspio, donde seguiam para o Mar Negro.

O comércio do Levante prosperou novamente quando o Califado reuniu sob um só cetro as terras de Ptolomeu e Seleuco, e instalou-se primeiro em Damasco, depois em Bagdá. Empório de primeira ordem tornou-se então Bassorá; reanimaram-se as solidões seculares do Eufrates e do Tigre; os portos da Síria e do Mar Negro coalharam-se de navios; e, como Bizâncio dominava o Mediterrâneo oriental com as suas armadas, voltou a sua importância comercial e manteve-se. O Egito decaiu, principalmente depois de ter o canal do Nilo entulhado pelo califa Mansur, ao passo que a Síria se constituiu e continuou o grande mercado do Levante, até a era dos Cruzados. Só com a vitória final do Islão e as conquistas dos sultões mamalucos a preponderância voltou ainda uma vez ao reino antigo dos Faraós, a mais opulenta e poderosa das nações muçulmanas nos séculos XIII, XIV e XV.

João de Barros assim descreve a situação anterior aos grandes sucessos que deveriam modificá-la:

As mercadorias, que jaziam além da cidade de Malaca, assim como o cravo das ilhas de Maluco, noz e massa de Banda, sandalo de Timor, canfora de Borneo, ouro e prata do Liquio, com toda las riquezas, e especies aromaticas, cheiros, e policias da China, Java e Sião e de outras partes e ilhas a esta terra adjacentes, todas no tempo de suas monções concorriam áquella riquissima Malaca, como a um emporio e feira universal do Oriente, onde os moradores de estoutras partes a ella occidentaes que se contém até o estreito do Mar Rôxo as iam buscar a troco das que levavam,

fazendo commutação de umas por outras, sem entre elles haver uso de moeda... E como Malaca era um centro onde concorriam todos os navegantes que andavam nesta permutação, assim os da cidade de Calecut, situada na costa de Malabar; e os da cidade de Cambaya, situada na enseada que tomou o nome della, e os da cidade de Ormuz posta na Ilha Geru dentro na garganta do Mar Persico, como os da cidade Adem, edificada de fóra das portas do Mar Rôxo, todos com a riqueza deste commercio tinham feito a estas cidades mui illustres e celebradas feiras. Porque não traziam sómente a ellas o que navegavam de Malaca, mas ainda os rubis e lacre do Pegu, a roupa de Bengala, aljofar de Calecaré, diamantes de Narsinga, canella e rubis de Ceilão, pimenta e gengivre e outros mil generos de especies aromaticas, assi da costa de Malabar como de outras partes, onde a natureza depositou seus thesouros. E as que desta parte da India se ajuntavam em Ormuz, leixando alli a troco de outras as que serviram pera a parte da Turquia e da nossa Europa, eram navegadas por este Mar Persico té a povoação de Batsora, que está nas correntes do Rio Euphrates... no qual logar eram repartidas em cafilas, umas pera Armenia e Trabisonda e Tartaria, que jaz sobre o Mar Maior; outras pera as cidades Halepo e Damasco, té chegarem ao porto de Barut, que é no Mar Mediterraneo, onde as vendiam a venezeanos, genovezes e catelães, que naquelle tempo eram senhores deste trato. A outra especiaria que entrava per o Mar Rôxo, fazendo suas escalas per os portos delle, chegava ao Toro ou a Suez, situados no ultimo seio deste mar, e daqui em cafilas por caminho de tres dias era levada á cidade do Cairo e dahi per o Nilo abaixo a Alexandria, onde as nações que acima disse-mos a carregavam pera estas partes da Christandade, como ainda agora em alguma maneira fazem; e per qualquer

destes dous estreitos que esta especiaria entrava nas terras da Arabía, quando vinha á sahida era per os portos do estado do Soldão do Cairo, cuja potencia antes de ser mettida na corôa da casa ottomana dos Turcos, começava no fim do reino de Tunez, em aquelle cabo, o que ora os mareantes do Levante chamam Rasuasem e... acabava em uma enseada chamada por elles o golfão de Larazza, na qual distancia de costa póde haver trezentas e sessenta leguas que conteem em si muitos e mui celebres porto. (*Decadas I, 8, I.*)

Entretanto renascia a vida marítima nas plagas do Mediterrâneo. Venezianos principalmente desde o século IX navegavam para Constantinopla, e para Alexandria, donde trouxeram o corpo de São Marcos, padroeiro e orago da república. No Mar Tirrênio pisanos e genoveses empenhavam-se em expulsar os sarracenos da Córsega, da Sardenha, da Sicília, das Baleares, ajudando a constituir-se a marinha catalã.

Ao terminarem as Cruzadas, as três principais potências marítimas eram venezianos, genoveses e catalães. Seus navios recebiam os gêneros orientais no Mar Negro, na Ásia Menor, na Síria, no Egito, e traziam-nos para os portos da Itália, da França e da Espanha, donde se distribuíam entre os povos da Europa, vencendo as gargantas dos Alpes, acompanhando o curso do Ródano, do Danúbio, do Dniéper, evitando as asperezas dos Pirineus, chegando por terra ao extremo Ocidente. Os ribeirinhos do Mediterrâneo não se afoitavam ainda às cóleras do Atlântico, nem os habitantes deste, exceto os normandos, se atiravam além da simples navegação costeira. Ainda no século XV os ingleses não passavam adiante de Baione.¹³⁹

139 No século XV os ingleses arriscavam às vezes uma chegada a Lisboa; sob Henrique VIII avançaram até Sevilha, mas sem se aventurar mais avante no Mediterrâneo; até certa época os produtos orientais, depois de ter atravessado a Ásia e a Europa, chegavam à Inglaterra por intermédio da Hansa, liga



As viagens repetidas no Mediterrâneo formaram marinheiros peritos; a arte náutica forneceu-lhes embarcações capazes; a invenção da bússola permitiu-lhes fixarem em cartas exatas o aspecto das costas e apartarem-se delas sem receio de se perderem nos plainos oceânicos; desde o século XIV genoveses primeiro e logo depois venezianos estabeleceram navegação regular entre o Mediterrâneo e o Atlântico, com as naus da carreira de Flandres, o grande foco industrial em que se fiavam as lãs inglesas.

Colocada a meia distância, Lisboa elevou-se à escala considerável da carreira, graças à excelência do seu porto. O exemplo, o contato, a cobiça despertaram no povo português o desejo de imitar os estrangeiros; vieram mestres de Gênova; começou-se e consumou-se rápida a aprendizagem; em poucos anos surgiu vigorosa a marinha portuguesa. Os primeiros anos do século XV mostram-na sólida e apta para as maiores empresas.

Coube ao Infante D. Henrique, filho d'El-Rei D. João I, concebê-las e em parte realizá-las. Uma expedição a Ceuta (1415) levou-o à terra africana, quando apenas contava vinte e um anos de idade; desde então sua vida teve por objeto desvendar os enigmas do continente misterioso, empresa para que lhe dava amplos recursos a opulenta Ordem de Cristo de que era grão-mestre.

À antiguidade clássica foram conhecidas as ilhas Fortunadas ou Canárias. De gregos e cartagineses constavam longas viagens pelas costas africanas. Mas tudo se apagara da memória. Os portugueses só conheciam a costa de Marrocos e entre eles corria o provérbio: *“Quem passa o cabo Non tornará si ou non.”*

As primeiras expedições mandadas por D. Henrique revelaram ilhas que viajantes italianos, por conta própria ou do governo

das cidades livres dos mares do Norte e do Báltico, instituída para defender o comércio contra os piratas; sua capital era Bergen na Noruega (Thorold Rodgers, *Interpretation économique de l'histoire*, 280, 281, Paris, 1892). Isso não exclui viagens individuais ou coletivas – basta lembrar a conquista de Lisboa; exclui apenas viagens habituais e regulares, uma carreira em suma.

português, tinham visitado e figurado em suas cartas marítimas alguns anos antes: Porto Santo, Madeira, Açores. O descobridor deste arquipélago, Frei Gonçalo Velho Cabral, diz-nos seu ilustre contemporâneo Diogo Gomes ter passado em 1416 além do Cabo Bojador, e descoberto as Terras Altas, isto é, o Saara. Se, porém, assim sucedeu, nem por isso se quebrou o encanto do Cabo Bojador, finalmente vencido por Gil Eannes só em 1433/ 1434.

Com a montada do Bojador as empresas marítimas tomaram novo e decisivo alento. O litoral deserto, inóspito, órfão de portos, inçado de baixos, embuçado de bulções que lembravam e confirmavam as tradições sobre o Mar Tenebroso, foi conquistado durante dez anos, com tenacidade tanto mais admirável quanto a ciência do tempo dizia inabitável a zona tórrida e qualquer passo adiante aporpinquava os domínios da desolação e da morte. O prêmio de tantos esforços colheu-se no descobrimento do Cabo Verde, realizado por Diniz Dias em 1445, demonstração palpável da inanidade do saber antigo, nova era em que se rasgaram aos olhos pasmos céus e terras maiores que os âmbitos de qualquer cérebro de cosmógrafo.

A verdura tropical, a vida pululante, ao contrário do que os livros anunciaram, produziram uma impressão profunda, ainda palpitante nas palavras de Diogo Gomes.

“Isto tudo escrevo”, diz este,

com licença do serenissimo Ptolomeu, que explicou muito boas cousas sobre a divisão do mundo, mas em um ponto andou muito errado. Elle divide o mundo, que conhecia em tres partes, que são a media habitada, a arctica não habitavel por causa do frio, e a tropica, inhabitavel por causa de seu ardor. Ora, achamos agora o contrario: innumeraveis povos negros habitam a zona equinocial e as arvores elevam-se a altura incrível, pois precisamente no Sul eleva-se a força e

pujança da vegetação embora as fôrmas sejam estranhas. *(Salva gratia illustrissimi Ptolemei. Et haec omnia invenimus in contrarium quia vidimus... lineam aequinoctialem habitatam de nigris ubi est tanta multitudo gentium quod impossibile est credendum. Et certe dico quad vidi magnam partem mundi sed nunquam similem istius).*

Sobrevieram então dúvidas sobre a afirmação de Ptolomeu quanto ao Mar das Índias, que ele, prolongando a África até o polo austral, afirmava fechado ao sul, como o Mediterrâneo. Sê-lo-ia efetivamente? O litoral africano umas vezes corria norte-sul como para confirmar o geógrafo alexandrino: outras de oeste para este desmentindo-o. Havia um problema geográfico a solver: poder-se-ia chegar à Índia depois de circunavegar a África? Já em 1454 o Infante D. Henrique parece tê-lo acreditado, pois uma bula de Nicolau V, deste ano, faz-lhe doação das terras existentes entre o Cabo Bojador e as Índias.

Motivos de maior monta que simples considerações geográficas incitavam a procurar solver o problema. Desde o século XII havia notícia de monarca poderoso, rei e sacerdote, adepto da fé cristã, inimigo temível e vitorioso dos sectários de Mafoma. Preste João reinava algures, além Tigre, no Catai ou China ocidental, nos altiplanos da Abissínia, em todo caso na Índia, que Índia se reputava todo o território das margens ocidentais do Mar Vermelho e do oceano Índico ao arquipélago do Japão. Procurá-lo, firmar com ele aliança, concretar uma ação comum em que cristãos do Levante e cristãos do Ocidente, marchando ao mesmo tempo contra o inimigo hereditário, triturassem-no e varressem-no para sempre da face da terra, tudo isto prometia e prenunciava o bom êxito da empresa afagada por D. Henrique depois de tomada Ceuta.

Mesmo se não se realizassem desde logo tantas esperanças, um caminho novo para as Índias significava a independência a



respeito do Egito e da Síria, sua província; a dispensa, por conseguinte, de intermediários sobranceiros e despóticos, cada vez mais incontentáveis, podia significar o estanco da corrente de metais preciosos que desde Roma republicana fluíam para o Oriente, depauperando as nações europeias, a ponto de a economia ocidental algum tempo rebaixar-se a simples permuta de gêneros de que só lentamente recobrava.

D. Henrique morreu em 1460, deixando o litoral africano explorado até a Serra Leoa. Nos vinte anos que se seguiram o movimento retardou-se, conquanto não ficasse sustado. À subida de D. João II ao trono já se chegara ao Cabo de Santa Catarina (2º S).

D. Afonso V, em cujo reinado faleceu o Infante, mandou as cartas geográficas dos portugueses a um geógrafo veneziano, Frei Mauro, cujo mapa ainda hoje se conserva em Veneza; e Frei Mauro, combinando as informações portuguesas sobre o litoral ocidental com as dos viajantes e geógrafos sobre a costa da África ainda além de Sofala (*io ho parlato cum persona digna de fede, che afferma aver scorso cum una nave de India per ravia de fortuna de traversa per zorni 40 fuora del Mar d'India oltra el cavo de Soffala*), concluiu que o mar indiano era oceano e não paúl (*Oceano non stagnone*), e nem uma dúvida havia quanto ao ser navegável da parte do sul e sudoeste.

Por D. João II, logo que ascendeu ao trono, foi mandado Diogo Cão a continuar os descobrimentos: na primeira viagem descobriu terras desde o Cabo de Santa Catarina até o monte Negro; na segunda, em que morreu, descobriu do monte Negro até a Serra Parda, onde chantou padrões recentemente descobertos (cabo Cross, 21°48'): ao todo trezentas e cinquenta léguas de costa, como então se calculou.

Em agosto de 1486 foi enviada nova expedição composta de dois navios e uma naveta de mantimentos, comandada por Bartolomeu Dias. Começaram os descobrimentos de onde Diogo



Cão os deixara e os foram continuando até na angra das Voltas serem atirados para o Oceano durante treze dias. Quando serenou o temporal navegaram para Este, esperando encontrar a costa dirigida de Norte a Sul, qual geralmente corria nas partes até então conhecidas. Como nada mais defrontassem que mares frios, feios e mortais, carregaram para o Norte, onde afinal lhes surgiu a terra, na direção inesperada de oeste para este.

Era experiência comum entre os portugueses que um cabo indicava sempre modificação da linha litorânea; descobrindo agora modificação no rumo da linha, tornou-se principal cuidado da companhia procurar o cabo em que ela começava. Por mais que o chefe da expedição quisesse ir para diante, apenas obteve dos companheiros perseverarem três dias. Neles a costa conservou-se quase sempre oeste para este; só no último ponto alcançado, o Rio do Infante, hoje Great Fish-river (33° 30 S), alvoreceu promissória para NE.

Voltaram.

“Chegados ao ilhéu da Cruz” –, informa João de Barros –

quando Bartholomeu Dias se apartou do padrão que alli assentou, foi com tanta dôr e sentimento como se leixara um filho desterrado pera sempre, lembrando-lhe com quanto perigo de sua pessoa e de toda aquella gente, de tão longe viram sómente aquelle effeito, pois lhe Deus não concedera o principal.”

Tomando do oceano Índico para o Atlântico, Bartolomeu Dias descobriu o cabo, o malfadado cabo ao sul do continente, e chamou-lhe Tormentoso, em memória das tormentas dos homens e dos elementos que por sua causa padecera. Mais bem inspirado, D. João II chamou-lhe Boa Esperança. De fato, o novo caminho das Índias estava achado: era só ligar as trezentas e cinquenta léguas



de costa, em que foi calculado o descobrimento de Bartolomeu Dias, a Sofala (20°12') –13 graus, não mais, de latitude, a distância do Rio a Maceió –, confiar-se aos ventos de Hippalo, deixar-se levar e trazer por eles, como se praticara desde tantos séculos. Depois de Sofala e daí para o norte encontrar-se-iam pilotos que tinham feito uma e muitas vezes a travessia para a Índia.

Se, porém, o vento, que desde a angra das Voltas ou Baía de Santa Helena, obrigou Bartolomeu Dias a amarrar-se no quadrante do sudoeste, houvera durado mais alguns dias, ele teria descoberto terras brasileiras! Ajudou a descobri-las treze anos mais tarde, as últimas por seus olhos vistas antes de encontrar a morte nas águas revoltas do cabo que o imortalizou – Cabo da Boa Esperança para os outros, para ele sempre das Tormentas.

2. A China: Marco Polo e Toscanelli.

À influência das especiarias sobre as viagens e explorações do oceano Índico e periferia meridional da Ásia corresponde a da seda no devassamento do interior do continente, de sua periferia oriental e do oceano Pacífico.

Desde tempos remotos chegava aos ribeirinhos do Mediterrâneo esse estofado peregrino, monopólio e segredo de um povo misterioso, vagamente designado pelo nome de Seres; porém vinha de mão em mão, a intervalos espaçados, levando anos no trânsito, e se os consumidores ignoravam sua verdadeira procedência, tão pouco os produtores curavam do seu destino ulterior.

Mais de dois séculos antes da era cristã os Seres remataram a célebre muralha, que os pôs a coberto dos nômades do Norte e enviou os nômades para o ocidente; à sua sombra puderam concentrar-se, unificar-se, finalmente expandir-se além dos limites a si próprios traçados. Em 122 antes de Cristo um seu general visitou a terra dos Yüec-chih, Ephtalitas ou Indo-scytas, que

das abas setentrionais do Nan-chan, sua primitiva habitação, se transferiram à Bactria e a conquistaram. Quase ao mesmo tempo suas tropas guerrearam em Ferghana. Um século depois de Cristo o General Pan-Tschao estendeu o domínio de sua nação até o Mar Cáspio e fronteira do reino dos Parthas. Seres e romanos entram pela primeira vez em contato.

Já então os Seres conheciam os desvairados caminhos por onde corria seu principal produto. Do Extremo Oriente saía por uma das duas estradas principais: Pe-lu, estrada do Norte, ao norte do Tien-schan, pela Dzungaria; Nan-lu, estrada do Sul, ao sul do Tien-schan, pela Cashgaria. Depois de chegar à Ásia Central pelo Pe-lu ou pelo Nan-lu, a seda seguia para Antióquia Margiana (Merv), Hekatompylos, Ecbatana, e por Ktesiphon e Babilônia descia até a barra do Eufrates. Do golfo Pérsico circunavegava a Arábia, subia o Mar Vermelho até o golfo de Akabá, donde ia por terra à Síria. Na Síria era novamente tecida ou desfiada ou tinta, ou bordada, ou entretecida com outras matérias, adaptada ao gosto ocidental: gaze e damasco ainda recordam as modificações por que passava e os lugares onde se faziam.

O comércio terrestre foi se animando. Dez a doze caravanas anuais, compostas às vezes de mais de cem parceiros, mal bastavam aos pedidos. Subitamente estancou, em 165 depois de Cristo, quando Avídio Cássio, general romano, tomou aos Parthas e destruiu os grandes empórios de Seleucia e Ktesifon, ao mesmo tempo que se desencadeava a peste, consequência da guerra. Sob o reinado do Imperador Justino, no século VI, os turcos, ainda não fanatizados pelo Islão, ofereceram-se por aliados do Império Romano do Oriente e quiseram reabrir o caminho antigo; mas suas propostas não foram compreendidas ou foram desdenhadas, e o comércio por essa via se conservou trancado ainda anos e anos.

Contemporâneo da interrupção do trato terrestre com os Seres, Ptolomeu nos dá o itinerário de um macedônio para Sera



metrópole, sobretudo notável pela demasiada extensão que nele fundado se atribuiu para Este ao continente asiático, extensão que influiu posteriormente sobre o modo de representar o globo terrestre e sobre a direção dada aos descobrimentos geográficos. No fundo o que Ptolomeu e seus contemporâneos sabiam daquelas terras alongadas reduzia-se a muito pouco.

“A região dos Seres”, condensa Yule,

era vasto e populoso paiz, tocando a Este o Oceano e os limites do mundo habitavel, extendendo-se a Oeste para Imaus, isto é, o Pamir. Os povos são civilizados, mansos, justos e frugaes, evitando collisões com os vizinhos, esquivos á conversação estreita, não avessos, porém, a negociar seus productos, de que a seda bruta é a principal droga; têm tambem estofos de seda, pelles finas e ferro de notavel qualidade.

Cerradas por terra, as comunicações abriram-se marítimas, entrando no sistema comercial do Mar Vermelho. Os navegantes prolongaram suas derrotas pelo Mediterrâneo austral-asiático e chegaram até Catigara, em Anão; mais tarde alcançaram Cantão; aos povos então visitados chamaram Sinai ou Thinai. A seda era o principal gênero exportado pelos Chins; corais, pérolas, âmbar, objetos de vidro, estofos preparados ao gosto ocidental, nos quais também entrava a seda de torna-viagem, representavam os principais artigos de importação.

Este comércio, feito por navios ocidentais, avultou e prosperou muitos anos; pelo século IV começou a definhir até por fim extinguir-se; os navios ocidentais foram, porém, rendidos pelos juncos chineses, alterosos, fortemente armados, guarnecidos de quatrocentos a seiscentos homens munidos de projéteis de nafta contra os piratas. Na sua marcha para o Ocidente chegaram até Aden e uma vez por outra enfiaram o Mar Vermelho; o golfo



Pérsico algum tempo chamou-se Mar dos Chineses. Mais tarde o trato marítimo passou para as mãos dos árabes.

Também as comunicações terrestres se reabriram e, graças a elas, propagou-se o Cristianismo, sob a forma que lhe imprimira o patriarca Nestório. Nestoriano fez-se o povo Kheraítas, primitivamente habitantes das cabeceiras do Amur, donde os Khitan os repeliram para a grande volta do Hoang-ho: seu chefe, chamado Wang-Kan, é dos muitos elementos que entram no vulto misterioso do Preste João, figurado primeiro nas terras centrais da Ásia, antes de finalmente identificar-se com o dinasta de Abissínia. Por via terrestre chegou igualmente aos povos do Mediterrâneo o conhecimento dos Khitan, ou Khitai, povos de origem turco-mongólica, como os Kheraítas, que no princípio do século X começaram suas incursões na China, conquistaram-lhe o Norte, e fundaram o reino conhecido no Ocidente pelo nome de Catai (979 a 1123). A identidade da China e Catai ou Serica só se apurou no século XVII, graças ao jesuíta português Benedito Góes.

Comércio marítimo com a China, comércio terrestre com o Catai passaram por fases diversas ao influxo das constelações nacionais e internacionais: ora os Chins avançavam e recuava a gente ocidental, ora dava-se o contrário; umas vezes o Celeste império apresentava-se unido, hospitaleiro, tolerante, outras fragmentado, segregado, rompia em manifestações fanáticas e hostis; as hordas entre os dois Turkestan e o Azof afluíam para oeste ou refluíam para este; e fermentação igual decompunha e recompunha a Árabia, a Pérsia, a Síria, o Egito, a Europa, ao calor dos ódios religiosos, dos antagonismos éticos, das pretensões dinásticas, das cobiças territoriais e rivalidades mercantis.

No século XIII surgiram do centro da Ásia os Mongóis, e sob Genghis-Khaan, sob seus sucessores imediatos fundaram em poucas e decisivas campanhas um império entereirado do Vístula ao Mar do Japão. Recebeu-os no Ocidente um terror sagrado – Tartari,

non Tatars chamavam-lhes, insinuando suas afinidades diabólicas. Logo, porém, reconheceu-se haver lavrado muito de exagero em tais terrores, e o pânico transformou-se em esperança quando se soube da existência de numerosos cristãos entre eles, uns arrancados dos lugares por onde passaram as hordas conquistadoras, e vivendo com elas na melhor harmonia, negociando suas mercadorias, exercitando seus ofícios, vindos outros do Oriente, dentre os povos convertidos à confissão nestoriana. Na maioria não cristã, longe de dominar o fanatismo característico dos Sarracenos, sentia-se a indiferença completa, se não a tolerância larga e a ausência de quaisquer preconceitos sectários.

Se os soubessem dirigir bem, os Mongóis poderiam tornar-se auxiliares prestimosos e aliados da Cristandade nas lutas contra o Islão. A ver se conseguiam qualquer coisa neste sentido, Inocêncio IV mandou-lhes duas embaixadas de missionários e mais tarde Luís IX da França outras duas. Das embaixadas mandadas pelo Papa, constituída uma de franciscanos, outra de dominicanos, chegaram a Karakorum, nas águas do lago Baikal e capital do Grão-Khaan, no Pe-lu, André de Longjumel e Piano di Carpini; ao mesmo destino chegou Rubruquis, emissário do rei de França. O resultado afinal foi nem um para o fito imediato da missão; mas a Rubruquis e Piano di Carpini devem-se as relações de suas viagens, que pela primeira vez revelaram ao Ocidente as terras e os povos ignorados do grande continente. Dos emissários, uns foram ou vieram pela Síria e Mesopotâmia e Pérsia, outros pelas estepes do sul da Rússia.

Maior atenção que esses enviados pontifícios e reais pedem os Polos, nobres venezianos, que demandavam o Oriente quando de lá tornava Rubruquis.

Nicoló e Maffeo Polo partiram em 1260 de Constantinopla para a Crimeia, com joias bizantinas e pedras preciosas para vender entre os Khaans do Volga. Depois de fazerem bons negócios,



não puderam tornar pelo mesmo caminho, pouco seguro, em consequência de guerras travadas entre duas hordas, e foram se internando além do Volga, do Ural, do Cáspio até Bokhara. Nesta cidade demoraram três anos comerciando e aprendendo a língua tártara; convidado para acompanhá-los pelos membros de uma embaixada expedida da Pérsia ao grão Khaan, aceitaram o convite, sendo os primeiros europeus a atravessar a grande muralha, os primeiros, pelo menos, cujo nome se conserva.

Era grão Khaan naquele tempo Kubilai, neto de Genghis-Khaan. Acolheu-os benignamente. Na volta deu-lhes por companheiro um enviado, que devia pedir ao Papa homens doutos, aptos a ensinarem o trívio e o quadrívio a seus povos. O emissário adoeceu na jornada. Maffeo e Niccoló chegaram sós ao Mediterrâneo, ao porto de Lajaz, no ano de 1269.

Tentaram satisfazer os desejos do grão Khaan, mas não puderam. A sede pontifícia vagara; a eleição demorou-se muito; dois frades, dados por Gregório X depois de eleito, descoroçoaram logo no princípio da jornada. Finalmente partiram os dois venezianos, levando consigo Marco Polo, nascido em 1254, filho de Niccoló.

Em novembro de 1271 saíram de Lajazzo, atravessaram a Armênia, viram o monte nevado onde quedou inacessível a arca de Noé, passaram as montanhas dos Kurdas, tomaram o Tigre e por Mossul (*touz les draps à or et soie qui se font en ce pays, s'appellent mosolins*, diz Marco), Bagdá, Bassorá, onde embarcaram, chegaram a Ormuz. De Ormuz atravessaram a Pérsia por Kerman e pelo deserto de Lud; em Badakchan, próximo das cabeceiras do Oxo, tomaram o caminho do Sul – Nan-lu, que os levou a seu destino.

Kubilai recebeu-os da melhor maneira, e principalmente a Marco votou muita simpatia, deu provas eloquentes de confiança, incumbindo-lhe comissões importantes, entre outras a de governador de uma das províncias do Sul da China, durante três anos. Só depois de uma assistência de dezessete anos puderam voltar



os viajantes em companhia de uma princesa, que ia à Pérsia casar com Argum Khaan, sobrinho de Kubilai.

A viagem foi por terra de Kambalû (Peking) a Zaitun, no estreito de Fukien, donde continuou por mar, em treze navios providos por dois anos, em princípios de 1292. Entre Cambodja e Tonkin avistaram costa; pelo estreito de Malaca, Nicobares e Andamanes passaram à costa de Coromandel, pelo país dos Comari ao Malabar e finalmente a Ormuz. Depois de levar a princesa à corte, onde casou com outro, por seu noivo ter morrido, os ilustres venezianos tomaram o caminho de Bagdá para o norte, atravessaram o planalto armênio e saíram em Trebisonda, no Mar Negro. Tocando em Negropono (Eubeia) e Constantinopla, chegaram a Veneza em 1295, depois de um quarto de século de ausência.

Em uma guerra entre venezianos e genoveses, Marco Polo armou à sua custa uma galera no combate de Curzola aprisionada (6 de setembro de 1298). Levado para Gênova, ditou a Rusticiano de Pisa sobre as suas aventuras e peregrinações um livro que se divulgou tão depressa quanto possível em tempo e países ainda não conhecedores da imprensa, e traduzido em todas as línguas deixou sinais indeléveis de sua passagem na história e cartografia do Extremo Oriente.

Em 1474, Paolo Pozzo de Toscanelli, sábio florentino, escrevia uma epístola, inspirada toda ainda em dizeres do narrador veneziano. Zaitun, onde este embarcou para tornar à pátria, é “porto nobilissimo, onde carregam e descarregam umas cem naus grandes de pimentas, além de muitas outras naus que carregam as outras especiarias”. Quinsay, onde Marco esteve antes de embarcar, é “nobilissima e grande cidade, que tem de circuito cem milhas, que são vinte e cinco leguas, na qual existem dez pontes de pedra marmore, e seu nome em nosso romance quer dizer cidade do Céu”. Cypango, que ele não chegou a pisar, é “ilha fertilissima de ouro e perolas e pedras preciosas; os templos e casas reaes são cobertos

de ouro puro”. Desde 1365, os Mandjus expulsaram os Mongóis da China; para Toscanelli continuava tudo, porém, no estado em que Marco Polo deixara: “esta patria é poderosissima, e ha nella muitas provincias e muitos reinos e cidades sem conta debaixo do senhorio de um principe, que se chama grão Khaan, o qual nome quer dizer em nosso romance rei dos reis, o assento do qual é o mais do tempo na provincia de Catayo”.

A epístola de Toscanelli, dirigida ao cônego Fernão Martins, seu amigo e valido do rei de Portugal D. Afonso V, datada de Florença a 25 de junho de 1474, trata de assunto mais interessante do que o fariam supor as vetustas informações bebidas em Marco Polo. Fora consultado por ordem do rei de Portugal se haveria para a Índia um caminho por mar mais curto que o de Guiné feito até então pelos portugueses, aliás sem lograrem ainda chegar em terra tão desejada; responde e acompanha a resposta de uma carta semelhante às usadas para navegar, debuxada por sua própria mão. Nela, comenta,

... está pintado todo o fim do Poente, tomando desde Irlanda ao Austro até o fim de Guiné com todas as ilhas, em frente das quaes direito por Poente está pintado o começo das Indias com as ilhas e os logares aonde podeis desviar para a linha equinoxial, e por quanto espaço a saber, em quantas leguas podeis chegar áquelles logares fertilissimos e de toda maneira de especiarias e de joias e de pedras preciosas. E não vos maravilheis que chame Poente aonde nasce a especiaria, porque em commum se diz que nasce no Levante; mas quem navegar ao Poente sempre achará as ditas partidas em Poente e quem for por terra em Levante sempre achará as mesmas partidas em Levante.

O seu plano, Paolo Toscanelli fundava em teorias correntes desde a antiguidade clássica: a esfericidade da Terra, a identidade

entre o oceano ocidental da Europa e o oceano oriental da Ásia, a pouca distância entre as extremidades dos dois continentes. A distância, pequena de si em princípio, fora ainda encurtada com as numerosas ilhas espalhadas no intervalo pelas lendas fantásticas e tradições obscuras ou pela geografia sistemática, sempre disposta a alardear mais saber do que realmente possuía. Dentre as ilhas avultavam a de Cypango, revelada por Marco Polo, a de Antília, que um nosso ilustre compatriota,¹⁴⁰ por considerações muito ponderosas assemelha ao Mar de Sargaço, sem contar as ilhas de São Brandão, da Mãe de Satanás, e as sete mil e tantas atestadas por Marco Polo.

Nem uma impressão causaram em Portugal os planos do ilustre florentino, a menos que a eles não se associe, como quer Varnhagen, o pedido e a concessão de algumas ilhas ao Ocidente. Sua influência foi enorme sobre um genovês para lá atirado pelos azares da sorte: Cristóvão Colombo. Tamanha e tão profunda que

140 A misteriosa Antília, diz Joaquim Caetano da Silva, longe de ser, como julga Humboldt, um mito geográfico, era o mui positivo Mar de Sargaço, cuja circunscrição, traçada pelo primeiro que o assentara em mapa, deu azo a tomarem-no por uma ilha. Prova-o concludentemente o atlas composto em 1436 por Andrea Bianco, onde no próprio lugar em que a folha 5ª dissera *Ilha d'Antilha*, diz com ênfase a folha 9ª *é mar de baga*, que vem a ser *Mar de Sargaço*, porque o caráter específico desta planta são as suas boiazinhas, a que todos chamam bagas. E lucidamente o essela uma lhana etimologia, revelada em 1658 por Guilherme Piso; porque o douto holandês informa que ao Mar de Sargaço nomeiam os seus compatriotas Mar de *Lentilha* e do dicionário Rouchi nos consta que naquele dialeto francês o nome de lentilha é Antila (*Revista do Inst. Historico*, XXVI, 298, Rio, 1863). O trecho de Piso a que se refere Silva é o seguinte: *Herba ila marina quae ab Hispanis Sargaço, a Nostratibus Steen-Kroost nomen accepit, Lenticula marina, licet improprè nominatur. Est enim nom Alga sed arbuscula baccifera, palmum longa, tenuibusd caulibus griseis et perpetuis foliolis seratis sature rubris in glomos convoluta. Quae circa insulas Flandricas vulgo dictas (Açores) incerta quidem origine undiquaque fluitans, adeo magnam maris partem obsidet ut solum nom salum dices et remissiore vento moram navibus haud parvam faciat. At que ideo ille tractus Oceani Lenticulares, de Krost Zee a Belgis ex Indiis redeuntibus nomen accepit.* (Gulielmi Pisonis, *Historiae naturalis*, lib. IX, cap. LXVII, p. 266, Amstelaedami, 1658.)

se pode dividir sua vida em dois períodos bem-caracterizados: antes e depois da epístola e da carta geográfica de Toscanelli.¹⁴¹

3. Cristóvão Colombo e o descobrimento da América. Vicente Pinzon e o descobrimento do Brasil pelos espanhóis.

Cristóvão Colombo nasceu de família plebeia e pobre de Gênova ou proximidades, pouco mais ou menos ao tempo em que Diniz Dias revelava ao mundo a existência do Cabo Verde. Notas registradas nos cartórios de tabeliães mostram-no entregue à profissão de cardador ou tecelão de lã, que era a dos seus. De sua presença em Gênova ou Savona há vestígios até agosto de 1473.

Se exercia contínua e efetivamente o ofício; se o interrompia em excursões mais ou menos rápidas pelo Mar Ligúrio e alhures; se em uma delas visitou Chios e Túnis; se foi marinheiro morigerado ou corsário sem escrúpulos, ignora-se inteiramente quanto se refere aos primeiros anos da existência teve o cuidado de calar, mutilar, confundir ou alterar de maneira a tornar impossível distinguir-se qualquer núcleo de verdade no enredo.

Em fins de 1473 ou começo de 1474 transferiu-se para Portugal e começou suas viagens no Atlântico. Para o norte assegura ter passado da Inglaterra e das ilhas Feroë (Thule); para o sul foi até a costa da Guiné. Parece ter residido uma temporada em Madeira ou Porto Santo. Diz-se ter consultado as cartas geográficas de Bartolomeu Perestrello, seu afim, contemporâneo de D. Henrique; ter colhido notícias de Afonso Sanchez, piloto andaluz, que veio morrer em sua casa, depois de descobertas terras desconhecidas; mas nem umas nem outras puderam atuar sobre seu espírito se eram verdadeiras, pois em tal caso deram notícias de gentes e

141 O original da epístola de Toscanelli não existe mais. A cópia, publicada por Henry Harrisse, encontrada na biblioteca Colombiana de Sevilha e escrita por letra de Colombo, não combina com a tradução dada por Las Casas, da qual foram extraídos os trechos acima. A carta marítima, como muito bem



países iguais aos posteriormente encontrados no continente ocidental, e estes nem Colombo tentou descobrir nem os reconheceu depois de descobertos.

Em Portugal casou com Felipa Muniz, irmã de Pero Correa, donatário de Porto Santo. Ali concebeu o plano cuja execução, imortalizando seu nome, abriu nova era para a inteligência humana.

Por qualquer meio chegou-lhe notícia da epístola de Paulo Toscanelli acompanhada de uma carta marítima explicativa. Obteve cópia de ambas, do próprio autor, ainda vivo, se são autênticos os documentos aduzidos na biografia atribuída a seu filho D. Fernando. A epístola não podia oferecer grandes novidades a um leitor de Pedro Aliaco e do mendaz Sir John Maundeville; só continha de notável a concisão e clareza no propor e solver do problema. A carta náutica, pelo contrário, com as costas europeias e africanas opostas às da Ásia, com as distâncias demarcadas, as ilhas figuradas em sua verdadeira posição, os pontos apropriados ao refúgio contra as tempestades previamente escolhidos, foi uma verdadeira revelação. Tal confiança lhe incutiu que nem as quatro viagens por ele próprio feitas, nem todas as expedições, felizes ou malogradas, públicas ou clandestinas, executadas por tantos navegadores, enquanto viveu, divergentes todas em seus resultados e refratários às afirmações do sábio florentino, bastaram a abrir-lhe os olhos.

Bem imbuído nas ideias de Toscanelli, apresentou a uma junta convocada por D. João II, rei de Portugal, o traçado do novo

viu Sofus Ruge, deve ser idêntica ou quase ao globo de Martim Behaim: é a primeira em que além da terra habitada se procura representar as extensões oceânicas.

Numa história moderna explica-se a ida de Colombo para fora de Portugal pelo roubo destes documentos, tidos por segredo de estado (Helmut, *Weltgeschichte* I, 355, Leipzig, 1899). Em geral os escritores alemães mostraram-se mais ou menos infensos a Colombo.



caminho marítimo e mais breve para a Índia do que o procurado e não achado ainda no litoral africano.

Estribava-se em fatos observados por pilotos: ilhas vistas muito além dos Açores, pinheiros exóticos flutuantes no meio do mar, taquaras peregrinas com gomos de capacidade descomunal, madeiras com incisões feitas por mão de homem, homens de cor e raça diferentes da Europa, achados mortos em embarcações desgarradas, diversos de quaisquer da Europa e da África, portanto asiáticos, isto é, índios. A estes fatos indicativos de terras próximas a oeste, juntava considerações sobre a esfericidade do nosso planeta e sobre sua exiguidade. Marino Tyrio calculara a distância da Espanha à Índia em quinze horas de tempo ou duzentos e vinte e cinco graus em arco: a distância desconhecida a percorrer limitava-se, pois, no máximo, a 135° em arco ou nove horas em tempo. Na realidade era ainda menor, se se levasse em conta o arquipélago do Cabo Verde omitido por Marino, as terras orientais, cujo fim ninguém vira ainda, o Cypango tão famoso desde Marco Polo, as sete mil quatrocentas e cinquenta e nove ilhas arroladas por este Mar do Cim, e finalmente, a meia jornada, a Antília ou Ilha das Sete Cidades. Tudo isto rematava em móveis religiosos e impulsos místicos, que com a idade cada vez mais se corroboraram. Indignava-o o domínio do Islão sobre o Santo Sepulcro depois de tanto e tão generoso sangue cristão vertido nas Cruzadas; pelo novo caminho viriam os recursos necessários para o esmagamento do inimigo perpétuo da cristandade. Avizinhava-se o fim do mundo:urgia emparelhar os domínios da religião de Cristo com os limites da Terra, para se cumprir a palavra do Evangelho. Seu nome, *Christum ferens*, o do bom gigante germânico, que um dia atravessou o rio com o menino Jesus aos ombros, proclamava a missão que lhe estava destinada *ab eterno*.¹⁴²

142 Cristóvão, diz Payne, é o nome da Sexta-feira Santa em alemão (*Christ offer*); é um santo etimológico, semelhante a Pascal, Noel, Toussaint, festas que



Que pensaram D. Diogo, bispo de Ceuta, e os cosmógrafos Mestre Rodrigo e Mestre Josepe, incumbidos de examinar os planos colombinos, deste misto de fatos seguros, ciência indigesta e misticismo militante, deixaram em silêncio os contemporâneos. João de Barros, que se não alcançou algum deles, pôde ainda encontrar as tradições vivas, chama ao grande navegador “homem fallador, glorioso em mostrar suas habilidades e mais fantastico de imaginações com sua Ilha Cypango que certo no que diz”.

Este juízo, exato a respeito de alguns dos aspectos exteriores, encobre o que havia de intimamente genial em tão extraordinária individualidade. Suas propostas foram rejeitadas; ele, que, para levá-las a efeito, reclamava as maiores honras e prerrogativas, teve de sair às pressas de Portugal, deixando mulher e filhos, como afirma, levando apenas um filho, Diogo, de cinco a seis anos de idade presumíveis. Talvez se visse embaraçado por dívidas, como se pode concluir de algumas verbas pouco explícitas de seu testamento. Alguma coisa houve, pois em 1488 obteve um salvo-conduto de D. João II para poder voltar livremente.¹⁴³

Entre 1484 e 1485, deu-se o seu êxodo para as terras da Espanha, onde reinavam Fernando de Aragão e Isabel de Castela empenhados em extinguir os últimos restos dos mouros ainda existentes na península. A eles Colombo, cada vez mais convencido de suas ideias e crente em sua missão, apresentou-se oferecendo um mundo. Foram oito anos de luta constante, afinal coroados pela vitória. A 17 de abril de 1492 assentou-se entre a Coroa e Colombo

em francês servem de nomes de batismo. *History of the New-World called America I*, 172, n, Oxford, 1892.

143 E por que porventura tereis algum receio de nossas justiças, reza o salvo-conduto datado de Avis 20 de março de 1488, por razão de algumas coisas a que sejais obrigado, nos por esta carta vos seguramos pela vinda, estada e tornada que não sejais preso, reteudo, acusado, citado nem demandado por nem uma coisa, ora seja civil, ora seja criminal, de qualquer qualidade. (Navarrete, *Colleccion de los viajes y descubrimientos*, II, 6, Madrid, 1825.)

que das terras a descobrir, ele teria o cargo vitalício e hereditário de almirante com privilégios iguais aos do almirante-mor de Castela; que delas seria vice-rei ou governador-geral; que do ouro, prata, pérolas, pedras preciosas e especiarias e quaisquer outras coisas e mercadorias perceberia o dízimo, tiradas as despesas; que em todos os negócios de comércio das ditas terras exerceria jurisdição por si ou por um tenente; que, se entrasse com um oitavo para as despesas de quaisquer futuras expedições, tocar-lhe-ia um oitavo dos lucros.

Quatro vezes veio Colombo às terras incorporadas à humanidade por sua ação maravilhosa.

Na primeira (1492/1493) saiu com três caravelas de Palos a 3 de agosto e dirigiu-se a Gomera, nas Canárias, último ponto então alcançado pela civilização europeia. A 6 de setembro engolfou-se no oceano desconhecido; a 12 de outubro descobriu uma ilha, chamada Guanaani pelos indígenas, São Salvador pelo almirante, hoje Watling, no grupo das Bahamas, pertencente à Inglaterra. Navegando para SO, foi dar a Cuba, cujo litoral setentrional perlongou algum tempo; passou à ilha a que deu o nome de Espanhola, hoje chamada Haiti, donde partiu para a Espanha.

Na segunda (1493/ 1496) buscou ainda as Canárias; depois da Ilha de Ferro, fez rumo mais ao sul; descobriu as ilhas Dominica, Maria Galante, Guadalupe, e outras pequenas Antilhas, Porto Rico – a mais oriental das grandes. De Espanhola navegou para Cuba, percebendo o litoral meridional até o ponto em que se julgou na península de Malaca –, junto à Ilha de Pinos, onde a costa corre N. S. Na volta para Haiti descobriu a Jamaica.

Na terceira viagem (1498/ 1500), expediu parte da esquadra de Gomera, e depois partiu de Santiago de Cabo Verde, no intento de atravessar a linha para o hemisfério austral. Os ardores e as calmarias do equador obrigaram-no a ater-se ao Norte, onde descobriu uma ilha, a da Trinidad, a mais meridional das Antilhas; o



poderoso Orenoco, e, afinal, o continente. Perturbou-o o achado de um rio, cuja possança indicava terras maiores que as simples ilhas esperadas naquelas latitudes, e a única explicação plausível do fato com que atinou foi dizer que a terra não era uma esfera, porém uma pera; na pera havia um ponto mais saliente onde demorava o paraíso terreal, a cavaleiro das águas do dilúvio. A estes lugares inacessíveis chegara agora.

O resultado da viagem não correspondeu a tão brilhante começo. Na Espanhola encontrou a mais completa anarquia; não soube domá-la pela brandura, acirrou-a com arbitrariedades e violências, por um de seus admiradores consideradas provas de que exercera na mocidade a profissão de corsário. Os clamores chegaram até a corte, resultando voltar preso e acorrentado para a Espanha.

A última viagem fez de 1502 a 1504. De Espanhola foi à costa de Honduras e por ela desceu até o istmo do Panamá, sem ver, porém, um estreito que procurava e cuja necessidade sentia para chegar às regiões, sempre anunciadas e sempre fantásticamente longínquas. Em Jamaica perdeu todos os navios e ficou um ano sem poder comunicar com o resto do mundo, a princípio nem mesmo com a Espanhola, a tão poucos dias de distância. Tornou em 1504. A 20 de maio de 1506 faleceu em Valladolid.

Todas as viagens descobridoras de Colombo tiveram por teatro as águas do Mar das Caraíbas. Nem um só instante duvidou ter chegado às terras anunciadas por Toscanelli. Cuba, sempre reputou continente; uma parte do litoral cubano, península de Malaca; em águas cubanas cominou a pena de dez mil maravedis de multa e língua cortada, ou língua cortada e cem açoites, a quem duvidasse estar ali a terra de Mangi; um eclipse lunar observado de 14 a 15 de setembro de 1494 deu-lhe uma longitude a oeste de Cadiz de 5 horas e 23 min. (80°45") isto é, 18° a mais da realidade; escrevendo ao Papa em 1502, diz que Cypango é a Espanhola; ouvindo em sua

última viagem falar vagamente de um mar do outro lado da terra no istmo do Panamá, confirmou-se mais na sua teimosia: andava no golfo de Bengala, do outro lado demorava a Índia anterior, só restava achar o estreito, isto é, o caminho para lá.

Enquanto Vasco Nunes de Balboa não descobriu em setembro de 1513 o Mar do Sul como lhe chamou, ou oceano Pacífico, nome por que o crismou Fernando de Magalhães, todo o mundo girava pouco mais ou menos dentro do ciclo das ideias de Toscanelli assimiladas por Colombo. Ainda em 1500 comungavam nelas Vicente Añez Pinzon, companheiro do Almirante na memorável expedição de 1492, comandante da *Niña*, a bordo da que o descobridor tornou, depois de perdida a *Santa Maria* na costa do Haiti, e Martim Alonso Pinzon, irmão de Vicente, separado, a descobrir por conta própria.

Vicente Añez Pinzon, obtida licença para armar uma expedição, a 18 de novembro de 1499 saiu de Palos com quatro caravelas, para Santiago de Cabo Verde. Nas licenças para descobrir excluíram-se as terras já anteriormente visitadas; por isso Vicente Añez, primeiro entre os espanhóis, afoitou-se além da linha equinocial, em paragens não iluminadas pela estrela Polar.

A 26 de janeiro de 1500 a água do mar apareceu turva, a sonda registrou fundo de dezesseis braças, e a costa assomou próximo. Para ela velejaram, nela desembarcaram e tomaram conta da região em nome da Coroa de Espanha, proclamando o feito em vozes altas, cortando galhos e entalhando nomes nos troncos das árvores, fazendo mouxões de terra, bebendo água, chantando cruces. De gente viram simples pegadas: a este primeiro ponto chamaram Santa Maria de la Consolacion, hoje Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco.

Seguiram a costa à busca do equador. Uma noite avistaram fogos e no outro dia pela manhã desembarcaram quarenta homens aparelhados e dispostos à peleja. Saíram-lhes ao encontro trinta e



dois indígenas armados de arcos e flechas, de olhar torvo e atitude ameaçadora, mais altos que germanos e panônios. Pelejas não houve; afagos nenhum resultado deram, e os espanhóis tornaram para bordo: acharam estes que os rastros dos naturais da terra eram o duplo dos pés de um dos seus.

Prosseguindo, chegaram a um rio incapaz de caravelas. Homens armados foram à terra, onde viram alguns indígenas sobre um alto. As tentativas para trato pacífico não deram resultado. Um espanhol abaixou-se para apanhar qualquer objeto dourado atirado pelos indígenas; imediatamente estes o rodearam e mataram com mais oito vindos em seu socorro, e apoderaram-se de um dos botes.

Perlongando a costa para NO, deram em rio, antes mar de água doce, descendo rápido de altas montanhas, inçado de ilhas numerosas cheias de gente. Chamava-se Marañón, é hoje o Amazonas; as terras ao Este dele, Camamoro; as terras ao Ocidente, Paricora, hoje Guiana. “*E hallaron dentro del rio um macareo, diz Antônio Hernandez Colmenero, é estando surtos los navios, alzaba de golpe de la mar é el ruido que traia les alzó cuatro brazas el navio.*” Era a pororoca.

Do Amazonas seguiram perlongando a costa: o nome de Vicente Pinzon, dado a um rio, que foi disputado ao Brasil pela França, atesta ainda a sua passagem. De sua viagem levaram paul-brasil, a impressão de árvores tão colossais que dezesseis homens não bastaram a abarcá-las e um saruê que não resistiu à viagem, e Pedro Martir descreve:

mostruosum animal vulpino rostro, cercopithecea cauda, verpertilioneis auribus, manibus humanis, pedibus simiam simulantis, quod natos iam filios alio gestat quocumque proficiscatur utero exteriori in modum magnae crumena.

E depois de tão longa viagem Pinzon com seus companheiros, como atesta Pedro Martir de Angleria, considerou a costa como continente da Ilha de Ganges; depois de navegar pela costa de Pária mais de seiscentas léguas, julgaram-se além da cidade de Catayo e da costa da Índia, além do Ganges; em outros termos, labutavam ainda no ciclo das ideias de Colombo e Toscanelli.

Chegada ao tempo da viagem de Vicente Pinzon e contígua aos lugares percorridos, é a de Diogo de Lepe, ao ponto de não ser fácil distinguir bem as duas. Na opinião mais fundada é idêntica à segunda de Américo Vespúcio.

Ponto de partida no arquipélago de Cabo Verde foi a Ilha do Fogo; rumo SO, duração da travessia quarenta e quatro dias; lugares visitados: costas do Rio Grande do Norte a Pernambuco, além um pouco do Cabo de Santo Agostinho, onde se observou a inflexão do litoral para oeste. De Diogo de Lepe antes que de Pinzon parece proceder o nome de Rastro Hermoso dado talvez ao Cabo de São Roque.

4. O tratado de Tordesilhas. O descobrimento do Brasil pelos portugueses: Cabral, Caminha.

Dominava os planos de D. João II o propósito de chegar às terras do Preste João, localizadas agora nos limites meridionais do Egito, fronteiras quase dos descobrimentos de Diogo Cço. Bartolomeu Dias levava consigo na armada algumas negras, que deviam servir-se das imunidades do sexo (podiam ficar seguras, diz João de Barros, porque como eram mulheres com quem os homens não têm guerra não lhes haviam de fazer mal algum) para alcançar, se possível, o reino sempre cobiçado, sempre esquivo.

Ainda ele arcava contra os homens e a natureza conspirados, quando El-Rei de Portugal mandou a Jerusalém Frei Antônio de Lisboa e Pero de Montaroyo. Em Jerusalém – discorria –, jaz o centro da Cristandade; se Preste João segue a doutrina de Cristo,



sua gente lá há de acudir. O cálculo era rigoroso, e saiu certo; mas os dois emissários ignoravam a língua árabe, não se atreveram a acompanhar os religiosos abexins, que de fato encontraram na Cidade Santa.

Novos enviados expediu D. João II de Santarém a 7 de maio de 1487: Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, ambos provavelmente senhores da língua, o primeiro com certeza. Foram por Nápoles a Rhodes, a Alexandria, ao Cairo, a Toro. Em Toro separaram-se: Afonso de Paiva partiu para a Abissínia e de sua viagem não deu conta precisa, por morrer no Cairo à volta; Pero da Covilhã foi por mar a Calicute, a Cananor, a Goa, de Goa a Sofala, ponto extremo da carreira de Malabar; de Sofala, por Aden, ao Cairo. Não achou, como esperava, seu velho colega, mas dois outros mensageiros régios: Abraão, rabi natural de Beja, e Josepe, sapateiro de Lamego, vindos pouco antes de Bagdá, com frescas notícias do largo trato feito por via de Ormuz. Josepe devia levar para o reino as cartas e informações de Paiva e Covilhã; Abraão, fazer a jornada de Ormuz a Alepo; Covilhã, desencantar o Preste, se qualquer ocorrência houvesse estorvado Afonso de Paiva.

Mais uma vez Pero da Covilhã cortou as águas do Mar Vermelho e atravessou as portas das lágrimas para Ormuz. Dali Abraão seguiu sua rota para a Síria, Pero da Covilhã retrocedeu para oeste e deu na Abissínia. Bem recebido foi; mas não teve mais licença de sair. Lá o encontrou mais tarde, em 1515, uma embaixada portuguesa, velho, honrado, cheio de filhos. Tão pouco como a Bartolomeu Dias e a D. João II lhe coube entrar no descobrimento da Índia que seus esforços tinham tornado possível e até fácil, à altura de qualquer personagem somenos, capaz de levar treze graus de latitude de cabotagem, antes de encontrar pilotos práticos do oceano Índico.

Com todos estes subsídios – a navegação franca do oceano Índico ao sul de Sofala, atestada muitos anos antes por Frei Mauro

de Veneza; o extremo do continente africano atingido pela costa ocidental, e a costa oriental inclinada promissoramente para NE, como entreviu Bartolomeu Dias; Sofala, a aurífera, escala animada da carreira do golfo Árábico, do golfo Pérsico, de Malabar; a costa de Malabar, centro de irradiação de movimento comercial incomparável, como encontrara flagrante Pero da Covilhã¹⁴⁴ –, com todos estes subsídios podia D. João II amadurecer calmo e desenfadado o remate da obra iniciada por D. Henrique.

Sua quietude foi perturbada por um acontecimento imprevisto. Em março de 1493 entrou pela barra do Tejo acoçada pelos temporais uma caravela espanhola, a *Niña*, trazendo a bordo Cristóvão Colombo, o mesmo dos planos de viagem de Levante pelo Poente rejeitados pela junta nomeada para examiná-los; o emigrado de Portugal, “*insalutato hospite*”, deixando mulher e filhos; o do salvo-conduto de 1488. Descobriria as terras prometidas, blasonava; e provava-o até certo ponto, apresentando não especiarias, perfumes e estofos, alardeando homens evidentemente diversos dos brancos da Europa e dos negros da África.

D. João II mostrou desejos de vê-lo. A entrevista deu-se a 9 de março em Valparaíso, próximo de Santarém, El-Rei correto e fidalgo, o navegante orgulhoso de seus feitos, transbordante de sua superioridade, a corte humilhada, indignada, azeda do bom êxito da empresa tanto como dos ares de triunfo e de vitória do tecelão e filho de tecelão assunto a almirante de Castela. Alguns dos mais zelosos ofereceram-se para matá-lo. Tudo passaria lisamente, segundo as leis do brio e do bom gosto: troca de palavras, rusga, um encontro, uma cutilada certa.

Na conversa disse D. João II que Colombo entrara por terras a eles pertencentes, por força de tratados assentes com a Coroa de

144 Os feitos de Covilhã encontraram finalmente um historiador condigno no Conde de Ficalho, autor das admiráveis *Viagens de Pero da Covilhan*, Lisboa, 1898.



Espanha, por força de bulas anteriores da Cúria Romana. A isto respondeu o descobridor não ter tocado em terras pertencentes à Coroa portuguesa, segundo ordens recebidas ao partir.

A maneira de ver do almirante foi partilhada pelos reis da Espanha e pela Santa Sé. Em duas bulas, datadas de 3 de maio de 1493, o Sumo Pontífice concedeu à Espanha todas as terras por Colombo descobertas e por descobrir a oeste

porque de todas as obras a mais agradável à Divina Magestade é que a religião christã seja exaltada e divulgada por toda parte; que a salvação da alma humana seja assegurada em todos os paizes, e as nações barbaras sejam subjugas e convertidas á Fé Catholica.

Na segunda bula *Eximiae devotionis*, da mesma data, Alexandre VI refere-se a Portugal, mas para dizer que as concessões feitas à Espanha importam favores, privilégios, isenções, liberdades, poderes, imunidades idênticos aos concedidos àquele reino. Só na terceira bula, datada de 4 de maio, atende um pouco às pretensões de D. João, limitando as possessões dos dois monarcas por uma linha traçada cem léguas a oeste de qualquer Ilha dos Açores e do Cabo Verde (*Fabricando et constituendo unam lineam a Polo arctico, scilicet septentrione, ad Polum antarcticum, scilicet meridiem sive terrae firmae et insularum inveniendae sint versus Indiam, aut versus aliam quamcumquam partem; quae linea distet a qualibet insularum quae vulgariter nuncupantur de los Azores et Cabo Verde centum leucis versus occidentem et meridem*).

Esta concessão mesmo foi implicitamente revogada em bula de 25 de setembro ainda de 1493, conhecida por tradução espanhola e por uma cópia não autenticada de Solorzano, pois o original latino desapareceu, na qual se ampliou a doação feita à Espanha

a todas y cualesquier islas y tierras firmes halladas e por hallar, descubiertas y por descubrir, que navegando o caminando hacia el Occidente ó el Medio dia son ó fueren, ó aparecieren ora esten en las partes occidentales ó meridionales y orientales y de la India.

D. João II quis mandar uma esquadra às regiões novamente descobertas; propôs a divisão por um paralelo, em vez de um meridiano; expediu e recebeu embaixadas. A atitude de Alexandre VI chamou-o finalmente à conciliação. A 7 de junho de 1494 as duas Coroas assinaram em Tordesilhas um tratado fixando a linha divisória a trezentas e sessenta léguas do arquipélago de Cabo Verde, infelizmente sem indicar a ilha de que devia partir a contagem, nem fixar a medida das léguas, pois a um grau no equador correspondiam segundo as opiniões pouco seguras do tempo 14 1/6, 15, 16 2/3, 17 1/2, 21 7/8, léguas. Pior ainda: conforme os interesses de momento as duas cortes variaram com o decurso do tempo no ponto de partida e na medida itinerária.

Em seguida ao tratado de Tordesilhas faleceu D. João II e sucedeu-lhe D. Manuel, primo e cunhado, com razão singularizado pela antonomásia de o Venturoso. Um dos seus primeiros cuidados foi continuar a obra de Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã, incumbência de que deu boa conta Vasco da Gama (1497/1499). Mandou também clandestinamente às terras encontradas por Colombo? Di-lo Duarte Pacheco:

“... temos sabido e visto”, escreveu em 1506 a D. Manuel,

como no terceiro anno do vosso reinado do anno de Nosso Senhor de 1498 donde nos vossa alteza mandou descobrir a parte occidental passando além a grandeza do Mar Oceano onde é achada a navegada uma tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella que se estende a

setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo arctico... e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vai além de 28 1/2 de ladeza contra o polo antarctico.¹⁴⁵

E até certo ponto confirma-se este dizer pela opinião corrente em Lisboa, em outubro de 1501, de que eram entre si contíguas as terras geladas descobertas pelos portugueses ao norte com as Antilhas descobertas pelos espanhóis e a Terra dos Papagaios descoberta mais ao sul por Pedr'Álvares Cabral, como veremos. Em todo caso, de tais viagens não transpirou então notícia nem se tem demonstrado qualquer influência palpável sobre as posteriormente feitas.

A volta de Vasco da Gama causou o maior entusiasmo entre seus compatriotas. Colombo demonstrara seu descobrimento da Índia, apresentando homens diferentes dos europeus e africanos, insistindo sobre certas semelhanças nos nomes das localidades, como Cibão e Cypango; Vasco da Gama trazia também homens diferentes dos da Europa, da África e até dos apresentados por Colombo; trazia o cravo, a canela, o gengibre, todas as especiarias características da Índia recebidas até então por meio de navios italianos, estivera em Calicute, e, se não vira todos os lugares e empórios famosos, sabia onde estavam e onde procurá-los.

Urgia mandar outra e mais forte armada a visitar novamente a Índia. Em março de 1500 estava pronta a desferir a vela para o Oriente uma esquadra de treze navios, levando mil e duzentos homens d'armas, sob o comando de Pedr'Álvares Cabral, de família nobre e já assinalada nos descobrimentos de D. Henrique: Frei

¹⁴⁵ *Esmeraldo de Situ Orbis*, 7. Publicado pela primeira vez em Lisboa em 1892. Humboldt chama a isto uma adivinhação surpreendente à vista da ausência de elos intermediários. (*Examen critique*, IV, 263.) Ultimamente tem se procurado restabelecer os elos. Veja-se entre outros o livro de José Toribio Medina, publicado em Santiago do Chile, sobre João Dias de Solis.



Gonçalo Velho Cabral, o descobridor dos Açores e da Terra Alta, era seu parente.

A 8 de março, domingo, houve missa solene, a que assistiu El-Rei, tendo sempre ao lado o chefe da expedição na mesma cortina. Depois da missa foi benta uma bandeira da Ordem de Cristo, que estivera sobre o altar, e El-Rei entregou-a a Cabral, juntamente com um barrete consagrado pelo Papa. D. Diogo de Ortiz, bispo de Ceuta, pregou exalçando os membros da expedição: Pedr'Álvares, de ascendentes tão ilustres, Nicolau Coelho, o companheiro de Gama, levado outra vez ao cenário de seus triunfos, Bartolomeu Dias, o domador do Cabo Tormentoso.

Depois da missa, seguiu El-Rei para o Restelo, onde deu a mão a beijar e despediu-se de todos. Foi um dia de festas e alegrias. João de Barros descreve-o assim:

A qual espedida geralmente a todos foi de grande contemplação, porque a maior parte do povo de Lisboa, por ser dia de festa e mais também celebrada por El-Rei, cobria aquellas praias e campos de Belém; e muitos em bateis, que rodeavam as naus, levando uns, trazendo outros, assi fer-viam todos com suas librés e bandeiras de cores diversas, que não parecia mal; mas um campo de flores, com a frol daquela mancebia juvenil que embarcava. E o que mais levantava o espírito destas cousas eram as trombetas, atabaques, sestros, tambores, frautas, pandeiros; e até gaitas, cuja ventura foi andar em os campos no apascentar dos gados, naquelle dia tomaram posse de ir sobre as aguas salgadas do mar; nesta e outras armadas que depois a seguiam, porque pera viagem de tanto tempo os homens buscavam para tirar a tristeza do mar. Com as quaes diferenças que a vista e ouvidos sentiam o coração de todos entre prazer e lagrimas,



por esta ser a mais formosa e poderosa estava armada que te aquele tempo pera tão longe deste reino partira.¹⁴⁶

No dia seguinte, segunda-feira, 9 de março, saiu a esquadra de foz em fora; sábado, 14, entre oito e nove horas, achou-se entre as Canárias, em calma, obra de três a quatro léguas à vista da Grã-Canária; domingo, 22, foi vista a Ilha de São Nicolau do Cabo Verde; segunda-feira, 23, desgarrou-se e não mais apareceu a nau de Vasco de Ataíde, sem aí haver tempo forte nem contrário.

Nas diversas navegações, até então feitas, notaram-se ventos muito mais constantes e galernos amaranando-se, do que chegando-se para o continente, cujas massas exerciam ação perturbadora. Cabral engolfou-se pelo mar, de longo, e encontrou a corrente equatorial, que desde a África despede suas águas para as regiões fronteiras.

Terça-feira, 21 de abril, encontraram várias ervas, sinais de terra que, no dia seguinte anunciada por aves chamadas fura-buchos, assomou, à hora de vésperas, grande monte, muito alto e redondo, serras mais baixas ao sul, terra chã com grandes arvoredos. Estava-se no oitavário da Páscoa: monte Pascoal chamou-se ao primeiro ponto avistado. Fundeou-se à noite em dezenove braças, à distância de seis léguas da costa.

Quinta-feira, 23, a armada fez vela, com os navios pequenos sondando adiante, até às 10 horas lançarem âncora em direito da boca de um rio. Lançados batéis e esquifes fora, foram todos os capitães à nau do capitão-mor. Que terra era aquela? Evidentemente a Índia, nem podia ser outra, pois entre a Europa e a Ásia oriental havia um só mar. Nada mais simples do que verificá-lo: aí estava Nicolau Coelho, que já estivera na Índia: ele próprio iria tirá-lo a limpo.

146 *Décadas* I, 5, 1.



Nicolau Coelho tornou com resposta bem diversa da esperada; e no dia seguinte a armada velejou para o norte, ao longo da costa, por umas dez léguas, até encontrar uma abrigada conveniente.

Sábado, 25, penetrou-se na baía, cujas vastas águas podiam recolher mais de duzentos navios. Os capitães reuniram-se a bordo da capitânia; foram mandados a terra Nicolau Coelho, e, o que não é menos característico, Bartolomeu Dias. Se não eram índios aqueles homens que andavam nus pela praia, como não se podia mais pretender depois do laudo de Nicolau Coelho, bem podiam ser qualquer casta de negros: ninguém mais competente para decidi-lo do que Bartolomeu Dias. E não se tache de absurda a confusão entre os indígenas ali presentes e os negros: antes de se encontrar um apelido geral para denominá-los eram chamados negros – prova-o entre outras uma carta do Padre Manuel da Nóbrega, escrita em 1549 – e chamados com igual razão ou sem razão à com que depois ficaram e continuaram chamados índios.

O dia 26 de abril era domingo de Pascoela. O capitão resolveu ouvir missa; numa ilha da vasta enseada, armou-se um esparavel; levantou-se um altar muito bem corrigido; nele à parte do Evangelho esteve sempre alta a bandeira de Cristo com que o capitão-mor saiu de Belém; cantou a missa em voz entoada Frei Henrique, depois bispo de Ceuta, inquisidor de Portugal, em cujo tempo se queimou o primeiro judeu; com voz igual oficiaram os padres e sacerdotes, que ali todos eram.

Depois da missa Frei Henrique pôs-se numa cadeira alta, a gente assentou-se na areia, à espera do sermão, que ia começar. Não era terra africana, não era terra indiana, a terra agora felizmente achada; era terra nova. Seu achamento conformara-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viera a armada, a mesma Cruz recebida solenemente em Belém das mãos de um rei, flutuando ai mesmo aos ventos de largo ao sol do Sul; seu nome estava de antemão dado, nem havia outro a escolher – Ilha da Vera Cruz:

– tal podemos imaginar a pregação do franciscano, filtrada nas palavras fugazes do Pero Vaz de Caminha, escrivão nomeado para a feitoria de Calicute, aí presente,

Depois da festa houve conselho a bordo da capitânia, e venceu-se que se mandaria um emissário ao reino, levando a notícia do novo achamento, para sua alteza melhor mandar descobrir e saber de tudo melhor do que se podia fazer de passagem. Foi destacado para este fim o navio de mantimentos: a baldeação pelos outros navios e distribuição dos gêneros nele contidos ocuparam os dias seguintes.

Segunda-feira, 27, cortou-se um grande madeiro para fazer a cruz, que devia, chantada, atestar o descobrimento e a estada dos portugueses. Quinta-feira, última de abril, foram à Cruz, que estava encostada a uma árvore junto a um pequeno rio que fenecia na praia; ajoelharam ante ela, beijaram-na, para os índios perceberem quanto a acatavam.

Sexta-feira, primeiro de maio, desembarcou a gente da armada com a bandeira de Cristo, foi buscar a Cruz onde a deixara e trouxe-a com os religiosos e sacerdotes adiante cantando à maneira de procissão e plantou-a no lugar que mais conveniente pareceu. Ao pé da Cruz, em que antes se pregaram as divisas e armas reais, armou-se altar; cantou a missa Frei Henrique; comungaram o capitão-mor, alguns dos seus companheiros e os religiosos, Acabada a missa pregou outra vez Frei Henrique: era dia de São Felipe e Santiago, apóstolos.

A 2 de maio a armada singrou para SE à procura do Cabo da Boa Esperança; o comandante do navio de mantimentos, encarregado de levar a notícia ao reino, fez-se a seu rumo; dois degredados, deixados na terra, ficaram na praia chorando. Um deles serviu de língua naquela parte e depois tornou ao reino: a Cruz ainda durou algum tempo.

Da carta de Pero Vaz de Caminha, escrita a 1 de maio, diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura, podemos colher algumas das impressões deixadas pelos sucessos de que se constituiu historiador.

A terra foi considerada uma ilha, por muitas razões. O rio abordado a 23 de abril, o rio que desemborcava em Porto Seguro, ambos de pouca água, o segundo vadeável com água pela braga, e não mais largo que um jogo de mangal, mostravam pelo seu pequeno cabedal não pertencer a continente. O mesmo insinuava a ausência de qualquer quadrúpede entre os naturais. Nem diziam coisa diferente duas pontas de terra avistadas ao norte e ao sul, distantes entre si vinte e cinco léguas: era corrente na gente portuguesa que os cabos indicavam modificação da linha litorânea: aquelas duas pontas, juntas à pobreza das águas pluviais e à ausência de mamíferos, confirmavam o caráter insular da terra.¹⁴⁷

Desta Pero Vaz de Caminha admira sobretudo a vegetação: Os arvoredos são muitos e grandes e de infindas maneiras... O arvoredo é tanto e tamanho e tão basto e de tantas plumagens que não pode homem dar conta.

Igualmente simpática a sua atitude a respeito dos indígenas:

De boos rostros e boos narizes, bem feitos... Ali verieis galantes, pintados de preto e vermelho e quartejados assi pelos corpos como pelas pernas que certo pareciam assi bem; tambem andavam antrelles quatro ou cinco mulheres moças assi nuas que não parecia mal. Lhes nosso Senhor deu boos corpos e boos rostros como a boos homens... Non comen sinan deste inhamo que aqui ha muito, e dessa

147 Por motivos opostos, Pero Alonso Niño concluiu ter tocado em terra firme e não em ilha. *Animalia de quibus supra mentionem fecimus* (cervos, apros etc) *et multa alia quae in nulla insularum reperiuntur, continentem terram esse testantur* (Pedro Martir, *Oceanae decadis primae liber octavus*).

semente e frutos que a terra e as arvores de si lançam, e como isto andam taes e tão rijos e tão nedios que o non somos nos tanto com quanto trigo e legumes comemos.

Na explicação que nos dá do fato vibra uma ligeira nota de poesia. Depois de dizer que são esquivos como animais monteses, esquivos como pardais de cevadouro, acrescenta:

... elles porem, contudo andam muito bem curados, e muito limpos, e naquillo me parece ainda mais que são como aves ou alimarias montezez que lhe faz o ar melhor pena e melhor cabello que ás mansas, por que os corpos seus são tão limpos, e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser, e isto mefez presumir que non tem casas, nem moradas em que se colham, e o ar a que se criam os faz taes...

5. Os brasis.

As terras descobertas estavam habitadas de tribos diversas das até então conhecidas pelos portugueses. Não eram elas menos diversas entre si, mas no meio de diferenças golpeantes apresentavam notáveis pontos de profunda semelhança. Nem uma designação geral os compreendia: os estrangeiros chamaram-lhes negros, brasis, brasilienses, e por fim índios, último resíduo de uma ilusão milenar, reverdecida por Colombo. Nos lugares onde ainda hoje existem independentes e numerosos conhecem-nos por Bugres, como em São Paulo, e em geral no Sul.

De seu passado falecem monumentos. Sambaquis, sernambis, ou ostreiras do litoral e do Amazonas; inscrições traçadas a tinta vermelha em rochas; pedras dispostas umas sobre as outras por modo que soam quando percutidas, nem um passo facilitam ao conhecimento dos indígenas no tempo anterior ao descobrimento.

O estudo das línguas pouco resultado apura. A maior parte perdeu-se; de outras restam escassos glossários; textos não possuímos de mais de duas ou três (tupi, cariri, kiriri, bacaeri). Delas pode dizer-se mais ou menos o seguinte:

Apesar das divergências de vocabulário, a gramática é a mesma, tanto para a língua geral, assim chamada por aparecer em quase todos os pontos do litoral primeiramente estudados, como para as línguas travadas, de que se serviam muitas das populações do interior, chamadas Tapuias pelos que falavam a língua geral.

Assim o nome aparece debaixo de duas formas: absoluta, a menos usada e para algumas palavras não conhecidas em certas línguas; relativa, a mais comum, em que o nome vem precedido do possessivo – bem entendido só quando o nome designa objeto suscetível de ser possuído. Assim, em tupi ou língua geral, *tub*, pai, é a forma absoluta; *xerub*, meu pai, *nderub*, teu pai, *orub*, seu pai; em bacaeri, língua das travadas, *pepi*, canoa em absoluto; *iwe-piri*, minha canoa, *iwipiri*, tua canoa, *ewipiri*, sua canoa. O nome não tem gênero, embora certas palavras designativas de parentesco mudem com o sexo do possuidor. O nome só admite número em casos enfáticos: assim em tupi *cunã*, tanto diz mulher como mulheres; mas, se quisermos insistir sobre a pluralidade, pode empregar-se *cunã retá*; em bacaeri *pekodo* é mulher ou mulheres, mas existem os plurais *pekodomodo* *pekodomo*, e *pekodo*; *ama* diz tanto tu como vós; mas se se quiser insistir sobre a multidão, há a palavra *ama-re-mo*.

O nome tem presente, passado e futuro; exemplo: em tupi *taba*, aldeia; *tapera*, aldeia que já foi; em bacaeri *ota*, casa, *otabiiri*, casa que já foi. Em tupi e bacaeri os prefixos do passado podem também designar plural: dir-se-ia que para eles o nome designa um indivíduo exclusivamente, e desde que se estende a mais já passou. Alguns dos nomes passados da língua geral ficaram em nosso falar comum: capoeira, manipuera, tambuera.

O verbo tem pouco desenvolvidos os tempos; podem tornar-se precisas as ideias de passado, presente e futuro, mas existe uma forma que a todos sincretiza. Os verbos intransitivos são verdadeiros nomes e declinam-se ajuntando-lhe o possessivo; os verbos transitivos incorporam sempre dois pronomes, um sujeito, outro objeto, o que importa vozes muito variantes chamadas transições pelos gramáticos do período colonial. De supino e gerúndios não há falta, e com eles os missionários conseguiram traduzir mais ou menos os conceitos ocidentais alheios aos catecúmenos. Conjugações há duas: uma afirmativa, outra negativa.

A preposição pospõe-se ao nome. Nas palavras compostas, o adjetivo ora vem antes, como no cariri e nas línguas maipures, ora vem depois, como no tupi e no bacaeri; mas o nome traz sempre o possessivo da terceira pessoa; assim, em bacaeri: *pima-iwepiri*, capitão-sua-canoa, a canoa do capitão: *pepi-wimari*, canoa-seu-capitão, o capitão da canoa. A construção da frase não excedia geralmente a parataxe. Geralmente aparece o sujeito em primeiro lugar, o objeto por último. Não tinham verbo substantivo: para a predicação basta pospor o adjetivo ao nome: *xecatu*, em tupi, significa eu sou bom; *maka iwakuru*, aquele é bom, em bacaeri.

Se da estrutura gramatical passarmos ao vocabulário, veremos as semelhanças esmaecerem, e avultarem divergências que obrigam à separação dos indígenas em grupos bem-definidos.

O primeiro grupo tratado pelos portugueses, que por isso desde logo estudaram a língua e propagaram-na além de sua área primitiva, é o dos Tupis.

Encontraram-nos em quase todo o litoral desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, no médio Uruguai, no Paraná, no Paraguai e por oeste até quase os Andes (Chirigoanos), no baixo e no médio São Francisco, na margem meridional do Amazonas; mais tarde apareceram em outros lugares. Suas denominações locais entre outras são as seguintes: Tapes, Carijós, Tupiniquins,

Tamoios, Temiminós, Tupinaéns, Tabajaras, Rariguaras, Caetés, Petiguares, Jurunas, Maués, Munducurus, Apiacás. Às vezes uma só tribo tem mais de um nome: assim, os índios do Rio a si próprios chamavam Tupinambás e eram chamados Tamoios pelos de São Paulo.

Entre o Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul este grupo subdivide-se em três seções menores: Carijós, Tupiniquins e Tupinambás. Seu centro de irradiação parece o Paraná, entre São Paulo, Minas e Goiás. Uns desceram o rio, outros foram para o NO, outros para este. Os Tupis do Amazonas, Mundurucus, Maués, Jurunas provavelmente esgalharam do tronco comum antes do descobrimento da América; os Tupinambaranas do Madeira, os Tupinambás do Maranhão e terras adjacentes emigraram depois de começada a colonização do Brasil. Diziam os do Maranhão que sua pátria primitiva ficava no trópico do Capricórnio.¹⁴⁸

O segundo grupo, com o qual os portugueses só amiudaram contato no século XVII, é o dos Cariris ou Kiriris (voz tupi, os tristonhos). Aparecem pelo interior desde o Paraguaçu e Rio São Francisco até o Parnaíba; serras do Ceará e Paraíba guardam-lhes o nome. Variam os apelidos locais: Tremembés, Jucás, Jaicó, Icó, Curema, Sucuru etc. Pelo que contavam alguns, suas migrações partiram do Norte, de um lago encantado, que bem pode ser o Amazonas.¹⁴⁹ As tradições dos Tupinambás, quais foram colhidas

148 *En premier lieu il convient savoir que les Indiens de Maragnan tiennent que vers le tropique de Capricorne il y a un beau país qu'ils appellent Cayeté, qui veut dire la grande forest, par ce qu'en ce lieu il y a quantité de bois et de forests remplies d'arbres d'une incroyable grosseur et admirable hauteur: c'est là où ils habitoient le passé* (C. D'Abbeville, *Histoire de la mission des Pères Capucins en l'isle de Maragnan*, cap. 43, Paris, 1614).

149 O erro em que estivestes até agora de crer que vossos antecessores, de quem procedeis, saíram formados de uma grande lagoa que está da parte do Norte. FREI BERNARDO DE NANTES, *Katecismo indico da lingua Kariri*, 194-195, Lisboa, 1709.

Os holandeses procuraram catequizar estes índios, mas nada conseguiram, assegura Moreau, por causa das visões e demônios que os atormentavam.



na Bahia e em Pernambuco, apresentam estes Tapuias como os primeiros moradores do litoral. Por Paraíba e Ceará deixaram os vestígios em nomes de rios do sertão ou da costa Siridó, Sibiró, Siará, Choró, Sitiá. A sua internação é ali contemporânea do descobrimento do Brasil. Que em alguns lugares mais para o Norte é até posterior se apura da memória de Maurício de Heriarte sobre o Maranhão. Para o Sul parece que se estendiam muito em outro tempo, como mostram as denominações tão características de Orobó na costa do Espírito Santo, as de Tremembés e Quiririm em São Paulo. É possível que os Papanás, Guaitacás e Guaianás¹⁵⁰ representem seus rebentos meridionais; como também é que mais relações que com quaisquer outros tenham com os Maipures, arrolados no quinto grupo.

Entre eles viajou Rouloux Baro, em cujo escrito se podem ler algumas de suas visões; descreveu-os Elias Herckmans. Alguns dos costumes e das crenças dos Kariris enumera o seguinte trecho do raríssimo livro do Padre Mamiani: “*Curar os doentes com assopro; curar de palavra ou com cantigas; pintar o doente de jenipapo, para que não seja conhecido do diabo e o não mate; espalhar cinza à roda da casa aonde está um defunto para que o diabo dali não passe a matar outros; botar cinza no caminho quando se leva um doente para que o diabo não vá atrás dele; esfregar uma criança com porco do mato e lavá-la com aloá, para que quando for grande seja bom caçador e bom bebedor; não sair de casa de madrugada nem à noite para não se topar com a bexiga no caminho; fazer vinho, derramá-lo no chão e varrer o adro da casa para correr com as bexigas*” (Luis Vicencio Mamiani, *Catecismo na língua brasilica da nação Kiriri*, 84-85, Lisboa, 1698).

150 *Guaianás... a'un que este nombre dan a todos que no son guaranis puesto que tengan otro proprio*, escrevia em 1612 Rui Diaz de Gusman, em sua *Argentina*, impressa e reimpressa muitas vezes em nosso século.

Em São Paulo continua-se a chamar Tupis aos Guaianás, e um largo com este nome adorna a bela capital. No fundo a controvérsia gira sobre um equívoco. Dizem uns: a prova de que os Guaianás eram tupis se encontra nos nomes das localidades vizinhas de Piratininga, todos explicáveis pela língua geral. Dizem outros: sendo os nomes das localidades vizinhas a Piratininga explicáveis pela língua geral, não podiam ser dados pelos Guaianás, tapuias como afirmam Hans Staden, Thevet, Lery, Gabriel Soares, Knivet, etc., tão tapuias que os Guaranis do Rio Grande do Sul chamavam Guaianá a todas as tribos alheias à sua parentela. O que se pode dizer a favor da primeira opinião existe numa memória sólida e engenhosa de Teodoro Sampaio, publicada na revista do Museu Paulista em 1898.

Hoje não resta mais tribo independente que se filie ao grupo dos Cariris, mas talvez ainda se saiba alguma coisa da língua em sertões de Pernambuco, nas proximidades de Vila Bela.

No terceiro grupo, chamado Gé por Martius e Paulo Ehrenreich, figuram com o nome de Aimorés ao sul da Bahia, de Botocudos em Espírito Santo e Minas, Apinagés no Maranhão, Bugres ou Sinklão em Santa Catarina. Não está definitivamente limitado e compreende tribos que mais conviria apartar.

É opinião de Paulo Ehrenreich – quem melhor estudou estes índios – que seu centro de migração foram Espírito Santo e Minas Gerais, onde avultam mais atrasados, simples apanhadores, em estado muito primitivo; seus representantes no interior encontram-se mais adiantados e progressivos. Seriam assim suas migrações no sentido de este para oeste, como seu desenvolvimento. Entretanto, parece mais provável o contrário, isto é, que tenham vindo de onde ainda hoje são mais abundantes: entre Mearim, Tocantins e Araguaia. Prova-o sua distribuição, que vem terminar em cunha sobre o litoral; provam-no ainda melhor a inação e a ignorância dos Aimorés em frente do oceano, a cujas ondas nunca se confiaram. Dos Gé os que maior área geográfica povoaram foram os Caiapós, chamados Ibirajaras pelos Tupis e Bilreiros pelos portugueses, por causa do porrete de que se serviam. Sua presença é atestada no varadouro de Camapuã, nas águas do Paraná, nas do São Francisco, no Araguaia, nas pontas do Xingu, no Tapajós em meio dos Bacaeris, que os rememoram entre seus aliados e benfeitores.

Quarto grupo formam os Caraíbas, chamados Pimenteiras em terras entre o São Francisco e o Parnaíba, Apiacás no Tocantins, Bacaeris e Enaucucúas no Xingu, Crixanás, Pianagotos, Macuxis, Acawoyos, Wanás no Amazonas e Guaiana. Seu centro de dispersão, segundo Carlos Von den Steinen, que primeiro revelou este grupo na pureza de suas linhas fundamentais, localiza-se

entre o Madeira e o Tapajós, donde emigraram principalmente para o Norte. Na Guiana travaram lutas encarniçadas contra os Maipures. Em algumas das Antilhas mataram todos os homens e apossaram-se das mulheres; por isso existem aí dois idiomas, o dos homens puro caraíba, o das mulheres puro maipure.

Quinto grupo são os Maipures de Gilií, Nu-Aruac de Steinen, Aruãs e Nheengafbas (denominação tupi – os que falam mal) da foz do Amazonas, Wapixanas e Manaus da Guaiana, Paramaris do Purus, Custenaus do Xingu, Guanás do Paraguai. De todos os grupos, possui a área geográfica mais dilatada, pois vai das Guaianas ao Paraguai, e ainda transborda para os estados vizinhos. Parecem ter partido do Norte; avultam hoje em maior número no Rio Purus.

Além destes cinco grupos mais consideráveis, outros se encontram menores, salteados umas vezes, como os de Guaitacá de Campos, constituindo núcleos mais vigorosos, como Guaicurus, Charruas e Minuanos em águas platinas, Panos em águas amazônicas. Vinham eles se encaminhando para terras brasileiras? Foram antes delas rechaçados? O presente não sabe ainda responder, e a resposta pode esperar-se sem impaciência, pois os cinco grupos aduzidos abarcam a quase totalidade do gentio pré-cabralino.

Assim, tem-se em suma que os Tupis, do Sul, do Rio Paraná provavelmente, pelo litoral e pelo interior chegaram até o Atlântico, os Andes e o Amazonas; os Cariris do Norte foram descendo o litoral, até que os Tupiniquins primeiro e depois os Tupinambás os foram tangendo para o sertão, rumo este-oeste, ao mesmo tempo que de oeste para este vinham os Gés afocinhar-se no oceano entre Espírito Santo e Bahia; finalmente, os Caraíbas comprimidos à esquerda pelos Maipures, que atravessaram o Amazonas, à direita pelos Gés, talvez acossados a seu turno pelos Tupis ou Cariris, dirigiram-se para o norte, levando as devastações até o mar que guarda seu nome.

Notavam-se diferenças de incultura entre estes cinco grupos, e até entre as tribos do mesmo grupo: os Botocudos do Rio Doce, por exemplo, estavam muito mais atrasados que os Suiás do Xingu, pertencentes, como aqueles, ao grupo Gé.

Entretanto, algumas feições positivas ou negativas eram comuns a todos eles.

Não tinham metais; não havia aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária que costumada seja ao viver dos homens, na frase de Caminha; não se aproveitavam de ovos e leite; alguns, que se poderiam chamar apanhadores,¹⁵¹ viviam do que encontravam, frutas, raízes, caracóis, gafanhotos, formigas, vermes; outros estreavam na agricultura, plantando mandioca, aipim, milho, mudubim; faziam fogo por fricção, e preparavam a alimentação moqueando-a ou assando-a em buracos feitos na terra. Muitas tribos não conheciam o sal; o uso da pimenta era geral. A procura do conduto vegetal cabia à mulher; o homem encarregava-se do conduto animal.

Predominava na alimentação o peixe, pegado em pequenos aparelhos como o puçá, em tapumes como o pari, em anzóis feitos de espinhos (Pindamonhangaba, o anzoleiro), fechado ou embarbascado por meio de certas ervas. Na caça, menos importante para a economia geral, a ponto de Vespúcio dizer que os indígenas da costa não eram caçadores, serviam-se do arco e flecha, da palheta chamada *bybyté* pelos Cariris, da esgravatana de flechas peçonhentas despedidas pelo sopro, de armadilhas ou mundéus para animais mais reforçados. O abastecimento, obtido só por esforços individuais, era o mais irregular possível, um oscilar contínuo entre o desperdício e a inanição. Certo começo de trabalho coletivo temporário revela-se no potirum ou motirão, ainda hoje

151 Apanhadores, tradução do termo *Sammelvoelker*, primeiro introduzido por Link na etnografia alemã (Wagner, *Lehrbuch der Geographie*, I, 682, Hannover, 1900) corresponde aos índios de corso dos nossos cronistas.



praticado no interior – batalhão na Bahia, junta ou adjunto no Ceará.

As armas aparentavam semelhança, em geral arco e flecha; mas no material do arco, na seção transversalmente tomada, no tamanho, no entalhe das extremidades, no modo de amarrar a corda, no empenamento das flechas, na inserção da ponta, cada grupo, se não cada tribo, divergia da outra, e um arco ou flecha encontrado acaso dizia logo ao índio se estava entre amigos ou inimigos.¹⁵² Possuíam geralmente canoas, de árvores escavadas ou de cascas de árvore, ou balsas de talo de buritis, por exemplo, ou de juncos e varas reunidas. Havia louceiros, de que os mais aproveitados pertenciam ao grupo Maipure.¹⁵³

Andavam nus, pintavam ou tatuavam o corpo, furavam os lóbulos das orelhas ou o septo nasal, mas tudo segundo preceitos muito rigorosos, conforme a posição, a idade, o sexo, os fins religiosos: era seu modo de andarem fardados ou propiciar os maus espíritos. Já de longe dois índios, à simples inspeção, sem trocar palavra, liam a história um do outro no batoque, na pena enfiada à orelha, nas cisuras do corpo.

Os sentidos possuíam extraordinariamente afinados, vista que na espumarada dos rios deletreava a esteira de canoas passadas dias antes, ouvidos que percebiam e interpretavam os mínimos rumores numerosos da floresta, olfato que subodorava os eflúvios mais sutis. Sua inteligência era inteiramente concreta; a memória, de grande tenacidade, guardando tradições antiquíssimas, narradas nos mesmos termos, como que estereotipadas; existiam

152 O estudo do arco e flechas dos indígenas do Brasil foi iniciado pelo doutor Herrmann Meyer, chefe de duas explorações às pontas do Xingu na sua monografia *Bogen und Pfeil in Central Brasilien*, já traduzido em inglês pela Smithsonian Institution de Washington.

153 O estudo da cerâmica indígena, iniciado pelo inesquecível Charles Frederic Hartt, foi essencialmente adiantado pelos brilhantes e profundos livros de Carlos von den Steinen, primeiro explorador científico do Alto Xingu.

no estado mitopeico, e tinham muitos mitos em que tentavam explicar os fenômenos naturais. Para os Bacaeris o ano tem dias mais longos que outros, porque em certa estação o sol do acaso é carregado subterraneamente por um animal ligeiro, em outros, por um animal tardo e lerdo.

Em seu sistema religioso admitiam dois princípios: Tupã entre os Tupis, Nakoeri entre os Bacaeris, nume luminoso, bom, indiferente, cujos favores não era mister conciliar; Anhang dos Tupis, Yamüra dos Bacaeris, numes tenebrosos, ciosos, vigilantes, sempre à espreita de ofensas para castigar inexoravelmente, legião dos espíritos dos antepassados. Por eles furavam-se as orelhas dos meninos, pintavam-se os corpos ou untavam-se de azeite, sujeitavam-se as mulheres a dieta rigorosa durante a gravidez, penitenciavam-se os homens no choco se algum filho nascia, respeitava-se a vida de certos animais, deixavam-se no mato dádivas propiciatórias. A este ciclo de ideias se prendem suas concepções totêmicas.

Representante visível dos espíritos tenebrosos era o pajé ou piaí, que não podia mais morrer, por já ter morrido, assumia todas as formas, aparecia em todos os lugares, sabia a língua de todos os antes, vencida todos os estorvos, curava os doentes, dava ou tirava a saúde, roubava e escondia a alma de quem o ofendia, quando compadecido ainda lhe permitia viver mais algum tempo. O piaí encarnava o poder espiritual, os mortos governando os vivos, a espontaneidade repelida como crime, a tradição imperando férrea, o homem escravo sem libertação possível.

Ao lado deste, nada significava o pouco do poder temporal que restava. Algumas tribos, v. g. a dos Xavantes (Akuens), não tinham termo que significasse capitão ou regedor. Nos outros ele só valia enquanto se sujeitava à opinião dos companheiros. Se não, era fácil eliminá-lo ou eliminar-se; ainda mais fácil deixá-lo e fazer bando à parte. Nada prendia ao solo: as casas eram de palmas ou

ramos que havia em toda parte; as roças eram de plantas ânuas, cujo preparo não demandava utensílios complicados; naquela sociedade elementar a soma era exatamente igual às parcelas e não maior, como entre povos cultos; por assim dizer dominava um estado gasoso em dilatação espontânea e permanente.

A pressão da guerra só e unicamente poderia sustá-la, pois o provimento individual da alimentação, segundo o termo introduzido de Karl Buecher, não dava de si mais que o mutirão; a guerra, porém, fazia-se como em caçada, sem plano, sem persistência, conforme os caprichos, para roubar mulheres umas vezes, outras por motivos mais fúteis. E, uma vez começada, tornava-se hereditária. Exatamente porque um indivíduo resumia a tribo, quem o ofendia ofendia a coletividade.

Dos prisioneiros feitos, uns ficavam escravos, outros eram devorados. No gosto pela carne humana destacavam-se os Tupis, que faziam o sacrifício com toda solenidade. Parece, porém, que o sacrifício já adquirira certo caráter simbólico; em lugares ocupados por inimigos, não tendo a quem matar e comer, desenterravam os mortos e quebravam-lhes o crânio. Não seria este um meio de matar a alma do inimigo, de libertar-se de suas perseguições?

6. Explorações da costa.

A 2 de maio partiram a armada para a Índia, o navio de mantimentos para Portugal.

Pedr'Álvares desde Porto Seguro prosseguiu beirando a costa, acompanhou-a mais de quinhentas léguas; não lhe achando fim, convenceu-se de ter dado em terra firme e fez rumo para o Cabo da Boa Esperança.¹⁵⁴ A 12 iluminou-se o céu com um cometa de

154 *De sopra del capo de Bona Sperança, verso garbin, hanno scoperto una terra nova, chiamano la terra de li Papaga, per esser il Papaga longi uno brazo e piú, de vari colori, de li qual ni hanno visto doy iudichano questa terra esser ferma, perchè corseno per costa duo mila mia e piú, ne mai trovorno fine.* Carta escrita de Lisboa



longa cauda, que se conservou visível oito a dez noites; estendeu-se depois um bulcão que tudo obumbrou.¹⁵⁵ A 24 desabou uma tormenta tão furiosa que submergiu quatro navios, entre outros, o de Bartolomeu Dias; um desgarrou, subiu pela costa africana oriental, foi dar a Mogodoxó –, o de Pero Dias, irmão de Bartolomeu.

Reduzido agora a seis vasos, continuou Cabral a jornada e a 13 de setembro chegou a Calicute. Os mercadores árabes, escarmentados com o procedimento de Vasco da Gama, indispueram os espíritos contra os ocidentais.

Nada podiam estes permutar; tudo eram delongas e promessas; queriam prendê-los até chegarem os navios do Mar Vermelho para dar-lhes combate. A imprudência ou complacência do capitão-mor a propósito de um elefante de Ceilão que mandou tomar por Duarte Pacheco ainda mais excitou a população. A 16 de dezembro foi saqueada a feitoria, mortos trinta portugueses, feridos vinte que conseguiram escapar; entre os feridos contava-se Frei Henrique, entre os mortos, quiçá Pero Vaz de Caminha.

Cabral desafiou-se bombardeando dois dias o porto com mais violência que eficácia, Em Cochim e Cananor obteve a carga desejada com a qual se fez de volta a 16 de janeiro de 1501. Domingo de Ramos (4 de abril) dobrou o Cabo da Boa Esperança; em 26 de julho chegou a Portugal. Trazia apenas cinco dos primitivos navios, porque à volta por imprestável foi queimado o de Sancho de Toar.

para Veneza em 27 de julho de 1501 por Domenico Pisani di Giovanni – na *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I p. 43/44.

155 A este bulcão alude talvez Duarte Pacheco, testemunha presencial, nas seguintes palavras: *compre que na ora em que virem algum relampago ou fozil ou bulcam negro hamarrem suas velas até passar a força do tal vento porque se isto non fezerem cousa he que póde hacontecer ha naao em que topar se perder como já por maaoo rrecado se perderam oultras. Esmeraldo*, 103. Seria este maaoo rrecado a causa do ostracismo em que ficou Pedr'Álvares?



O navio de mantimentos seguiu de Porto Seguro para o norte, naturalmente reconhecendo a costa de passagem. Talvez se encontrou com algum dos viajantes espanhóis apartados ao Cabo de Santo Agostinho e imediações. Já chegara a seu destino em setembro, pois na carta de Juan de la Cosa, a mais antiga que se conhece do Novo Mundo, concluída em setembro de 1500, se encontra figurada a terra descoberta por Cabral.

D. Manuel tratou da exploração do país. Preparou-se uma armada de três navios, comandados, segundo Gaspar Correa, por André Gonçalves, o mesmo emissário mandado de Porto Seguro a levar notícia do descobrimento. A partida deu-se em maio de 1501.¹⁵⁶ A bordo vinha Américo Vespúcio, ilustre florentino, que devia dar o nome a um continente revelado por outros. Suas epístolas contêm as poucas notícias conservadas do feito.

Fizeram rumo às Canárias, a cuja vista passaram sem demorar, perlongaram a costa africana até Bezeguiche ou Bezenegue, hoje Gorée, pertencente à França. Aí encontraram-se com Pedr'Álvares,

156 A existência desta expedição de 1501 demonstra-se pelos seguintes documentos:

a) *Screvi esso orator aver auto letere di Lisbona, di Zuan Francesco Ascaitato, cremonese, di 10 septembrio avisa... e le caravele mandate l'anno passa a scoprir la terra di Papaga o ver di Santa Croce a di 22 luio erano ritornate e il capetanio referiva aver scoperto piu di 2500 mia di costa nova, nè mai aver trovato fin de ditta costa et dite caravella è venute carge de verzi et di cassia, nè altre especie hanno portato etc.* Carta de Saragoça, 12 de outubro de 1502, extratada nos Diari de M. Sanuto, *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, p. 91.

b) *Amerigho Vespucci aràm qui fra pochi, di, el quale è durato asai fatiche e à 'uto pocho porfitto, che pure meritava altro che l'ordine: ère di Portoghallo arendó le terre che lui dischoporse a certi christiani nuovi e sono obrighati a mandare ongni anno 6 navili e dischoprire ongni anno 300 leghe avanti, e fare una fortezza nel dischoperto e mantenella detti 3 anni, el primo anno non paghano nulla, el secondo el 1/6 el terço el 1/4, e fanno chonto di portare verzino asai e shiavi e forse vi troveranno chose d'altro profito.* Carta de Piero Rondinelli, de Sevilha, 3 de outubro de 1502, msc. da Biblioteca Ricardina, *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, p. 121.

c) Outra prova da expedição de 1501/1502 é a carta geográfica que Alberto Cantino, orador estense, levou para a Itália e lá vendeu em outubro de 1502, em que a costa do Brasil já está representada até o Cabo de Santa Marta.



de volta da Índia; aí nas práticas naturais depois de tantos sucesos trágicos, combinadas as informações de Vespúcio, conhecedor das viagens espanholas, com as de Cabral, já conhecedor de quinhentas léguas da costa de Porto Seguro, pela primeira vez certamente definiu-se claro o caráter continental das novas terras desde os gelos polares deparados ao norte por Corte-Real e Duarte Pacheco até as regiões de que Cabral não lograra ver o fim.

De Bezeguiche partiram os exploradores SW 1/ 4 S, e navegaram mais de dois meses um céu inclemente.

“Quanto sofremos”, escreve Vespúcio a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici,

que perigo de naufrágio e de corpo aguentámos, em que ansiedade de ânimo nos vimos, deixo à consideração dos que têm exato conhecimento das coisas, e de que seja buscar o incerto e investigar o ignorado; e para dizer tudo em poucas palavras, acrescentar e que dos sessenta e sete dias que de continuo navegamos, quarenta e quatro tivemos de chuvas, trovões e raios: e tão escuro que nem víamos de dia o sol, nem de noite o sereno céu. O fato é que tanto aumentam em nós o medo, que havíamos perdido quase toda esperança de vida.

No meio destas terríveis tormentas aprouve ao céu altíssimo mostrar-nos terra continental e novas regiões e outro mundo desconhecido, com o que tanto nos alegramos quanto podem imaginar os que tenham experimentado varias calamidades e fortunas contrárias. No dia 17 de agosto de 1501 surgimos na costa daquela terra agradecendo a Deus com solenes preces, celebrando uma missa cantada.

O primeiro ponto encontrado recebeu do santo cuja festa se comemorava o nome, ainda vigente, de São Roque. Daí foi a armada beirando a costa, primeiro em rumo de SO até o Cabo de Santo

Agostinho, daí por diante rumo de SE. O ponto mais meridional alcançado apura-se mal das epístolas de Vespúcio; uma carta de Alfaitadi, escrita de Lisboa a 10 de setembro de 1502, fala em 2 500 milhas, o que significaria 600 léguas além do Cabo de São Roque. Basta saber-se que como ponto extremo figura no mapa de Cantina o Cabo de Santa Marta; nos que imediatamente sucedem desde Cananeia ou Cananor começa o anonimato dos lugares; em 1505 Duarte Pacheco limitava a zona conhecida pelo paralelo de 28° 30' S. Dos nomes usados a este tempo dá a seguinte lista: muitos deles, como se verá, ainda subsistem; e seguem-se na ordem do calendário.

<i>Angra de São Roque em trez grãos e trinta minutos</i>	03 30
<i>Santa Maria d'Arrabida em cinco grãos</i>	05 00
<i>O Cabo de Santo Agostinho em oito grãos e quinze minutos</i>	08 15
<i>O Rio de São Francisco em dez grãos</i>	10 00
<i>Aguada de São Miguel em dez grãos</i>	10 00
<i>Porto Real em quatorze grãos</i>	14 00
<i>Angra de Todos los Santos em quinze grãos e quarenta minutos</i>	15 40
<i>Porto Seguro em dezoito grãos</i>	18 00
<i>O Rio de Santa Luzia em dezenove grãos e vinte minutos</i>	19 20
<i>A Ilha de Santa Barbora em vinte grãos e vinte minutos</i>	20 20
<i>O Rio dos Arrefens em vinte e quatro grãos e quarenta minutos</i>	24 40
<i>A Ilha de Santa Crara em vinte e quatro grãos e quarenta minutos</i>	24 40
<i>O Cabo Frio em vinte e cinco grãos</i>	25 00
<i>A Ilha de Fernabu em vinte e sete grãos</i>	72 00
<i>A Ilha de Santo Amaro em vinte e oito grãos e trinta minutos</i>	28 30
<i>A Ilha d'Assenção em vinte e um grãos</i>	21 00
<i>Angra Formosa em quinze grãos</i>	15 00
<i>A Ilha de São Lourenço¹⁵⁷</i>	04 00

157 A Ilha de São Lourenço é pela posição a que hoje se chama de Fernando de Noronha. Foi descoberta a 10 de agosto de 1503, dia desse Santo Mártir. Veja-se a carta de Américo Vespúcio a Pedro Soderini.

As impressões comunicadas pela terra foram as mais vivas:
“A terra daquelas regiões é fértil e amena”, escreve Américo Vespúcio,

de muitos montes e morros e infinitos vales, e regada de grandes rios e fontes, coberta de extensos bosques, densos e apenas penetráveis, e povoada copiosamente de feras de todas as castas. Nela nascem sem cultura grandes árvores, as quais produzem frutos deleitosos, e de proveito ao corpo e nada nocivos, e nem uns frutos são parecidos com os nossos. Produzem-se inumeráveis gêneros de árvores e raízes, de que fabricam pães e ótimos mingaus, além de muitos grãos ou sementes não semelhantes aos nossos... Seria demasiado prolixo e descomedido se quisesse dar conta uma por uma de todas as coisas dignas de notícia e das numerosas espécies e multidão de animais. E verdadeiramente creio que o nosso Plínio não conseguiu tratar de milésima parte dos animais, nem dos papagaios e outros pássaros, os quais naqueles países são de formas e cores tão variadas que o artista Policleto não conseguiria pintá-los. Todas as árvores são odoríferas, e produzem gomas ou óleos ou algum outro licor, cujas propriedades todas, se fossem conhecidas, não duvido que andaríamos todos sãos. E por certo que se o paraíso terreal existe em alguma parte da terra, creio que não deve ser longe destes países...”

Dos brasis dá-nos o célebre viajante informações pouco mais completas, certamente muito menos penetrantes que as de Caminha; a maior novidade refere-se à antropofagia, de que foram vítimas alguns marinheiros. Descoberto já o Cabo de São Roque, tomada posse da terra em nome d’El-Rei de Portugal, preparava-se a companhia para fazer água e lenha, quando apareceu alguma

gente em cima e de um monte. Não houve sinais bastantes a fazê-los descer; e os marinheiros tornaram para bordo, deixando na praia cascavéis, espelhos, avelórios. No outro dia os indígenas continuaram esquivos; dois europeus com licença do capitão e ordem de tornar dentro de cinco dias aprontaram-se com muita fazenda de resgate e desembarcaram. Cotidianamente vinha gente à praia, sem querer entrar em trato, até que, passada uma semana, vieram homens trazendo mulheres...

“Vendo que não acabavam de tomar confiança”, continua o mesmo narrador,

deliberamos enviar-lhes um dos nossos, mancebo muito esforçado, e, para o segurarmos mais, ficamos nos batéis, e este foi ter com as mulheres, e chegando junto a eles, meteram-nos no meio de um grande círculo, e apalpando-o atentamente se maravilhavam sobremaneira.

Estando nisto vimos descer do monte uma mulher que trazia um pau na mão, e chegando onde estava nosso cristão lhe saiu por detrás e levantando o pau lhe deu um tão grande golpe que o estendeu morto; as outras tomaram-no logo pelos pés e o arrastaram para o monte; os homens correram para a praia e começaram a atirar com as setas, pondo a nossa gente em tal confusão que estando surtos com os batéis sobre fateixas, nem um se atreveu a tomar as armas, por causa das muitas flechas, com que eram acomedidos. Nós disparamos quatro tiros de bombarda, que não acertaram; porém, ouvindo o estrondo, fugiram todos para o monte, onde já estavam as mulheres fazendo o cristão em pedaços e assando-o em um grande fogo, que tinham acendido à nossa vista, mostrando-nos muitas porções dele e comendo-as; e os homens, fazendo-nos sinais, como

dando-nos a entender que tinham também morto e comido os outros dois cristãos.”

No meio da multidão de gentes e coisas novas, Vespúcio não perdeu a cabeça, educada na frieza da mercatura... “Se eu me propusesse a contar as coisas que vi nesta navegação”, escreve a Soderini, “não teria papel bastante; mas pode-se dizer que nela *não encontramos nada de proveito*, exceto infinitas árvores de pau-brasil, de canafístula, as de que se tira a mirra e outras mais maravilhas da natureza, que seriam longas de referir...” A mesma opinião formou-se nos círculos diretores de Portugal, e D. Manuel livrou-se de cuidados arrendando a terra por três anos.

Os arrendatários, cristãos-novos entre os quais figurava Fernão de Noronha, comprometiam-se a mandar anualmente seis navios, a descobrir anualmente trezentas léguas de terra, à maneira de que fizera Fernão Gomes em tempo de D. Afonso V, a fundar e manter uma fortaleza durante um triênio. No primeiro ano nada pagariam, no segundo pagariam um sexto, no terceiro, um quarto. Contavam indenizar-se por meio de pau-brasil e escravos: *Forse vi troveranno cose d'altro profitto*, escreve Piero Rondinelli, com quem estive de passagem em Sevilha Américo Vespúcio.¹⁵⁸

Que proveito poderia ser?

Pero Vaz de Caminha insinuara que a Ilha de Vera Cruz seria boa pousada para as viagens de Calicute, e como tal encontra-se

158 O trecho de Rondinelli já atrás citado é tão importante que vale a pena repeti-lo: *Amerigho Vespucci arém que fra pochi di, el quale à'uto pocho profitto, che pure mentava altro che l'ordine: e' re di Portoghhallo arendó le terre che lui dischoprese a certi Christiani nuovi, e sono obrighati a mandare ongni anno 6 navili e dischoprire ongni anno 300 leghe avanti, e fare una forteza nel dischoperto e mantenella detti 3 anni, e il primo anno non paghano nulla, e'l secondo el 1/6' el terzo el 1/4, e fanno chonto di portare verзино asai e schiavi, e forse vi troveranno chose d'altro profitto* (Raccolta, p. III, vol. II, p. 121).



desde logo recomendada a João da Nova,¹⁵⁹ expedido para a Índia ainda antes de Cabral tornado. Por que só pousada e não caminho? por que não procurar passagem pelo sul do continente, chegar em jornada mais rápida a Malaca, que se ia percebendo cada vez mais a importância na vida econômica do Oriente, à medida que aumentavam as noções sobre os povos, o comércio e a navegação indianos? Já não existiam os motivos que antes a isto se opunham?¹⁶⁰

Isto ponderaria Américo Vespúcio aos cristãos-novos arrendatários do país e que desde logo trataram de cumprir o ajuste. De fato em maio de 1503 saíram os seis navios.¹⁶¹ Nela vinha comandando, segundo parece, um navio, Américo Vespúcio. Desde o princípio estremeceram e azedaram suas relações com o capitão-mor. A 10 de agosto, por 3° S avistaram uma ilha alta e deserta no meio do mar; o capitão-mor quis reconhecê-la, e perdeu contra um cachopo, distante dela quatro léguas, a capitânia, nau de trezentas toneladas, de que só a gente se salvou.

Por sua ordem, Vespúcio foi à ilha ver se achava algum surgidouro em que pojassem todos. Achou belíssimo porto e deixou-se ficar à espera sem dar sinais de si. Passados oito dias, viu navegando uma nau, com a qual se juntou e foi à Baía de Todos os Santos,

159 Varnhagen, *História geral* I, v.

160 *Muitas opiniões ouve nestes reinos de Portugal nos tempos passados antre alguns letrados acerca do descobrimento das Ethiopias, de Guiné, e das Índias; porque uns diziam que nom curassem de descobrir ao longo da costa do mar e que melhor seria irem pelo pego atravessando o golfo até topar em alguma terra da Índia ou vesinha della e que por esta via se encurtaria o caminho; outros disserom que melhor seria descobrir ao longo da terra, sabendo pouco e pouco o que nella ia e assi suas rotas e conhecenças, e cada provincia de que gente era pera verdadeiramente saberem o logar em que estavam por onde podiam ser certos da terra que iam buscar, porque de outra guisa nom podiam saber a região em que estavam. Duarte Pacheco, "Esmeralda de situ orbis", I, 3, c. 4.*

161 Diz Damião de Goes que o chefe desta expedição se chamava Gonçalo Coelho. É bem possível.

ponto marcado para a reunião de todos os navios, caso se desse por qualquer motivo dispersão. Aí esteve algum tempo. Depois fundou mais para o sul uma fortaleza em que deixou vinte e quatro cristãos com mantimentos para seis meses, doze bombardas e muitas outras armas: acompanhado de trinta homens, penetrou umas quarenta léguas pelo sertão; carregou de pau-brasil e chegou a Lisboa em 18 de junho de 1504.

Que fez o capitão-mor reduzido a três navios? Até onde chegou, que demora teve, se fundou ou não a fortaleza do contrato, ignora-se. Parece certo que um navio estava de volta em fins de 1504 ou princípios de 1505, e por ele se soube de tudo quanto passara e do procedimento do florentino. Por estas informações seria Américo Vespúcio despedido do serviço português com o qual já em setembro de 1502 se declarava descontente a Piero Rondinelli, porque El-Rei não lhe fizera as mercês que esperava; ou de Portugal saiu, insalutado hóspite, com receio de qualquer castigo: alguma coisa grave ocorreu entre 4 de setembro de 1504, data de sua carta triunfal a Soderini, escrita de Lisboa, e 5 de fevereiro do ano seguinte, data da carta de Sevilha em que Cristóvão Colombo o apresenta e recomenda a seu filho Diogo.

Foi renovado ao expirar o contrato de Fernão de Noronha?

Pode concluir-se isto do substancioso relatório de Leonardo da Cha Masser, incumbido pela Senhoria de Veneza de ir a Portugal *“per veder et intendere quelle navegazioni di quello Serenissimo Re nell’India novamente navegata”*. Cha de Masser, que dois anos consumiu em sua missão, informava em 1506 estar o trato da nova terra vinculado a Fernão de Noronha, cristão-novo, por dez anos. Extraía vinte mil quintais de pau-brasil anualmente, por eles pagava quatro mil ducados à Coroa, e a Coroa comprometia-se a não deixar vir da Índia a preciosa madeira. À terra nova mandava todos os anos homens e navios, ato muito natural, pois o quintal



de brasil custava-lhe meio ducado e era vendido em Flandres dois e meio a três.¹⁶²

Em 8 de novembro de 1510 Pellegrino Venier escrevia de Palermo, noticiando a chegada de um mercador pisano, vindo de Lisboa com a notícia de que El-Rei de Portugal pensava em dar liberdade de navegar para as novas terras a quem lhe pagasse o quinto.¹⁶³ Se a resolução foi desde logo levada a efeito não se pode afirmar: tudo quanto se sabe é que em 1511 Fernão de Noronha figurava entre os armadores da nau *Bretoa*, mandada à terra nova para buscar pau-brasil;¹⁶⁴ que em 1513 Jorge Lopes Bixorda¹⁶⁵ tinha “trato do pau brasil que trazem desta terra de Santa Cruz”.

Mais interessante que estas expedições de cristãos-novos e mercadores é a chamada armada de Dom Nuno Manuel.

Em 1513 D. Nuno Manuel, Cristóvão de Haro e outros obtiveram d’El-Rei licença para dois navios percorrerem as terras ainda desconhecidas. Para o sul muito se adiantaram; descobriram um cabo, o de Santa Maria, à entrada do Rio da Pátria; navegaram por

162 *Item da tre anni in qua, che fu scoperto Terra Nova, della quale se trae ogni anno verzin da K. 20 mila, el qual verzi mostra sia stá taiado da uno arbero molto grosso, el quale é molto pesado e grave; tamen non tenze in quella perfezion come fa el nostro da Levante: niente manco se ne spaza molto in Fiandra, e de qui in Castilia et in Italia per molti lochi; el qual valle ducati 2 1/2 in 3 il K., il qual verzi é appaltado per Firnando dalla Rogna, cristian novo, per anni 10 da questo Serenissimo Re, per ducati 4,000 all’anno; el qual Firnando dalla Rogna manda al viaggio ogn’anno in detta Terra Nova le sue nave, et homeni a tutte sue spese, con questa condizion: che questo Serenissimo Re deveda che non sia tratto da qui avanti dell’India. El qual verzi, per quello si vede, fin condotto qui a Lisbona, con tutte speze li sta per ducati 1/2 el K.; nella qual terra é tutti boschi de questo verzi. Se fa da Lisbona a li, per astro e garbin, da leghe 800.* Publicado nas *Memorias da comissão portugueza do centenario do descobrimento da America* por P. Peragalo, em apêndice à Carta de D. Manuel ao rei católico, p. 83/84.

163 *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, p. 234.

164 O livro da nau *Bretoa* foi publicado por Varnhagen na primeira edição da *História geral*, I, 427/432, e reimpresso na quarta do *Diário de Pero Lopes*, Rio, 1867.

165 Damião de Goes, *Chronica do felicissimo rey D. Manuel*, p. 1^a, c. 56.

este acima até ver as duas margens se aproximarem; descendo depois pela costa chegaram aos 40° S ou isto entendeu o colono da Ilha Madeira a quem devemos a notícia. Trouxeram peles da Patagônia; houve notícias de montanhas permanentemente cobertas de gelo, de um povo adiantado que morava nas serras, encontraram principalmente prata, metais vindos deste povo por um rio que não viram, mas souberam ser afluente do Prata; sobretudo noticiaram o achamento de um estreito ao sul do continente, a proximidade de Malaca, distante apenas seiscentas léguas, a existência de chineses comerciantes e negociantes por aquelas latitudes.

Esta expedição, de tanto alcance, não despertou atenção em Portugal. Dela só temos informações por um colono da Madeira, onde de volta chegou um dos navios a 12 de outubro de 1514, escritas a um amigo de Antuérpia. O escrito, confuso e pouco inteligível, foi logo impresso na Alemanha e passou por três edições. O cosmógrafo Joannes Schoener leu-o, traduziu-o em parte, figurou um estreito, segundo suas indicações, num globo que publicou em 1515. Dois anos antes, Vasco Nunes de Balboa descobrira o Mar do Sul, o oceano Pacífico. As duas descobertas completaram-se e frutificaram na circunavegação do globo, iniciada por Fernão de Magalhães em 1519, continuada por João Lopes de Carvalho, o piloto da nau *Bretoa*, que consigo levou um filhinho tido em Índia do Rio de Janeiro, ultimada em 1522 por Sebastião del Cano. Assim, quando pareciam triunfantes as ideias clássicas, inconcussa a identidade entre o oceano ocidental da Europa e o oceano oriental da Ásia, o elemento sólido ocupando muito maior parte do globo que o elemento líquido, o oceano como uma grande lagoa, na frase de Duarte Pacheco, mandando pelas terras dentro braços que são mediterrâneos, os mares encadeados no meio das terras, quando em 1514 o descobrimento de um estreito ao sul tudo confirmava e documentava, veio o ardimento de Balboa



descobrir um oceano e um continente, para os quais não havia lugar nem no saber antigo nem no saber contemporâneo.

As explorações do litoral NE além do Cabo de São Roque permanecem obscuras.

Em 13 de julho de 1503, os reis católicos recebiam notícia de que quatro navios portugueses haviam tocado no país descoberto por Bastidas e levado muitos escravos e paus de tinta.¹⁶⁶

Existe um alvará de lembrança, passado a 16 de janeiro de 1504 em favor de Fernão de Noronha, cavaleiro da casa real, doando condicionalmente “a nossa Ilha de São João que de ora novamente achou e descobriu cinquenta leguas a la mar da nossa terra de Santa Cruz”. *De ora* não estava em lugar de *se ora*? Fernão de Noronha, fidalgo da casa real, será o mesmo que Fernão de Noronha cristão-novo? e este deixaria seu telônio de argentário para expor-se aos perigos do mar, abeberar-se de poesia tropical, embevecer-se nas magnificências do céu do Sul?

O nome de São João dado à ilha pode indicar a passagem de alguém pela ilha em 24 de junho; e com esta data combinam alguns nomes da costa fronteira transmitidos por Oviedo: São Miguel, setembro; Todos os Santos, novembro; Rio da Natividade, dezembro. Seria Fernão de Noronha o descobridor de toda a costa até o Pará ou Natividade? A tanto não chega o nosso saber, que se reduz todo a nomes nus: João Coelho, da porta da Cruz em Lisboa, Diogo Ribeiro, arauto d'El-Rei morto pelos índios (Afonto Ribeiro, deixado em Porto Seguro por Cabral? e neste caso arauto não será sinônimo de língua?), Francisco Corso, Pero Corso.

Estevão Froes, que cita estes nomes, e acompanhava os dois últimos, assegura terem chegado suas explorações só a cento e cinquenta léguas ao sul do equador. Com a caravela comesta de busano e broma, fazendo muita água, com o leme quebrado,

166 Medina, *Juan Dias de Solis, Estudio histórico*, CXV, Santiago do Chile, 1897.



acolheram-se a Porto Rico e levados a São Domingos foram submetidos a processo.¹⁶⁷

A terra descoberta por Cabral chamou-se primeiro Ilha de Vera Cruz ou da Cruz,¹⁶⁸ e como ponto que podia ser procurado ou devia ser evitado na derrota da Índia aparece em diversos documentos oficiais; chamava-se Terra da Santa Cruz já em 1503 em seguida às explorações que evidenciaram sua continentalidade. Pouco tempo apenas; o nome de terra do Brasil já aparece em 1503 e logo se generalizou e permaneceu até agora.

Alguns autores propuseram estender a designação a todo o continente; mais feliz foi a sugestão de Hylacomilus ou Waldzeemüller feita em 1507, de chamar-lhe América ou Amerige, em honra de Américo Vespúcio.¹⁶⁹ Acolhida desde logo na Lorena,

167 Carta escrita de São Domingos, 30 de junho de 1514, e primeiramente publicada no *Descobrimento do Brasil*, do que escreve esta linha. Por erro de cópia saiu Fernando em vez de Estevão – Cf. *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 361. Esta questão dos portugueses presos em São Domingos, baralhada por Varnhagen, pode ser agora cabalmente resolvida, com os novos documentos publicados no livro da Torre do Tombo e o de Medina sobre Solis.

168 Regimento dado a D. Francisco de Almeida em 5 de março de 1505: *que tome agua em Bezequiche, precisando-a, ou na Ilha da Cruz, se no caminho que seguir se chegar a ela. Regimento a Fernão Soares dado em 1507: E tomando a dita augua na costa de Bezequiche si, polos tempos vos não servirem, tivesses a diante necessidade d'alguma mais augua, que esperamos em nosso Senhor que nam seja, porém acontecendo que assi fosse si vos achases pelo caminho que fizesses tam chegado à Ilha da Cruz, poderês hir a ella e hy tomar augua e lenha que vos comprir: e d'y farees loguo voso caminho embora sem mais detença, e neste caso de irdes a dita ilha ou nam Iixarvos a vos que façaes o que mais nosso serviço vos parecer; segundo a necessidade que da dita augua teverdes, por que quando a nam ouvessees e fossees abastado da dita augua, por vos poderdes poher alem do dito cabo, averiamos por escusado tomarde a dita Ilha da Cruz, por nam fazerdes em vista caminho demora sem necessidade.* Alguns documentos do Arch. Nac. da Torre do Tombo, 140, 163, Lisboa, 1892.

169 No exemplar da *Cosmographiae introductio* de Hylacomilus pertencente à Biblioteca Nacional lê-se o seguinte no verso da folha não numerada que se segue a AIIIJ:

Nunc vero et haec partes sunt latius lustratae & alia quarta pars per Americum Vesputium (ut in sequentibus audietur) inuenta est quã non video cur quis jure

onde surgiu, propagou-se pelos países vizinhos, Alemanha, França, Flandres, e graças à imprensa conquistou o mundo. Os espanhóis só protestaram; Índias, Índias Ocidentais, Novo Mundo persistiram em chamar às terras de que foram descobridores. As mais antigas cartas espanholas com o nome de América estão no atlas de Tomás Lopes impresso em Madri em 1758.

Hondius, cartógrafo holandês, estendeu ao Norte a designação criada para o Sul e distinguiu as duas massas com o nome de América Meridional e Setentrional; depois da independência dos Estados Unidos, a aceção da palavra tem ido se estreitando, e se ainda se diz América do Sul e América do Norte; em compensação americano sem mais nada hoje significa o cidadão da grande república.

Poderia chamar-se à América Latina Colonásia ou Colombíndia, como tem sido lembrado; mas já passou e provavelmente não mais volverá a era criadora dos nomes de continentes.¹⁷⁰

7. A terra descoberta.

Da grande pera sul-americana – situada entre 12° lat. N e 55 lat. S e que estende mais do que qualquer outro continente pela região antártica, ao mesmo tempo possuindo a prerrogativa fisiográfica de ser a parte do mundo que maior desenvolvimento de superfície ostenta na zona trópica e subtropical do hemisfério meridional –, o Brasil, exteriormente marginado pelo oceano Atlântico, ocupa cerca de 1/3 em circunferência e perto de metade em superfície. É a porção maior da Sul-América cisandina. E, como lhe cabe a

vetet ab Americo inuenteore sagacis ingenii viro Amerigen quase Americi terra sive Americam dicendā: cum et Europa et Asia a mulieribus sortita sint nomina.

170 Hugues, *Le vicende del nome America*, Torino, 1898.

* Escrito, a pedido do autor desta memória, pelo doutor Emílio Augusto Goeldi, diretor do Museu Paraense, em sua rápida passagem pelo Rio no mês de abril.

primazia territorial no enorme terraço triangular, cuja hipotenusa, na cordilheira dos Andes, em sobranceiro peitoral se insurge contra o oceano Pacífico, compreensível se torna que a biogeografia moderna, criando o reino neotrópico, tinha de reservar assinalado papel a esta gigantesca parcela, que a ciência conhece pelo nome de sub-região brasílica.

Com a sua enorme extensão territorial, tanto no sentido da latitude como no da longitude geográfica, com a diversidade orográfica (orla baixa da restinga litorânea, serras costeiras, planaltos e chapadas do sertão etc.); com as diferenças climáticas, que necessariamente se devem fazer sentir quer em relação à latitude, quer em relação à elevação vertical e à maior ou menor proximidade da costa (clima oceânico e clima continental); e finalmente até com a diversidade da origem e idade geológica, que com crescente probabilidade devemos presumir para diferentes partes no Brasil atual –, compreende-se logo também, por outro lado, que esta ‘sub-região brasílica’ constitui, nas produções da natureza, um verdadeiro Protheu, incomparavelmente mais complexo do que as porções restantes do reino neotrópico, quer salteadamente, cada uma por si, quer no seu conjunto.

Hoje, ao despontar do século XX, pode-se dizer que o caráter essencial da fauna e da flora da sub-região brasílica já se deixa satisfatoriamente delinear, pelo menos nos seus contornos gerais e exteriores. A ciência poderá na maioria dos casos informar se esta planta ou aquele animal é andino, guaianense, argentino, ou se pertence à nossa sub-região. Mas não podemos dizer a mesma coisa quanto ao estado dos conhecimentos relativos à exata distribuição interior. Ainda não passa da fase embrionária todo o nosso saber hodierno acerca do problema: Como subdividir a nossa sub-região? Eis a tarefa do novo século.

Três modalidades distintas oferece o aspecto fisionômico do extensíssimo litoral do Brasil ao visitante que tiver ocasião de



percorrê-lo pelo lado do mar, desde o extremo Sul até o longínquo Norte.

Desde o Rio Grande do Sul até a Bahia mais ou menos notará que a terra firme se descortina em animado quadro de montanhas e morros, de diferente altura e variadas formas, embora a do cone mais ou menos estirado seja o feitio predileto. Acha a sua expressão típica sobretudo no trecho entre Rio de Janeiro e Espírito Santo. Devido à sua cor roxeada, tinta neutra, estes mamilos graníticos à distância de algumas milhas assumem certo ar sombrio, grave, quase opressor por assim dizer; o navegante, ao passar, por exemplo, pelo Cabo Frio, não conseguirá facilmente libertar-se desta impressão. Nesse sentido há um que de parecido com a fisionomia de certos grupos de ilhas, solteiras no vasto oceano (Canárias, Cabo Verde). Mas, ao passo que nestas últimas, ao aproximarem-se, com o seu colorido de sépia retinta, tão característico dos funis vulcânicos e plutônicos, o sentimento tende a aumentar – reconcilia e anima o aspecto das serranias do litoral do Brasil meridional vistas de perto. Viçosa e exuberante vegetação arbórea envolve com simpático tapete de um verde sadio e benéfico o cimo, bem como aqueles lados do manto, que não se precipitam com face por demais escarpada e íngreme às profundezas submarinas. Dentre as árvores dicotiledôneas são diversas canelas que em certa predileção escolhem tais culminâncias, e diversas elegantes palmeiras regularmente porfiam também por um lugar nestes elevados miradouros. Mas mesmo nos paredões quase verticais o olhar dificilmente percebe ainda fenda, greta, saliência, onde não se postasse, com audaz galhardia, pelo menos algum ramilhete de bromélias ou de orquídeas. Nisto vai um palpável contraste com o caráter fisionômico das supramencionadas ilhas vulcânicas, que com algumas parcas gramíneas, cactos, tamariscos arbustivos etc., em vão lutam para entremear

com algum salpico verde a monotonia e a nudez de sua roupagem tórrida.

Da Bahia para o Norte muda o aspecto do litoral. Primeiramente alternando ainda, a pequenos trechos, com paredões pouco elevados de barro vermelho, mais a mais chegam a absoluto e incondicional predomínio as alvas praias arenosas, que em interminável orla cingem a costa dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, não somente até o Cabo de São Roque, como ao longo do Ceará e do Maranhão; não perdem este predomínio, senão, por assim dizer, no próprio porto da capital do último estado. É o feudo secular da areia movediça, assumindo aqui a forma de praias extensas, planas e rasas, acolá a de dunas, com ora mais ou menos elevadas colinas. Monótona, melancólica é a impressão causada por esta paisagem, campo de batalha, onde contra o despótico regime cólico trava uma pobre e oprimida vegetação herbácea e arbustiva bem desigual combate de existência. São principalmente algumas convolvuláceas rasteiras nas praias e alguns muricis (*Byrsonima*) arbustivos no tope das dunas, que com particular tenacidade sustentam a acerba contenda, de sucesso variável conforme as localidades e as estações do ano. Ao lado desta vegetação espontânea nota-se, por intervalos, eficaz intervenção humana, que com palmares, ora mais, ora menos extensos, de coqueiros da Índia veio dar a esta parte da costa um aspecto que ela não pode ter adquirido senão desde tempos históricos (no restrito sentido do termo relativo à história do Brasil).

Do Maranhão ao extremo Norte do Brasil ocorre a terceira modalidade fisionômica, a mata litorânea adaptada à influência das marés. O navegador parece estar presenciando o espetáculo de uma Fata Margana, quando desta costa vê emergindo no horizonte umas copas despregadas primeiramente, ganhando sucessivamente e aos poucos seu tronco cada uma, reunindo-se finalmente em compacto e ininterrupto debrum florestal, que



diretamente do mar surge e periodicamente é inundado ainda pelas ondas salsas. Na composição desta vegetação entram com indubitável prepotência o mangal (formado pelo *Rhizophora*) e o siriubal (formado pela *Avicennia*) – árvores, que, sem serem dotadas de excepcionais encantos paisagistas (falta-lhes para isto copa suficientemente compacta e densa), incomparavelmente agradam mais do que a severa monotonia das dunas arenosas, cuja alvura nítida acaba por martirizar os olhos, quando banhadas profusamente pela intensa luz do sol tropical. Esta mata do litoral baixo, que tanto contrasta com o caráter fisionômico das duas outras categorias descritas e sitas mais para o Sul, permanece típica além da foz do Amazonas, por toda a Guaiana, até o Oiapoque.

Com encenação muito diversa surpreende-nos a natureza, se a viagem de exploração for dirigida em outro sentido, no do litoral para o interior, rumo E-O. Em semelhante cometimento submetemo-nos primeiramente ao efeito de uma mudança assaz considerável e abrupta de elevação vertical; com as linhas férreas modernas temos ocasião de trocar, em rápida sucessão de horas somente, a baixada quente, o tórrido recôncavo, pela aragem fresca de alturas subalpinas, tendo vencido uma diferença de nível de 1000 metros a mais. Claro é que o aspecto da natureza não será de todo o mesmo, se efetuarmos a viagem na altura do Rio de Janeiro, ou na da Bahia, ou na do Ceará, mudando e substituindo-se os elementos constituintes, conforme a latitude; mas não deixa de ser notável que o efeito total varia relativamente pouco. Na baixada quente, na restinga, lá onde ela for enxuta, arenosa, dão manifestos sinais de bem-estar vegetais como o cajueiro, a goiabeira, a pitangueira, diversos cactos de esquisita forma; nos brejos dominam as coccolobas, o piri (*Papyrus*), as helicônias, de aromáticas flores alvinitentes, ao lado do *Chrysodium*, com o seu pó de ouro na página inferior das frondes.

Luxuosa deveras é a vegetação em ambas as fraldas da serrania que a variável distância no interior corre paralelamente ao contorno marítimo. Pertence ao mais belo que a natureza produz no território do Brasil.

Garridas embaúbas, de folhas prateadas, muitas melastomáceas de variegadas flores, muitas graciosas palmeiras, grandes umas, anãs outras, esbeltos fetos arbóreos destacam-se por sua frequência, formas e beleza no complicado conjunto vegetal, estuante aqui de um viço e vigor indomável, o qual no mesmo grau somente se observa na mata marginal dos grandes rios, atingindo o seu pino de intensidade na Hileia frondosa do vale amazônico: aqui como lá ininterrupta, febril borbota a faina da produção, sobretudo de folhas, perene bacanal da força criatriz num torrão visivelmente privilegiado.

Menos rico de pitorescos contrastes, de agradáveis surpresas e atraentes pontos de descanso para a vista é o aspecto geral da natureza do sertão, do vasto planalto do Brasil Central: extensas áreas, com a pouca ou nenhuma movimentação de nível, cobertas de gramíneas rijas e palhentas, aqui baixas e parcamente revestindo a crosta terrestre, lá elevando-se à altura de embaraçar a orientação ao viajante a cavalo, alternando com ilhas de um mato ralo, baixo, de vegetais arbustivos ou de meão tamanho. Estranha impressão causam nos cerrados os galhos tortos, os troncos oblíquos e curtos, as folhas, por via de regra, grandes e coriáceas, além da roupagem espinhenta ou lanuginosa das associações das características formas vegetais. Sem dificuldade reconheceremos aqui um aparelho protetor contra as excentricidades do clima continental, acolá medida de precaução contra as investidas dos animais herbívoros, que à procura de abrigo e sombra não podem deixar de frequentar assiduamente tais capões de mato.

Esboçados assim, em traço corrido, contornos gerais e cor de fundo daquilo que há de fixo e imutável na grandiosa tela da

natureza brasílea, e alinhavada a moldura vegetal, resta-nos estudar a correlação com as manifestações da vida animal.

Na composição da fauna da cinta litorânea, compreendida entre beira-mar e o pé das serras costeiras, entram diversos contingentes. Tudo que é produto do mar propriamente dito tem o cunho para o qual o qualificativo de ‘sul-atlântico’ é talvez o que melhor convém, por caracterizar com satisfatória precisão não só a feição geográfica, como também os laços de parentesco filogenético. Basta apontar, por exemplo, entre os invertebrados para os moluscos, e entre os vertebrados para os peixes (falando-se, bem entendido, só das espécies marítimas).

Outro contingente, assaz nitidamente circunscrito, é fornecido pela Ornis litoral, onde entre as aves aquáticas existe pronunciado pan-americanismo. Da família das pernaltas, por exemplo, há grupos inteiros, como o que o povo aqui costuma designar, sob o termo, infelizmente por demais vago, maçaricos, que os naturalistas do Canadá, dos Estados Unidos podem citar com igual direito como pertencentes à fauna dos respectivos países. Diversas marrecas habitam igualmente as Antilhas. Gaivotas, fragatas, andorinhas-do-mar têm uma distribuição às vezes incrivelmente vasta. No mundo alado dão-se ainda hoje periódicas migrações entre norte e sul do continente americano, quer do lado do Pacífico, quer do Atlântico, migrações cuja existência, na verdade, só será percebida pelo naturalista profissional e cuja origem misteriosa jaz no passado remoto de períodos geológicos anteriores. Este instinto migratório existe tanto no pequeno peito do rutilante beija-flor, como no do reforçado gavião.

Deduzidos estes dois contingentes, ainda o resto da fauna do litoral não constitui conjunto de todo homogêneo. Olhando de mais perto, não tardaremos a reconhecer hóspedes das serras costeiras em vilegiatura, por um lado visitantes do sertão central, e da zona dos campos, por outro. Diminuta relativamente é a fauna

endêmica e autóctone da baixada litorânea, e com dificuldade acharíamos uma única forma animal mais vistosa e geralmente conhecida, que estivesse plenamente neste caso.

Quando muito poderíamos citar certo número de aves e alguns répteis, sem exceção abaixo de meio tamanho.

Um fato digno de nota é que, tanto entre os vertebrados como entre os invertebrados, a natureza produziu formas particularmente adaptadas ao ambiente: há aves, crustáceos, insetos e aracnídeos, cujo colorido concorda de tal modo com a areia que em posição de repouso não será fácil descobri-los.

Sendo composta de silvícolas, mais ou menos severos e observantes a maioria dos mamíferos, aves e répteis característicos do Brasil, compreende-se que na zona das matas, tanto das serras costeiras como das margens fluviais, é onde acharemos condensada a parte mais expressiva do conjunto faunístico do país. Coincide, portanto, numa e mesma zona visivelmente o ótimo de condições exteriores de existência no reino vegetal com o ótimo animal. Entre mamíferos são os macacos, os carnívoros, os roedores e os didelfos (saruês) aqueles aos quais a vida no mato apraz melhor do que qualquer outra. Das dez ordens de que se compõe a aviação brasileira, são nada menos do que sete o que devemos qualificar como partidários do mesmo modo de vida. E no mundo dos invertebrados vemos que não se comportam de outra maneira os grupos moradores de terra firme. Na solitária vereda da floresta teremos a maior probabilidade de encontrar as *Ithomias*, delicadas e hialinas, o *Heliconium*, de variegados desenhos de preto, amarelo e encarnado, os esplêndidos *Morfo* e *Cigoal*, gigantescas borboletas diurnas, que em gravibundo ritmo ostentam o brilho sedoso das suas asas celestes.

Interminável a série de tipos que oferece a passarada moradora da mata. Se ao Brasil cabe incontestavelmente a palma na riqueza ornitológica, alojando por si perto de 1/6 de todas as espécies de



aves do globo – nenhuma outra parte da Terra, nenhum outro país apresenta igual algarismo – é a zona da mata, sobretudo, que constitui o genuíno viveiro de semelhante tesouro. Contudo desta incomparável avifauna são talvez suficientes três tipos para determinar o característico essencial: a senhoril ardeia, o grotesco tucano e o mimoso e petulante beija-flor.

Nada menos do que 20 famílias de aves brasílicas revestem aquela roupagem suntuosa, a que se chama a “grande gala tropical”. Certa medida avantajada de luz e calor favorece a aparição de cores vivas, e assim vemos reservado saliente papel à aviária indígena na arena, onde todas as regiões tropicais do globo debatem a primazia de beleza e opulência para as suas produções. Circunstância digna de atenção para o amigo da natureza é a predileção com que a cor verde reincide dominante em certas famílias de aves: basta apontar, por exemplo, para a dos papagaios.

Entretanto não se tardará em reconhecer a vantagem auferida por semelhante roupagem protetora no meio de um mar de copas frondosas da mesma cor.

E eis-nos outra vez na pista do misterioso nexos causal entre o reino vegetal e o reino animal! A tendência da vegetação para crescimento e desenvolvimento arbóreo não podia deixar de imprimir também cunho peculiar à fauna a ela ligada por identidade de interesses. E, de fato, só por este prisma podemos compreender o costume de trepador, hábito tão frequente entre mamíferos e aves do Brasil, observado até em grupos e famílias, cujos antepassados evidentemente eram feitos para a vida no chão. Significativos exemplos constituem entre os primeiros certamente as preguiças, os dois tamanduás menores, os caruês e cuícas. Nenhum dos símios neotrópicos se decide a abandonar sua arbórea vivenda, senão por momentos, por necessidade e ainda assim pródigo de receio e com amplas medidas de precaução. Caruso exemplo entre as aves forma, na ordem dos passeres, a família dos formitiárides,

da qual um ramo considerável se desenvolve em sentido paralelo com a família dos pica-paus legítimos.

Mais pálida em colorido e fraca em força numérica é a fauna do sertão. Suntuoso uniforme de gala nos descampados não seria desejável nem proveitoso. Para os animais sertanejos é de mais vantagem sua roupagem branco-amarelada e monótona, que no meio do capim se conserva neutra entre a cor do solo e o colorido da macega torrada pelo sol.

Se por um lado, no litoral, é aparelho útil a asa comprida, apropriada ao voo persistente, e por outro lado o pé trepador para o morador da mata – torna-se precioso dote para formas animais que vivem correndo pelo solo uma perna comprida e capaz de corresponder a fortes exigências. Aí estão para atestá-lo a seriema, de alto coturno, e a gigantesca ema, avestruz sul-americana.

O próprio lobo brasileiro (*Chrysocyon jubatus*) munuiu-se, além de umas orelhas grandes, a modo de chacal do deserto, de longas pernas e feitio de galgo.

Em mamíferos terrestres o Brasil atual poucos pode apresentar: a onça-pintada entre os carnívoros, a anta entre os ungulados, o veado-galheiro entre os ruminantes, a capivara entre os roedores, o tamanduá-bandeira e o tatu-canastra entre os desdentados. Produto autóctone do solo sul-americano parece unicamente o tipo dos desdentados (e talvez ainda o dos roedores), que em precedentes épocas geológicas estranho florescimento assumiu. Dos tipos superiores, porém, nenhum tomou aqui a sua origem; o material para os hodiernos representantes provém de diversas infiltrações, via América do Norte e pontes continentais hoje sobreagudas. Os mais valiosos animais domésticos, como o boi e o cavalo, embora achessem condições notoriamente favoráveis em grande parte da Sul-América, não datam senão da invasão europeia. A Sul-América durante os quatro séculos decorridos contribuiu com um único produto seu para o inventário internacional

dos animais domésticos: o pato (*cairina moschata*), que na sua índole semibravia ainda deixa perceber uma domesticação não consumada de todo.

Concluindo, diremos de passagem que para a ciência não paira hoje mais a menor dúvida de que o berço do gênero humano não deve ser procurado em território americano.

Fontes da história do descobrimento do Brasil

- I. SEPTIMO LIVRO DE LA SEPTIMA NAVIGATION, primeira narrativa da viagem de Vicente Añez Pinzon escrita por Pietro Martire d'Anghiera, transmitida para Veneza a Domenico Malipiero em carta escrita da Espanha, em 1501, por Angelo Bernardin de Trevisan, reproduzida da *Raccolta di documenti e studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana del quarto centenario dalla scoperta della America*, parte III, volume I, páginas 80/82.
- II. COMINCIA EL SECONDO, narrativa da viagem de Pinzon ou Diego de Lepe, escrita por América Vespúcio em carta de Lisboa 4 de setembro de 1504 dirigida a Pier Soderini, reproduzida da *Raccolta*, parte III, vol. II, páginas 153/160.
- III. CARTA escripta a S. A. Dom Manuel, rei de Portugal, do Porto Seguro da Ilha de Vera Cruz por Pero Vaz de Caminha, escrivão da feitoria que se ia estabelecer em Calecut, reproduzida segundo cópia extraída do original em 1876 para a Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro por João Pedro da Costa Basto, oficial maior da Real Torre do Tombo.
- IV. Carta de Mestre Joannes *artium et medicine bachalarius*, escrita de Vera Cruz a D. Manuel em 1 de maio de 1500, reproduzida segundo o fac-símile dado por A. C. Teixeira de Aragão no *Centenário do descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa*, Lisboa 1892.
- V. NARRATIVA da viagem de Pedr'Álvares Cabral, enviada depois da sua volta da Índia por Giovannia Matteo Cretico, reproduzida da *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, p. 83/ 86.

VAZ DE CAMINHA E SUA CARTA

Estudo crítico publicado no Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência Brasileira (Anuário do Brasil), como reprodução revista pelo autor do que se acha inserto na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 71, parte 2ª, 1908.

Muitos séculos houve desdenhada ou esquecida a carta de Caminha, e a este acaso feliz se pode, sem temeridade, atribuir sua conservação.

Cerca de 1790 descobriu-a em suas pesquisas o erudito historiador castelhano J. B. Muñoz, afirma Navarrete. Sem saber disto, alguém ainda desconhecido forneceu uma cópia ao real arquivo da Marinha do Rio de Janeiro. Dela serviu-se Manoel Aires do Casal para publicá-la integralmente em 1817, no primeiro volume da *Corographia*, saído dos prelos da impressão desta cidade. Ninguém mais digno de publicá-la do que o verdadeiro criador da geografia nacional.

Nove anos depois desta edição *princeps*, apareceu outra em Lisboa, mais completa, cotejada pelo original, ao que se crê, no quarto volume das *Noticias ultramarinas*. Por julgá-la demasiado acessível, ou por outro motivo semelhante, o Instituto Histórico excluiu da *Revista Trimensal* a carta de Caminha, só por instância de Varnhagen estampada no tomo 40, parte segunda, quase 40 anos depois de sua fundação.

Antes e depois desta, houve numerosas reimpressões, arroladas até certa época nos *Anaes da Biblioteca Nacional*. Dentre elas cumpre destacar duas feitas em Lisboa para comemorar o centenário colombino, uma pela Torre do Tombo, outra pela Academia das Ciências.

A todas se avantajaria a do Instituto Histórico Bahiano, em 1900, com a *reprodução fac-similar* do códice, uma transcrição em linguagem da época e uma versão modernizada, se do livro constasse como foi obtido o fac-símile, como 27 páginas dele correspondem às sete folhas do original, quem se encarregou da paleografia, a quem se cometeu a versão moderna. Tais informações substituiriam com vantagem as estampas sem valor histórico servidas em seu lugar.

Nos *Anaes* também existe o rol das diversas traduções. Entre elas figura uma em vernáculo, devida a João Francisco Lisboa.

Entendeu, com muita razão, o Timon maranhense, que nem todo mundo poderia orientar-se na prosa emaranhada do correspondente de D. Manuel e arvorou-se em sertanista. Seus conhecimentos de gramática histórica não davam, porém, para tanto, nem Aires do Casal lhe fornecia um texto escorreito. As passagens cruciais continuaram e continuam obscuras. Um comentário filológico feito por um entendido ainda hoje é imprescindível, hoje mais do que nunca. João Ribeiro deu o primeiro passo no *Fa Bordaõ*.

Quem era Pero Vaz de Caminha?

Nos livros de Castanheda e Damião de Góes lê-se que saiu de Lisboa nomeado escrivão da feitoria a fundar em Calicute.

Da carta do escrivão resulta que embarcara na capitânia. Tinha-o em grande conta Pedr'Álvares, a ponto de admiti-lo a um conselho de capitães da frota, convocado para tratar de assuntos graves. Devia conhecer o monarca de longos anos; de outro modo não se explica o tom familiar da epístola.

Conforme documentos divulgados por Sousa Viterbo, orçaria por 50 anos quando se deu o achamento de nossa terra, pois já era maior em 8 de março de 1476, quando D. Afonso V, de cuja casa era cavaleiro, nomeou mestre de balança da moeda da cidade



do Porto, por morte do pai, ou quando o pai lhe quisesse ceder o lugar. Este, Vasco de Caminha, protegido do Duque de Guimarães, ocupou vários cargos fiscais, entre outros o de recebedor-mor dos dinheiros de Tânger.

Não é impossível que o filho metesse alguma lança em África; é mesmo verossímil que suas raras aptidões de observador já se tivessem exercitado em outras partes e em outros povos antes de atingir a mestria revelada a propósito dos brasis: o reparo de que estes não eram circuncisos (fanados) pode bem resultar do contato com populações muçulmanas.

Caminha começou a escrever em 26 de abril, depois de ficar decidido mandar um portador ao reino, com a notícia da terra novamente achada.

Poucas linhas bastam-lhe para a viagem de Lisboa ao Cabo Verde; ainda menos consagra ao resto do caminho, por este mar de longo, 660 ou 670 léguas, na estimativa dos pilotos, percorridas entre a Ilha de São Nicolau e a costa avistada na tarde de 22. Da marinagem e das singraduras deixou a conta aos entendidos. A 21 nota sinais de proximidade de terra, manifestados em ervas compridas como botelhos e rabos-de-asno, acrescidos na outra manhã pela passagem de aves chamadas fura-buchos, e afinal confirmados pela visão vespertina de serras e arvoredos longínquos. A 23 trata sobretudo de manobras, marcha, sondagens à cata de bom ancoradouro, afinal encontrado a 24.

Desde então a narrativa se expande, afluem os pormenores, anima-se o cenário e o observador aparece, perspicaz e sincero.

“Bem certo creia que por aformosear nem afeiar haja de por mais que aquilo que vi e me pareceu”, assegura ao real amo, e cumpriu a promessa.

Afonso Lopes, incumbido de sondar a baía desejada, apanhou dois indígenas em uma almadia, e levou-os com escuro à capitânia, onde Caminha os viu e desde logo os desenhou em traços vivos.

A feição delles é serem pardos, maneira de avermelhados, de boos rostos e boos narizes, bem feitos; andam nús sem mesmo uma cobertura, nem estimam nem uma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas, e estão a cerca em tanta innocencia como tê em mostrar o rostro; traziam ambolos beiços de baixo furados e metidos por elles senhos ossos de osso branco... os cabellos seus são corredios e andavam tosquinados de tosquia alta mais que se sobrepentem, de boa grandura e rapados té por baixo da sulapa, de fonte a fonte para detraz, uma maneira de cabelleira de pennas d'ave amarella, que seria da compridão de um couro mui basta e mui çarada que lhe cobria o toutuço e as orelhas, a qual andava pegada nos cabellos penna e penna, com uma confecção branda como a cera e não no era, de maneira que andava mui redonda e mui basta e mui igual que não fazia mingua mais lavagem para a levantar.

Neste primeiro encontro, em que os gestos fizeram de única linguagem, sucederam-se os quiproquós. Os indígenas portaram-se em geral indiferentes, repugnaram-lhes as comidas e vinho e, com maior razão, a água de bordo. “Mostraram-lhes um papagaio pardo que aqui o capitão traz; tomaram-no logo na mão e acenaram para terra como que os havia hi. Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram delle menção.” Mostraram-lhes uma galinha: “quasi haviam medo della e não lhe queriam pôr a mão e depois a tomaram como espantados”. Maior interesse sentiram por contas de rosário e objetos metálicos, mas o tédio por fim superou,

e então atiraram-se assi de costas na alcatifa a dormir, sem ter nem uma maneira de cobrirem suas vergonhas. O capitão lhes mandou pôr á cabeça senhos coxins e o da cabelleira procurava assaz pola não quebrar, e lançaram-lhes

um manto em cima e elles consentiram e jouveram e dormiram”.

Sábado, 25, depois de fundeada a frota, Caminha foi à terra em companhia de Nicolau Coelho. Os naturais continuam a prender-lhe a curiosidade:

Andavam alli muitos delles ou quasi a maior parte, que todos traziam aquelles bicos de osso nos beiços;... e andavam ahi outros quartejados de cores, saber delles a metade de sua propria côr; e a metade de tintura negra maneira de zulada, e outros esquartejados d’escaques. Alli andavam entre elles tres ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabellos muito pretos compridos, pelas espaduas... Um era já de dias e andava todo por louçainha cheio de pennas pegadas pelo corpo que parecia aseteado como São Sebastião; outros traziam carapuças de pennas amarellas, e outros de vermelhas e outros de verdes, e uma daquellas moças era toda tinta de fundo acima daquella tintura...

Domingo, 26, a missa da Pascoela, primeira dita no Brasil, num ilhéu da vasta baía, não o absorve a ponto de fazer-lhe esquecer os naturais da terra, cujos movimentos na praia fronteira nota durante o sacrifício incruento e a pregação de Frei Henrique.

Andava hi um que fallava muito aos outros que se afastassem;... este que os assi andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha polos peitos e espaduas e polos quadris, coxas e pernas até abaixo, e os vasio com a barriga e estomago eram de sua propria côr e a tintura era assi vermelha que a agua não lha comia nem desfazia, antes quando sahia d’agua era mais vermelha.

Depois da missa

... vieram logo todo los capitães a esta nau por mandado do capitão-mór, com os quaes se elle apartou e eu na companhia, e perguntou assim a todos se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento desta terra a vossa Alteza pelo navio dos mantimentos pera a melhor mandar descobrir e saber della mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem; e antre muitas fallas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem e nisto concrudiram.

Desta conclusão procedeu a carta de Caminha, e procederiam a de Cabral e as de seus companheiros se o tempo as poupasse como a do modesto escrivão de feitoria que escreveu por próprio gosto, sem responsabilidade oficial, e por isso tanto nos deleita hoje, e afina pelas nossas predileções e curiosidades. De passagem note-se que o nome de Pascoal dado ao primeiro monte entrevisto e o de terra de Vera Cruz parecem datar desta dominga e não de quarta-feira, 22. O fato de figurarem desde a primeira linha da missiva mostraria apenas como o batismo era recente. A denominação de Pascoal explica-se pelo descobrimento no oitavário da Páscoa, a da terra pela bandeira de Cristo, entregue por D. Manuel ao capitão-mor, antes da despedida em Belém. Sente-se em tudo isto a influência de Frei Henrique, guardião dos franciscanos.

Allí era com o capitão a bandeira de Christo com que sahio de Belém, a qual esteve sempre alta á parte do Evangelho. Acabada a missa desvestio-se o padre e poz-se em uma cadeira alta, e nós todos lançados por essa areia e prégo uma solemne e proveitosa pregação da historia do Evangelho, e em fim della tratou de nossa vinda e do

achamento desta terra, conformando-se com o signal da cruz sob cuja obediencia vimos, a qual veio muito a proposito e fez muita devação.

A história das dúvidas de Tomé, lida naquela solenidade, prestava-se a muitos desenvolvimentos oportunos.

O desembarque à tarde, depois do conselho de capitães, forneceu ensejo a novas observações:

Alli verieis galantes pintados todos de preto e vermelho e quartejados assi pelos corpos como pelas pernas que certo pareciam assi bem; tambem andavam entre elles quatro ou cinco mulheres moças assi nuas que não pareciam mal, antre as quaes uma com uma coxa do giolho até o quadril e a nadega toda tinta daquella tintura preta e o al todo da sua propria cor; outra trazia ambolos giollos com as curvas assi tintas e tambem os collos dos pés... tambem andava hi outra mulher moça com um menino ou menina no collo atado com um pano não sei de que aos peitos, que lhe não pareciam se não as perninhas, mas as pernas da mãe e o al não traziam nem um pano.

Outro desembarque à segunda-feira, 27, serve a precisar mais as primeiras impressões:

Neste dia os vimos de mais perto e mais a nossa vontade, por andarmos todos quasi misturados, e alli delles andavam daquellas tinturas quartejados, outros de metades, outros de tanta feição como em panos de armar, e todos com os beijos furados, e muitos com os ossos nelles, e delles sem ossos. Traziam alguns delles uns ouriços verdes d'arvores que na côr queriam parecer castanheiros, senão quanto eram

mais e mais pequenos, e aquelles eram cheios de uns grãos vermelhos pequenos que esmagando-os entre os dedos fazia tintura muito vermelha do que elles andavam tintos, e quanto se mais molhavam mais vermelhos ficavam. Todos andam rapados até acima das orelhas e assi as sobrancelhas e pestanas; trazem todos as testas de fonte a fonte tintas da tintura preta que parece uma fita preta ancha de dous dedos.

A atenção prestada à gente conserva a mesma intensidade aplicada aos artefatos, e para completar-se volta mais de uma vez ao assunto. Assim a 24 menciona

... ossos de osso branco da compridão de uma mão travessa e grossura de um fuso de algodão e agudo na ponta como furador; mentem-nos pola parte de dentro do beijo, e o que lhe fica antre o beijo e os dentes é feito alli encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes torva a falla, nem comer, nem beber.

A 25 recorda:

todos traziam aquelles bicos de osso nos beijos e alguns que andavam sem elles traziam os beijos furados e nos buracos traziam uns espelhos de páu que pareciam espelhos de borracha, e alguns delles traziam tres daquelles bicos, saber; um na metade e os dous nos cabos.

A 26:

trazia este velho o beijo tão furado que lhe caberia pelo furado um grão dedo polegar, e trazia metido no furado uma

pedra verde ruim que çarava por fóra aquelle buraco, e o capitão (Pedr'Álvares) lha fez tirar, e elle não sei que diabo falava e ia com ella para a boca do capitão para lha meter; estivemos sobre isso um pouco rindo e então enfadou-se o capitão e deixou-o...

A almadia tomada por Afonso Lopes a 24 volta-lhe à memória no dia 26, à vista de uma jangada: “e alguns delles se metiam em almadias, duas ou tres que ahi tinham, as quaes não são feitas como as que eu já vi; sómente são tres traves atadas juntas.” Ao lado das carapuças variegadas menciona “um pano de pennas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso”. Quanto aos arcos, “são pretos e compridos, e as settas compridas e os ferros dellas de cannas aparadas”.

Preso à praia próxima, interrogava os que puderam penetrar nas aldeias. A 27:

Foram bem uma legua e meia a uma povoação de casas, em que haveria nove ou dez casas, as quaes diziam que eram tão compridas cada uma como esta náu capitanea e eram de madeira e das ilhargas de taboas e cobertas de palha, de rasoada altura, e todos em uma só casa, sem nem um repartimento; tinham de dentro muitos esteios, e de esteio a esteio uma rede atada polos cabos em cada esteio, altas em que dormiam; e de baixo para se aquentarem faziam seus fogos; e tinha cada casa duas portas pequenas, uma em um cabo e outra no outro; e diziam que em cada casa se colhiam trinta ou quarenta pessoas e que assi as achavam, e que lhes davam de comer daquela vianda que elles tinham, saber, muito inhame e outras sementes que na terra ha...

A 28:

Muitos delles (*indígenas*) vinham alli estar com os carpinteiros, e creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam que por verem a cruz, porque elles não tem cousa que de ferro seja e cortaam sua madeira e páos com pedras feitas como cunhas metidas em um páo entre duas talas mui bem atadas e por tal maneira que andam (*ficam*) fortes, segundo os homens que hontem ás suas casa (*foram*) diziam, por que lhas viram la.

Este *hontem* empregado aqui mostra quanto escreveu Caminha no domingo e na segunda, apesar da missa, do sermão, dos passeios por mar, do desembarque. Exatamente esta concentração mais avivou-lhe a memória das coisas vistas.

O talento do observador refinava pela comparação constante e pela tendência a reduzir tudo a algarismo. Hábitos adquiridos no emprego de mestre de balança de moeda, obrigado a pequenos números e responsável por frações mínimas?

Compara tudo: o corpo e os membros da gente desta e de sua terra, a almacega e a cera, o urucu e as castanhas, as contas indígenas e as sementes de aljaveira, os rostos de uns e outros indivíduos (chegando por duas vezes a concluir que eram irmãos), as aves que passam voando.

Enquanto andavamos nesta mata a cortar a lenha, atravessavam alguns papagaios por essas arvores, delles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos, pera eu não veria mais que *nove* ou *dez*; outras aves então não vimos, somente algumas pombas seixas, e pareceram maiores em boa quantidade ca as de Portugal; alguns diziam que viram rôlas, mas eu non as vi.



A 29: “trouveram papagaios e outras aves pretas quasi como pêgas si não quanto tinham o bico branco e os rabos curtos.”

Um trecho já aproveitado acima pode ser repetido como exemplo do modo por que apurava os conhecimentos e a boa-fé com que reconhecia sua ignorância: “Tambem andava ahi outra mulher moça com um menino ou menina no collo, atado com um pano não sei de que, que não lhe pareciam senão as perninhas.”

A conta, o peso, a medida são-lhe, por assim dizer, imprescindíveis: conta as aves que passam, estima em cinquenta a cinquenta e cinco anos de idade de um velho que encontra, orça a largura e o fundo de um rio, aponta as sondagens, calcula quantos vasos caberiam na baía, dá as distâncias guardadas pelos esquifes num passeio ao longo da praia, avalia pela costa o comprimento da terra nova.

Não para nas exterioridades, e, segundo sua promessa, conta o que lhe pareceu. Convence-se da falta de senhor, isto é, de pessoa acatada e temida, regozija-se com a ausência de ídolos, tão favorável ao futuro da catequese; indica a ausência de circuncisão; nota a indiferença, a ingratidão aparente dos naturais, a esquivança instintiva seguida logo de confiança indiscreta.

Tomavam logo uma esquiveza como montezes. Logo de uma mão para outra se esquivavam como pardaes de cevadouro, e homem não lhes ousa de fallar rijo por se mais não esquivarem, e tudo se passa como elles querem pelos bem amansar. Os outros dous que o capitão teve nas náos, a que deu o que já dito é, nunca aqui mais pareceram, de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos, elles, porem, comtudo, andam muito bem curados e muito limpos e naquillo me parece ainda mais que são como aves ou alimarias montezas, que lhes faz o ar melhor penna e melhor cabello que as mansas; porque

os corpos seus são limpos e tão gordos e tão fermosos que não póde mais ser, e isto me faz presumir que non tem casas nem moradas em que se colham e o ar a que se criam os faz taes. Nem nós até agora, não vimos nem-umas casas nem maneira dellas.

Isto pensava a 26; a existência de casas foi conhecida só a 28 de abril.

A convivência despertou cada vez mais a simpatia pelos filhos da terra e é-lhes favorável o seu juízo final.

Certo esta gente é boa e de boa simplicidade, e imprimir-se-a ligeiramente nelles qualquer cunho que lhe quizerem dar, e logo Nosso Senhor deu corpos e boos rostos como a boos homens e elle que aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. E, portanto vossa alteza, pois tanto deseja acrescentar na Santa fé catholica, deve intender em sua salvação, prazerá a Deus que com pouco trabalho será assim. Elles não lavram nem criam, nem ha aqui boi nem vacca, nem cabra nem ovelha, nem gallinha, nem outra nenhuma alimaria que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão desse inhame, que aqui ha muito, e dessa semente (abaty) ou milho e frutos que as arvores de si lançam; e com tudo isso andam taes e tão rijos e tão nedios que o não somos nós tanto com quanto trigo e legumes comemos.

Caminha não seria do seu tempo se consagrasse largas páginas à descrição da natureza, mas escreveu o bastante para mostrar que também vibrava a estas emoções.

Esta terra, senhor, me parece que da ponta que mais contra o Sul vimos até a outra que contra o Norte vem, de que



nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nella bem vinte ou vinte e cinco leguas por costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, dellas vermelhas e dellas brancas; e a terra por cima toda chã muito cheia de grandes arvoredos. De ponto a ponta é toda praia parma e muito chã e muito fremosa; pelo sartão nos pareceu do mar muito grande, porque a extender olhos não podíamos ver senão terras e arvoredos que nos parecia mui longa terra. Nella até agora não podemos saber que haja ouro nem prata nem uma cousa de metal, nem de ferro, nem lh'o vimos; pero a terra em si é de muitos bons ares, assi froi se temperados como os de antre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achavamos como os de lá; aguas são muitas infinidas; em tal maneira é graciosa que querendo a aproveitar dar-se-a nella tudo per bem das agoas que tem.



Uma lacuna e bem notável sente-se na epístola de Vaz de Caminha: o sol ardente, o luar, as constelações novas, tão diversas das do hemisfério setentrional, não lhe arrancam uma referência sequer. A sua ignorância de singraduras e marinhas se estenderia aos fenômenos astronômicos? Entretanto estas questões interessam pelo menos os pilotos da frota, e Mestre João, bacharel de artes e medicina, transmitiu o eco enfraquecido dos debates.



A carta de Mestre João, também datada de 1 de maio e descoberta por Varnhagen, deu azo a Joaquim Norberto para levantar o problema da casualidade ou propósito no descobrimento do Brasil. Explicou-o mais tarde com sua bonomia resignada e sua ironia ligeiramente melancólica a quem isto escreveu: apenas quis semear dúvidas. Estas dúvidas no além-mar transformaram-se, por assim dizer, em certeza, e hoje é quase dogma ali que o descobrimento do Brasil não foi fortuito, em outros termos foi fingido;

pensam até alguns que o verdadeiro descobridor se chamava Duarte Pacheco, o Aquiles lusitano.

Caminha de nem um modo sufraga esta tese: a de Frei Henrique convenceu-o, e mais de uma vez em tudo vê a mão divina. Os partidários do descobrimento proposital deviam pesar bem as ocorrências do conselho dos capitães reunidos a 26 de abril. Pedr'Álvares

perguntou assim a todos se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento desta terra a vossa alteza pelo navio dos mantimentos pera a melhor mandar descobrir e saber della mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem e antre muitas fallas que no caso se fizeram foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem e nisto concludiram.

Tão pouco fundamento assiste aos panegiristas de Duarte Pacheco: só a leitura desatenta do *Esmeraldo* permite transferir para aquém da equinocial viagens e descobrimentos realizados nas altas latitudes do hemisfério do Norte. A dicotomia salta aos olhos.

Outra aplicação não menos curiosa deu um ilustre historiador argentino à lenga-lenga confusa de Mestre João. Luis L. Dominguez serviu-se dela para declarar apócrifa a carta de Caminha, em um artigo publicado por *La Biblioteca*, Buenos Aires, 1897.

Los Portugueses (diria melhor os brasileiros, a quem toca mais de perto), *miran con respeto sacramental la carta detallada y prolija de Pedro Vaz de Caminha, secretario de Cabral, en que da al rey minuciosos pormenores de la tierra y de lois índios recojidos en los cinco dias que alli se demoraram.*

El desembarco tuva lugar el 26 de abril; la carta es ael 1º de mayo de 1500. Probablemente fué escripta muchos años después de esta hecha; y este juicio se confirma leyendo la descripción auténtica de este viaje, escrita por un piloto português y publicada por al Academia de Ciencias de Lisboa en la colección de Noticias Ultra-marinas, tomo 2, y carta del cirujano español de la expedición de Cabral, Johannes Emenelaus, publicada por Varnhagen.

La sencillez y rudeza de estas cartas de testigos y actores contrasta com el estilo limado y la narración llella de pormenores que sol podiam conocerse después de una residencia en aquel país desconocido.”

Nem Caminha era secretário de Cabral, nem desembarcou só a 26 de abril, nem demorou apenas cinco dias, mas isto pouco importa. Se o piloto português passou ligeiro pelos dias de Porto Seguro, explica-se isto pelo fato de ocupar-se da viagem inteira de Pedr’Álvares. A importância dos sucessos da Índia, as perdas de navios, o saque da feitoria, o bombardeio de Calicute etc., obscureceram o idílio brasileiro. Todo o essencial da carta de Caminha aparece na relação anônima, às vezes em termos quase idênticos, e sua cronologia tem tanto de rigorosa como a do piloto de inexata, o que, aliás, não merece reparo especial, pois um escrevia ao compasso do sucesso, o outro narrou-o mais de um ano depois. O piloto, sem colorido embora, mas com precisão incontestável, em *“pormenores que solo podiam conocerse después de una residencia en aquel país desconocido”*. Mestre João não podia dá-los, todo embebido em astrolábios e mapa-múndi, e, além disso, diante de *“una pyerna que tengo mui mala que de una cosadura se me ha fecho una chaga mayor que la palma de la mano”*. De resto, o original em papel e caráter do tempo conserva-se ainda na Torre do Tombo, sem jamais ter despertado a mínima dúvida em quantos o manusearam. Enfim, qualquer diploma

fabricado visa sempre uma demonstração ou um interesse. Que demonstração se pode encontrar na carta do viajante e que interesse dela deduzir?

A 2 de maio partiram os onze navios, logo reduzidos a quase metade por uma tempestade na passagem de Boa Esperança, donde aprofundaram a Calicute. A 12 de dezembro foi ali assaltada a feitoria e mortos quase todos os portugueses nela encontrados.

Pero Vaz de Caminha foi um deles quicá; em todo caso, morreu na Índia, em serviço d'El-Rei, segundo uma carta régia de 3 de dezembro de 1501.

Isso força-nos a retroceder.

Quando Caminha tomou a pena na Baía de Porto Seguro, sabia aproximadamente o que ia dizer e com toda a precisão o que ia pedir.

E pois que, Senhor, é certo que assi neste cargo que levo como em outro qualquer outra cousa que de vosso serviço for; vossa alteza ha de ser de mim mui bem servido, a ella peço que por me fazer singular mercê mande vir da Ilha de São Thomé Jorge d'Osouro, meu genro, o que della receberei em muita mercê

– tais suas últimas linhas.

A explicação é patente: Jorge d'Osouro fora degradado para a Ilha de São Tomé, e o sogro pedia para ele indulto real. Os documentos publicados por Sousa Viterbo tornam muito provável a conclusão. Cerca de 1491, Jorge d'Osouro foi juntamente com outros apossar-se à força de uma igreja, erradamente considerada vaga, e acusam-no de ter roubado pão, vinho e galinhas e outras coisas que poderiam valer mil e trezentos reais. Pelo mesmo tempo deu feridas em um clérigo *“scilicet, uma pela cabeça, e outra par um braço e outra pelo pescoço e tres feridas pequenas pelas costas”*. Por estes

crimes andou homiziado cinco ou seis anos até que, desistindo as partes, D. Manuel o perdoou a 16 e 17 de janeiro de 1496. Talvez o casamento com a filha de Pero Vaz seguisse a estes perdões.

Se D. Manuel o fez tornar de São Tomé ou se lá sucumbiu ao clima pestilento, ignora-se. Apenas sabemos que em 3 de dezembro de 1501 El-Rei fez mercê do cargo de mestre de balança a Rodrigo d'Osouro,

neto de Pera Vaz Caminha, que ora falleceu na Índia onde o enviamos, confiando delle *que tanto que for de idade* pera isso o fará bem e como a nosso serviço e bem das partes pertence, e querendo lhe fazer graça e mercê, visto como o dito seu avô morreu em nosso serviço.

Tanto que for de idade... teria então cinco anos, se Jorge d'Osouro casou logo depois de janeiro de 1496.

Falecendo Rodrigo, sucedeu-lhe em 1530 Pero Vaz, seu irmão, que 10 anos mais tarde renunciou o lugar em Francisco Pereira.

A existência destes Osouros seria mais uma prova de autenticidade da carta de Caminha, se realmente pudesse ser posta em dúvida. Segundo informação verbal de Vieira Fazenda, houve Osouros no Rio, alguns com a pecha de cristãos-novos.

HISTÓRIA PÁTRIA

Reprodução de artigos publicados na Revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro (n° 1 e 3, ano II, de janeiro e março de 1905).

Nas fronteiras de Paraíba e Pernambuco o continente atinge sua maior expansão oriental, e a costa do Brasil reparte-se em duas seções bem-definidas de aspecto e direção: a costa de sudoeste, a costa muito tempo chamada de leste-oeste. As diferenças naturais entre os dois trechos influíram também sobre o curso dos acontecimentos históricos.

O emissário de Cabral, mandado a levar notícias da terra novamente achada, chegou à Europa antes de outubro, pois ao descobrimento dos portugueses já se refere o mapa de Juan de la Cosa. D. Manuel tratou de organizar uma armada, incumbida de explorá-la por menor. Constou de três navios, comandados por André Gonçalves, se este foi realmente o portador da nova do descobrimento;¹⁷¹ a bordo servia de cosmógrafo o florentino Américo Vespúcio. Partiu de Lisboa em maio de 1501; junto a Bezeguiche encontrou Pedr'Álvares que tornava do Oriente; amarrando-se depois para oeste, avistou o novo hemisfério em agosto.

O primeiro ponto descoberto chamou-se Cabo de São Roque, do nome do santo cujo era o dia. Rumo de sudoeste descobriram-se e nomearam-se baías, cabos, rios, ilhas. Alguns nomes perderam ainda: Cabo de Santo Agostinho (28 de agosto), Rio de São Francisco (4 de outubro), Baía de Todos os Santos (1 de novembro),

171 Esta notícia deve-se a Gaspar Correa, cuja autoridade ficou profundamente abalada depois do estudo de Hümmerich sobre Vasco da Gama.



Cabo de São Tomé (21 de dezembro), Rio de Janeiro (1 de janeiro de 1502), Angra dos Reis (6 de janeiro), Ilha de São Sebastião (20 de janeiro), São Vicente (22 de janeiro); perderam-se outros; outros passaram a designar localidades diversas daquelas a que a princípio foram aplicados. Até onde acompanharam a costa de SO? Ignora-se, que as afirmativas de Vespúcio se prestam a mais de uma interpretação. Em todo caso não perderam de vista a Serra do Mar.

A armada exploradora largou degredados e levou animais domésticos, dos que os indígenas chamavam *mimbabo* na língua geral. Suas informações serviram de base ao contrato firmado por três anos entre a Coroa, Fernão de Noronha e alguns cristãos-novos, estabelecendo a obrigação de explorarem a costa, concedendo-lhes o monopólio do comércio, definindo os direitos a pagar à Fazenda Real.

Como consequência do arrendamento partiu nova armada em 1503, composta de seis navios: devia, entre outras coisas, ver se encontrava novo caminho para as Índias.

Já sabiam os portugueses que chegaram à verdadeira Índia, donde traziam as especiarias e outras drogas preciosas, por cujo amor se atiraram a tão longas aventuras; sabiam que Colombo não alcançara os reinos de seus sonhos, e isto estavam evidenciando as gentes atrasadas deste lado do Atlântico, tão diversas dos povos do grão Khaan e de Zaitun e Cypango, e de suas riquezas apregoadas por Marco Polo.

Ignoravam, porém, a existência do oceano Pacífico; criam no predomínio no espaço das partes sólidas sobre a massa líquida do planeta; achavam o plano de Toscanelli¹⁷² plausível e exequível; tomaram as terras de Colombo e Pedr'Álvares por guardas avançadas

172 Recentes trabalhos de Vignaud sobre Toscanelli não trazem dados novos à questão, que Sophus Ruge, pode-se dizer, esgotou.



do continente oriental, queriam e esperavam um estreito, que os levaria adiante, sem passar pelo Cabo das Tormentas. Ressurge agora e precisa-se a ideia de chegar à Índia rumo SO, mais tarde realizada por Fernando de Magalhães, circum-navegando o globo.

A armada comandada por Gonçalo Coelho perdeu dois navios próximo da ilha ulteriormente chamada de Fernão de Noronha. Cindiu-se então em duas flotilhas: uma, sob o comando de Vespúcio, demorou na ilha nefasta, passou depois à Baía de Todos os Santos e ao Cabo Frio, onde carregou de pau-brasil e dali tornou para o reino, sem mais inquirir da sorte dos companheiros; outra seguiu para o sul, onde Gonçalo Coelho estacionou bastante tempo, sem aliás dilatar os confins do conhecido, segundo parece. Há quem ligue a este branco o nome de Carioca.

Outros navios continuaram a procurar o Brasil na vigência do arrendamento. Uma armada merece particular menção: a de D. Nuno Manuel, válido de colaço d'El-Rei, sócio de Cristobal de Haro. Mandada em 1513, perlongou a costa de SO até um imenso estuário tido pelo estreito suspirado, avançou pela Patagônia e levou para a Europa notícias de serras nevadas e países abundantes de ouro. O Rio da Prata deve seu nome a um machado deste metal pela armada de D. Nuno Manuel encontrado em suas ribeiras.

Escasseiam muito as notícias das explorações da costa de leste-oeste. João Coelho (João de Lisboa dos primeiros mapas?), Pero Corso, Estevão Froes estiveram por aquelas bandas. Onde? quando? Ignora-se mesmo se as explorações partiram de São Roque para o Amazonas ou do Amazonas para São Roque, como a que atribui a Vicente Añez Pinzon e João Solís em 508.

Durante todo o século XVI as duas seções do litoral ficaram segregadas, e assim continuaram de fato enquanto não houve navegação a vapor.

Estas explorações todas provaram que o Brasil era impróprio para ser logo trafegado. A população indígena, rala e rude, não

apresentava centros de consumo nem de produção. Não era terra para comércio, mas para agricultura; a colheita exigia prévia sementeira.

Fernão de Noronha e seus sócios começaram a cortar pau-brasil, e cortaram em tanta quantidade que, com pouco, o território trocou o nome de Vera Cruz ou Santa Cruz pelo que ainda conserva. Descobriu-se que os brasis como os africanos bem podiam servir de escravos. Animais vivos, como saguis, macacos, araras (algum tempo chamou-se ao Brasil Terra dos Papagaios), peles, algodão, pimenta completaram os carregamentos. Provavelmente foram aqui deixados alguns animais como galinhas, porcos e cabritos, e talvez tentadas algumas plantações. Se tiverem razão os que combatem o indigenato da bananeira, esta planta deve ter vindo desde as primeiras expedições, tão vasta é a área em que geograficamente se distribui. Talvez se refira a estas eras primitivas um vago boato sobre a proibição da cultura do gengibre. Também a cana-de-açúcar foi introduzida desde o começo.

Navios destinados ao Oriente aqui passaram a fazer aguada e lenha, a refrescar ou a aguardar melhor tempo para dobrar o Cabo da Boa Esperança, sempre tormentoso. Soldados desertaram induzidos pelas seduções de vida livre, degredados remeteram-se do reino e até da Índia. Náufragos, frequentes na costa pouco conhecida, forneceram outro contingente. Para facilitar as cargas de navios, de uma a outra viagem ficaram feitores, que, com espelhos, avelórios e sobretudo objetos metálicos, obtiveram dos retardatários homens da idade de pedra penetrassem no sertão à procura de pau vermelho, transportando-o a ombros para o litoral. Estampas quase contemporâneas representaram este espetáculo.

Fundaram-se feitorias. Podemos imaginá-las galpões mais ou menos espaçosos, assentes no meio de uma estacada para evitar surpresas, tendo por mobília algumas arcas e caixotes contendo os gêneros de resgate. A instalação sumária permitia mobilizá-las



como simples barracas, apenas havia notícia de outro ponto mais vantajoso, ou surgia qualquer receio ou desconfiança. Mais tarde estes estabelecimentos chegaram a ter artilharia.

As relações entre indígenas e alienígenas variavam com as latitudes. Na costa do Rio Grande do Norte a primeira expedição de 501 entrou logo em conflito com a gente da terra, provavelmente Potiguares. Em outros pontos a cordialidade durou mais tempo. Na gazeta alemã portadora de notícias da armada de D. Nuno, lê-se que, ainda em 13-14, homens e mulheres embarcaram alvoroçados para além-mar, onde pensavam deparar a terra da promessa. A história desses primitivos tempos embuça-se em lendas obscuras, conservadas em roteiros e mapas coevos, que picam a curiosidade e soltam a fantasia: Rio dos Reféns, Baía dos Inocentes, angra dos Negros, terra dos Fumos, Baía da Traição etc. Que inocentes? Que negros? Que traição? Que fumos?

A anarquia sobreveio naturalmente, pela volatilização dos instintos sociais dos imigrados, e pela atração da massa de selvazaria alastrando por todas as regiões acessíveis. As relações com as cunhãs, de que logo nasceram filhos chamados mamelucos; a presença e ajuda em guerras de umas tribos contra outras; a assistência aos festins antropófagos marcam o processo regressivo dos colonos. Houve alguns que mataram gente no terreno, ataviados à moda dos índios, segundo seus ritos, informam os jesuítas; houve-os que trincaram carne humana, confirma Lévy; um do Rio Grande do Norte furou os beiços e as orelhas, afirma Gabriel Soares. Alguns raros, arremedos de sobre-homens, dominaram as vizinhanças: João Ramalho, o bacharel de Cananeia, e, com muito menos força, Caramuru.¹⁷³

173 *En esta vaya hallamos um portugues que avia veynte é cinco anos que estava alli entre los índios y con él otros seis ó siete portugueses que avian quedado alli de una armada de Portugal que se avia perdido en aquella costa y este portugues que me*

A anarquia fermentou com mais violência quando apareceram os franceses. À primeira viagem autêntica, a de Binot le Paulmier, de Gonneville, em 503, juntaram-se outras e outras, tantas que não cediam em número às dos portugueses; e como não tinham de pagar direitos à Coroa, nem precisavam de licença dos arrendatários, e seus navios iam diretamente às costas normandas ou flamengas, próximas dos centros populosos onde as drogas do Brasil encontravam mais aceitação, as viagens dos franceses saíam mais proveitosas e prejudicavam seriamente aos mareantes e mercadores de Portugal.

Rebentaram conflitos entre os representantes dos dois povos estrangeiros, e os índios formaram ao lado de cada um. A favor dos *Mairs*, isto é, dos franceses, combatiam os Tupinambás (Potiguares, Tamoios); pelos *Perós*, isto é, portugueses, declararam-se os Tupiniquins (Tabajaras, *Pierres vertes* dos franceses). Aqueles demandavam de preferência o litoral pernambucano, como prova a denominação de *bois de Fernambouc*, dado ao pau-brasil. Se Peruhipe, rio baiano, quisesse dizer água dos Perós, poder-se-ia concluir que estes referiam as plagas descobertas por Cabral. A hostilidade entre os Tupinambás e os Perós persistiu durante o correr de todo o século XVI, e só terminou com as devastações terríveis de Bento Maciel nas brenhas do Maranhão e Pará, nos primeiros lustros do século seguinte.

A inimizade e os conflitos entre franceses e portugueses prosseguiram com vário sucesso. Já em 1514 D. Manuel mandava

dió de lo que tenia que es la comida de aquella tierra, harina de un palo que dicen yuca e algunas batatas y raizes de apio y harto poço y alli cierta gente de la que yo llevaba saltó en tierra y los yndios los pusieran qual su madre los parió y aun segun despues sube estubieran para los comer sino fuera por un otro hidalgo portuges que estava alli que lo estorbó al outro, porque es peor que los yndios y come carne humana. Isto escrevia em 35 Juan de Mori, companheiro de Simão de Alcaçava: o documento está impresso às pags. 217-224 do livro de Morla Vicuña – *Estudio historico sobre el descubrimiento y conquista de la Patagonia y de la tierra del Fuego*, Leipzig, 1903.

à França queixar-se contra as invasões dos entrelopos em seus domínios ultramarinos. Quando D. João III subiu ao trono em 21 verificou que o Brasil, a princípio fonte de renda, nada mais produzia para a Coroa. Reclamações repetidas, negociações secretas, peitas de altos funcionários resultaram em promessas não cumpridas. Impunha-se atitude mais enérgica. Em 27 resolveu-se mandar uma armada de guarda-costa às ordens de Cristóvão Jaques. Castelhana ao serviço de Portugal, Cristóvão Jaques já estivera no Brasil os últimos tempos, ainda por mandado de D. Manuel. Encarregado de pesquisar metais, chegara até o Rio da Prata, onde alguns companheiros de Solís confirmaram as notícias das riquezas transandinas, primeiro transmitidas à Europa na armada de D. Nuno Manuel. Prometeu-lhes tornar dentro em pouco tempo. De viagem para o reino fundou uma feitoria em Pernambuco,¹⁷⁴ que aturou alguns anos, talvez de 22 a 30.

Sob o novo reinado, Cristóvão Jaques reclamou os prêmios prometidos por D. Manuel, se sua expedição desse resultado; aborrecido das delongas, ofereceu-se ao embaixador de Carlos V em Évora, para tomar novamente o serviço de Espanha, se lhe compensassem, os cinquenta mil maravedis de certos reguengos que desfrutava em Portugal.

Afinal pôde vir novamente ao Brasil, mas com objeto muito diferente do que pretendia – não a devassar minas, mas a guerrear franceses.

De uma nau e cinco caravelas constava a armada de seu comando que em meados de 27 aportou a Pernambuco. Uma

174 O que se afirma aqui sobre C. Jaques resulta de uma carta de Juan de Cúñiga, embaixador espanhol, datada de Évora, 27 de julho de 1524, e primeiramente publicada por Jose Toribio Medina em sua monografia de Solís. O embaixador não cita o nome do viajante, mas todos os documentos conhecidos atestam a presença de Cristóvão Jaques no Rio da Prata antes de 1526, e a existência de feitoria fundada por ele em Pernambuco antes da chegada de Cabot; daí a necessidade de identificar o anônimo de 24 e o comandante da armada de 27.

caravela tornou logo dali carregada de pau-brasil. Com as outras viajou para o Sul, travando combates sempre vitoriosos contra os franceses, um deles na Baía de Todos os Santos, segundo tradição conservada por Gabriel Soares. Grandes crueldades andam associadas à sua memória: enterrava prisioneiros até o pescoço para alvo de pontaria; entregava-os à voracidade dos antropófagos, perjuro de promessas feitas sobre a hóstia consagrada. Nestas histórias deve entrar muito exagero, se efetivamente ainda conduziu para o reino trezentos prisioneiros, como parece. Também pode ser que o número dos franceses fosse muito maior do que imaginamos. Em 28 Antônio Ribeiro assumiu o comando da armada de guarda-costa.

Cristóvão Jaques, que em 24 afirmava ao embaixador espanhol não existir coisa de proveito no Brasil, tiradas as minas do Prata, expôs no reino em 529 um plano de colonização da terra. Do fato conhecido e atestado por Diogo de Gouvea ignoram-se as circunstâncias. Talvez as queixas, fundadas ou não dos franceses, se opusessem à aceitação da proposta de seu ferrenho perseguidor.

Em todo caso a ideia de colonizar as terras descobertas por Pedr'Álvares andava por assim dizer no ar. Apresentou-a ao mesmo tempo alguém que nunca viera ao Brasil: o irmão do capitão-mor de São Miguel, João de Mello da Câmara,¹⁷⁵ descendente de uma família de ilustres navegadores, como lembrava em carta a D. João III:

... porque a Ilha da Madeira meu bizavoo a povoou, e meu avoo a de São Miguel, e meu tyo a de São Tomé e com muito trabalho e todas de geito que ve, e eu espero parecer-lhe

175 Uma carta de Diogo de Gouvea, vulgarizada por Varnhagen em suas *Primeiras negociações diplomáticas*, p. 135, datada de 29 de fevereiro (sic) de 1532, diz que três anos antes se ofereceram a povoar o Brasil o irmão do capitão da Ilha de São Miguel com dois mil moradores e Cristóvão Jaques

nisso, pois no mais as caronycas dos reis pasados dou em prova, e se nã conhecera de mi o que digo nã commettera tal empreza ne' menos estes omes escolherã pera isso, ne', qizerão gastar suas fazendas e aventurar suas pessoas comygo.

Qual o plano de Mello da Câmara?

Por em duas viagens mil moradores e pessoas taes e ohri-garme a iso a minha propria custa e despesa daqy a myl e tresentas llegoas, a ganhar lhe huma terra de que nã tem

com mil. Isto fixa a data em fins de 1529, começos de 1530. O nome do capitão de São Miguel, Varnhagen apurou logo; o de seu irmão, encontrado em livros de história açoriana, aparece agora pela primeira vez. A carta de João de Mello foi primeiramente publicada por Souza Viterbo. *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1898, que a precede das seguintes linhas:

“A carta que em seguida publicamos tem dois graves defeitos: o não ter data nem indicar o lugar onde foi escripta, o que faz com que nos pareça ainda mais prolixa e obscura. Indubitavelmente, é dos meados do século XVI e desconfiamos que se referia a alguma leva de gente que partisse dos Açores ou da Madeira a povoar o Brasil. Não podemos saber com certeza quem seja o signatário João de Mello da Câmara, que faz uma importante referencia aos serviços de seus antepassados. Um delles, seu bisavô, povoou a Madeira; seu avô a de São Miguel, e seu tio a de São Thomé. Aqui estão já três fios muito aproveitáveis para nos guiarem neste labyrintho em estudo mais demorado. Em todo caso, a carta merece não ficar no esquecimento dos archivos e sob mais rigoroso exame deve ser interessantíssima.” *Trabalhos náuticos*, 1, 215.

O bisavô que povoou a Ilha da Madeira foi João Gonçalves Zargo; o avô que povoou a Ilha de São Miguel foi Ruy Gonçalves da Câmara, terceiro donatário da ilha, desde 1474 a 1479; o tio que povoou a Ilha de São Tomé deve ter sido Felipe de Mello. João de Mello da Câmara, filho de João (Rodrigues ou Gonçalves) da Câmara, quarto donatário de São Miguel, e de D. Ignês da Silveira, meteu-se a frade de Alcobaça, mas depois obteve bulas e provisões apostólicas, para passar à Ordem de Santiago. Nas demandas a que alude a carta publicada por Souza Viterbo, obteve sentença favorável, e entrou em acordo com o irmão Ruy Gonçalves, quinto donatário, a 12 de agosto de 1532. Pode-se consultar sobre a família os livros de Gaspar Fructuoso, Antônio Cordeiro, Caetano de Souza, o *Arquivo do Açores*, etc.

nenhum proveito e pode ter muito e povoarlha e conqys-
tarlha de muitas gentes que tem e mui gereiras.”

E continua:

... eu o qero servir sem gastar de sua fazenda nenhuma cou-
sa, e porque os omens que comygo hão de ir são de muita
sustancya e pessoas muy abastadas, e que podem cõsigo
llevar muitas egoas, cavallos e gados e todallas cousas ne-
cesarias para frutyficamento da terra, e são taes que pera
a conquistarem e sujigarem em nenhuma parte saberia
buscar outros que mais para iso fosse e nã sã omens que es-
timem tão poucuo o serviço de vossa allteza e suas honras
que se contentem com terem quatro indias por mancebos
e comerem dos mantimentos da terra como faziam os que
della agora vieram, que eses são os que lla querem tornar
por moradores e outros taes.

A alusão é clara a Cristóvão Jaques, a quem João de Mello da
Câmara em outros pontos se refere com acrimônia, insistindo
bem em que ele Câmara é nacional, o que não teria sentido se
Cristóvão Jaques também o fosse.

À proposta de Câmara não se deu andamento: o Brasil conti-
nuou entregue a homens que se contentavam “*com terem quatro
indias por mancebas e comerem dos mantimentos da terra*”.

Esta expressão lapidar resume mais de trinta anos de nossa
história.

Que era “*a vida sigura e conversável*”, instituída por Martim Afonso nas praias de São Vicente e nos campos de Piratininga?

Ao começar o século XVI, Portugal labutava na transição da idade média para a era moderna. Coexistiam em seu seio duas sociedades completas, com sua hierarquia, sua legislação e seus tribunais; mas a sociedade civil não professava mais a superioridade transcendente nem se sujeitava à dependência absoluta da igreja, despida agora de muitas de suas históricas prerrogativas, obrigada a reduzir suas pretensões.

O Estado reconhecia e acatava as leis da igreja, executava as sentenças de seus tribunais, declarava-se incompetente em quaisquer litígios debatidos só entre clérigos, só punia um eclesiástico se, depois de degredado, lhe era entregue por seus superiores ordinários, respeitava o direito de asilo nos templos e mosteiros para os criminosos cujas penas eram de sangue, abstinha-se de cobrar impostos do clero.

A igreja dominava soberana a família pelo batismo, tão necessário à vida civil como à salvação da alma, pelo casamento que podia permitir, sustar ou anular com impedimentos dirimentes, pelos sacramentos distribuídos através da existência inteira, pela excomunhão que incapacitava para todos eles, pelo interdito que separava comunidades inteiras da comunicação dos santos, pela

morte, permitindo ou negando sufrágios, deixando que o cadáver descansasse em lugar sagrado junto aos irmãos ou apodrecesse nos monturos em companhia dos bichos; dominava pelo ensino, limitando e definindo as crenças, extremando o que se podia do que não era lícito aprender ou ensinar.

Contra ela, na esfera estreita ainda em que firmara sua competência, depois de lutas com o papado e com o clero indígena, o Estado empregava o placê para os documentos emanados do sólio pontifício, os juízes da Coroa para resguardar certos órgãos essenciais ao exercício normal da soberania plena, as leis de amortização para limitar-lhe as aquisições prediais, as temporalidades para abater certas resistências. Em compensação, repartia sua jurisdição com o outro poder em casos por isto chamados *mixti fori*, prestava o braço secular para executar, até por morte violenta, os condenados pelo juízo eclesiástico, duramente castigava certos atos só porque a igreja os considerava pecaminosos, em suma o mesmo que hoje os interesses econômicos ou fiscais pesavam então inspirações religiosas e considerações eclesiásticas.

Apesar de tudo ocorriam frequentes atritos entre a igreja e o Estado, aquela disposta a abrir o menos possível mão de suas atribuições antigas, este conquistando ou assumindo sempre novas atribuições, para arcar com os problemas crescentes, legados onerosos do regime medieval, exigências inadiáveis de uma situação transformada pelo comércio fortalecido, pelas comunicações amiudadas, pela indústria renascente, pela renovação intelectual, pela circulação metálica em luta contra a economia naturalista, rasgando horizontes mundiais.

Como o Papa, cabeça da sociedade religiosa, o rei tornara-se o sujeito jurídico da sociedade civil; na qualidade de senhor absoluto, seus poderes não admitiam fronteiras definíveis, invocados como um princípio de equidade superior, como remédio a casos excepcionais, graves e imprevistos. De outros poderes suscetíveis



de definição, podia fazer uso mais ou menos completo e aliená-los em parte.

Era direito real bater moeda, criar capitães na terra e no mar, fazer oficiais de justiça, do ínfimo ao pino da carreira, travar guerra, chamando o povo às armas com os mantimentos necessários. Para seu serviço tomava carros, bestas e navios dos súditos; pertenciam-lhe as estradas e as vias públicas, os rios navegáveis, os direitos de passagens de rios, os portos de mar com as portagens neles pagas, as ilhas adjacentes ao reino, as rendas das pescarias, das marinhas, do sal, as minas de ouro, prata e quaisquer outros metais, os bens sem dono, os dos malfeitos de certos crimes. El-rei concentrava toda faculdade legislativa, os votos das Cortes só valiam com o seu assenso e enquanto lhe apraziam, pois as disposições mais precisas podia dispensar, especificando-as; juízes e tribunais eram delegações do trono.

Abaixo do rei estava a nobreza, numerosa em famílias como nas distinções que separavam umas de outras, compreendendo desde os senhores donatários, com honras, coutos e jurisdição, e os grão-mestres das ordens militares, cujo mestrado o rei houve por bem afinal assumir, até simples cavalheiros e escudeiros. Seu poderio fora grande; agora contentava-se com o monopólio dos cargos públicos, com o papel saliente nos tempos de guerra ou nos conselhos da Coroa, com a situação privilegiada nas questões penais, em que o título de nobre defendia dos tormentos ou acarretava diminuição de pena. A nobreza não era uma casta exclusiva; davam para ela várias portas, entre as quais as das letras.

Abaixo da nobreza acampava o povo, a grande massa da nação, sem direitos pessoais, apenas defendidos seus filhos por pessoas morais a que se acostavam, lavradores, mecânicos, mercadores; os de mor qualidade chamavam-se homens bons, e reuniam-se em câmaras municipais, órgãos de administração local, cuja importância, então e sempre somenos, nunca pesou decisivamente em

lances momentosos, nem no reino, nem aqui, apesar dos esforços de escritores nossos contemporâneos, iludidos pelas aparências fugazes ou cegados por ideias preconcebidas.

Abundavam pessoas morais a que o povo se podia filiar – corporações limitadas como as de moedeiros e bombardeiros de coletividades maiores como os cidadãos do Porto. Os privilégios inerentes a estes foram outorgados a várias cidades do Brasil, Maranhão, Bahia, Rio e São Paulo pelo menos; pelo que encerram dão bem a ideia de direitos regateados a quem tinha para socorrer-se a mera qualidade de ser humano.

A estes felizes cidadãos do Porto concedeu D. João II:

- que eles não fossem metidos a tormentos por nenhuns malefícios que tivessem feito, cometido e cometessem e fizessem daí por diante, salvo nos feitos e daquelas qualidades e nos modos em que o devem ser e são os fidalgos do reino e senhores;
- que não pudessem ser presos por nenhum crime somente sobre suas menagens e assim como o são e devem ser os ditos fidalgos;
- que pudessem trazer e trouxessem por todos os seus reinos e senhorios quais e quantas armas lhes aprouvessem de noite e de dia, assim ofensivas como defensivas;
- que não pousassem com eles nem lhes tomassem suas casas de moradas, adegas, nem cavalições, nem suas bestas de sela, nem outra nenhuma coisa de seu contra suas vontades e lhes catassem e guardassem muito inteiramente suas casas, e houvessem com elas e fora delas todas as liberdades que antigamente haviam os infanções e ricos homens;
- que os serviçais agrícolas só fossem à guerra com os patrões.



Abaixo do terceiro estado havia ainda os servos, escravos etc., cujo direito único se cifrava em poderem, dadas circunstâncias favoráveis, passar à classe imediatamente superior, pois, conquanto rentes as separações, as classes nunca se transformaram em castas.

Os três braços do clero, da nobreza e do povo, convocados em ocasiões solenes e a intervalos arbitrários, constituíam as Cortes. Meramente consultivas ou por igual deliberativas? Liquidem entre si este ponto os eruditos de além-mar; fora de dúvida é que só valeram enquanto os reis consideraram reinar como um ofício e precisaram de recursos pecuniários.

A prosperidade e o povoamento do Brasil provaram fatais a esta venerável instituição. Por uma coincidência nada fortuita, reuniram-se as últimas Cortes em 1697, quando o ouro das Gerais começava a deslumbrar o mundo, e só reviveram com a revolução francesa, as guerras napoleônicas e a independência de fato do Brasil, trasladada para aqui a sede da monarquia portuguesa.

Em 1527 a soma total dos fogos em todo o reino andava por duzentos e oitenta mil, quinhentos e vinte e oito; dando a cada um destes o número de quatro indivíduos, a população do reino seria naquele ano de um milhão, cento e vinte e dois mil, cento e doze almas. Com este pessoal exíguo, que não bastava para enchê-lo, ia Portugal povoar um mundo. Como consegui-lo, sem tomar “mulheres da terra por mancebas”?

A agricultura estava atrasada. Damião de Góes, que conhecia os trabalhadores agrícolas de Portugal, como proprietário que era em Alenquer, sua terra natal, explicando, em 1541, à opinião letrada da Europa a razão dos atrasos da agricultura em Portugal e Espanha, faz-lhe saber que “a fertilidade espontanea do solo é tamanha que a maior parte do anno os escravos e os homens pobres se podem sustentar lautamente de fructos silvestres, mel e ervas, o que os faz pouco propensos á agricultura”. Não estava esta gente disposta a atirar-se logo à mandioca e contentar-se com

os mantimentos da terra? como lhe reproxava indignado João de Mello da Câmara.

De todos estes elementos da vida segura e conversível, já nos disse Pero Lopes quais Martim Afonso implantou nas virgens plagas paulistas; deu terras em sesmarias, criou câmaras, nomeou alcaides, tabeliães e juizes, com que cada um ficou senhor do seu, vestiu as injúrias particulares etc.

Fundada as duas vilas, Martim Afonso tomou o parecer das pessoas que para isso eram sobre o proceder mais ajustado à situação, e concordou-se tornarem os navios para o reino à vista do seu lastimoso estado, levando a gente do mar, para não ficarem percebendo soldo sem prestar serviços, e comendo os poucos mantimentos. O capitão-mor aguardaria a volta de Pero Lobo e Francisco de Chaves, com os quatrocentos escravos carregados de ouro.

Quarta-feira, 22 de maio, uma hora antes de o sol se pôr, saiu Pero Lopes do porto de São Vicente; a 24 pelo meio-dia entrou na Baía de Guanabara. A espera da *Santa Maria das Candeias*, os preparativos de mantimentos para três meses tomaram todo o mês de junho. Só a 2 de julho partiu a armada, reduzida agora a dois navios: o galeão *São Vicente* e a nau tomada aos franceses, para a qual Pero Lopes logo se passou. A 18 entravam na Baía de Todos os Santos. Durante doze dias de demora, calafetaram-se os altos dos navios, tomaram-se mantimentos, fizeram-se outras coisas necessárias; passada revista à gente própria para lutar em combates apurou-se que eram cinquenta e três.

Prosseguiram a 30 de julho. As águas corriam para o norte; a 4 de agosto estavam na Ilha de São Aleixo.

Demorava-me ao Norte, e como me cheguei a ella vi hũa náu que estava surta entre ella e a terra: parecia ser mui grande: logo me deci da gavea, e mandei fazer prestes a

artelharia e mandei fazer sinal ao galeão que vinha por minha popa, e em chegando-se a mym lhe disse que pusesse a artelharia em ordem e se fizesse a gente prestes por que si a não que estava na ilha surta fosse de França, avia de pelejar com ella.

Era efetivamente francesa a nau? Houve peleja? O diário interrompe-se aqui para só continuar três meses mais tarde: “Segunda-feira 4 dias do mes de Novembro da era de 1532 parti do porto de Pernambuco com o vento da terra.” As outras informações que se estendem até sábado 23, com as quais termina a narrativa, nem uma referência fazem aos sucessos. Fundado em documentos desconhecidos ainda, assegura Varnhagen que Pero Lopes tomou uma fortaleza ali estabelecida pelos franceses e deixando-a guarnecida de gente sua às ordens de um Paullos Nunes fez-se de vela para Portugal, levando consigo duas naus francesas que tomara, alguns índios e trinta e tantos prisioneiros.

Dois documentos, um dos quais contemporâneo, narram o sucesso por modo tão diferente que pode haver dúvida se em Pernambuco praticou uma ou duas proezas o irmão de Martim Afonso.

Segundo o primeiro, Bertrand d’Ornesan, barão e senhor de Saint-Blancard, armou em Marselha uma nau chamada *La Pèlerine* com muitas peças, cento e vinte homens de armas, e mandou-a a resgatar em Pernambuco. Depois de três meses de viagem, aproximadamente em fins de fevereiro ou março de 31, chegaram os nautas a seu destino, venceram em terra seis portugueses que lhes resistiram ajudados pelos índios, fundaram uma fortaleza, que lhes custou quatro mil ducados, e entabularam proveitoso comércio com o gentio. A nau, bem carregada de mercadorias, estimadas pelo dono em sessenta e dois mil e trezentos ducados – cinco mil quintais de pau-brasil, trezentos quintais de algodão,

trinta de pimenta, seiscentos papagaios já falando um pouco de francês, três mil peles de leopardos e outros animais, trezentos macacos, óleos medicinais e até minério de ouro (*et de mina auri quae purificata ut decebat ter mille ducatos reddidisset*) –, fez-se de vela, e a viagem correu placidamente até Málaga, onde arribou por falta de mantimentos. Estava ali uma armada portuguesa que recebeu muito bem os franceses, deu-lhes os alimentos de que precisavam, saiu em sua companhia do porto, sempre com as maiores demonstrações de carinho e amizade. Tudo aleive! A 15 de agosto, os portugueses assaltaram *La Pèlerine*, tomaram-lhe a carga, aprisionaram-lhe a gente, mandaram a todos para Portugal, onde ficaram presos. El-Rei, ao saber da notícia, armou três naus para irem tomar em Pernambuco a fortaleza ali deixada, o que Pero Lopes conseguiu (*circa menssem decembris dicti anni millessimi quingentessimi primi*), depois de bombardeada dezoito dias.

O outro documento, incorporado na *História* de Frei Vicente do Salvador, concluída em 1627, é evidentemente contemporâneo, ou quase contemporâneo, tantas as particularidades nele contidas.

Também segundo Frei Vicente, Pero Lopes de Sousa partiu diretamente da Europa, e, conquanto o cronista não declare o número de navios, vê-se que deviam ser três.

À chegada, da Ilha da Itamaracá partia uma nau francesa carregada para a França, contra a qual mandou uma caravela muito veleira (a caravela era um pensamento, assegura Frei Vicente). Como a nau francesa estava sobrecarregada,

posto que alojou muita parte da carga de pau brasil, emfim foi alcançada e querendo se pôr em defesa, lhe tirarão da nossa hum pelouro de cadêa, que a colheo de proa a pôpa e a desenxarceou de huma banda e lhe matou alguns homens, com o que se renderão os mais, que erão trinta e cinco entre grandes e pequenos, e a nau com oito peças de artilharia...



Outras duas caravelas, comandadas por Álvaro Nunes de Andrada e Sebastião Gonçalves de Arvellos, tomaram uma nau que vinha de França com munições e resgates aos franceses.

Rendida a fortaleza, grande parte da guarnição foi morta, por motivos em que o Barão de Saint-Blancard e a fonte de Frei Vicente variam.

Em vez de combinar os documentos vistos por Varnhagen e ainda desconhecidos, o protesto de Bertrand d'Ornesan e o informante de Frei Vicente, deixemo-los com todas as discordâncias aos investigadores futuros.

Em suma, interessa-nos somente saber que a feitoria de princípio fundada por Cristóvão Jaques ainda desta vez ressurgiu das cinzas.

Esbatidos pela distância e deformados pela retentiva, decênios mais tarde os sucessos narrados e os que vão sobrevir assim se espelhavam na alma de um índio pernambucano:

Vi o estabelecimento dos Perós em Pernambuco e Potyú... No princípio os Pe-rós não faziam senão resgatar, sem querer se habituar de outro modo. E neste tempo dormiam livremente com as filhas de nossos semelhantes de Pernambuco e Potyú, que o tinham por grande honra.

Depois disseram que cumpria que se habituassem com eles, e precisavam fazer fortaleza para guardá-los e construir cidades para morarem todos juntos, fazendo parecer que não desejavam ser senão uma nação. Depois fizeram-lhes entender que não podiam tomar suas filhas desta sorte, que Deus lhes proibia servir-se delas a não ser por casamento, e que não deviam com elas casar se não fossem batisadas e para fazê-lo era necessário ter Pais (Padres).

Fizeram pois, vir Pais, os quais plantaram cruzes, começaram a instruí-los e depois a batisá-los. Persuadiram-lhes

mais que não podiam passar sem escravos nem os Pais tão poucos para o serviço caseiro e trabalharem para eles, o que se foi obrigado a dar-lhes. E não contentes de escravos tomados na guerra, quiseram ainda ter seus filhos e afinal cativaram a nação com tamanha tirania e crueldade continuamente exercidas sobre nossos semelhantes, que a maior parte dos que restavam foram como nós obrigados a largar a terra.

Assim desafogava junto aos franceses do Maranhão em 1612 o venerando Momboré Ouassou “*aagé de plus de neuf vingts ans*”.¹⁷⁶

176 Claude D'Abbeville, *Histoire de la mission des Pères Capucins em l'isle de Maragnan*, 149, v. 150. Paris, 1614. Deste livro raro, e nunca reimpresso, há uma tradução de César Augusto Marques, Maranhão, 1874.

Por extravios de originais deixam de sair as notas, que se referiam ao capítulo 50 da *Arte de furta*r, e diversos livros e títulos das *Ordenações manuelinas*, às obras de Gama Barros sobre *Administração publica em Portugal*, à de S. S. Costa Lobo sobre a *História da sociedade em Portugal no século XV*, *Proceso criminal br.* por João Mendes de A. J., ao *Orbe Seraphico Brasilico de Jaboatão*, parte inédita, 784-786, Rio, 1862 etc.







© 2012, Fundação Darcy Ribeiro
Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro
Rua Almirante Alexandrino, 1991
20241-263 - Rio de Janeiro – RJ
www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

Curadoria

Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral
Godofredo de Oliveira Neto
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Comitê Editorial

Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro
Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional
Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília
Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional
Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília

Produção

Editora Batel

Coordenação editorial

Carlos Barbosa

Projeto gráfico

Solange Trevisan zc

Diagramação

Solange Trevisan zc

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Tratamento de textos da coleção

Clara Diament

Edmilson Carneiro

Cerise Gurgel C. da Silveira

Carina Lessa

Léia Elias Coelho

Maria Edite Freire Rocha

Projeto de capa

Leonardo Viana

Assessoria de Comunicação Fundar

Laura Murta

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A162d

Abreu, J. Capistrano de (João Capistrano de), 1853-1927
O descobrimento do Brasil / Capistrano de Abreu. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro,
2013. 276 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 11).

ISBN 978-85-635-7424-4

1. Brasil – História – Descobrimto, 1500. 2. Brasil – História – Até 1549. 3. Brasil – Descobertas e
explorações. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981.03

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



Patrocínio:



Realização:

Ministério da
Cultura



Impressão e acabamento :





FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO

Instituidor

Darcy Ribeiro

Conselho Curador

Alberto Venâncio Filho

Antonio Risério

Daniel Corrêa Homem de Carvalho

Elizabeth Versiani Formaggini

Eric Nepomuceno

Fernando Otávio de Freitas Peregrino

Gisele Jacon de Araújo Moreira

Haroldo Costa

Haydée Ribeiro Coelho

Irene Figueira Ferraz

Isa Grinspum Ferraz

Leonel Kaz

Lucia Velloso Maurício

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria de Nazareth Gama e Silva

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Maria José Latgé Kwamme

Maria Stella Faria de Amorim

Maria Vera Teixeira Brant

Mércio Pereira Gomes

Paulo de F. Ribeiro

Paulo Sergio Duarte

Sergio Pereira da Silva

Wilson Mirza

Yolanda Lima Lobo

Conselho Curador – In Memoriam

Antonio Callado

Carlos de Araujo Moreira Neto

Leonel de Moura Brizola

Moacir Werneck de Castro

Oscar Niemeyer

Tatiana Chagas Memória

Conselho Fiscal

Eduardo Chuahy

Lauro Mário Perdigão Schuch

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

Alexandre Gomes Nordskog

Diretoria Executiva

Paulo de F. Ribeiro – Presidente

Haroldo Costa – Vice-Presidente

Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira

Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural

Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica

